

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA

TAMIRIS MACHADO GONÇALVES

**A ARQUITETÔNICA DE CHARGES COM CONTORNOS INTOLERANTES: DISCURSOS  
SOCIAIS EM TENSÃO**

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA

TAMIRIS MACHADO GONÇALVES

**A ARQUITETÔNICA DE CHARGES COM CONTORNOS  
INTOLERANTES: DISCURSOS SOCIAIS EM TENSÃO**

Porto Alegre  
2019

TAMIRIS MACHADO GONÇALVES

**A ARQUITETÔNICA DE CHARGES COM CONTORNOS  
INTOLERANTES: DISCURSOS SOCIAIS EM TENSÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de concentração em Linguística, linha de pesquisa: Teorias e Uso da Linguagem.

**Orientadora: Professora Doutora Maria da Glória Corrêa di Fanti**

Porto Alegre

2019

## AGRADECIMENTOS

A vida é uma oportunidade – na ampla possibilidade de sentidos que essa fala pode construir. Dessa forma, eu agradeço cada interlocução, cada interação, cada oportunidade de constituir-me na e pela relação com o *outro*.

Nos meus agradecimentos, já recorro ao referencial bakhtiniano ([1979] 2011, p. 11) para dizer que “[...] não posso viver do meu próprio acabamento e do acabamento do acontecimento, nem agir; para viver preciso ser inacabado, aberto em mim [...] preciso ainda me antepor axiologicamente a mim mesmo, não coincidir com a minha experiência presente”.

Assim sendo, agradeço toda a oportunidade que tive ao longo desta caminhada acadêmica porque tive a possibilidade de diálogo, de contraste, de tensão. Tive muitas pessoas que me ofereceram excedentes de visão, ajudando-me a entender meu processo de pesquisa, meu objeto e as teorias. Tudo isso contribuiu com minha formação como profissional, como pesquisadora e como pessoa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS a acolhida. Sou grata a cada um dos professores por ensejarem amplas discussões e contribuírem com a minha formação. Agradeço também aos colegas de classe. Agradeço, ainda, à coordenação e a todos os funcionários do Programa.

Agradeço a minha orientadora, Maria da Glória Corrêa di Fanti.

Agradeço à professora Vera Wannmacher Pereira.

Agradeço ao CNPq a oportunidade de ter bolsa integral e, dessa forma, poder me dedicar exclusivamente aos estudos.

Agradeço à Fundação Carolina a bolsa de estudos que viabilizou a realização de meu período de doutorado-sanduíche na Universidade de Cádiz, Espanha.

Agradeço à Universidade de Cádiz a acolhida. Agradeço aos professores por proporcionarem discussões complexas e diferentes pontos de vista, importantes para minha formação e para o processo de feitura desta tese. Agradeço especialmente ao professor Juan Manuel López Muñoz.

Agradeço à banca examinadora, Prof. Dr. Juan Manuel López Muñoz, Profa. Dra. Juciane dos Santos Cavalheiro, Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas e

Prof. Dr. Cláudio Primo Delanoy. Obrigada por contribuir com sua leitura atenta e possibilitar o diálogo.

Agradeço a todos que, de alguma forma, colaboraram com a construção deste trabalho. Muito Obrigada.

“Todo o ponto de vista é a  
vista de um ponto”.  
(Leonardo Boff)

“A tarefa não é tanto ver  
aquilo que ninguém viu, mas  
pensar o que ninguém ainda  
pensou sobre aquilo que todo  
mundo vê.”  
(Arthur Schopenhauer)

# A SEMANA DE UM INTOLERANTE



**RESUMO:** Na contemporaneidade, muito se tem discutido sobre o discurso de ódio. O caso *Charlie Hebdo*, ocorrido em 2015, na França, por exemplo, trouxe à tona uma série de questões envolvendo a pauta: charges *versus* discurso intolerante. No Brasil, o cenário político, por sua vez, deixa ver, via discursos sociais materializados nos mais variados gêneros, tensões que polarizam opiniões e geram intolerância e ódio. No que diz respeito a essa discussão, soma-se a problemática que circunscreve conceitos como liberdade de expressão – um direito à liberdade de exposição, sem medo à censura ou a possíveis retaliações – e discurso de ódio – no sentido da propagação de ideias passíveis de medidas punitivas criminalmente. A pesquisa que se apresenta, contemplando essa problemática, estuda em charges o funcionamento dos discursos intolerantes, a partir de questões norteadoras que indagam o que é intolerância; como ela se apresenta no discurso; como ela pode ser expressada em charges. Tendo em vista essas considerações, objetiva-se compreender a constituição discursiva da charge com contornos intolerantes, isto é, sua arquitetura. Os objetivos específicos são a) compreender o tensionamento existente entre liberdade de expressão e manifestação intolerante; b) entender quais recursos são mobilizados para a edificação de sentidos intolerantes; c) verificar que fios dialógicos são necessários para que uma charge seja entendida como tendo contorno intolerante; d) analisar os elementos constitutivos da charge na relação com os discursos sociais a fim de ver o que eles podem reverberar em termos de sentidos; e) definir os conceitos *ódio* e *intolerância*. Para tanto, como discorrer sobre intolerância pressupõe um olhar social para os discursos e seus efeitos de sentido, teoricamente, construiu-se uma interface entre as áreas do discurso, direito hermenêutico e filosofia para levar a cabo as análises. Nesses termos, para compreender como se edifica a projeção de sentidos de intolerância em charges, no discurso, está-se embasado nos postulados do Círculo de Bakhtin, de modo especial nos conceitos: *valorização*, *gêneros discursivos* e *arquitetônica*. Do direito de base hermenêutica, está-se ancorado em sua interpretação da Constituição brasileira, a fim de pensar acerca das noções *liberdade de expressão* e *crime de ódio*, bem como para entender a diferença entre crime de ódio e manifestação intolerante. Na filosofia, buscaram-se as noções de *ódio* e *intolerância*. Com as discussões, espera-se apresentar uma opção metodológica para compreender a charge, sobretudo no que tange à criticidade que esse gênero veicula. Para isso, os elementos constitutivos da charge são abordados na relação com sua face social, de modo a perceber suas implicações culturais, bem como suas projeções discursivas. Quanto mais se pensar sobre as relações existentes entre tudo aquilo que constitui a charge, em tensão com as situações sociais que a motivam, mais se conhecerá sobre seu funcionamento. Quanto aos resultados, as análises indicam que a charge é um gênero discursivo crítico, no sentido de ser a apreciação de um sujeito sobre temas sociais que lhe circunscrevem. Assim sendo, ela pode reverberar diversos efeitos de sentido: humor, ironia, afrontamento. Viu-se que as charges analisadas se voltam para discursos sociais intolerantes. Nesse fazer, seu projeto de dizer assume, em um primeiro olhar, uma denúncia ao discurso social ao qual está relacionado na cadeia enunciativa. Porém, em uma análise mais profunda, vê-se que a própria charge projeta sentidos de intolerância enquanto um todo discursivo que reverbera juízos de valor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria bakhtiniana. Discurso intolerante. Construção de sentidos. Charge jornalística.



**ABSTRACT:** In contemporaneity, much has been discussed concerning hate speech. *Charlie Hebdo*'s case, occurred in 2015, at France, for instance, brought up several issues regarding the theme: cartoons versus intolerant speech. In Brazil, the political scenario, in its turn, exhibits, by means of social discourses materialized on the most diverse genres, tensions that polarize opinions and produce intolerance and hatred. Regarding this discussion, it is also considered the problem that circumscribes such concepts as "freedom of speech" – the rightful freedom of exposure, lacking on fear of censure or possible retaliations – and "hate speech" – referring to the propagation of ideas liable to criminal punishment measures. The research here presented, beholding this issue, studies in cartoon the functioning of intolerant discourses, based on guiding questions which inquire what intolerance is; how does it express itself on discourse; how can it be expressed in cartoons. Assumed this viewpoint, it is aimed to understand the discursive constitution of cartoon displaying intolerant contours, namely, its architectural. The specific goals are a) to understand the tensioning between freedom of speech and intolerant manifestation; b) to comprehend which resources are mobilized in order to edify intolerant senses; c) to identify which dialogical wires are necessary for a cartoon to be understood as a display of intolerant contours; d) to analyze constitutive elements regarding social discourses to perceive what they may reverberate in terms of sense; and e) to define the concepts of *hatred* and *intolerance*. For this, as to talk about intolerance presupposes a social view into discourses and their effects of sense, theoretically, it was built an interface between the areas of Discourse, Hermeneutical Law and Philosophy to carry out the analyses. In these terms, to understand how is edified the projection of intolerant senses in cartoons, on discourse, the theoretical and methodological foundations on Bakhtin Circle, specially on such concepts as: *valuation*, *discursive genres* and *architectural*. For Hermeneutic Law, there is foundation on the interpretation of Brazilian Constitution, in order to deliberate over the notions of *freedom of speech* and *hate crime*, as to also understand the difference between hate crime and intolerant manifestation. Regarding Philosophy, the notions of *hatred* and *intolerance* are sought. With the discussion, it is expected to be presented a methodological alternative to the comprehension of cartoons, mainly with regards to the criticism conveyed by such a genre. To do so, the constitutive elements from cartoons are approached relatively to their social face, in order to perceive its cultural implications, as well as the discursive projections. The more one thinks about the relations there are between everything that constitutes the cartoon, tensioned by social circumstances which motivate them, the more one shall know about its functioning. As for the results, the analyses indicate cartoon is critical discursive genre, displayed as a subject appreciation about social themes circumscribed by them. So, a cartoon may reverberate various sense effects: humor, irony, affront. It has been observed that the analyzed cartoons turn themselves into intolerant social discourses. In such a production, its projection of saying assumes, at a first glance, a complaint against the social discourse to which it is related in an enunciative chain. However, a deeper analysis exhibits that the cartoon itself projects senses of intolerance as a whole discourse which reverberates judgmental values.

**KEYWORDS:** Bakhtinian Theory; Intolerant speech; Construction of senses. Journalistic cartoon.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 – TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO: PONTOS DE APOIO PARA A REFLEXÃO DE MATERIALIDADES VISUAIS E VERBO-VISUAIS</b> .....	29
<b>CAPÍTULO 2 - O DISCURSO DE ÓDIO E SEUS DESDOBRAMENTOS</b> .	64
<b>CAPÍTULO 3 - CONTEXTUALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	96
3.1 DO OBJETO DE PESQUISA: FOCALIZANDO O GÊNERO DISCURSIVO CHARGE.....	96
<b>3.1.1 Caminhos para o recorte de pesquisa</b> .....	<b>112</b>
<b>3.1.2 Procedimentos de seleção do objeto de análise</b> .....	<b>120</b>
<b>3.1.3 Da organização das análises</b> .....	<b>124</b>
3.2. DAS TEORIAS: PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE .....	124
<b>CAPÍTULO 4 - CHARGES COM CONTORNOS INTOLERANTES: UMA LEITURA SOCIAL</b> .....	132
4.1 MANUTENÇÃO DE ESTEREÓTIPO .....	132
4.2 RELIGIOSIDADE EM PAUTA .....	146
4.3 DAS CHARGES FOCALIZADAS.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	170
REFERÊNCIAS .....	176

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama das ideias de Mira y López sobre o ódio (1993) .....	78
Figura 2: Elementos envolvidos na edificação do discurso de ódio.....	81
Figura 3: Capas Charlie Hebdo .....	112
Figura 4: As duas charges que são objeto de análise da tese.....	122
Figura 5: Primeira charge a ser analisada.....	123
Figura 6: Segunda charge a ser analisada.....	123
Figura 7: Diálogo teórico proposto.....	128
Figura 8: Primeira charge em análise .....	133
Figura 9: Dilma nas charges de Sponholz .....	146
Figura 10: Segunda charge em análise .....	148
Figura 11: Obras do chargista Vitor Teixeira.....	162

## INTRODUÇÃO

Dias de ódio. Vozes intolerantes. Há na contemporaneidade, por diferentes motivos, uma propagação de tonalidades generalizantes que – ancoradas em uma rede discriminatória – projetam discursos de ataque. Nem sempre evidente, o ódio se tece no costurar das falas, nos costumes, nas práticas sociais do dia a dia. Qual é a cara do ódio? O que é intolerância? Como é possível enxergá-los? Motivados, reativos, gratuitos ou convictos podem estar em todos os cantos, inclusive sendo propalados por quem pensa defender-se.

Pensando-se nas práticas de interação humana, sentidos dessa natureza podem estar presentes nos mais variados gêneros do discurso; neste trabalho centra-se a atenção na charge. No universo daquilo que se caracteriza como charge jornalística – ou simplesmente charge –, muitos sentidos são veiculados a partir de seus elementos verbo-visuais. Assim, efeitos de humor, ironia, provocação podem ser percebidos quando é feita uma leitura sócio-historicamente situada. Por ser uma crítica, no sentido de que a charge é o discurso de um determinado sujeito sobre o mundo que lhe circunscreve, é possível entrever pontos de vista, valorações que se constroem em sua arquitetônica, isto é, no conjunto de posicionamentos sociais, éticos e estéticos, edificado por um autor que enuncia desde um centro concreto, espacial e temporalmente.

Posicionando-se no seio da problemática dos discursos de ódio, o olhar investigativo nesta tese recai sobre charges que projetam intolerância. Entendendo que o discurso de ódio constitui-se de diversificados tipos de intolerância, optou-se por selecionar charges que – nas linhas deste trabalho – convencionou-se chamar *charge com contorno intolerante*. Por que *contorno intolerante*? Porque, a partir de um viés teórico específico, nesta pesquisa se analisam as charges selecionadas, observando-as junto aos discursos que estão em seu horizonte, formando sua orientação dialógica, constituindo-as e construindo com elas o que Bakhtin<sup>1</sup> ([1930-36] 2015) chama de interpretação/compreensão concreta ativa. Assim, a pesquisadora se coloca nesse

---

<sup>1</sup> Esta nota faz menção a todos os nomes de autores citados. Esclarece-se que os nomes dos autores mencionados ao longo do texto seguem a grafia apresentada nas obras consultadas. Assim, podem apresentar variação na acentuação ou mesmo na grafia, a depender do livro consultado. O nome *Bakhtin*, por exemplo, aparece assim grafado em obras de língua portuguesa; e *Bajtín* quando a obra consultada é em língua espanhola.

diálogo para construir o objeto de análise (charge), para entendê-lo em sua realidade concreta e viva. Como na teoria dialógica do discurso não existem categorias *a priori*, denominar *charge com contorno intolerante* parece adequado para deixar ver suas linhas dialógicas; o que seu entorno leva a ver em termos de sentidos; como a charge forma-se enquanto gênero próprio de uma cadeia ininterrupta de dizeres; que caminhos tensionam possibilidades de construção de sentidos em dados contextos, tempos e no entonar de certos sujeitos.

Explicitado o que se entende por *contorno*, explica-se por que intolerante: porque é possível a partir dos elementos verbo-visuais, em relação à dinâmica de seu contexto, identificar vozes discriminatórias ou incitatórias, que tencionam valorações sociais negativas. A tese que se defende neste trabalho é a de que a arquitetura de certas charges conduz à intolerância. Para tanto, a tarefa que se apresenta é entender como se delineiam na cultura brasileira as nuances intolerantes em charges. Ademais, quer-se nas charges selecionadas compreender o tensionamento existente entre liberdade de expressão e manifestação intolerante.

Droit (2017) apresenta que *tolerância* pode ser entendida em dois sentidos, um médico e outro social. O primeiro é algo orgânico, que se refere a uma capacidade de tolerar, de aceitar sem prejuízo, tal como se fala quando há ou não tolerância a algum medicamento, na aceção de inteirar-se se alguém comporta ou não a ingesta de determinada substância. Não impende vontade. Pode envolver limite, limite de tolerância. O segundo trata-se de uma construção social, implica, portanto, relação. É uma tomada de decisão, o que envolve um ato de vontade. É, nesses termos, um desejo de aceitar algo ou alguém ou de se indispor frente a fatos e a pessoas, no âmbito de certas temáticas.

Neste estudo, focaliza-se o sentido social da tolerância, para o qual Droit (2017) estabelece duas categorias: tolerância fraca e tolerância forte. Por tolerância fraca, ele designa a indulgência, isto é, um permitir porque se dispõe de autoridade para fazê-lo. É um quadro em que os detentores do poder – sejam aqueles que têm o controle da situação, sejam aqueles que têm a ideia de serem os “donos” de uma determinada verdade – manifestam disposição para tolerar, permitem que sejam expressas distintas opiniões, desde que estejam salvaguardados pelo poder de veto, pronto para ser invocado a qualquer momento. A tolerância é fraca porque dependente da boa vontade de quem aplica a permissão, o que significa dizer que a instabilidade está justamente no

ato de concessão dessa permissão: se alguém possui o poder de decisão para permitir, também possui a tomada de decisão para cessar tal permissão, conforme a sua vontade.

A tolerância forte, por sua vez, é a liberdade plena, reconhecida por lei, constituída por um direito outorgado. Essa condição evoca a ausência de permissão, uma vez que é sancionada, reconhecida e respeitada, viabilizando a autonomia do agir – justamente porque foi anteriormente assegurada. É a possibilidade de ser em essência o que se é, de dizer o que se quer, de expressar-se.

Se a tolerância fraca é arrogante porque conta com a boa vontade daqueles que detêm o poder de permissão e de veto, a tolerância forte está atravessada pela ponderação que indica o fato de que as liberdades não podem existir para anularem-se umas às outras. Droit (2017, p. 30) dá o exemplo de que uma pessoa não pode usar sua liberdade de expressão para calar outra.

Se o problema da tolerância fraca é sua face de intolerância disfarçada, porque se permite o que se quer permitir, porque se tolera, porque não é vista ameaça no manifestar-se; a questão da tolerância forte está na utopia de sua existência concreta: caso ela realmente estivesse presente na sociedade, não existiriam sentidos como *tolerância*, *intolerância*, *tolerância forte ou fraca*; se verdadeiramente os sujeitos fossem livres, não seria necessária a sanção de direitos; ou se esses direitos fossem assegurados, não haveria a necessidade de tolerar – ou essa seria apenas uma questão de foro íntimo. Segundo Droit (2017, p. 37), tolerar não se trata de agir, mas de abster-se de reprimir, de evitar o ódio, de conter a agressividade, o vexame, a humilhação.

Centralizando essa discussão no âmbito do objeto de pesquisa *charge com contorno intolerante*, é oportuno que se pense sobre como se constitui a noção de liberdade de expressão no Brasil. Em seguida, esse quadro leva ao questionamento de como se vai compreender a equação que concatena liberdade de expressão do chargista e a identificação de que tal charge é intolerante. Para discorrer sobre ambas as questões, trabalha-se a partir da noção *gêneros discursivos*, de Bakhtin ([1979] 2016), dada a sua possibilidade de entender a charge como um discurso vivo, relacionado a uma cadeia ininterrupta de discursos sociais.

A noção bakhtiniana de *gêneros do discurso* conduz à análise da produção discursiva via sociedade, requerendo que o pesquisador percorra caminhos traçados pela filosofia da linguagem, fazendo relacionar a linguística com outras áreas. Esse viés dialógico deixa ver a pluralidade da constituição dos fios que tramam os discursos, pois:

O enunciado vivo, que surgiu de modo consciente num determinado momento histórico em um meio social determinado, não pode deixar de tocar milhares de linhas dialógicas vivas envoltas pela consciência socioideológica no entorno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. É disto que ele surge, desse diálogo, como uma continuidade, como uma réplica e não como se ele se relacionasse à parte (BAKHTIN, [1930-36] 2015, p. 49).

A preocupação com a leitura da charge é oportuna porque assume, a partir das interfaces propostas, uma dimensão científico-didática de valor social, uma vez que tem como compromisso ventilar ideias que possam promover o estudo desse gênero discursivo. Na busca pelo entendimento da arquitetônica da charge com contorno intolerante, ponderar-se-á sobre os pressupostos necessários para sua leitura crítica, visando a contemplar, na apreciação da charge, tanto os elementos verbais quanto os imagéticos, relacionando os arranjos linguísticos aos visuais, aos discursos nela tramados e por ela projetados. Tudo em relação com o contexto social que lhe é constitutivo.

A charge é percebida como um discurso social, porque está inserida em uma determinada sociedade em que há uma gama de discursos em circulação, em permanente processo de tensão. Tendo em conta a noção de dialogismo do Círculo de Bakhtin, López-Muñoz et al. (2009) consideram que os discursos em circulação contêm em si a memória discursiva de uma época, estão, por isso, cheios de pré-discursos, de pré-construções, de saberes e crenças necessários ao debate, porque são essenciais para apontar os movimentos de deslocamento ao passado e ao futuro, e são requeridos à compreensão do que é dito no âmbito social.

Amparando-se na teoria dialógica do discurso, o entendimento é de que os discursos sociais – em circulação – tocam-se para se construir como gêneros. Ocorre que a charge necessita que o leitor reconheça a conexão entre tais fios discursivos para que haja a possibilidade de entendê-la criticamente na cadeia de discursos e, assim, possa construir potencialidades de sentidos.

Como a discussão sobre charges que deixam ver contornos intolerantes é perpassada pela noção de leitura – como interpretação/compreensão ativa –, é oportuno pensar nas diferentes formas de acesso à informação. Existe uma série de mídias de comunicação social, que se presta a disseminar informação a uma massa heterogênea de pessoas, com distintas formações e diferentes níveis de leitura. Nesse contexto, conforme Di Fanti (2015, p. 419), é necessário que haja uma problematização acerca da

qualidade da formação, uma vez que, meio a tanta produção e veiculação de conteúdo, é inevitável questionar se os sujeitos conseguem movimentar-se como “[...] leitores críticos, capazes de discernir, fazer escolhas e compreender ativamente os discursos em circulação”. Assim, mais do que o acesso à informação, é imprescindível que se tenha criticidade acerca dos conteúdos, das fontes e das formas de combinação entre esses dois aspectos, a fim de que seja possível perceber a trama de vozes tecida no que é veiculado.

No somar de forças para pensar essa questão, à Universidade cabe levantar problemáticas para contribuir com saberes científico-pedagógicos próprios desse lugar, com a finalidade de socializar seus achados para fazer circular propostas de intervenção das temáticas que pesquisa. Nessa perspectiva, esta tese tem como base a teoria bakhtiniana, ao mesmo tempo que se coloca em diálogo – e em contribuição – com outras áreas das humanidades, para contemplar por diferentes ângulos a temática a qual se propõe analisar.

Ao se debruçar sobre o objeto escolhido, é possível refletir acerca das contribuições que a teoria dialógica do discurso pode prover para a análise do gênero charge. Esta tese está em diálogo com as reflexões do grupo de pesquisa “Tessitura: Vozes em (Dis)curso”, certificado pelo CNPq. Além disso, está vinculada ao projeto de pesquisa *A constitutiva e tensa relação com o discurso do outro: questões de pesquisa e de formação na contemporaneidade* (DI FANTI, 2014). Esta tese também dá continuidade às reflexões oriundas do mestrado, culminadas na publicação da dissertação intitulada *Vozes sociais em confronto: sentidos polêmicos construídos discursivamente na produção e recepção de charges* (GONÇALVES, 2015a), em que se pensou acerca dos sentidos envolvidos na relação entre produção e recepção de charges, isto é, na análise dos caminhos de compreensão lançados pelo projeto enunciativo desse gênero discursivo e pelas leituras de seus interlocutores.

No doutorado, o interesse pelo objeto *charge* é focalizado a partir do entendimento da arquitetônica do gênero discursivo em questão. Isso significa dizer que, com as discussões da dissertação, reunidas às descobertas em relação às duas charges analisadas que serão objeto de escrutínio neste trabalho, quer-se pesquisar a atividade discursiva que o constitui, perseguindo traços, tensionando-os com os discursos em circulação para propor o que é uma leitura crítica do gênero discursivo em análise.



Se no mestrado o interesse foi entender aspectos da produção e recepção da charge, observando como o leitor constrói sentidos polêmicos, na tese visa-se ao entendimento do que pode fazer uma charge promotora de discurso intolerante. Quer-se entender quais recursos são mobilizados para a edificação de sentidos intolerantes. Que fios dialógicos são necessários para que uma charge seja entendida como com contorno intolerante. Dessa vez, está-se pesquisando particularmente a charge como um gênero específico, o que se convencionou chamar nesta tese de *charge com contorno intolerante*. Esse recorte vê a charge desde a perspectiva de seus elementos constitutivos e o que eles podem reverberar em termos de sentidos.

O intuito não é a descrição ou a classificação do gênero charge com contorno intolerante, mas a compreensão dele enquanto um enunciado, “[...] um texto incluído na comunicação discursiva (na cadeia textológica) de dado campo” (BAKHTIN, [1960] 2011b, p. 309). É o entendimento das relações dialógicas que se persegue. O diálogo e a dialética, conforme aponta Bakhtin ([1960] 2011b, p. 310). Para ir além dos componentes linguísticos, faz-se oportuna a interface teórica entre áreas das ciências humanas, a partir de três eixos, a saber: discurso, direito de base hermenêutica e filosofia.

O gênero discursivo charge entrelaça discursos sociais contemporâneos a ele, e a valoração de um determinado autor sobre o mundo. Assim, a charge nasce como a tomada de decisão de um sujeito frente à pauta de assuntos sobre a qual ele age valorativamente, isto é, ele age para responder aos temas que lhe instigam. Esses dois grandes centros – o horizonte social do *eu* e do *outro* (tanto outros *eus* quanto os discursos em circulação) – relacionam-se e expressam-se nos elementos verbais, verbo-visuais ou visuais que fazem nascer a charge, circunscrita à determinada esfera social. Compreender um discurso implica, pois, o estabelecimento de seus limites: quem é o autor e sua imagem de autor (BAKHTIN, [1929] 2013; [1920-22] 2011a; [1960] 2011b); qual o contexto de produção; com quais discursos está em diálogo. Tudo porque, para Bakhtin ([1960] 2011b, p. 317), a compreensão é ativa, precisa que se lhe monte o quebra-cabeça constituído pelo linguístico e por toda inter-relação semântica, estética e artística que tem origem nos limites de um determinado emolduramento.

Como qualquer discurso, a charge é uma proposição viva, cujo presente bidireciona-se para o passado e para o futuro. Para o passado, porque se coloca em relação com os discursos anteriores que a motivaram. Para o futuro, porque se coloca em relação com os discursos futuros que dela partem, nela tocam ou com ela se chocam.

É nesse jogo entre discursos que a *responsividade* tem vez. A noção *responsividade* cresce também quando do diálogo entre áreas, uma vez que, em termos teóricos, mais ângulos de visão são proporcionados para compreender a charge e seus desdobramentos. Isso porque o conceito de *responsividade* – que será evocado nas análises – diz respeito às respostas que se produzem em relação a discursos anteriores. Assim, quanto maior a base de contato, mais teias de possibilidades de sentidos é possível criar.

O conceito de *responsividade* implica outro: o de *responsabilidade*. Ao alimentar a cadeia de discursos respondendo a ditos anteriores, também se está projetando novos dizeres, dando fluência à dinâmica dialógica da linguagem e da tensão entre discursos. Nessa perspectiva, segundo Bakhtin ([1979] 2011e), há uma inevitável responsabilização pelo que é dito, porque quem algo diz o faz desde o seu lugar no mundo. Assim, está emitindo seus pontos de vista sobre determinado tema, objeto, pessoa, situação.

No discorrer sobre os sentidos, recorre-se à teoria dialógica do discurso para entender termos como *autor*, que em Bakhtin ([1920-24] 2011a; [1960] 2011b) assume diversificadas perspectivas – agente, personagem, participante do evento, elo que viabiliza a responsividade. Na busca da compreensão dos sentidos, outras perspectivas de trabalho que se aproximam da teoria dialógica do discurso, tal como é o caso das noções de *identidades social* e *discursiva* (CHARAUDEAU, 2009), entram em diálogo a fim de entender as implicações que determinada charge possui na relação arquitetônica da identidade social de seu autor, isto é, quem ele é na esfera que ocupa, como os seus o reconhecem a partir dos papéis sociais que lhe são outorgados. A identidade discursiva pode apontar, de modo complementar, se a charge em análise pode, por exemplo, sinalizar-se como intolerante por seus próprios elementos, mas entra em tensão com a identidade discursiva de quem a criou, devido ao conjunto de discursos que formam a imagem do chargista – e já cria uma série de pré-construções esperadas.

O estudo da noção *arquitetônica* é relevante porque deixa ver o todo discursivo, a construção ou a estruturação dos ditos, na perspectiva da organização do conteúdo frente a uma fatia de espaço e tempo. Essas instâncias formam as possibilidades de sentido. A arquitetônica é o todo: seu acabamento, seus limites, base para a construção do próprio gênero do discurso (BAKHTIN, [1924] 1998). Ela implica ver a charge em sua relação com o todo sócio-histórico que lhe circunscreve.

Ao estudar o imbricamento das noções em questão, delinea-se o gênero charge à medida que se entendem aspectos relativos à sua estética, uma vez que são confrontados

elementos de ordem, disposição e acabamento, isto é, traços referentes à sua forma de composição, selecionada pela arquitetônica que a reveste. Para tanto, vê-se esses elementos na relação com sua face social, a fim de perceber suas implicações culturais, bem como suas projeções discursivas. Quanto mais se pensar sobre as relações existentes entre tudo aquilo que constitui a forma arquitetônica da charge, em tensão com as situações sociais que a motivam, mais se conhecerá sobre seu funcionamento. Essa condição se estende também para observar a tensão existente entre os limites do discurso, no sentido de considerar o que pode ou não pode ser dito em determinados momentos, por certas pessoas.

Para alcançar o proposto, a pesquisa edifica-se em tom de diálogo, recorrendo à teoria dialógica do discurso, espinha dorsal da tese, mas também a autores que discorrem sobre charge, discurso de ódio, intolerância. O viés bakhtiniano contribui com a fundamentação desta pesquisa porque outorga elementos, em perspectiva interdisciplinar, sobre “[...] a linguagem em uso, artístico ou cotidiano, sobre as relações constitutivas existentes entre linguagem, sujeitos, sociedades, culturas” (BRAIT, 2012). Ademais, porque oferece uma visão de análise que fomenta a cooperação entre diferentes áreas das ciências humanas, dado o caráter multifacetado da linguagem – já que o Círculo a entende como um fenômeno social (BAKHTIN, [1930-36] 2015).

Do direito de base hermenêutica, advêm as noções sobre as aplicações jurídicas das normas vigentes no Brasil para organizar a sociedade como um todo. Assim, dá pressupostos para perceber quando um discurso é entendido como crime; quando toma forma de liberdade de expressão. A filosofia aporta compreensões sobre o agir humano, sobre construção de emoções, sobre o que caracteriza o discurso de ódio – pulverizado em distintas formas de intolerância –, quais suas nuances, quais suas definições e ramificações. As áreas contribuem com elementos que ajudam a compor e projetar sentidos, fazendo emergir posicionamentos da pesquisadora frente às charges selecionadas.

A interface teórica é possível porque foi pensada uma perspectiva humana com abertura para um olhar social para os fenômenos da linguagem. Dessa maneira, empreender diálogos entre áreas predispostas a uma intersecção contribui para aprofundar a observação do objeto de pesquisa, uma vez que, ao ser contemplado sob diferentes pontos de vista, as análises são enriquecidas. Como analisar discursos é voltar-se para enunciados sociais povoados de tensões entre o *eu* e o *outro* –

considerando a heterogeneidade existente na própria tensão dessa relação –, metodologias que reúnam eixos das ciências humanas aumentam o campo de visão.

Tendo por base a noção de linguística distributiva ou simétrica, de Paveau (2011), recorre-se a autores de diferentes momentos dentro do que é reconhecido como estudos discursivos, sempre pontuando aproximações ou distâncias teóricas que venham a ter com a teoria dialógica do discurso, que é a linha mestra das análises. Esse tecer de teorias é importante porque a área do discurso está em constante evolução, com discussões que tanto dialogam com discursos anteriores, visando a encontrar a raiz do pensamento, como oferecem novas perspectivas, com desenvolvimento de metalinguagem necessária à precisão dos conceitos e categorias de análise. Paveau (2011, p. 5)<sup>2</sup> explica que pode haver contribuição entre as disciplinas que têm como objeto o discurso, porque ao fim e ao cabo seu instrumental é pensado para compreender a intersubjetividade das produções discursivas. A ideia de contribuição para a autora implica o sentido de (co)construção e de distribuição. A perspectiva de Paveau (2011), pois, é pertinente em uma proposta de análise que recorre ao diálogo entre áreas.

Para colocar em discussão esses questionamentos, está-se partindo de duas hipóteses, todas ancoradas no entendimento de que, para a teoria dialógica do discurso, as manifestações languageiras estão diretamente relacionadas a campos discursivos existentes em contextos determinados. Nesses campos, atuam na dinâmica da linguagem sujeitos circunscritos em uma cultura, que deixam entrever em suas produções comunicativas valorizações carregadas de nuances projetadas em função da relação que se estabelece entre os parceiros da comunicação discursiva, o ambiente em que se encontram e de acordo com um projeto de dizer delineado na tensão de diferentes vozes sociais.

O momento de interação interpessoal acontece nos moldes do que o Círculo entende como *gêneros discursivos*, isto é, tipos de enunciados estabelecidos em formas sociais de comunicação delineadas – pelo próprio grupo social de cada época – para “enroutar” tipos de discurso e, dessa forma, anunciar ao parceiro discursivo um modo de comunicação. Para o Círculo, em todo discurso há um conteúdo temático, uma forma composicional e determinado arranjo estilístico que o autor mobiliza para enunciar seu

---

<sup>2</sup> No original: “Dans les travaux actuels au sein des disciplines qui on à faire avec le discours, circulent deux concepts-étiquettes qui proposent une forme de solution à ce problème: le partage et l'intersubjectivité”.

projeto de dizer. Isso significa que os atos humanos dão origem a conteúdos que são expressos por meio de signos verbais e visuais, que se combinam formando modos de dizer.

Bakhtin ([1924] 1998) explica que a forma, elemento que, na composição do gênero do discurso, materializa determinado modo de enunciar divide-se em: a) forma composicional (materialidade textual) e b) forma discursiva, que, colocando em relação autor, tópico e ouvinte, faz nascer a forma arquitetônica. Por arquitetônica o autor está se referindo ao universo amplo dos valores morais, físicos, estéticos, inerentes ao olhar que recorta o fato sob uma conjuntura social, temporal e espacial. Delineada na circunstância do momento enunciativo, a forma arquitetônica surge na concatenação de diferentes elementos e seleciona a forma composicional, permitindo sentidos. Assim, no gênero charge está inscrita uma forma arquitetônica.

Tendo em vista esses pressupostos da teoria bakhtiniana, passa-se às hipóteses. A primeira com a qual se trabalha é a de que o gênero charge não tem como projeto de dizer ser um discurso de humor. Eis que, portanto, não seriam adequadas as rubricas *humor gráfico*, *texto humorístico* e derivações. A proposição que se sustenta é que a charge pode ter como um de seus efeitos de sentido o humor, mas seu objetivo é a crítica. Registrar charge como gênero humorístico é recorrente em dicionários, inclusive os específicos da área da comunicação<sup>3</sup>. Também é recorte comum em pesquisas e publicações sobre o tema<sup>4</sup>. Ocorre que, dentro daquilo que se fala na charge, ou seja, dentro de seu tema, pode haver diferentes estratégias enunciativas que desencadeiam diferentes efeitos de sentido como humor, ironia, protesto. Nessa construção, considerando-se a hipótese verdadeira, dever-se-ia questionar o que ocorre especificamente com as charges cujo projeto de dizer delineia intolerância.

Pensa-se que entender a charge associada apenas ao efeito de sentido *humor* pode conduzir a leituras afastadas daquela que seus elementos verbo-visuais projetam meio à tensão com o contexto social do qual emerge a charge. Esse fato pode fazer o leitor não apreender suas possíveis leituras porque não identifica as vozes sociais que atravessam o discurso da charge – sejam as que a constituem, sejam as vozes históricas

---

<sup>3</sup> RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

<sup>4</sup> ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo*. Maringá: Eduem, 2000. Na pesquisa do banco de teses e dissertações da CAPES, importante plataforma nacional, há o registro de mais de cinco mil trabalhos que relacionam charge a humor.

que marcam a própria edificação do gênero, isto é, aquelas que fazem com que o leitor entenda que determinado discurso se trata de uma charge.

A segunda hipótese está, de certo modo, tramada à primeira. Ancorando-se na teoria bakhtiniana, sustenta-se que o projeto enunciativo da charge é a crítica. Para esclarecer essa hipótese, é necessário mencionar que a palavra *crítica* é, nesta tese, entendida como a apreciação/valorização de determinado tema por um autor. Entender que a motivação da charge é a crítica, compreendida como uma apreciação, seria uma maneira de proceder em leituras complexas como o são as de charges com contornos intolerantes. Sendo essa hipótese verdadeira, charges com contornos intolerantes seriam um tipo de crítica edificada no incitamento de generalizações negativamente valoradas?

Desenvolver uma reflexão acerca do gênero charge, entendendo-o como uma crítica sobre temas da contemporaneidade, é um pressuposto para compreender aspectos de sua constituição enunciativa. Nesse sentido, conduz o pesquisador à compreensão de uma noção ainda pouco estudada<sup>5</sup> na teoria dialógica do discurso: a *arquitetônica*, especificamente no que diz respeito ao que se está convencendo como gênero *charge com contorno intolerante*. Essa rubrica pode dizer muito sobre sua constituição na esfera de comunicação social como nos processos de recepção. Entendendo a arquitetura da charge, é possível discorrer sobre procedimentos de leitura que levem à identificação das relações dialógicas que a originam, bem como ao entendimento do que as vozes reverberadas nesse gênero podem delinear como possibilidade de sentido meio à cultura que circunscreve determinada charge.

Tendo em vista o exposto, o problema de pesquisa que se busca discutir pode ser expresso da seguinte maneira: considerando a perspectiva da teoria dialógica do discurso acerca do que é um gênero discursivo, como se constitui discursivamente o gênero *charge com contorno intolerante*? Desse questionamento inicial, há outros desdobramentos que igualmente norteiam a pesquisa, tais como: a) em relação a charges cujo projeto enunciativo delinea intolerância, como ocorre a tensão entre os elementos verbo-visuais ou visuais e as vozes sociais que as atravessam?; b) qual é, em essência, o

---

<sup>5</sup> No banco de teses e dissertações da Capes, por exemplo, não mais de 500 (quinhentas) pesquisas aparecem para a entrada *arquitetônica Bakhtin*. Quando essa busca é pormenorizada na leitura dos resumos, é possível perceber que a palavra-chave *arquitetônica Bakhtin* não é, verdadeiramente, o mote das pesquisas, mas aparece nelas como um conceito do referencial bakhtiniano mencionado nos trabalhos. Especificamente para a entrada *arquitetônica charges*, o número cai para 97 (noventa e sete). A leitura dos resumos dos trabalhos, porém, viabiliza perceber duas questões que afastam essas produções da tese que se edifica: a) charges são entendidas como discurso humorístico, e a palavra *arquitetônica* aparece no trabalho, mas não como foco da pesquisa; e a palavra *arquitetônica* não faz parte do referencial teórico bakhtiniano.

objetivo da charge; c) qual a diferença entre discurso intolerante e discurso de ódio? Como concatenar liberdade de expressão do artista e o reverberar de discursos intolerantes?

Nesse recorte, o objetivo geral é compreender a constituição discursiva da charge com contornos intolerantes, isto é, sua arquitetônica. Os objetivos específicos são a) compreender o tensionamento existente entre liberdade de expressão e manifestação intolerante; b) entender quais recursos são mobilizados para a edificação de sentidos intolerantes; c) verificar que fios dialógicos são necessários para que uma charge seja entendida como com contorno intolerante; d) analisar os elementos constitutivos da charge na relação com os discursos sociais a fim de ver o que eles podem reverberar em termos de sentidos; e) definir os conceitos *ódio* e *intolerância*.

Para alcançar o proposto, foram selecionadas para análise duas charges supostamente com contorno intolerante, a julgar por seus elementos visuais ou verbo-visuais – frente à tensão das vozes sociais que as atravessam na relação que conta com: o autor que as assina, o veículo em que foram publicadas e no compor das tramas que se estabelecem entre os discursos contemporâneos que dialogam com elas. Uma aborda o universo da política e outra, da religião.

A seleção se deu em razão de se ter um exemplar de uma charge cuja construção composicional é verbo-visual e a outra apenas visual. Essa decisão permite contemplar o espectro do que pode envolver os elementos de composição desse gênero. Além disso, essa eleição também considerou que, no âmbito *atualidades*, que é o conteúdo temático da charge, os assuntos política e religião são geradores de tensões sociais capazes de reverberar intolerância.

Como o aspecto emotivo-volitivo do autor da tese também perpassa sua busca e seleção do objeto de pesquisa, é importante sublinhar que, uma vez estabelecido o interesse por investigar o discurso intolerante em charges, há três atitudes que se destacam: 1) de antemão, ter uma concepção do que é o discurso intolerante, 2) selecionar o escopo de atuação (intolerância em charges) e 3) por ele procurar. Assim, no universo de charges que são produzidas e estão disponibilizadas na internet, o olhar já está definido para a percepção de obras que podem deixar ver intolerância, pelo menos em um primeiro momento. Certamente as análises dirão se essa suposição inicial que motivou a busca e a seleção era verdadeira ou não.

Para se chegar a esse recorte, então, foi realizada uma pesquisa na internet com a palavra-chave *charges intolerantes*, visando a encontrar materiais que informassem

sobre leituras inapropriadas ou algum outro aspecto que envolvesse a construção de sentidos intolerantes. Foi percebido que muitas das buscas para a entrada selecionada relacionam-se com as charges quando do episódio *Charlie Hebdo* (2015) e algumas poucas outras charges cuja temática era a intolerância religiosa. Assim, partiu-se para uma segunda busca, pautada em entradas sabidamente intolerantes, tais como: *charge machista; charge religiosa, charge homossexual*. O resultado não foi satisfatório porque expressivamente as charges vistas estavam relacionadas ao semanário francês *Charlie Hebdo*.

No próprio buscador, mas agora no subdomínio específico de resultados para imagens, como terceira tentativa, partiu-se para a entrada *charge discurso de ódio*. Visando a encontrar temáticas que focalizavam intolerância, não se obteve sucesso. Ainda na busca por imagens, optou-se, então, pela entrada *charge ódio*. Nessa seleção, encontraram-se muitas produções em tom de denúncia. Refinando os resultados, viu-se que em algumas charges que apresentavam protesto era possível ver também uma atmosfera de ataque. Justamente essas foram as selecionadas para as duas charges a serem analisadas, as quais se convencionou chamar *charges com contorno intolerante*.

No que diz respeito à organização das análises, elas estão separadas por temática. Assim, no capítulo das análises, haverá duas seções intituladas: a) manutenção de estereótipos, e b) religiosidade em pauta. Na disposição interna de cada uma das seções, primeiramente se discorre sobre a ideia que dá título ao tópico. Em seguida, apresenta-se a charge selecionada como abertura de cada seção. Depois, passa-se à apreciação da charge, que em si contempla: (a) descrição dos elementos da charge, (b) análise e (c) reflexão no âmbito da interface sobre os elementos constituintes da charge. Depois de apresentadas as duas seções, é realizada uma apreciação dialógica, pontuando aproximações e distanciamentos entre as análises realizadas.

Ao se analisar charges que veiculam discursos que podem ser vistos como intolerantes, abre-se precedentes para a compreensão dos limites entre liberdade de expressão e crime de ódio, por exemplo. Essa problematização é oportuna, pois, na contemporaneidade, muitas são as ofensas expressadas em meios de comunicação, tais como a internet. Conforme, López-Muñoz (2016, s/p, on-line)<sup>6</sup>, “[...] os discursos de ódio são mais do que uma mera forma de expressão. São práticas discursivas

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida ao *Arco: jornalismo científico e cultural*. Disponível em: <[http://coral.ufsm.br/arco/Digital/Noticia.php?Id\\_Noticia=378](http://coral.ufsm.br/arco/Digital/Noticia.php?Id_Noticia=378)>. Acesso em: 21 dez. 2016.



caracterizadas pela intenção de gerar um estado de insegurança e medo em determinados grupos sociais”.

Propor a análise de charges que projetam discursos de intolerância pode ser considerado original nos parâmetros teórico-metodológicos que ora se apresentam, uma vez que não foram encontradas referências com este recorte no banco de teses e dissertação da CAPES, uma importante plataforma nacional, tampouco no Scopus, um banco de dados acadêmicos internacional de ampla divulgação, nem no Google Acadêmico, ferramenta do Google que permite pesquisa selecionada em bases acadêmicas. Nas plataformas consultadas, pesquisou-se por palavras-chave tais como *charge intolerante*, *arquitetônica de charge*, *arquitetônica de charge intolerante*, *Bakhtin*, *direito e filosofia*, não encontrando resultados para nenhuma das entradas. Assim, pode-se considerar a possibilidade de ineditismo tanto no que se refere à temática quanto à interface teórica proposta.

Nesta tese, ao discorrer sobre as charges eleitas, é possível fazer menção aos aspectos culturais e sociais que os discursos em questão deixam entrever a partir dos elementos que constituem a charge, bem como em relação ao contexto em que ela aparece. Isso é possível porque a teoria que subsidia as análises propõe um método sociológico para compreender a dinâmica da linguagem.

Assim, a teoria dialógica do discurso orienta que os signos ideológicos, em sua realidade material, não devem ser separados de sua ideologia, nem dissociados das formas concretas de comunicação das quais emergem. Outra orientação desse referencial é que não se deve abstrair a comunicação e suas formas de sua infraestrutura, isto é, sua base material (VOLOCHÍNOV [1929] 2017)<sup>7</sup>. Transpondo esse entendimento para o objeto *charge*, há de se conseguir recortar, para as análises, também os discursos a ela relacionados, no entendimento de que eles dão a teia de vozes que criam os sentidos que podem ser percebidos nos elementos constitutivos desse gênero.

Essas considerações pretendem afastar os estudos da linguagem de teorias abstratas que recortam os problemas da linguagem como objetos separados de sua natureza social, reduzindo-os a fatos apenas linguísticos. Por essa razão é que se propõem disciplinas das humanidades para auxiliar nas reflexões. Os diálogos entre áreas afins supõem apreender de modo crítico o fenômeno multifacetado da linguagem.

---

<sup>7</sup> Não se entra nesta tese na discussão acerca da autoria dos textos considerados disputados. Assim sendo, citam-se os nomes conforme as referências consultadas apresentam.

Este desenho foi pensado porque parece uma contribuição para as problemáticas de leitura, uma vez que olhar criticamente para o discurso chargístico muito tem a dizer sobre a realização de uma leitura profunda, capaz de ir além dos elementos aparentes no discurso. Uma leitura crítica passa necessariamente pelo confronto de qualquer gênero discursivo com a situação social da qual ele emerge.

Nessa perspectiva, compreende-se que o discurso traz consigo a multiplicidade de vozes que o constituem a partir das diferentes experiências vividas pelos sujeitos ao longo da história. Como a realidade não é reflexo direto da vida, a linguagem constrói discursivamente os fatos sociais e deixa entrever, a partir dos signos ideológicos, as suas apreciações valorativas sobre o mundo.

Por esse motivo, para o Círculo de Bakhtin, no discurso não há neutralidade. Os signos, as palavras, os enunciados são sempre orientados de maneira valorativa. Volóchinov ([1929] 2017, p. 91) afirma que todo o signo está sujeito à avaliação ideológica, ou seja, à análise no intuito de compreender se algo é verdadeiro, correto, justificável, falso, errôneo. O autor comenta ainda que o “[...] domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos”. Assim, aquilo que é ideológico é também semiótico. Nesse entendimento, a realidade em si é um momento único, irrepetível, cuja menção posterior se dá discursivamente – estando, assim, marcada por determinado ponto de vista e, por consequência, a existência dos signos é preenchida por nuances axiológicas.

Nesse sentido, tratar de questões que contemplam a análise do funcionamento do discurso, vislumbrando compreender sua construção valorativa, norteia esta pesquisa. As hipóteses formuladas são passíveis de confirmação, refutação ou reformulação. O importante é que elas funcionam como um cicerone para a construção do trabalho, elas servem como um guia, um parâmetro que direciona o olhar do pesquisador frente à vasta dimensão que pode comportar o objeto *charge com contorno intolerante*. As proposições expostas advêm do conhecimento provisório oriundo da dissertação, ao mesmo tempo que são formulações pensadas nos limites da teoria que subsidia este trabalho. É possível que em sua feitura essas indagações tomem outros contornos.

Adaptando as palavras de López-Muñoz (2010, p. 26) a esta pesquisa, entender o território do discurso – sublinha-se: especificamente o chargístico – é pensar sobre o lugar da enunciação no todo da comunicação. Assim, ajuíza-se que, compreendendo a forma arquitetônica da *charge com contorno intolerante*, entendendo como esse gênero

se edifica em determinada cultura, quais são os pressupostos para entendê-lo, permite razoar como a enunciação, via charge, tenciona-se no todo da comunicação.

Está-se de acordo com López-Muñoz (2016)<sup>8</sup> quando menciona que as palavras não são simples elementos de uma frase; elas possuem poder. O pesquisador explica que os sentimentos, as crenças, os saberes, tudo são palavras. Essa afirmação vai ao encontro das ideias do Círculo de Bakhtin, que postulam que a palavra é o signo ideológico por excelência, uma vez que nos usos exhibe-se como uma possibilidade de carregar-se axiologicamente, a partir de aparições em arranjos de linguagem tramados em diferentes campos discursivos (VOLÓCHINOV, [1929] 2017).

López-Muñoz (2010; 2016; 2017) integra as discussões desta pesquisa porque advoga que a sociedade contemporânea tem motivo para colocar o discurso do ódio em debate, uma vez que é crescente em diferentes ambientes, mídias impressas ou virtuais, a intolerância. Nessa perspectiva, sublinha em seus trabalhos a importância de uma abordagem interdisciplinar para problematizar essa questão, em razão de seu debate suscitar explicações discursivas, filosóficas, sociológicas e até mesmo jurídicas – colocações que servem de inspiração para o desenho de texto que se projetou para esta tese.

O autor (2017, p. 10, tradução minha) explica que:

[...] uma prática discursiva formalmente ampla e heterogênea caracterizada pela intenção de potencializar as tensões existentes entre determinados grupos sociais ou demográficos, através de estratégias que abarcam desde reafirmação indenitária de pertencimento ao grupo dominante até o aparecimento de insegurança ou de medo no grupo dominado, mais do que como uma mera forma de expressão da violência verbal entre indivíduos<sup>9</sup>.

Em sua visão, as entranhas da linguagem cotidiana deixam ver uma prática discursiva que acompanha a humanidade, mostra-se por formas codificadas, tradicionais, mas também novas configurações oriundas das formas de comunicação que surgem. Seja qual for a maneira que se apresenta, importa entender que configuram um conjunto de práticas discursivas, que compartilham traços linguísticos e estão edificadas

<sup>8</sup> Em entrevista ao endereço eletrônico *La voz del sur*. Disponível em <<http://www.lavozdelsur.es/escibo-por-defecto-igual-que-respiro-o-camino?platform=hootsuite>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

<sup>9</sup> Tradução minha para o trecho original: “[...] una práctica discursiva formalmente amplia y heterogénea caracterizada por la intención de potenciar las tensiones existentes entre determinados grupos sociales o demográficos, a través de estrategias que abarcan desde la reafirmación identitaria de pertenencia al grupo dominante hasta la generación de inseguridad o de miedo en el grupo dominado, más que como una mera forma de expresión de la violencia verbal entre individuos”.

com a expressão e a argumentação de pontos de vista, da opinião, de ideologia, de emoções e do posicionamento a respeito de saberes e crenças. Em seu entender, tendo-se em vista esse conjunto de considerações, parte-se para atender a critérios para a busca, descrição e catalogação dos fenômenos que se estuda (LÓPEZ-MUÑOZ, 2017, p. 11-13).

Assim, dando continuidade aos trabalhos que discorrem sobre ódio e intolerância, espera-se que esta tese possa abrir um espaço de interlocução para pensar os contornos do discurso intolerante – tanto em termos específicos, nas charges selecionadas, quanto em termos gerais, no sentido de entender como o ódio e a intolerância podem se materializar nas interações – e quais suas implicações sociais. A partir das análises das charges selecionadas, busca-se promover a discussão ampla sobre leitura crítica de charges, e específica, sobre o entendimento da arquitetura do discurso e das vozes que o atravessam, além das possibilidades de sentido que elas reverberam nas entrelinhas do dizer.

Quanto à organização desta pesquisa, ademais desta introdução, o primeiro capítulo discorre sobre a teoria dialógica do discurso, de Bakhtin e seu Círculo de estudos, sublinhando-se os conceitos *discurso*, *signo ideológico*, *responsividade*, *valoração*, *arquitetônica* e *gêneros discursivos*, basilares para a análise das charges selecionadas. O capítulo dois apresenta considerações sobre o discurso de ódio e seus desdobramentos, sob o ponto de vista de diferentes autores. É arrolada a discussão de como poderia ser compreendida a temática do discurso intolerante pela ótica de disciplinas das humanidades, tais como a filosofia, e o direito de base hermenêutica. O capítulo três apresenta o material de análise e a metodologia da pesquisa. No capítulo quatro, são tecidas as análises, construídas a partir das considerações teóricas baseadas na interface proposta. Em seguida, apresentam-se as considerações finais. Depois, explicitam-se as referências utilizadas.

## CAPÍTULO 1 – TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO: PONTOS DE APOIO PARA A REFLEXÃO DE MATERIALIDADES VISUAIS E VERBO-VISUAIS

Este capítulo apresenta discussões situadas no âmbito da chamada teoria dialógica do discurso<sup>10</sup>, em relação aos conceitos oportunos para a compreensão das charges com contornos intolerantes, selecionadas para esta investigação. Discorre-se sobre termos como *discurso*, *signo ideológico*, *responsividade*, *exotopia*, *valoração* e *arquitetônica* (CÍRCULO DE BAKHTIN, [1924] 2011a; [1929] 2017; [1979] 2011e; [1926] 2011f).

A linguística como área de estudos é ampla e está em constante renovação. Como seu escopo divide-se em diversos pontos do grande fenômeno que é a linguagem, essa ciência cresce interna e externamente, a partir da colaboração de áreas que com ela se propõem ao diálogo, como a filosofia, o direito, a sociologia, por exemplo.

A teoria dialógica do discurso pode ser situada internamente na linguística, seja porque essa teoria influenciou muitas das orientações de estudos no âmbito do texto e do discurso (BARROS, 2005), seja porque a linguagem é central no pensamento dos estudiosos que compõem essa teoria (TEIXEIRA, 2005). Nas palavras de Faraco (2009, p. 09), “[...] Bakhtin e seu Círculo têm já lugar consolidado na história do pensamento linguístico”, pois suas discussões sobre a linguagem viabilizam entender esse fenômeno desde uma perspectiva ampla, preocupando-se em compreender as relações de sentidos, a partir de metalinguagem própria.

A teoria dialógica do discurso considera a historicidade que circunscreve os discursos sociais como fenômenos históricos, pertencentes a dinâmicas concretas, situadas em um tempo e um espaço definidos. O ato de entender o discurso situado permite ver as possibilidades de sentidos que ventilam diversificadas materialidades de discursos verbais, visuais ou verbo-visuais, configurando-se frutífera para a análise de charges, por exemplo.

Nesta tese, a perspectiva oferecida pela teoria dialógica do discurso é oportuna porque viabiliza uma visão de língua em uso, capaz de aceitar conexões, aproximações e elucubrações de outras áreas para entender o multifacetado fenômeno que é a

---

<sup>10</sup> Terminologia oferecida por Brait e Magalhães (2014) para designar o conjunto das ideias do *Círculo de Bakhtin*.

linguagem. Colocando-se em um enfoque de diálogo e contribuição, esse viés oportuniza olhar o discurso, seu autor, o entorno no qual tal produção de linguagem se estabelece, tudo a partir da recuperação de aspectos sócio-históricos desde uma perspectiva intersubjetiva, que permite relacionar discursos outros, saberes, crenças e valorações, necessários ao entendimento daquilo que se analisa.

Envolvidos nos debates intelectuais de seu tempo, um grupo multidisciplinar, formado, dentre outros, por filósofos, um biólogo, uma pianista, um professor, um bacharel em direito, deu origem ao chamado Círculo de Bakhtin, que se reuniu de 1919 a 1929 na Rússia. Segundo Faraco (2009), a denominação Círculo de Bakhtin foi dada por estudiosos do pensamento russo para fazer menção às ideias do grupo e assim ficou conhecido porque Bakhtin fora o mais expressivo influenciador intelectual dentre os integrantes.

Com diferentes formações e diferentes interesses, suas discussões eram perpassadas por inquietações filosóficas. Trataram de diversos temas, dentre eles a linguagem. Faraco (2013, p. 391)<sup>11</sup> menciona que Bakhtin foi um dos maiores filósofos do século XX, pois “[...] percebeu o heterogêneo funcionamento discursivo da linguagem e correlacionou essa heterogeneidade com muitas axiologias sociais. Afirmou que enunciar é sempre asseverar valores”. Segundo Faraco (2009), os integrantes que mais discorreram em diferentes publicações sobre questões comuns à linguagem foram Mikhail M. Bakhtin, Valentin N. Volochínov e Pavel N. Medvedev.

Em outra linha argumentativa, de acordo com Ponzio (2011, p. 46), o chamado Círculo de Bakhtin não era uma escola no sentido acadêmico do termo, tampouco Bakhtin era o líder desse grupo. O autor argumenta que o Círculo trata-se de “[...] um grupo, de uma intensa e afinada colaboração, em clima de amizade, com pesquisas comuns, a partir de interesses e competências diferentes”. Ponzio considera (2011, p. 48) que a caracterização do Círculo como *de Bakhtin* e as referências a esse grupo como *bakhtiniano* tenham surgido em razão de Bakhtin ser o integrante que mais tempo viveu – Volochínov morreu em 1930; Medvedev, em 1938; Bakhtin, em 1975 –, e não porque fosse efetivamente o líder. Nesses termos, explica que todos aqueles que integraram o Círculo eram “vozes igualitárias” (PONZIO, 2011, p. 49), partícipes, comprometidas,

---

<sup>11</sup> Em entrevista concedida a Lúcia F. Mendonça Cyranka, publicada na *Revista Práticas de Linguagem*, v.3, n. 2, jul./dez. 2013, p. 391. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2014/01/388-%E2%80%93-393-Entrevista-com-Carlos-Alberto-Faraco.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

recíprocas. Em uma dinâmica plural e dialógica, todos contribuíam singularmente desde seu universo de valores.

As obras do Círculo apresentam a linguagem como um fenômeno social, que se nutre das interações humanas em diferentes esferas de atuação. Na publicação *¿Qué es el lenguaje?*, ao abordar as características da linguagem como um material criativo do escritor, Bakhtin/Voloshinov ([1929-1930], 1993, p. 218) menciona que as particularidades que compõem o universo linguístico estão marcadas por uma multiplicidade de leis que orientam os usos estabelecidos socialmente; há significados mais ou menos modelados a partir dos usos que a sociedade manifesta em seu intercâmbio comunicacional. Assim, o traço constitutivo da linguagem é social (VOLOCHÍNOV [1930] 2013, p. 135); esse é o juízo de valor que aparece em diversas publicações do grupo.

Na referida obra, Bakhtin/Voloshinov ([1929-1930], 1993) cita diferentes teorias que tentam explicar a origem da linguagem. Sua atenção, em especial, repousa sobre o entendimento de que o que teria motivado a necessidade de comunicação fora o traço social que atravessa o ser humano. Assim, para ele, a linguagem é produto da atividade humana na coletividade, sendo sua criação e sua representação. A função da linguagem é definida socialmente, sendo, em certo grau, uma superestrutura das relações sociais, uma vez que pela linguagem há interação.

A linguagem organiza a vida social; é edificadora do pensamento e da consciência. Dessa forma, ela constitui tanto a expressão externa de cada sujeito – interpessoal entre os membros de determinada comunidade – quanto a expressão interna – intrapessoal. Com a linguagem, foi possível o desenvolvimento das ciências como um todo, das crenças, da cultura e das reflexões filosóficas em relação ao próprio ser (VOLÓCHINOV, [1929] 2017).

Na teoria dialógica do discurso, o movimento de compreensão do mundo requer do sujeito uma linguagem interior, que lhe permita conjecturar toda sorte de abstrações, explanações e discussões. A linguagem é apreensão valorativa do mundo e expressão igualmente valorativa desse mundo; há uma dinâmica de reflexo e refração na relação do ser com o mundo. Por meio dela, o ser exprime sua subjetividade; pode encontrar-se consigo; pode dar vida aos atos de consciência; dar a conhecer a si e a outros; pode expressar fenômenos fisiológicos como os advindos de sensações – sentir fome, sentir sede (VOLOSHINOV, [1930] 2013). Assim, a linguagem é organizadora dos processos

de *entender-se* e do *entender ao mundo* que circunscreve o ser. Ademais, a linguagem é viabilizadora dos mais variados tipos de relações.

Para o Círculo de Bakhtin, a linguagem se constitui pela interlocução porque toda a expressão possui uma orientação social. Assim, no entendimento desse grupo de pensadores, a interação entre os participantes de qualquer comunicação discursiva está atravessada pela situação em que se dá a comunicação, com base nos sujeitos nela envolvidos e no interesse de mover determinados temas, isto é: quem fala dirige sua palavra a alguém, mediante as especificidades de determinada situação e em referência a um assunto específico. Dessa maneira, toda a enunciação se edifica modulada pela circunstância concreta na qual se sustenta e pelo vínculo que mantém com os interlocutores partícipes dessa interação (VOLOSHINOV [1930] 2013). A linguagem, nesses termos, é um fato social que deixa ver a relação de intercâmbio comunicativo sob a forma de enunciações.

Assim sendo, a linguagem em todas as suas faces, verbal, corporal, verbo-visual, verbo-voco-visual, participa na criação de sistemas ideológicos como a ciência, a moral, o direito, ao mesmo tempo que constitui a consciência de cada sujeito social que circula por esses sistemas. Por isso, Bakhtin/Voloshinov ([1929-30] 1993, p. 242-243) destaca que “[...] a vida interior de todo ser está estreitamente relacionada aos meios que lhe servem para expressá-la. Sem linguagem interior não existe consciência, assim como não existe linguagem exterior sem linguagem interior”. Em ambas as modalidades, há a orientação social, que coloca em relação os interlocutores: um falante sempre projeta a sua enunciação para um ouvinte. Ocorre que na linguagem interior o *eu* faz também as vezes do *tu*, pois mesmo no diálogo interior há um ouvinte em potencial a quem a enunciação se dirige e com base em quem ela é moldada.

Nesses termos, em *A construção da enunciação*, Volochínov ([1930] 2013) explica que a linguagem humana é orientada ao *outro*, que existe como interlocutor presente ou pressuposto, e está atravessada por uma série de entonações ideológicas oriundas do meio social. Isso significa dizer que, nas interações da vida cotidiana, os sujeitos produzem linguagem com fins comunicativos para mover-se em diferentes manifestações interacionais. Suas produções languageiras estão direcionadas ao parceiro comunicativo, são desenhadas e orientadas a ele, tendo em vista especificamente a circunstância na qual está sendo edificada. Esse *outro* que motiva a enunciação pode estar presente – é alguém ou algo que se encontra fisicamente no lócus e também regula sua produção a partir do parceiro (ou do objeto) com quem estabelece interação – ou é



pressuposto, uma vez que está contido na projeção da enunciação que o falante produz; está suposto antecipadamente – projeção imprescindível, a fim de que seja possível estruturar a enunciação em função dessa suposição.

Bubnova (2015) explica que Bakhtin e os outros autores integrantes do Círculo não escreveram nenhum livro específico sobre o *outro*. As ideias que dizem respeito à relação *eu-outro* aparecem na trama de todas as obras, desenvolvidas de diferentes maneiras sob distintos conceitos. Assim sendo, a relação de alteridade que marca *eu-outro* é a essência da própria obra do Círculo, por isso muitas das ideias disseminadas pelo grupo carregarem esse traço. A própria noção de *dialogismo* solicita a existência da relação *eu-outro*. Ademais, o traço social espreado na metalinguagem desses pensadores depende da existência dessa relação de alteridade marcada, que toda a atmosfera filosófica do *eu-outro* comporta.

A orientação social da linguagem é o que permite sua existência porque se não há enunciação não se pode “dizer” nada. Sem que haja um *tu*, um *porquê* e uma *circunstância* não é possível, com propriedade e direção, projetar o desenho do que será dito; não é possível organizar o que se deseja dizer. O *como* dizer e o *quê* dizer dependem desses nortes – estão também modulados pelo o que Foucault (1970) chama de sistemas de controle e delimitação do discurso. Em Bakhtin ([1979] 2016), a noção de *gêneros discursivos* é que irá contemplar as limitações e os delineamentos mais ou menos estáveis dos enunciados, como se verá adiante. Importante é perceber que essas considerações de ambos os autores também requerem a ideia de um *eu* e de um *outro*.

Essa estrutura sociológica da linguagem (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929-1930] 1993, p. 245) é o que lhe confere dinamicidade, uma vez que as mudanças sociais pelas quais passam os modos de interação interpessoal promovem modificações nos modos de comunicar. Em outras palavras: a linguagem se modifica conforme se move o seio social. Como na teoria dialógica do discurso a linguagem está em relação estreita com o meio social, seus elementos recorrentes têm de ser entendidos como sistemas dinâmicos. Nesse sentido é que a proposição de ver a linguagem via gêneros do discurso é uma importante contribuição dessa teoria. Desde uma perspectiva social, toda a produção discursiva de determinado grupo se dá sob gêneros discursivos mais ou menos estáveis.

Volóchinov, em *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929] 2017, p. 107-108, grifo no original), apresenta que “[...] a psicologia do corpo social se realiza nas mais diversas formas de *enunciados*, sob o modo de pequenos *gêneros discursivos*”. E mais

adiante no texto afirma que essas formas de interação verbal estão vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social. Isso porque, para ele, as relações sociais em todas as esferas da vida determinam os contratos discursivos entre as pessoas. Por outro lado, “[...] as condições, as formas e os tipos de comunicação discursiva, por sua vez, determinam tanto as formas quanto os temas dos discursos verbais”. Essas reflexões estão desenhando o que será posteriormente a teoria dos gêneros do discurso.

Há menção em outros textos, todavia, é no ensaio *Gêneros do discurso*, em *Estética da criação verbal*, de modo mais sistemático, que Bakhtin desenvolve a noção de gêneros discursivos. De acordo com o autor ([1979] 2016, p. 12), gêneros discursivos são “tipos relativamente estáveis de enunciado”, que apresentam conteúdo temático, estilo e construção composicional próprios, edificados com vistas a um auditório, uma orientação social e uma valoração particulares da enunciação em que se inserem. Conforme as esferas discursivas crescem e se complexificam, também os gêneros acompanham esse movimento. Dessa forma, sem colocar em dúvida a unidade nacional de uma língua, os gêneros são heterogêneos porque a atividade humana assim o é.

Palavras surgem, outras entram em desuso, formas textuais surgem, outras se tornam obsoletas. Sentidos mudam com o tempo, renovam-se, reformulam-se. Tudo porque as práticas de interação social são modificadas em razão das circunstâncias de interação – que mudam. Nesses termos, explica Bakhtin/Voloshinov ([1929-1930], 1993, p. 246) que “[...] se elaboram os mais diversos tipos de enunciações, correspondentes aos diversos tipos de intercâmbio comunicativo social”<sup>12</sup>. Recorrendo ao interdiscurso para construir um sentido oportuno ao entendimento do que se explica, usam-se os versos de um poema de Camões ([1595] 1946): “mudam-se os tempos/mudam-se as vontades [...] muda-se o Ser”, e, acrescenta-se, mudam-se as formas de comunicar.

Nesse desenho comunicativo que contempla locutor, interlocutor, determinado assunto e um modo específico para enunciá-lo frente à situação de interação, há os sentidos que se deseja projetar. Assim, a forma de arranjo linguístico que o sujeito faz para comunicar está organizada dentro das possibilidades do que a língua, como um todo sistematizado e partilhado socialmente, permite – porque, conforme

---

<sup>12</sup> Tradução minha para o trecho em espanhol: “[...] se elaboran los más diversos tipos de enunciaciones, correspondientes a los diversos tipos de intercambio comunicativo social”.

Bakhtin/Voloshinov ([1929-1930], 1993, p. 218), “[...] existem leis linguísticas que não se pode infringir ou a compreensão recíproca torna-se impossível”<sup>13</sup>.

Se a sociedade vai construindo modos de dizer correspondentes às formas de intercâmbio comunicativo, os gêneros do discurso acompanham essa movimentação. Nessa dinâmica, no todo das enunciações que formam a história dos discursos que acompanham a sociedade, há valores que vão sendo fixados. Eles constituem aspectos da subjetividade de quem fala; esses valores colorem todos os discursos do ser. Assim o fazem porque foram apreendidos da nuvem flutuante dos discursos sociais na qual está circunscrito o sujeito, histórica e culturalmente. Esse repertório de enunciações – também chamadas *discursos* – possui significado mais ou menos estabelecido, uma vez que socialmente ocorrem usos que regulam, arbitrariamente ou não, especificações para determinados signos. Quando no discurso, envoltos pelo contexto, tais usos atualizam-se como signos ideológicos formadores de sentidos próprios das esferas em que aparecem.

Assim, ademais do significado mais ou menos estável que as construções comunicativas podem apresentar, há o sentido, aspecto da linguagem que requer o entendimento de uma determinada construção especificamente no arranjo em que foi usada, tendo a projeção daqueles parceiros comunicativos (e não de outros), sob a relação de interação desses sujeitos, em dada circunstância ocorrida em um tempo e um espaço definidos. Assim, o sentido vai dar origem a compreensões pontuais porque ele está tecido na teia da linguagem, nas relações interpessoais e nas tonalidades que uma determinada época deixa ver. Desse sentido que se compõe do todo do enunciado ressoam valorações próprias da situação, das pessoas e dos modos de dizer o que se diz.

Nesse jogo, estão o que Volóchinov ([1929] 2017, p. 227-238) chama de significação e tema, sendo o primeiro os elementos que se repetem, isto é, as formas regulares da língua; e o segundo o caráter inovador, isto é, a atualização que cada forma regular adquire no discurso, no uso situado e autoral. Ambas as noções são faces de um mesmo fenômeno, nascem juntas no seio dos usos. Como estão vinculadas à dinâmica social, pode ser mais evidente que o tema apresente-se vivo e móvel, porém as significações são estabilizadas relativamente, pois estão sempre atreladas às formas de usos específicos e a quadros históricos determinados. Por essa percepção, é que o olhar

---

<sup>13</sup> Tradução minha para o trecho em espanhol: “[...] existen leyes lingüísticas que no pueden infringirse, o la comprensión recíproca se volverá imposible.

do pesquisador analista do discurso focaliza o gênero discursivo, haja vista que nele observa a linguagem como um fenômeno vivo e concreto.

Para fins didáticos, a explicação de *significação* e *tema* dá-se de maneira separada a fim de que se possa apreender cada noção, mas mais uma vez se sublinha: são constitutivas e complementares. A totalidade da enunciação como um fenômeno concreto e único, isto é, o tema, é parte integrante – junto ao significado – do sentido do enunciado. Uma unidade temática, assim como a própria enunciação, é não reiterável, uma vez que “[...] se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem ao enunciado” (VOLÓCHINOV [1929] 2017, p. 228). Tema e significação estão em relação justamente porque formas linguísticas (palavras, arranjos morfológicos e sintáticos, sons, entonações) e formas não verbais compõem o enunciado, repleto de sentidos e conteúdos ideológicos. Se o tema do enunciado é tão concreto como o instante histórico ao qual pertence, o tema é o sentido que o enunciado veicula. Isso porque o sentido é possível apenas na totalidade da expressão do enunciado, que ocorre nos limites da concretude de um momento.

No interior do tema, do sentido do enunciado, está o reiterável e idêntico, denominado *significação*. São aqueles elementos fundados que respondem a uma convenção, à organização de uma dada língua. A significação é potência, é o engenho, é aquilo que viabiliza a concretude do sentido. Enquanto o tema é um sistema dinâmico e complexo de signos ideológicos, moldado frente à determinada situação e projetado com base em um auditório específico, a significação é propriamente a capacidade de significar, em razão de ser ela um potencial. Não diz nem quer dizer nada por si só, haja vista ser “[...] uma possibilidade de significação dentro de um tema concreto” (VOLÓCHINOV [1929] 2017, p. 231). Partes integrantes do enunciado, dos discursos, não há tema sem significação. Nas palavras do pensador russo:

*O tema é um complexo sistema dinâmico de signos que procura se adequar ao momento concreto da formação. O tema é uma reação da consciência em constituição para a formação da existência. A significação é um artefato técnico de realização do tema. Evidentemente, é impossível traçar um limite absoluto e mecânico entre a significação e o tema. Não há tema sem significação nem significação sem tema. [...] Por um lado, o tema deve apoiar-se em uma significação estável; caso contrário, ele perderá a sua conexão com aquilo que veio antes e que veio depois, ou seja, perderá totalmente o seu sentido (VOLOCHÍNOV [1929] 2017, p. 229, grifo do autor).*

Por colocar-se em relação de construção com o ser em devir, Volóchinov ([1929] 2017, p. 229-230) expõe que o tema é essa *totalidade de*, sempre vinculada ao todo do enunciado, razão pela qual não pode ser definido apenas pelos aspectos linguístico-gramaticais, mas deve ser tomado em amplitude, pelo extraverbal mais estreitamente situacional. Salienta o autor: é esse momento histórico em uma dimensão microscópica, haja vista a concretude do ato enunciativo e dos sujeitos concretos e únicos que o enunciam. Entender a inter-relação entre tema e significação é parte da compreensão ativa, uma vez que:

Compreender um enunciado alheio significa orientar-se em relação a ele, encontrar o seu lugar adequado em contexto correspondente. Em cada palavra de um enunciado compreendido, acrescentamos como que uma camada de nossas palavras responsivas. Quanto maior for o seu número, quanto mais essenciais elas forem, tanto mais profunda e essencial será compreensão (VOLÓCHINOV [1929] 2017, p. 232).

Nessa perspectiva é que, para o Círculo de Bakhtin, compreender é apresentar uma contrapalavra à palavra do outro. Nesses termos, mais uma vez está-se frente ao caráter social da linguagem, porque quanto mais usos sociais o sujeito tiver em seu repertório de gêneros discursivos, mais contrapalavras ele opõe ao discurso do outro e, assim, mais rico discursivamente é o processo de compreensão ativa. Essa forma de compreensão amparada na linguagem como fenômeno social é dinâmica e dialógica. Dinâmica porque histórica. Dialógica porque social.

O enunciado como um todo discursivo, por conter em si tema e significado, comporta acento de valor, apreciação, entoação expressiva, uma expressividade oriunda do todo que o comporta. São todas essas nomenclaturas formas de fazer menção ao juízo de valor que perpassa a produção discursiva, é o seu caráter ideológico. Essa valoração é responsável pela evolução histórica pela qual passam tema e suas significações, uma vez que “[...] a formação do sentido na língua está sempre relacionada com a formação do horizonte valorativo do grupo social”. A totalidade de tudo que possui importância aos olhos desse grupo está, segundo Volóchinov ([1929] 2017, p. 129), relacionada às flutuações econômicas, porque elas ampliam recursos, métodos, desenvolvem hábitos, mudam comportamentos e costumes, inserindo nesses grupos novas entoações avaliativas.

Dito isso, sublinha-se que os elementos reiteráveis, repetíveis, que formam a significação não são imposições como se a língua fosse uma espécie de instituição opressora, imposta sem critérios. A língua – ou o que nesta tese se convencionou

chamar *horizonte língua* – pode ser entendida – tendo por base os pressupostos bakhtinianos – como um contínuo de construções relativamente estabilizadas a partir dos diversos usos sociais. Isso porque as modificações advêm do social. As sistematizações, as generalizações, as reorganizações, as inovações e as mais distintas formas criativas de usos do *horizonte língua* têm base social – ainda que os usuários de um dado vernáculo não tenham, na linha de tempo que dividem, consciência desses movimentos. É daí que se diz que o *horizonte língua* não é uma instituição opressora, desvinculada da sociedade que a utiliza, como se em determinado dia alguém impusesse que *resfritadrmwn* fosse a nova forma linguística para referir-se à *mãe* e tudo o que essa palavra constrói em termos sociais, em língua portuguesa, por exemplo.

A nomenclatura *horizonte língua* refere-se ao conjunto que se constitui dos usos linguageiros, sistematizados socialmente ao longo do tempo em dados que condensam, sob certo lema (léxico), as possibilidades que as unidades de uma certa língua têm como potência de significação. Essa noção é edificada a partir do constructo teórico bakhtiniano, sobretudo dos textos *Diálogo I* e *Diálogos II* (1950-1952), que aparecem na edição brasileira, traduzida direto do russo, da publicação *Os gêneros do discurso* (BAKHTIN, [1979] 2016). Bakhtin nesses textos atribuiu à língua traço dialógico, assim como o fez em muitas das categorias que promoveu. Fato que confronta o que se costuma ler: que o autor tratou apenas da linguagem, tomando-a de modo amplo<sup>14</sup>.

O *horizonte língua* é a linha que orienta, é a perspectiva das possibilidades, contém as significações, as virtualidades, a potência de combinações que irá se concretizar nas relações dialógicas entre “compreendedor<sup>15</sup> e falante” (BAKHTIN, ([1950-52] 2016) no seio de um *horizonte social* específico, isto é, nas perspectivas de uso de determinado grupo social (VOLÓCHINOV [1929] 2017). Esse *horizonte língua* é social – portanto é dialógico –, comporta as leis internas, as diretrizes que norteiam os usos, sendo, pois, de total importância para a compreensão porque, para que haja a produção dos sentidos, é necessário que sejam entendidas as relações internas, isto é, que se conheça a língua.

A produção dos sentidos conta com o que Bakhtin ([1950-52] 2016, p. 129-30), em *Diálogos II*, chama de “compreensão linguística”, esse conhecimento e domínio das sistematizações e regras de uma língua. Segundo ele, “[...] o diálogo, a discussão e a

<sup>14</sup> Bronkart; Bota (2012) e Sériot (2015).

<sup>15</sup> Conforme explica uma nota de tradução no texto *Diálogo I* (BAKHTIN, [1950-54] 2016), o termo *compreendedor* não está dicionarizado em língua portuguesa, mas foi usado pelo tradutor porque expressa a díate da relação entre esses dois participantes do discurso.

luta pressupõem uma intercompreensão linguística”. Isso significa dizer que toda a construção dos sentidos edificados entre compreendedor e falante passa pelo entendimento de uma dada língua, como ela está organizada, quais são suas possibilidades de combinação, que sentidos pode construir (sim, porque também é necessário conhecer o aspecto cultural que perpassa dada língua a fim de ventilar as perspectivas de mundo que podem ser tidas a partir daquela língua). Assim, é possível dizer que quanto mais domínio há em relação ao *horizonte língua*, mais condições de produção de sentidos há.

Nesta tese, propõe-se *horizonte língua* a língua porque parece que o primeiro conceito é capaz de abarcar mais nuances, uma vez que *horizonte* dá uma perspectiva de totalidade, que direciona, é uma potência, capaz de realizar-se no caso concreto do contexto situado e histórico. Bakhtin ([1950-52] 2016, p. 149) declara que na linguagem opera um senso de totalidade, um todo, pois não “[...] operamos com elementos do sistema, mas com sua totalidade”. Assim, *horizonte língua* é essa totalidade de possibilidades e virtualidades, essa linha social e dialógica com a qual sujeitos históricos tecem seus discursos, construindo um movimento ininterrupto, em que os discursos tecidos passam também eles a formar o *horizonte língua*.

O entendimento apresentado parte da afirmação de Bakhtin ([1950-52] 2016, p. 117) de que o “discurso é a língua *in actu*”. Assim sendo, a língua (*horizonte língua*) tanto serve ao discurso quanto por ele é influenciada. Novas formas surgem, palavras, expressões, para em seguida generalizarem-se e estabilizarem-se na língua. Essa passagem torna possível entender que, metodologicamente, poder-se-ia separar três momentos: a língua, a linguagem e o discurso. Do último para o primeiro. O discurso é um fenômeno social complexo porque dotado de uma atmosfera em que atuam sujeitos atravessados por uma série de discursos bidirecionados, haja vista que o presente de sua enunciação direciona-se para o passado, tocando já-ditos, e para o futuro, projetando respostas.

Assim, *discurso* é a teia dos muitos dizeres em tensão na sociedade, tanto os já-ditos quanto os que a partir deles virão. Pode-se dizer, em outras palavras, que discurso é o diálogo entre discursos, esse diálogo, porém, deve ser entendido como uma relação de tensionamento (embate, convergência, divergência, parcial concordância) entre discursos.

A linguagem pode ser entendida como um amplo sistema simbólico – amplo porque múltiplo: verbal, não verbal, verbo-voco-visual –, que viabiliza ao sujeito

expressar-se interna e externamente. Internamente, haja vista a possibilidade de compreender-se a si e ao mundo, interiorizando uma representação valorativa de tudo o que o cerca. Externamente, uma vez que, via essa multiplicidade de sistemas simbólicos, o sujeito pode exprimir-se em relação ao mundo que o circunscreve, pode exteriorizar seus juízos de valor, suas elucubrações e seus diálogos interiores.

Tendo em vista essas considerações, linguagem e discurso relacionam-se contínua e mutuamente. Nas palavras de Bakhtin ([1950-52] 2016, p. 117): “[...] a linguagem torna possível a vida discursiva e, por outro lado, ela mesma é influenciada por ela.”. De acordo com o autor, a linguagem se enriquece ao realizar-se no discurso justamente pela totalidade que o meio lhe proporciona. A ideia de início, meio e fim é o acabamento oriundo do discurso porque é nele que as relações dialógicas se estabelecem, é nele que há o intercambiamento dos parceiros discursivos, os embates, desdobramentos, réplicas que a produção dos sentidos coloca em ação.

Assim, esse vasto sistema simbólico que é a linguagem é social porque vindo dos usos que certo grupo vai construindo, repetindo, sistematizando, e também em razão de ser meio pelo qual o ser relaciona-se socialmente, posiciona-se socialmente, interage, constrói-se, é ele próprio em sua individualidade construído em relação aos outros (porque em contraste com outros *não ele* há a possibilidade de descobrir-se uno). Ainda pelas palavras do pensador russo, vê-se que a linguagem possibilita o discurso, ao mesmo tempo que, em um processo dialético complexo, origina-se dele. Nele se atualiza, reorganiza-se a partir de todos os usos que o discurso deixa entrever.

Ocorre que, se “[...] novas formas surgem no discurso (palavras, expressões fraseológicas, formas gramaticais) para em seguida generalizar-se e estabilizar-se na língua” (BAKHTIN [1979] 2016, p. 118), é porque o discurso (esse mar de usos recorrentes e novos) provê o *horizonte língua*, entendido como conjunto sistematizado dos usos reconhecidos socialmente; legitimados e prenes de significação, enquanto possibilidade, e sentido, enquanto combinação, haja vista sua recorrência nas mais diferentes esferas sociais.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> É nesses termos que se está pensado *horizonte língua*: uma sistematização autenticada pelo uso no seio social, restrita enquanto possibilidade de caracteres reconhecidos – como todos os próprios de um dado vernáculo, como é o caso das 26 letras do alfabeto da língua portuguesa, ou quanto à perspectiva de combinações para formas reconhecidas em um dado idioma como é o caso das diferentes formas de combinação alfabética para representar o fonema /l/ em português – ou a quase irrestrita capacidade de agrupar as palavras no eixo sintático, levando à construção de sentidos diversificados, contextuais e valorativos próprios de cada esfera de uso.



Entende-se, pois, que na teoria dialógica do discurso língua, linguagem e discurso estão intimamente relacionados, uma vez que o traço dialógico atravessa todas as definições e também em razão de que esses três elementos formam um modelo em que, em havendo movimentação em uma das partes, essa mudança é reverberada, de alguma forma, no todo do arranjo. Assim, as flutuações sociais nas dinâmicas de interação, primeiramente, acontecem de modo contextual no discurso, formando sentidos próprios do enunciado em que aparecem. Se essa construção for recorrente nos usos sociais, passa à linguagem, que é o sistema simbólico maior (verbal, não verbal, verbo-voco-visual) para, em seguida, em razão da recorrência do uso social, legitimar-se na potência de significação do *horizonte língua* e lá permanecer latente à espera de um contexto para figurar como sentido, já que estará vinculada a enunciados, a uma situação que a sustente e a parceiros comunicativos que interagem.

Todos os componentes de um idioma – seja na esfera de uso que for – passam por esses filtros inter-relacionados e atestados sócio, histórica e culturalmente. Assim, tanto as estruturas conhecidas como próprias de um vernáculo podem atualizar-se, deixam traços, ganham outros; quanto novos itens podem ser agregados ao *horizonte língua*, em razão da dinâmica das práticas sociais que está sempre em movimento. Como novas necessidades discursivas surgem em razão das práticas de interação, palavras, expressões, estruturas sintáticas e enunciados vão fixando-se ao *horizonte língua*. De aí passam à linguagem e logo ao discurso em um contínuo relacional e ininterrupto, cuja identidade é transitória. Nessa dinâmica se encontra o entendimento de que a significação é absorvida pelo tema no conflito vivo do enunciado.

Bakhtin (2011, p. 12), em publicação intitulada *Las fronteras del discurso*, uma tradução em língua espanhola que reúne os textos *El problema de los géneros discursivos* e *El hablante en la novela*, apresenta que o uso da língua se realiza sob a forma de enunciados orais ou escritos, concretos e únicos, construídos por participantes de diferentes âmbitos da comunicação discursiva. Isso permite edificar a ideia de que o *horizonte língua* dispõe dos elementos regulares – sistematizados no e pelo uso social –, os elementos que fazem desse conjunto certa língua e não outra. Os elementos que lá estão são potência, virtualidade, possibilidade de significar que vai se realizar como sentido no discurso, isto é, vai efetivar-se como sentido no enunciado concreto, realizado pontualmente em uma situação de interação entre dois sujeitos históricos e únicos.

Nessa perspectiva, Bakhtin/Voloshinov ([1929-1930], 1993, p. 258-259) sublinha que as palavras da língua têm diferentes significações a depender do sentido geral da enunciação como um todo. Isso em razão de que o sentido geral mantém vínculo com a situação concreta e imediata na qual se funda a enunciação, bem como depende de seus elementos verbais e não verbais, das causas e condições situacionais que envolvem um auditório específico.

Assim, a *situação* compreende aspectos não verbais, elementos subentendidos, tais como: a) espaço e tempo em que ocorre a enunciação; b) aquilo de que se fala; e a atitude dos interlocutores, isto é, sua valoração (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929-1930] 1993, p. 260). Dessa forma, diferentes situações originam diferentes sentidos, haja vista os arranjos de cada enunciado concreto, único e irrepetível, que veiculam certos sentidos e não outros porque são projetadas em função de um auditório determinado. A valoração dele oriunda vai somar-se à nuvem de discursos sociais e se prestará aos índices de valor que colorirão discursos ulteriores. Nas palavras de Volochínov ([1926] 2011, p. 83), “[...] a comunicação das valorizações gerais representa o tecido sobre o qual o discurso vivo dos homens borda figuras entoacionais”.

O vínculo entre enunciado, situação e auditório se manifesta meio à entonação, uma vez que ela é o traço que assina a relação entre os participantes. A situação e o auditório determinam a escolha da entonação que irá constituir a construção discursiva. A partir dela são escolhidas e organizadas as palavras, a fim de construir determinado arranjo projetado em razão de certo interlocutor, porque a entonação é flexível, moldada à situação e ao auditório. Conforme Volochínov ([1930] 2013), a entonação expressa a atitude do sujeito frente aos objetos do discurso. Na fala, uma curva de voz ascendente ou descendente pode, por exemplo, imprimir felicidade, escárnio, tristeza, interrogação. Na escrita, a tonalidade que se deixa ver na relação sintático-semântica entre os elementos do enunciado exprime a valoração, esse juízo de valor, de julgamento, presente em qualquer dizer.

Evocando o provérbio popular “o tom faz a música”, Bakhtin/Volochinov ([1929-30] 1993, p. 262) explica que a valoração dá o acento da enunciação. O autor exemplifica essa afirmação dizendo que uma mesma palavra pronunciada com uma entonação diferente comporta sentidos diferentes no todo da enunciação. Nesses termos, segue sua elucubração mencionando que uma palavra afetuosa, por exemplo, pode

tornar-se depreciativa; uma afirmação uma negação, tudo a depender do tom que a atravesse.

A “entonação é, sobretudo, a expressão da *valoração* da situação e do auditório”<sup>17</sup> (BAKHTIN/VOLOCHINOV ([1929-30] 1993, p. 264). A situação e o auditório dão a orientação social a partir da qual se edifica a enunciação e é dessa estrutura dinâmica que o sentido geral, o tema, emerge. De acordo com Bakhtin/Volochinov ([1929-30] 1993, p. 268), a orientação social, por sua vez, define a entonação, a gesticulação, toda a expressão corporal, todo o posicionar-se frente àquilo de que se fala e para quem se fala. Tudo está atravessado pela valoração, tudo por ela é colorido.

O sentido faz entrar em jogo a valoração, um juízo de valor que o sujeito aplica a cada enunciação. É sua apreciação do mundo impressa na linguagem. São os julgamentos que ele deixa ver em suas construções enunciativas. Assim, se a linguagem é socialmente edificada – porque a partir dos usos que os sujeitos fazem em diferentes tipos de intercâmbios comunicativos vai se formando uma rede de signos que se estruturam e se fixam quando maior forem esses usos – há nessa nuvem de enunciações sociais discursos flutuantes que carregam a recorrência dos usos, tanto em termos de palavras como potencialidades quanto em termos de valorações, apreciações que vão construir os signos ideológicos – observe-se: ideológicos porque atravessados por julgamentos dos sujeitos.

Em razão da valoração tecida na linguagem e realizada nos discursos, a língua está fundada nos conteúdos cotidianos, sempre ideológicos, que se deixam ver nos enunciados. Por tudo isso, o enunciado é a unidade real da comunicação, nele estão entrecruzadas vozes, práticas, histórias, uma vez que é o enunciado produto do ato discursivo (VOLÓCHINOV, [1929] 2017, p. 182; 200). Bakhtin ([1950-52] 2016, p. 16) reitera: “A unidade do discurso é o enunciado”.

Esse entendimento está pautado na concepção de linguagem como uma continuidade social que está “sempre orientada para o outro”<sup>18</sup> (BAKHTIN/VOLOCHINOV [1929-1930], 1993, p. 245). Esse direcionamento para o outro dá dinamismo a ela porque os intercâmbios sociais se elaboram em razão de um rosto, uma situação, um modo de interação formal ou informal, que vai depender das

---

<sup>17</sup> Tradução minha para o trecho em espanhol: “[...] la entonación es sobre todo la expresión de la *valoración* de la situación y del auditorio (grifo do autor)”.

<sup>18</sup> Tradução minha para o trecho em espanhol: “[...] siempre orientada hacia el outro”.

circunstâncias que motivam os dizeres que naquela ocasião – e frente aqueles interlocutores – se constituem.

Nesse sentido, Bakhtin ([1950-52] 2016, p. 116) explica que em seu todo “[...] o enunciado sempre é direcionado, tem um destinatário definido (‘o leitor’, ‘o público’, e suas diferenças por épocas)”. E continua: “[...] as nuances lexicais são prenes de imagens de pessoas, sua seleção é determinada por razões não objetais” (BAKHTIN, [1950-52] 2016, p. 121).

Cada enunciado nasce e se desenvolve nos limites que contornam a relação entre locutor e interlocutor, porque, como explica Bakhtin ([1929-1930], 1993, p. 246), cada discurso é acabado para compor uma dada interação. Ocorre que por mais completo e independente que pareça qualquer enunciado, há de se ter em conta que ele é parte de um todo, que está em relação dialógica com todos os discursos sociais, ele é uma *gota no rio da comunicação* porque a vida que dá origem à linguagem, às enunciações, ao fluxo do discurso é ininterrupta; a vida social e sua história é ininterrupta em sua inteireza.

Para Bakhtin ([1950-52] 2016), o enunciado comporta o universo dos interlocutores, esse que se abre quando de sua relação; seus limites são a alternância desses sujeitos no processo de interação, situação na qual o acabamento, isto é, os contornos de início e fim do enunciado, forma um todo ao qual é possível responder, é algo a que se pode emitir um juízo de valor, concordar, discordar, relativizar. O enunciado sempre se relaciona com o outro porque, por um lado está direcionado a uma resposta, é destinado a alguém e foi pensado sobre certas condições; e, por outro, nasceu como resposta a algo, ou foi meditado levando “[...] em conta o ouvinte e seu campo aperceptivo” (BAKHTIN [1950-52] 2016, p. 135).

A partir da observação dos enunciados, o *auditório* é conhecido, isto é, quem são os sujeitos implicados em determinada interação. Com eles, a situação do intercâmbio comunicativo vai ganhando contornos, uma vez que se delimitam as variações de registro, de léxico, de organização sintática, as produções dos sentidos; o que pode e não pode ser dito. O enunciado é a essência da linguagem porque compreende o verbal e o extraverbal, o presumido e o subentendido.

O enunciado cria e assume forma ante as condições de determinada interação, sendo constituído das específicas particularidades de contexto e de auditório. Assim, Bakhtin ([1929-1930], 1993, p. 248) sublinha que “[...] cada tipo de intercâmbio comunicativo organiza, constrói e completa, a sua maneira, a forma gramatical e

estilística da enunciação<sup>19</sup>”, a estrutura-tipo que se chama gênero de discurso. Dessa forma, as interações entre sujeitos dão-se por intercâmbios comunicativos organizados em formas de dizer mais ou menos estabilizados, que garantem aos parceiros interacionais a identificação de que a comunicação está se dando em determinado gênero do discurso e os orienta sobre formas de dizer, conteúdos a serem tidos em consideração, estilos a serem usados e sentidos possíveis desse contrato mais ou menos estabelecido.

Nesses termos, a organização desse dizer vai se estruturar sintaticamente dentro dos limites de tal arranjo. Sua constituição semântica e as tonalidades valorativas também serão por esse gênero norteados. Todas as interações comunicativas se dão por meio de gêneros do discurso. A criação ideológica tramada nos modos de dizer será expressa via gêneros do discurso.

O que se tem sob a forma de gêneros discursivos é um jogo dinâmico, tenso e complexo de construções semânticas e ideológicas relacionadas a esferas de atuação humana, isto é, a instituições, a formas de convívio, a espaços de interação, a posições sociais. Em cada campo discursivo, modos de dizer se organizam em gêneros discursivos mais ou menos estáveis, que vão – a partir dos arranjos linguísticos e estilísticos que o sujeito emprega ao gênero – estruturando formas de dizer, que se atualizam em situações concretas de uso da língua. Assim, construções variadas estão em tensão, dando origem a diferentes valorações, oriundas da luta “[...] incessante dos acentos em cada área semântica da existência”, porque não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima do alargamento do horizonte social (BAKHTIN [1929-1930], 1993, p. 141-142).

Volochínov ([1926] 2011, p. 155-156) explica que o aspecto valorativo colore todo o discurso porque a palavra, “[...] com toda a sua evidência”, mantém com a vida vínculo estreito, a partir do qual se constrói. O autor sublinha que as valorações “[...] abarcam mais longe e mais extensamente o que se encontra no aspecto propriamente verbal, linguístico, da enunciação”. E continua: a palavra se mantém engendrada com a situação extraverbal.

Isso significa dizer que, se as palavras entram para o *horizonte língua* a partir dos usos sociais, realizados por sujeitos históricos concretos e únicos – e nesse *horizonte língua* vão se fortalecendo a partir de usos em variadas interações em

---

<sup>19</sup> Tradução minha para o trecho em espanhol: “Cada uno de los tipos de intercambio comunicativo [...] organiza, construye y completa, a su manera, la forma gramatical y estilística de la enunciación.”

diferentes esferas de comunicação humana –, os contextos discursivos nos quais essas palavras aparecem as tonalizam meio à tensão entre todos os elementos do discurso, isto é, todas as partes que se relacionam para edificar a enunciação em questão: os parceiros da comunicação discursiva, o corpo, o verbal e toda a composição extraverbal.

Dessa forma, o movimento ininterrupto que gera e alimenta o *horizonte língua*, a linguagem e o discurso dá origem a significações mais ou menos estáveis, as fortalece na dinâmica das interações e, a partir desse jogo, na tensão da situação frente às relações de maior ou menor intimidade entre os falantes, novas combinações surgem, construindo imagens, esquemas de sentido pontual, fazendo emergir daquela situação uma unidade temática atravessada por toda a sorte de valorações que norteia o universo discursivo daqueles que interagem.

É nesses termos que se lê a passagem de Volochínov ([1926] 2011, p. 155), a qual diz: “[...] juízos e valorações se referem a uma certa tonalidade na qual a palavra diretamente entra em contato com o acontecimento da vida e se funde com ele em uma unidade indissolúvel”. O autor ainda sublinha que é justamente porque a palavra toma sentido em sua relação com o discurso edificado na concretude da vida que não é possível compreendê-la isoladamente, apenas como um recurso linguístico. É oportuno, pois, mencionar que, como fenômeno puramente linguístico, a palavra não é atravessada por juízos de valor. O máximo que é possível afirmar sobre uma palavra que repousa no sistema linguístico esperando para ser colocada em relação em uma enunciação concreta é o traço que a identifica no *horizonte língua*, isto é, vê-se sua virtualidade, sua potencialidade para comunicar. Percebe-se, portanto, apenas a significação, que foi construída socialmente a partir dos usos. Compreendem-se as significações construídas pelo social.

Ocorre que esse traço indicativo para significar, essa virtualidade, esse poder ser é apenas uma parte para criar a base para o sentido global da enunciação – o tema. Essa capacidade para compor sentidos é oriunda da “onipresença social” da palavra, uma vez que ela contém em si fios dialógicos e ideológicos devido aos enunciados em que historicamente já tenha figurado. Com efeito, a palavra é o indicador das flutuações sociais porque nela estão acumuladas camadas de usos (VOLÓCHINOV, [1929] 2017 p. 106).

Quando a significação é, então, escolhida no *horizonte língua* pelo enunciador para compor os sentidos da enunciação, no uso concreto, frente a determinado auditório, e meio à relação que essa significação estabelece com outras significações presentes no

enunciado, o tema, esse todo de sentido, para constituir-se, apoia-se na atmosfera dessa interação, colorindo-se com as valorações que ali vagueiam, alimentadas pelo linguístico e extralinguístico.

É nesses termos que se diz que a palavra tomada isoladamente não pode ser compreendida valorativamente; não é possível sobre ela tecer juízos de valor; ver nela ideologia. Assim sendo, “[...] não pode ser verdadeira nem falsa, nem atrativa nem tímida” (VOLOCHÍNOV [1926] 2011, p. 155). No *horizonte língua*, a palavra existe enquanto uma possibilidade de realizar-se como tema, em um enunciado concreto, colocado em ação por sujeitos sociais, amparado por uma cultura e atravessado por uma porção de tempo.

Tendo em vista essas colocações, no interior da teoria bakhtiniana, é entendido que o extraverbal da situação se compõe de um horizonte espacial compartilhado, isto é, a situação em que o auditório se encontra; o conhecimento e a compreensão comum dessa situação na qual o auditório partilha enunciações e constrói sentidos; e a valoração compartilhada (VOLOCHÍNOV [1926] 2011, p. 156). Se os sentidos se constituem no todo concreto da enunciação, é preciso, portanto, um envolvimento entre os parceiros da comunicação discursiva, o auditório, haja vista que ambos têm de compartilhar a mesma situação, ambos têm de realizar um entendimento ativo do que é discursivamente produzido nesse horizonte e ambos têm de “ver” os juízos de valor que estão atravessando a produção discursiva do outro. Se algum desses três aspectos falha, os sentidos construídos não serão entendidos dentro do mesmo espectro pelos participantes.

O sentido da enunciação, pois, depende de que os participantes “[...] conheçam, entendam e avaliem” (VOLOCHÍNOV [1926] 2011, p. 157) a situação, que, de modo integral, constitui o todo semântico da enunciação (composta, portanto, de uma parte verbal e outra subentendida). Como os juízos de valor são expressões a partir do todo de uma valoração social – porque nascem contemporâneos –, o *eu* no momento em que constrói sua enunciação desenhada para aquela situação, frente àquele interlocutor específico, está se calcando em uma base social. Essa base em uma perspectiva de acumulação histórica deu origem ao *horizonte língua* e, por outro lado, na linha contemporânea de todos os sujeitos que dividem o mesmo tempo, criam relações de construção enunciativa que dinamizam os significados, atualizando-os como temas em enunciados reais e concretos.

Dá que as palavras e os sentidos por elas formados funcionam como traço indicador daqueles que compartilham o mesmo *horizonte social*, isto é, o contemporâneo, uma mesma fração de tempo na qual se edifica e se orienta a ideologia de dada sociedade, as leis morais, científicas de um tempo, os constituintes de uma época (VOLÓCHINOV, [1929] 2017). Justamente por causa dessa trama complexa que origina o sentido, caso se perca uma das partes da enunciação – o aspecto verbal ou o subentendido –, a unidade fica prejudicada. Outra questão é que a trama que dá origem à enunciação pode requerer que o auditório recupere fios discursivos presentes em outras enunciações, em outros horizontes sociais, em outros momentos sociais e históricos.

Fato é que, independentemente das tramas, o enunciado dá-se via conexões. Tão grande é a sua participação no todo do tema das produções discursivas que a valoração, por manter o vínculo com a situação concreta, é o elemento que organiza a forma composicional do enunciado; dá a sua entonação. Ocorre que, em um movimento que se retroalimenta, a entonação é o mote para requerer significações que formarão temas pontuais. Se muitos usos legitimarem os sentidos oriundos dessa relação, mais camadas integram determinada significação, formando parte de seu aspecto reiterável. Faz-se oportuno mencionar que, em absoluto, o conteúdo da palavra, seu traço significativo, pré-determina a entonação ou a valoração. Isso porque essas nuances semântico-discursivas advêm da arquitetura situacional. O contexto define a entonação: deboche, humor, sátira, escárnio (VOLOCHÍNOV [1926] 2011, p. 159-160).

Sobre a possibilidade de que a palavra seja preenchida pela entonação que surge da valoração social oriunda da inter-relação discursiva, em *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929] 2017, p. 95), pode-se ler que a palavra é neutra se e somente se estiver no *horizonte língua*, à espera de um enunciado que lhe tonalize. Enquanto repousa latente no *horizonte língua*, a palavra é neutra porque é uma possibilidade, um recurso para significar, um devir mais ou menos estabelecido pelos usos sociais, mas, sublinha-se, uma possibilidade.

Se a relação das palavras no todo da enunciação, frente ao verbal e à situação é o que constitui o todo semântico, a entonação aparece quando os sentidos veiculados naquela construção estão sob as influências dos juízos de valor flutuantes naquele horizonte de percepção. Isso ocorre porque a entonação tem de encontrar um apoio nas valorações que ali circulam. Volochínov ([1926] 2011, p. 161) chama essa relação semântica compartilhada de *apoio coral*. Explica o autor que, quando a entonação não



está respaldada nesse coro, outras tonalidades são refratadas, dando lugar a compreensões distantes daquelas pensadas pelo locutor. Na constituição da enunciação, o locutor projeta seu dizer para determinado auditório, baseado no pressuposto de que encontrará valorações que permitam a compreensão da entoação com a qual a palavra foi orientada.

Ademais de sua natureza social, a entoação se reveste no sentido do próprio objeto do discurso. Assim sendo, a compreensão da enunciação dá-se na dupla orientação do locutor para o interlocutor e do locutor para o objeto do dizer. A palavra, nesses termos, está orientada e entonada também em razão do objeto do dizer (do herói/daquilo de que se fala) porque dizer *x* ou *y* requer a modulação de uma entoação respectiva para, justamente, encontrar apoio coral no horizonte social em que essa entoação é edificada. Daí a entoação encarnar-se frente ao mundo, assumindo contornos de carícia, de fúria, de ameaça, de intimidação.

Assim sendo, Volochínov ([1926] 2011, p. 163) explica que as metáforas entoacionais são como as metáforas gestuais, que contemplam o amplo espectro gestual da mímica à expressão facial. Essas metáforas se emparelham porque requerem o apoio coral circundante. Sob sua análise, “[...] entoando e gesticulando, o homem ocupa uma posição social ativa com respeito aos valores determinados, determinado pelas mesmas condições de sua existência social”. Dessa maneira, a dinâmica da linguagem vai-se constituindo. O *horizonte língua* toma corpo a partir dos usos orientados socialmente. Os sentidos contextuais ou as significações mais ou menos estáveis na língua – suas possibilidades – não advêm somente do verbal, pois também se encharcam do não dito.

Nesses termos, a compreensão passa pela identificação da situação, da tensão entre os elementos linguísticos e situacionais. Toda a cisão feita entre sentido, significante, verbal e não verbal entende-se que seja uma necessidade didático-metodológica para adentrar no conjunto teórico bakhtiniano. Todas as nuances construídas na enunciação dependem do imbricamento do dito e do não dito; dos interlocutores; da situação; do momento histórico. Tudo compõe o enunciado, que depende do ato concreto e vivo da situação de interação.

A obra bakhtiniana é alicerçada em uma perspectiva que entende o sujeito inscrito ativamente em um mundo concreto e vivo; sujeito, pois, é o ser no mundo. Dessa maneira, há uma proposta filosófico-cultural pautada no dinamismo das relações que se estabelecem entre seres atuantes, não indiferentes, que interagem em um agir

situado, em que ações concretas deixam entrever tonalidades valorativas oriundas da tessitura de vozes outras que o viver dispõe.

Para entender essas colocações, ademais do que foi dito até aqui, faz-se necessário perseguir a atmosfera que envolve a noção de *ato*, porque ela se desdobra no entendimento de outras questões, tais como: ética, estética, atividade e responsabilidade, importantes para as discussões quando das análises. Essa tarefa desnuda concepções basilares do pensamento bakhtiniano, tais como *sujeito*, *sentido* e *valoração*, já arroladas, imprescindíveis para alcançar o que uma visão teórico-metodológica amparada no dialogismo sugere.

O Círculo de Bakhtin maneja a palavra *diálogo* a partir de uma ampla perspectiva que compreende as possibilidades de sentido que a tonalizam, assim:

Obviamente, diálogo, no sentido estrito da palavra, não constitui, é somente uma das formas da interação discursiva, apesar de ser a mais importante. No entanto, o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo, não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo (VOLÓCHINOV [1929] 2017, p. 219).

O entendimento de que a atmosfera da comunicação se constitui da pluralidade de vozes faz da noção *diálogo* potente aos postulados do grupo de pensadores russos. Diálogo, inter-relação, colóquio, comunicação discursiva e todo o tipo de intercâmbio oriundo das possibilidades de significado dessa palavra faz da rubrica *diálogo* berço para *dialogismo*, termo que leva a *dialógico*, epíteto para o processo de interação que se dá no edificar da linguagem. Em *dialogismo*, têm-se o afixo *-ismo*, caracterizador, no *horizonte língua portuguesa*, da marca do sufixo grego que exprime a ideia de fenômeno linguístico. Assim: dialogismo é o fenômeno linguístico amparado na noção de diálogo, no sentido de supor um método de análise ancorado na troca mútua entre um *eu* e um *tu*, entre o *eu* e o não eu, o *outro*.

Esse entendimento constitui base oportuna para a discussão pretendida nesta tese em torno das charges com contornos intolerante, selecionadas como objeto de estudo, em razão de que a valoração *intolerância* pode ser percebida somente na relação de alteridade que se estabelece no par *eu-outro*. Além disso, *intolerância* é um juízo de valor apenas no contraste com outras valorações no seio de determinada sociedade. Assim, para tomar conhecimento dos sentidos veiculados, está-se, na análise bakhtiniana, sempre dependente da relação dialógica que se dá tanto entre sujeitos quanto entre discursos.

Em *Para uma filosofia do ato responsável* ([1920-24] 2012), Bakhtin se coloca no projeto filosófico de pensar a natureza singular, única e irrepitível do ser, entendido como sujeito circunscrito historicamente, que age em um mundo vivo e se inter-relaciona de modo não indiferente com tudo o que o cerca. Esse entendimento choca-se de modo contrastante com as ideias à sua época, haja vista a predominância de uma visão científica generalizante, cujos parâmetros eram voltados ao universal. Em muitos ramos teóricos, os estudos eram amparados em vieses racionais, ainda pulsantes no estilo positivista, em que à ciência cabe o universal, regular e homogêneo, nunca o subjetivo, o não reiterável e heterogêneo.

Em um tenso diálogo, Bakhtin discute com diferentes autores de sua época para argumentar sobre a cisão existente entre o mundo da vida e o mundo da ciência e em que medida as reflexões sobre o sujeito estão relacionadas a essa separação. Ademais, os pressupostos do Círculo vão abrindo caminho para entender quais os compromissos que envolvem um sujeito desde o lugar que ele ocupa. Assim, entram em cena questionamentos em torno do ser, e de como surge a partir dessa reflexão a noção de sentido. Como se dá a apreensão do mundo pelo sujeito? Pode a ciência centrar-se no singular, sem cair em subjetivismo nem psicologismo generalizantes?

A resposta a esses questionamentos aparece na teoria dialógica do discurso a partir da noção de *ato*. Para os teóricos russos, o ato é o elo capaz de relacionar mundo da vida e mundo da teoria; é capaz de mostrar que cada sujeito é único e que cada situação é irrepitível. Assim, esses pensadores voltam o olhar para a atmosfera singular, concreta e irrepitível na qual todo ser interage. Essa percepção permite que sejam percebidos os sentidos construídos pontualmente, direcionados, endereçados e coloridos a cada vez. Esse fato afasta a teoria bakhtiniana de abstrações universais e homogêneas.

Pormenorizando, as considerações sobre *ato* contemplam, de um lado, os atos concretos, isto é, o manifestar-se singularmente em um contexto específico; e de outro, a tensão das individualidades na pluralidade constitutiva do ser enquanto espécie humana, agindo em um tempo e um espaço que criam, por si, uma determinada identidade comum a todos que compartilham uma mesma esfera. Essa composição concatena um ser, uma situação e um agir singular, que caracteriza a concretude da situação em que ocorrem as interações e a unicidade, a irrepitibilidade característica delas.

Esse ser determinado é único enquanto sujeito de seu agir em situação específica – formando um todo *sui generis* –, mas em outra instância, é plural como matriz de

atividade, isto é, um exercício da faculdade do agir humano; aquilo que se pode fazer enquanto possibilidade humana de cada qual, o repetível que há no agir das pessoas, aquilo que forma padrões mais ou menos identificáveis em relação a uma dada atividade. Assim, ademais de unicidade – porque tomada de decisão irrepitível de cada um em seu agir concreto e único –, o ato é também preenchido com as padronagens sociais às quais se é exposto ao longo da vida: o que caracteriza de modo relativamente estável as esferas de atuação humana, norteadoras dos gêneros discursivos que nelas flutuam.

Conforme Sobral (2008), esse aspecto dual do *ato* advém da própria natureza do agir humano: único enquanto oriundo de um ser específico; e uma caracterização mais ou menos estável das atividades em campos de atuação, de modo que não seja necessária a (re)invenção de tudo o tempo todo. Vê-se que essa formatação requer um equilíbrio entre singularidade e generalidade, de modo a compreender a variedade dos sujeitos e a fixidez do mundo que se apresenta. A proposta teórico-reflexiva do pensamento bakhtiniano vai discorrer em muitos momentos sobre a possibilidade de a razão teórica entender como produtiva a observação do singular – sem cair no subjetivismo temido pelos parâmetros racionais.

Bakhtin ([1920-24] 2011) explica que, na tentativa de tornar a ciência objetiva – conforme o entendimento positivista –, há uma separação entre o mundo da vida e o mundo da teoria. Essa cisão é fruto de uma percepção de ciência dura, quantitativa e racional, de identidade coletiva, desenhada para a ideia de conjuntos, de paridade; que serve ao universal, por ser este requerente da imparcialidade. O fazer científico, nesses termos, ocupa-se do geral, do universal. Nesse entendimento, retira o sujeito de sua realidade singular, do irrepitível que a unicidade basilar da existência de cada um representa porque à ciência assim entendida interessa o ser genérico, despersonalizado, capaz de caber nas homogeneidades sistemáticas de rastreamento e formação de parâmetros.

Reconhecer que a modelagem científica entende o sujeito desde a perspectiva da classificação advinda do traço universal, que perpassa a noção homogênea de conjunto, evoca também uma noção de verdade pautada na generalidade, na validade para todos, no reiterável como único parâmetro digno de cientificidade. Posição, portanto, contrária ao ato, essa atividade singular e irrepitível de cada ser; esse agir único que todo o ser executa desde seu lugar no mundo.

Assim, a ideia de uma verdade absoluta é refutada por Bakhtin ([1920-24] 2011) porque, de acordo com seus escritos, nenhum valor existe separado do ato vivo,

originado em uma situação concreta e advindo de um sujeito social ativo. Os juízos de valor são sempre apreciações de alguém sobre alguma coisa em uma circunstância específica. O caráter axiológico é oriundo da tomada de posição do ser em devir, em relação, por isso o traço de valor, o aspecto axiológico, o juízo de valor, toda e qualquer forma de construção de avaliação é edificada no ato.

Porque não há o reconhecimento do sujeito em sua especificidade, é que há a cisão entre o mundo da vida e o mundo da teoria. Esse ser edificado a partir da homogeneidade da ideia de conjunto é uma média, não se refere a ninguém. Isso leva à percepção de que também não existe o valor universalmente válido, já que a validade de qualquer juízo está condicionada ao lugar daquele que gera o ato, haja vista toda a entonação que será aplicada ao que se vê, diz, pensa é originada desse agir localizado, dessa tomada de posição de um sujeito único, desse exercício humano de fazer algo na relação com o devir, de vir a ser na relação com o outro.

Aquilo que é digno de valor, de entonação, não é, no contraste, um conteúdo abstrato, tomado em termos genéricos, despersonalizado. Conforme Bakhtin ([1920-24] 2011, p. 41), não é o existir em seu efetivo devir que dá a validade. O caráter axiológico advém da integração do existir no ato histórico de uma ativa percepção de mundo. “A verdade não é construída a priori, ela tem de se fixar em um ponto de vista” (BAKHTIN [1920-24] 2011, p. 47). Dadas às devidas proporções, em Foucault (1970), a ideia de vontade de verdade demonstra que há mecanismos de controle e delimitação do discurso, no entendimento de que há historicamente um conjunto de fatores que levam a pensar de uma forma e não de outra, no sentido de que há uma verdade própria de certas esferas, dependente de certos fios dialógicos e não de outros, porque sempre próprio de uma época.

A relação dialógica que perpassa a teoria bakhtiniana requer a noção de ato, tendo em vista que diálogo só é possível na relação entre dois seres únicos, atuantes desde seus lugares únicos, na concretude de um mundo vivo em que a singularidade nasce da pluralidade do meio social. Diálogo pressupõe interação. Interação pressupõe dois, pelo menos. A noção de valoração também solicita o ato, em razão de que ela existe no contraste entre dois universos de valor: o do *eu* e o do *outro* – ou ainda, conforme López-Muñoz (2017), *outro-que-sou-eu* e do *outro-que-não-sou-eu*.

Tendo em vista essas considerações, o Círculo de Bakhtin ([1920-24] 2011) – ancorado em diálogos anteriores com autores afinados com essa percepção da ciência – promoveu a possibilidade de sistematizar o conhecimento cientificamente fora da

realidade universal, fora dos parâmetros gerais e abrangentes. Para tanto, segundo Bakhtin, seria necessário analisar o ato, pois ele unifica vida concreta e universo teórico. Todas as instâncias da vida, geradoras de valor, têm seus contornos estruturados a partir de um ser que age desde um determinado lugar na relação pontual daqueles parceiros da comunicação discursiva e não outros.

O fazer científico tem seus aspectos metodológicos preservados quando assume uma proposta que reintegra sujeito e momento concreto, conteúdo e sentido. Essa possibilidade reside na filosofia da linguagem de autoria do Círculo de Bakhtin porque todos os seus pressupostos orientam observar a singularidade que marca o sujeito desde uma perspectiva espaço-temporal que organiza as inter-relações sociais.

Assim, as leis dessa proposta reflexivo-teórico-metodológica não são imanentes nem possuem validade formal abstrata, são, em contraste, uma proposta de analisar o ato, isto é, as singularidades constituintes da unicidade de cada *eu*; a relação de interação que se dá via alteridade entre *eus* diferentes e irrepetíveis, que agem ativamente em um mundo concreto. Por outro lado, propõem analisar o ato como atividade, como unidade objetiva e abstrata que emoldura os diferentes campos de atuação humana. Esse duplo aspecto do ato, singularidade e generalidade, é o que viabiliza seu estudo metodológico. Sendo, então, entendido o ato em sua natureza complementar, tem-se uma identidade científica real, com contornos repetíveis e irrepetíveis para que seja possível analisar objetos sem cair no teoreticismo que abstrai o *eu* de sua realidade concreta (BAKHTIN [1920-24] 2011), nem incorrendo no psicologismo individualista.

De modo geral, as noções construídas no mundo teórico são elas aspectos do recorte generalizante, em que não cabe nenhum evento único, tampouco um sujeito particular. Bakhtin ([1920-24] 2011, p. 56), por isso, atenta para o fato de que a abstração teórica existe e pode ser oportuna em certos contextos, mas o problema é tornar esse olhar universal válido como verdade única, como um dogma sem o qual não existe ciência. O perigo é incluir o mundo da “[...] cognição teórica no existir único, assumindo-o como entidade psíquica”. “Todas as tentativas de alcançar a existência-evento real a partir do interior do mundo teórico são sem esperança; não é possível do interior da cognição em si abrir um caminho no mundo conhecido teoricamente para alcançar o mundo real em sua singularidade e irrepetibilidade”.

Resumidamente, para Bakhtin ([1920-24] 2011), o infortúnio é metodológico, ou seja, o equívoco está em se olhar um sujeito singular e único com parâmetros universais

e generalizantes. Assim, como entender o sujeito por meio de um parâmetro que o pré-conceitua como uma média? Como perceber relações singulares em uma atmosfera concreta e única partindo da homogeneidade? Como fazer investigação somente com base no repetível e sistemático? Será que toda a ciência, nos mais variados campos e disciplinas, na vastidão do conhecimento humano, na diversificada descoberta de cada dia pode dessa visão desfrutar sem prejuízo?

Em um viés em que o reiterável e o irrepitível são dados possíveis à ciência, há uma abertura voltada para o conteúdo-sentido dos objetos, possibilidade viabilizada inteiramente desde o interior do ato, já que o ato se desenvolve realmente no existir. No ato estão contidos o sistemático e o evento, o dado e o novo, o repetível e o irrepitível. Na visão de Bakhtin ([1920-24] 2011, p. 58), “[...] o mundo como conteúdo do pensamento científico é um mundo particular, autônomo, mas não separado, e sim integrado no evento singular e único do existir através de uma consciência responsável em um ato-ação real”.

E continua: tal existir não é pensado, inventado teoricamente, tal existir é efetivamente em razão de que se cumpre irremediavelmente na relação *eu-outro*. Isso porque as ações-reconhecimento e todo o aspecto emotivo-volitivo empregado nesse agir têm de ser vividos, de modo ativo, portanto, participativamente. O existir como ato pertencente a um evento único e irrepitível requer categorias teóricas moldadas no existir real, concreto, único e participativo (BAKHTIN [1920-24] 2011, p. 58-59).

O entendimento do sujeito como ser único e ativo que participa de um mundo concreto e vivo – interagindo com sujeitos e outros discursos – espalha-se ao longo dos pressupostos do Grupo. Assim, a orientação das análises localizadas no interior dessa vertente de pensamento propõe que o método para entender a *eventicidade* do sujeito deva ser o dialógico porque nele o sujeito é apreendido como ser social em constante relação, em movimento contínuo. Ocorre que, além dessa caracterização sociológica das noções no interior da teoria, é importante sublinhar as implicações emotivo-volitivas desse viés, a fim de que não se entenda o mundo de uma forma concreta e se desvincule os objetos pesquisados da materialidade significativa desse mundo.

Bakhtin ([1920-24] 2011, p. 60-62) discorre sobre o fato de que, de seu lugar único no mundo, o ser desloca-se desde sua visão interior para situar-se fora de si. Esse mover-se dá lugar a dois movimentos, a saber, *empatia* e *exotopia*. Na relação eu-tu, o primeiro movimento se dá em termos de aproximação e o segundo, de distanciamento. Tal condição, não se dá totalmente porque nem é possível o *eu* colocar-se por inteiro no

lugar do *outro* nem dele se afastar totalmente, o que ocorre é um movimento de saída do centro do *eu* para ir em direção ao centro do *outro*, tentando ganhar pontos de vista, projetando as relações dialógicas de *eu-para-o-outro* e *outro-para-mim*. Os dois são movimentos indissociáveis, e ocorrem para que ambos os parceiros da comunicação discursiva tenham algo mais do que sua própria percepção axiológica.

Desse modo, é gerada uma perspectiva extralocalizada, o que lhes confere um excedente de visão. Dessa maneira, *exotopia* e *empatia* são noções bakhtinianas edificadas a partir de outros conceitos arrolados, tais como *relação eu-outro* e *dialogicidade*, ambos ancorados no princípio plural da alteridade.

Pensando nas possibilidades de significar presentes no próprio *horizonte língua*, a palavra *exotopia*, pelos usos, foi fixando-se como a capacidade de significar o desdobramento de olhares a partir de um lugar exterior. Etimologicamente, *exotopia* é formada pelo prefixo *-ex*, que significa fora, e *-topos*, que significa lugar. Daí: olhar externo. Já a palavra *empatia*, pelos usos, foi se fixando como a capacidade de colocar-se no lugar do outro, em razão de conter o prefixo *-in*, que significa dentro, e *phatos*, que significa sentimento. Daí capacidade de compreender sentimentos alheios como se o *eu* estivesse no lugar do *outro*.

Quando no interior da metalinguagem do Círculo de Bakhtin, essas possibilidades de significar ampliam-se e se mostram, na relação entre os conceitos do Grupo (essa situação contextual em que se sabe quem disse, o que foi dito e a quem estava endereçado), no sentido de mover-se ativamente para dentro e para fora de si a fim de retornar com a visão ampliada, capaz de atualizar ou construir outras percepções. É, nesses termos, a visão externa que o *eu* consegue a partir do lugar do *outro*.

Assim sendo, *exotopia* e *empatia* na teoria bakhtiniana são esse deslocar-se espaço e temporalmente da própria subjetividade, do lugar único que o *eu* se encontra para ocupar – consciente, ativa e momentaneamente – o lugar do *outro*, a fim de ver o que lhe é negado desde a posição que assume no mundo. Todo esse mover-se é uma tentativa, haja vista que o *eu* não poder ser de fato o *outro*, pelo menos não sem que haja prejuízo do objetivo do movimento exotópico. Nas palavras do autor: “[...] eu vivo *ativamente* a empatia com uma individualidade, e, por consequência, nem por um instante sequer perco completamente a mim mesmo, nem meu lugar único fora dela” (BAKHTIN [1920-24] 2011, p. 62, grifo do autor).

Estabelecendo diálogo com os escritos de Schopenhauer (1818), *O mundo como vontade e como representação*, Bakhtin explica que não são os objetos que se apoderam



do *eu*, como que se passivo fosse, é o *eu* de modo ativo e consciente que vive empaticamente o objeto para descobri-lo, para imprimir sobre ele nuances axiológicas. Sendo ativa, a empatia oferece o novo, dialeticamente situando o objeto em um terceiro lugar: nem o do *eu*, nem o do *outro*, mas aquele oriundo da exotopia.

Por todo o dito, a unidade sistemática do entendimento universal abstrato é atemporal, a-histórica, a-valorativa (BAKHTIN, [1920-24] 2011, p. 120). O que resulta apartado do entendimento bakhtiniano: o existir como ato – que dá vida ao sujeito em seu agir real e concreto. Sublinha-se, não é um existir em seu devir abstratamente, em seu tornar-se como uma possibilidade vazia e virtual, mas o existir integrado ao ato histórico, isto é, o evento. Assim, o existir toma sentido quando o sujeito entende-se no ato, histórico, no seio de uma cultura, meio à *eventicidade* das enunciações, meio à unicidade de suas interações com outros sujeitos reais, concretos e únicos.

Ocorre que todo esse processo do ato como direcionador do existir do ser está orientado paradoxalmente em duas direções: uma social – compreendendo toda a cultura que circunscreve o sujeito – e uma singular – na qual toda a expressão do ser vem à tona; em que o uno, o irrepetível, em sua essência, em sua identidade e existência aflora. O ato, via evento, deixa nascer esse duplo aspecto (BAKHTIN, [1920-24] 2011, p. 43) paradoxalmente composto pelo repetível e pelo irrepetível; pelo uno e pelo todo, pelo singular e pelo social. O evento é, pois, esse acontecimento único, histórico, vivo e singular, concreto e real, que deixa ver o ato atravessado por sua dupla face.

Do evento, esse acontecimento do qual se origina o ato, nasce o conteúdo. Nesses termos, o que se origina em uma perspectiva histórica já se constitui sob o recorte de determinado olhar, estando, portanto, carregado axiologicamente sob a validade de um determinado tempo, frente a certo grupo social e aos olhos de sujeitos específicos. Daí tal conteúdo toma corpo e ganha sentido na tensão de discursos em que está circunscrito. Assim, todas as verdades são relativas porque são construções valorativas amarradas a tudo que diz respeito ao histórico (BAKHTIN, [1920-24] 2011, p. 55). Os valores que os sentidos assumem são singulares e históricos. Advindos da “[...] arquitetônica do existir-evento” (BAKHTIN, [1920-24] 2011, p. 56). Isso significa dizer que são oriundos de tudo o que compõe o evento, de sua integralidade presente ou pressuposta. Eis a *arquitetônica*, essa noção bakhtiniana referente ao todo, a tudo o que compõe a situação interativa, a tudo aquilo que faz existir o evento-ato: a situação, o auditório, a teia de discursos passados e projetados.

Clark e Holquist (2004, p. 91) entendem que o mais alto princípio estrutural do mundo dos atos é a concreta distinção entre o *eu* e o *outro*. É na existência que o ato toma contorno porque o existir-evento que caracteriza o ato em seu caráter irrepetível, inapreensível, singular e único é, pois, base da existência de cada ser. Isso é uma afirmação passível desde o reconhecimento da oposição *eu-outro*, originária de entendimentos como singular e universal. A própria noção de valoração dela alimenta-se, uma vez que o *eu* e o *outro* constituem universos axiológicos diferentes porque ocupam posições distintas em relação ao espaço que partilham, aos fatos que observam e aos ulteriores discursos que constroem. A própria noção de dialogismo que costura toda a teoria do Círculo é dependente desse contraste.

A essência bakhtiniana busca o ato único, irrepetível, porque ele é norte do que é vivo e dinâmico. Clark e Holquist (2004, p. 93) explicam que a capacidade de se mostrar vivo é a possibilidade de (re)ação inerente a tudo o que é vivo. Nesses termos, para os autores, o Círculo entende o ato como gerador do discurso porque ele supõe uma *responsabilidade*, marca da relação entre o *eu* e o *outro*. A alteridade é o que permite a existência desses universos de valores: o *eu* e o *outro*. Ela é o que permite ao ser estar em relação de diálogo com o mundo, uma vez que o *outro* é o universo de contraste. *Eu* e *outro* são universos de valores porque um sistema de identidades circunda cada qual, de um modo que ambos se complementam. Todo ser é ditado pela lei da localização, apontam Clark e Holquist (2004, p. 95-96). Isso significa dizer que cada qual percebe o que sua posição no mundo permite ver. Em face de que cada ser ocupa um lugar único, “[...] tanto as coisas que eu não posso ver quanto aquelas que eu posso são distintas em relação a mim mesmo e ajudam de diferentes e importantes maneiras a constituir-me”. Assim, a exotopia está também integrada na arquitetônica, já que dela advêm as nuances do excedente de visão, necessário à construção do todo.

A alteridade costura diferentes princípios norteadores da teoria bakhtiniana, tais como *dialogismo*, *discurso*, *valoração*. O entendimento que o grupo de pensadores russos tinha para as questões voltadas à linguagem é também edificado a partir da outridade. Se *linguagem* é interação por meio de sistemas simbólicos construídos ao longo dos usos que uma determinada sociedade faz, requer que se considere um universo plural porque o prefixo *-inter* da palavra *interação* aponta para ação mútua, compartilhada – tanto a palavra quanto seus possíveis sentidos no contexto em que se a está julgando (teoria bakhtiniana) aparece atravessada por uma valoração que requer o *outro*.

Ademais, o ser somente é uno quando está em relação. É necessário que haja ideia de coletivo para que a unicidade tenha razão. Sublinha-se: *eu* e *outro* nascem juntos, são interdependentes, porque um a partir do outro se permite existir, um a partir da visão do outro viabiliza compreender o mundo por meio de um olhar diferenciado, partindo tanto de si quanto do diferente – do não-eu; do-alheio-a-mim –, sensibilizando-se a ambas as instâncias pela experiência de tensionamento, do contato, do contraste.

Todas essas questões integram o conceito *arquitetônica*, usado pelo Círculo de Bakhtin para referir-se ao método coordenador e integrador das múltiplas partes de um todo orgânico. Se as noções bakhtinianas estão inter-relacionadas, heterogeneamente formam um todo porque se integram organicamente, encaixam-se, respeitam uma forma de entendimento alinhavado sobre um mesmo princípio.

O agir humano frente ao mundo é único porque o ser atua desde sua posição, particular, insubstituível; segundo o Círculo, sem álibi porque o ser é vivo, ativo, participativo; porque responde aos estímulos do mundo. Daí o entendimento de ato como agir responsável e responsivo: responsável porque racional; responsivo porque não indiferente, atuante, ativo, interativo. O ato é, pois, uma realização histórica responsável, isto é, oriunda de um sujeito situado em determinada cultura, agindo desde sua localização social, frente a uma situação definida, um auditório específico; exprimindo-se, singular, axiológica e ativamente; respondente a questões anteriores, projetando discursos, portanto, responsável porque não passivo. Ser é agir não indiferentemente (BAKHTIN [1920-24] 2011, p. 79; 99).

Bakhtin ([1920-24] 2011, p. 109) faz a ressalva de que a ideia de um ser ativo e partícipe pode parecer restrita e subjetiva quando for contraposta, erroneamente, a uma visão de cultura autossuficiente, em que se entenda singular e único como individual (individualizador; “ego”; sozinho). O ser é único, insubstituível porque sua essência constitui-se na pluralidade social externa a si próprio. Toda identidade é una, mas formada na alteridade do meio social em que se edificam tensões fundamentais entre o que o autor russo denomina de eu-para-mim, outro-para-mim e eu-para-o-outro, explicando que “[...] todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor desses pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato: valores científicos, estéticos, políticos”. E continua, “[...] todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a estes momentos emotivo-volitivos centrais: o eu, o outro, e eu-para-o-outro” (BAKHTIN, [1920-24] 2011, p. 114-115).

Como os pressupostos teóricos do Círculo estão atravessados pela característica social que dá origem a uma visão de mundo pautada no diálogo permanente, o sujeito é ativo, responsivo e responsável, uma vez que seu estar no mundo é um estar dinâmico, não indiferente, sem *álibi*. É um estar continuamente em relação dialógica com o *outro* – social e discursivamente. Bakhtin ([1920-24] 2011, p. 99) diz que ser é agir, sensibilizando-se ao todo desde sua singularidade porque justamente “[...] o ato responsável é, precisamente, o ato baseado no reconhecimento desta obrigatoriedade singular”. Sublinha o autor que “[...] é apenas o não *álibi* no existir que transforma a possibilidade vazia em ato responsável real (através da referência emotivo-volitiva a mim como aquele que é ativo)”.

Esse constructo aporta que o sistema sobre o qual se edifica a língua(gem), o discurso, o sentido é a dinamicidade oriunda da eventicidade do ato. Nele tudo se atualiza. Nele são distribuídas as posições do auditório. Por meio dele, à luz dele, sai o objeto sobre o qual se incidem as cores que cada juízo de valor carrega.

O discurso, portanto, traz consigo a multiplicidade de vozes que o constituem a partir das diferentes experiências de interação humana. É essa diversidade de vozes, pois, que leva a que se considere que a linguagem não é reflexo direto da realidade dos fatos da vida, mas se materializa como construção discursiva dos fatos sociais e deixa entrever, a partir dos signos ideológicos, as apreciações valorativas sobre o mundo em que o ser humano está inserido.

Ocorre que os signos ideológicos, as palavras, as valorações, toda a arquitetônica do discurso não é um decalque da realidade – porque esta é uma construção semiótica –, eles a refletem, isto é, reverberam a realidade a que apontam e refratam, ou seja, são interpretados de acordo com as múltiplas vivências (GONÇALVES, 2015b, p. 11). Se a realidade é ela própria uma apreciação, nada mais do que um ponto de vista, a ética, a moral, a estética nada mais são que visões socialmente construídas. Tudo em razão do contraste que se estabelece entre o *eu* e o *outro*.

Segundo Bakhtin ([1920-24] 2011, p. 100), os valores não são válidos em si, por isso bem, mal, verdadeiro, falso e todas as impressões que se têm são “[...] uma junção de possibilidades, que podem tornar-se realidade somente no ato fundado sobre o reconhecimento da minha participação singular”, tendo em vista que o sujeito é uno em relação a um coletivo – pluralidade da qual sua consciência nasce como única.

Assim, por exemplo, dá-se o fato de a visão estética ser uma visão justificada, a visão moral ser uma visão justificada no universo histórico da cultura que manteve

certos juízos coloridos por certas apreciações. Não existem, pois, desde o entendimento bakhtiniano – recorte que já valora o fato sobre o qual se está interagindo cognitivamente –, um valor igual a si mesmo, válido, portanto, universalmente, sem restrições nem moldes. Qualquer que seja o juízo de valor é oriundo de determinada perspectiva, atravessado por uma arquitetônica axiológica que regula o que sobre ela está. Porquanto a validade sobre as quais se explana algo é condicionada não pelo conteúdo entendido de modo abstrato, mas por sua correlação com o lugar singular que se encontra aquele que constrói as entonações que emite (BAKHTIN ([1920-24] 2011, p. 107).

A seguir, apresenta-se um quadro com os conceitos usados neste capítulo.

Quadro 1: Conceitos basilares vistos neste capítulo

TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO
Discurso
Signo ideológico
Responsividade
Exotopia e empatia
Valoração
Arquitetônica

Fonte: A autora

A partir do exposto, entende-se que a teoria em bakhtiniana contribui com a fundamentação desta tese porque apresenta a possibilidade de entender o objeto de pesquisa em perspectiva interdisciplinar, uma vez que compreender o objeto charge a partir de um viés sociológico é colocar em relação diversos pontos de vista: filosófico, sociológico, discursivo. Assim, nas charges selecionadas como material de análise, observa-se a linguagem em uso, na tensão que toda a arquitetônica do gênero charge oferece, a fim de compreender, por meio dos pressupostos bakhtinianos, as relações constitutivas existentes entre linguagem, sujeito, sociedade e cultura.

Nessa proposta, os postulados bakhtinianos são colocados em relação com outros posicionamentos teóricos, pois, para que seja possível definir charge com contorno intolerante, é preciso entender o que é socialmente um discurso intolerante. Quais vozes marcam uma charge intolerante de outra que não o é? Outra questão: a nominalização *charge* é possível somente a partir da existência de um conjunto de

traços reiteráveis que faz entender que se trata desse gênero discursivo específico e não de outro. Novamente tem-se a ideia de relação. Assim, para discorrer sobre a arquitetura de charges com contorno intolerante, é necessário saber o que é esse gênero, como ele se constitui; e perceber contrastivamente no mundo concreto e real quais questões novas, quais elementos não reiteráveis (no todo de cada contexto chargístico) somam-se a esse gênero para que ele tenha o efeito de sentido de um discurso intolerante.

Para alcançar o proposto, ademais do Círculo de Bakhtin, busca-se a cooperação do direito de base hermenêutica, da filosofia e da sociologia enquanto áreas das humanidades, de modo que seja possível contemplar as charges desde uma perspectiva sociocultural, posto o caráter multifacetado da linguagem na perspectiva bakhtiniana, base desta tese.

Essa proposta implica discorrer sobre *intolerância e liberdade de expressão*, discussão que atravessa a arquitetura de charges que veiculam discursos com contornos intolerantes. Pensando no que a teoria bakhtiniana apresenta sobre a tonalidade valorativa que colore os discursos sociais, chega-se ao entendimento de que o conteúdo-sentido das charges selecionadas não possui valor em si, tampouco uma abstrata validade universal, dado que é o viés de recorte que aporta o valor x ou y. É o sujeito desde seu lugar único que estabelece esse ou aquele valor quando observa a arquitetura do gênero discursivo que analisa, haja vista que ela pode dar o todo da comunicação discursiva, apontando possíveis sentidos a partir da unidade de todos os elementos que estão compondo determinado discurso. A isso, some-se a possibilidade de vozes que atravessam o objeto em questão. Assim sendo, para discutir sobre as charges selecionadas, recupera-se o maior número de informações possíveis. Se o ato é único e irrepetível, a tentativa de reconstrução do evento pode nos dar pistas sobre certos sentidos mobilizados pontualmente na situação focalizada em determinada cultura.

Em maior instância, para discorrer sobre discurso de ódio, liberdade de expressão e intolerância é imprescindível recorrer a categorias como ética e moral, entendendo-as de maneira localizada, tendo em vista que têm suas nuances a partir de uma determinada cultura, que cerceia – porque constituem historicamente parâmetros de análise mais ou menos estáveis – os limites do que é aceitável em ambos os campos. Ocorre que, devido à dinamicidade social, muitos temas tornam-se nebulosos porque carecem de precedentes de análise. Inicialmente surgem as questões no âmbito social,

discorre-se sobre elas, mas o entendimento da dimensão categórica, por vezes, não é claro. Esse é o caso do discurso de ódio e seus desdobramentos, como o é o discurso intolerante. Como entendê-lo? Como distinguir discurso de ódio travestido de opinião? Como enxergar a linha tênue entre liberdade de expressão e a promoção de discursos de intolerância? Esses questionamentos são ventilados no capítulo que segue.

## **CAPÍTULO 2 - O DISCURSO DE ÓDIO E SEUS DESDOBRAMENTOS**

“Todos os homens consideram os limites do seu campo de visão como os limites do mundo”

Schopenhauer

Nesta tese, a fim de que se contemple a investigação acerca de como se dá a construção discursiva do gênero charge, a partir da análise da arquitetura de charges que apontem especificamente para um discurso com tonalidades de intolerância, é proposta uma abordagem de interface teórica entre a teoria bakhtiniana e outras áreas das humanidades, especificamente o direito de base hermenêutica, a filosofia e a sociologia.

Esse intento é possível porque a teoria dialógica do discurso, por sua natureza, permite o privilégio de estar entre a reflexão linguística e as outras ciências humanas. Dessa maneira, empreender diálogos entre áreas predispostas a uma intersecção contribui para aprofundar a observação do objeto de pesquisa, uma vez que, ao ser contemplado sob diferentes pontos de vista, as análises são enriquecidas.

Nesse sentido, analisar a problemática desta tese sob a perspectiva do discurso, do direito de base hermenêutica e da filosofia é oportuna porque o entendimento do discurso de ódio e de seus desdobramentos – tanto de modo geral como especificamente em charges – é um problema de linguagem, haja vista que é necessário identificar nas palavras usadas, na sintaxe formada, na semântica, no não verbal as valorações que podem, em determinada cultura, ser entendidas como um discurso com tonalidades intolerantes. Dessa forma, em sendo um problema de linguagem, requer uma abordagem interdisciplinar para contemplá-lo, tendo em vista a definição de linguagem que se focaliza nesta tese, a saber, linguagem como um fenômeno social, entranhado nos valores construídos social e historicamente.

No primeiro capítulo deste trabalho, discorreu-se sobre os pressupostos bakhtinianos necessários ao problema de pesquisa que se contempla. Neste capítulo, percorre-se um caminho que passa pelo entendimento do que é o ódio, quais são os seus desdobramentos e tensionamentos. Depois, busca-se na Constituição Federal brasileira, no Código Penal, em autores que tecem argumentos baseados no direito sobre a compreensão do que seja legalmente a conceituação do ódio e da intolerância, um de



seus principais desdobramentos. Ademais, visitam-se estudiosos que, sobre o viés filosófico e sociológico, problematizam a questão do ser social e de certas construções culturais, como o são os discursos de ódio e as manifestações de intolerância. Tudo servirá de embasamento para compreender as charges escolhidas para analisar a arquitetura do gênero charge, especificamente quando esse se encontra sob tonalidades intolerantes.

O discurso de ódio ou discurso intolerante parece uma nebulosa ainda a ser entendida, já que seus contornos dependem do olhar social e cultural que se faça recair sobre certas estruturas. O médico e sociólogo Mira y Lopez<sup>20</sup> (1993) apresenta um amplo estudo sobre o ódio, contemplando esse sentimento em suas diferentes nuances: ira, raiva, fúria, desgosto, rancor e cólera. Ademais, apresenta o ódio como um Gigante Vermelho que se impregna em diferentes esferas, dando origem ao ódio religioso, étnico, político e familiar, por exemplo. Muitas das considerações feitas nesta tese sobre os discursos de ódio passam pelas ideias de Mira y López, sobretudo as descritas em seu clássico *Los cuatro gigantes del alma*, publicado pela primeira vez em 1947 – porém, pertinente para compreender as demandas contemporâneas no que tange aos sentimentos humanos.

O mosaico do referencial teórico que dá sustentação à temática em pauta neste capítulo recorre também às ideias de Amossy e Pierrot (2010), Bourdieu (1999; 2004; 1993), Bergson (1983), Kierkegaard ([1840] 1991) para citar alguns.

No que diz respeito ao ódio, para Mira y Lopes (1993, p. 97), sua gênese passa pelo entendimento, primeiramente, do que seja ira, já que, segundo o autor, o ódio é um produto resultante do estancamento da ira, que, por sua vez, está relacionada ao medo. Ira, a partir de Mira y López, é um sentimento que pode apresentar uma diversidade de tonalidades, a saber: raiva, fúria, desgosto, rancor e cólera. Nessa diversificação, há um grau de intensidade frente ao sentir, em que raiva, fúria e cólera aparecem como os extremos máximos do sentimento da ira. Independentemente de sua intensidade, a ira está, segundo esse autor, atravessada pelo medo, porque a ira em essência é a consciente

---

<sup>20</sup> Mira y López (1896 – 1964) foi, segundo Porras (1964), um cientista e professor de fama mundial. Graduou-se Bacharel em Ciências e Licenciatura em Medicina. Fez doutorado em Medicina. Atuou na medicina como médico psiquiatra; foi psicólogo; dedicou-se ao estudo científico das mais diferentes especialidades dentro da psicologia, tendo ênfase na psicologia voltada ao Direito. Informações disponíveis em <<http://www.miraylopez.com/>>. Mais informações em <[http://www.miraylopez.com/articulo\\_prof\\_siguan.pdf](http://www.miraylopez.com/articulo_prof_siguan.pdf)>. Acesso em: 05 de jul. de 2017. Mira y López não faz parte, em termos categóricos, dos vieses teórico-metodológicos usados na interface proposta na Tese. No entanto, seu vasto conhecimento, sobretudo no que tange à natureza humana, em especial seu estudo sobre o ódio, qualifica-o para integrar o referencial deste trabalho.

ameaça de fracasso; ela nasce como uma tentativa ofensiva contra o medo incipiente (MIRA Y LOPES, 1993, p. 102-103)<sup>21</sup>.

A ira conta com alguns antecedentes biológicos, como a irritabilidade, a agressividade e a ambição. Todos relacionados com a ânsia de poder que assola o ser, desde uma perspectiva de domínio, afirmação e expansão. A ira manifesta-se a partir de uma ação ofensivo-destrutiva, sendo, pois, uma conduta ofensiva. Ocorre que quando a ira se aduna ao dever tem-se a intolerância (MIRA Y LÓPEZ, 1993, p. 100-109). Entende-se que, se o dever é uma obrigação – superando até mesmo o desejo e a vontade individual –, passa a construir um universo de valores em que as ações são tingidas pela axiologia que reveste o que é *dever* sob certa perspectiva, indicando ações, delimitando pensamentos. Nessa configuração, quando fixado por valores maniqueístas, o dever relaciona-se com intolerância porque fecha os olhos para o outro, para o diferente, encontrando verdades universais apenas naquilo em que acredita. A intolerância, justamente, nasce da anulação da possibilidade de pluralidade de ideias, isto é, do entendimento de que há apenas uma verdade, portanto, apenas um *dever* eticamente relacionado com essa valoração.

Segundo o autor, nossa civilização, em tese, é hostil frente à ira porque esse juízo de valor está recoberto por uma postura de camuflagem do Gigante Vermelho, sabe-se, pois, na valoração social, que a ira está relacionada com sentimentos nefastos como é o caso do ódio. Para o autor, por outro lado, comumente o sentimento de ira disfarça-se sob uma atitude de justiça, fazendo com que os excessos nutridos pela vingança tomem ares de atos reparadores, capazes de devolver a ofensa em forma de reivindicação dos direitos do ser (MIRA Y LÓPEZ, 1993, p. 114). Sobre essa colocação de Mira y López, é possível construir o entendimento de que os direitos podem ser entendidos socialmente como válidos no que diz respeito à construção de determinada cultura; como podem ser individualmente válidos, no sentido de transformar em potência de agir motivos pessoais que venham a justificar atos de ira, manifesta, ilusoriamente, como autorizada porque motivada por causas de honra, cobrança, acerto de contas, configurando outra via para a materialização da intolerância.

Dentre as formas de camuflagem apontadas por Mira y López (1993, p. 114-121), estão a crítica, a ironia, o humor e a soberbia. A noção de crítica sofreu mudança em suas formas de uso, devido às dinâmicas sociais, que estão em constante

---

<sup>21</sup> Tradução minha para os trechos em espanhol: “[...] la chispa de la Ira es la consciente amenaza del fracaso” (p. 102); “[...] la Ira es un intento defensivo contra el miedo incipiente” (p. 103).

movimento. Assim, passou de uma apreciação sobre algo a um olhar pejorativo, no sentido de uma avaliação negativa que é feita ao sujeito por seu inimigo. Com uma tonalidade destrutiva, a crítica dissemina-se com a tonalidade corrosiva da ira; pode ser ainda tonalizada com raiva, caracterizando-se como autoanulação, autodesprezo. A ironia, por sua vez, é a manifestação não aberta da ira, sob a máscara do humor. A ironia contém tonalidades de sadismo e perversidade, capazes de torná-la mais desagradável que uma agressão aberta como pode ser o caso de uma crítica franca. Mira y López (1993, p. 117) sublinha que:

[...] o irônico trata no mesmo ato de humilhar – mediante a piada – a seu adversário e de mostrar sua superioridade intelectual diante dele; mas o faz de um modo covarde, isto é, ocultando diretamente sua ofensa, de modo que essa, às vezes, é mais percebida pelos que se encontram na situação, pelos interlocutores do que pelo próprio interessado<sup>22</sup>.

É oportuno mencionar que a visão acerca da ironia na contemporaneidade contorna o pejorativo, entendida como efeito de sentido que visa à destruição das crenças sociais do outro. Na Grécia Antiga, para Aristóteles, a ironia é a simulação pela qual se chega a refutar pontos de vista (REALE, 2003, p. 100). Aristóteles via no método irônico a forma pela qual se conseguia ensinar, pois possuía o sentido de expor de uma forma grosseira e mais simplifica determinada realidade social.

Pormenorizando, se alguém dissesse que a função essencial da solidariedade orgânica entre os membros de uma sociedade se dá pelos vínculos de dessemelhança como maneira de construir um estado forte da consciência coletiva, a fim de realizar a divisão do trabalho social, seria necessário um nível muito abstrato de discussão para que se desse o entendimento dos conceitos que estão em jogo nesse tipo de afirmação. No entanto, se fosse dito ao mesmo grupo de aprendizes, em tom irônico, “você não querem plantar, por achar que a amizade entre os seus iguais, entre aqueles que têm as mesmas qualidades que vocês é garantidora de troca, então morram de fome e continuem andando bem vestidos com casacos de pele!”. Assim, de forma grosseira, o enunciado entre aspas resume o que foi dito de modo abstrato por Durkheim ([1893] 1930), quando de sua explicação sobre o conceito de *solidariedade orgânica*, encontrado no livro *Da divisão do trabalho social*.

---

<sup>22</sup> Tradução minha para o trecho em espanhol: “[...] el irónico trata, en el mismo acto, de humillar – mediante la burla – a su adversario y de mostrar su superioridad intelectual ante él; mas esto lo hace de un modo covarde, es decir, ocultando directamente su ofensa, de modo que ésta sea, a veces, más percibida por los circunstantes o interlocutores que por el propio interesado” (MIRA Y LÓPEZ, 1993, p. 117-118).

A ironia, nos termos aristotélicos, é um efeito de linguagem útil, já que tornava didáticos os conteúdos a serem abordados. Kierkegaard ([1840] 1991) explica que a ironia requer uma carga semântica complexa para edificar-se porque é oriunda do jogo entre interioridade e exterioridade, pensamento e palavra, significado e sentido. Ademais, esse recurso utiliza-se do mal-entendido entre fenômeno e conceito. Segundo Bakhtin ([1950-52] 2016, p. 131-132), no discurso irônico a atenção não se volta para a relação entre sujeito e objeto somente, há também a pressuposição de uma relação de tensão entre dois sujeitos: o que profere a ironia e o sujeito com o “[...] seu discurso de outro (real ou possível)”. Assim, a apreciação do falante recai sobre um sujeito e “[...] seu discurso, seu ponto de vista, seu estilo”. A ironia, conforme essa perspectiva, necessita dos ecos da voz do outro para edificar-se. No dizer irônico, há, pois, “[...] uma ideia do outro, que se expõe apenas a uma apreciação semântico-objetiva, e o enunciado do outro, revestido de forma estilística”. Nas palavras do autor russo ([1970-1971] 2011, p. 367): “A ironia existe em toda a parte, da ironia mínima, imperceptível, à ruidosa, limítrofe com o riso”. Há, segundo ele, ironia em diferentes graus. Há ironia nos risos que não são sorridentes porque evocam sátira.

Estando-se de acordo com o exposto, amplia-se tal definição mencionando que na contemporaneidade a ironia pode reverberar um efeito de sentido delicado, haja vista sua possibilidade de esconder um caráter de intolerância. Essa afirmação ancora-se no entendimento de que a ironia carrega em si discursos múltiplos com camadas e camadas valorativas a serem desbravadas por quem deseja realizar os sentidos projetados na materialidade de um discurso irônico. Brait (2008, p. 22) explica a noção de camadas de sentido dizendo que a ironia é uma teia interdiscursiva formada entre humor e ambiguidade. A autora ainda atenta para a diferença de ângulo existente entre a ironia como atitude e como procedimento verbal (BRAIT, 2008, p. 76-78).

Nesta tese, entende-se que essas duas faces da ironia podem deixar ver discurso intolerante, porque a ironia diz o contrário do que expressa. Ela indica o caminho dos enunciados que o locutor deve acessar para formar uma compreensão em dois movimentos: 1) entendê-los como rede que cria certo sentido e 2) aplicar a inversão desses sentidos à composição da ironia que ele teve acesso. Pensa-se, por isso, que a ironia é um recurso complexo de linguagem.

Voltando a atenção aos manifestos do Gigante Vermelho, o ódio, Mira y López (1993, p. 119) menciona que outra forma de camuflagem da ira está no que ele chama de *humorismo*, uma espécie de humor que se diferencia do “bom humor”. Esse tipo

específico de humor está entrelaçado à ira porque ele caminha pelas mesmas trilhas da ironia, uma vez que seu propósito é fazer rir a partir de uma base díspar em que há o superior fazendo piada com o inferior. Ocorre que o humor dessa natureza, em um jogo que angaria permissões, seduz o espectador ao riso como validação para dizer, brincando, o que ninguém se permite afirmar seriamente. Talvez daí que os temas humorísticos desse nicho sejam sempre tabus ou temidos de ser trazidos à luz socialmente. Assim, fazer rir é uma forma de se desejar dizer aquilo que se pensa e sente, e que está dissolvido na crença social, mas não se tem coragem de dizer por que não é politicamente correto.

Tomando os escritos de Bergson (1983) e aplicando-os à pauta de Mira y López (1993), é possível entender que o humor de natureza nefasta tem como base um riso que humilha, que tensiona hierarquicamente poder ao burlar-se dos desprovidos. É um riso maldoso cuja finalidade é a coerção, a expressão da desordem, do defeito, daquilo que não é corrente. Diz o autor que se acentua o humor quando se desce cada vez mais baixo no interior do mal para notar peculiaridades com fria indiferença (BERGSON, 1983, p. 61).

Se o humor é para Mira y López (1993) uma das faces da ira, a soberbia é outra de suas faces. Para ele, a ira é a bastarda imitação, de modo exibicionista, do orgulho porque o poder advém da autogratificação, especificamente representativa, uma vez que esconde uma frustração ou uma decepção pessoal. Para Mira y López (1993), a soberbia é a vaidade capaz de causar tensão afetiva, mal-estar e falta de paz, que deixa ver caracteristicamente a presença subjacente da ira.

Em uma análise das consequências da ira, o autor cubano apresenta o ódio como um manifesto encoberto da ira. Segundo ele, o ódio assume distintas colorações a partir da esfera à qual está relacionado. Nesses termos, qualifica o ódio como “[...] a cólera em conserva” (MIRA Y LÓPEZ, 1993, p. 123), haja vista ser uma atitude de ira que tomou corpo, ganhou especificidades advindas da insuficiente descarga dos impulsos destrutivos característicos da ira, armazenados no sujeito *odiador* por motivos diversos, tais como: impossibilidade de alcançar seu sujeito odiado; medo de que ao alcançar o foco de seu ódio este o ataque, reagindo de modo a causar-lhe dano; no caso de que consiga satisfazer o impulso agressivo, teme à sanção moral ou social; reconhecimento implícito de que não há razões para justificar o sentimento de ódio. Assim, o ódio existe quando há obstáculos à livre manifestação da ira.

Entre os mais comuns tipos de ódio estão o religioso, o político, o familiar e o profissional. No que tange à esfera religiosa, há o paradoxo de que algo que poderia unir cause ódio. Esse paradoxo é resultado da noção única de verdade, levando a considerar infiéis ou inimigos aqueles que não comungam das mesmas crenças. Mira y López (1993, p. 125-126) explica que muitas matanças coletivas ao longo da história humana invocaram a defesa dos direitos em relação aos credos religiosos. Essas lutas requerem para cada partidário o direito de ser o representante oficial da verdade única.

Para o autor, tudo é fruto do que ele intitula como “lei do ódio”, isto é, dado um motivo qualquer para que o ódio se instale aumentam as razões de sua expansão quando se trata de semelhança ou proximidade essencial entre os protagonistas da situação incitadora. Nesses termos, não exatamente se odeia o fato de o inimigo adorar o falso credo, mas a possibilidade de que um semelhante não se aliste às mesmas crenças, dando vazão ao terror do não idêntico.

No que diz respeito às normatizações sociais brasileiras, o Estado social e democrático de Direito assegura, constitucionalmente, o direito à liberdade religiosa e de credo, porém o direito como linguagem do Estado existe em face do discurso da igualdade, isto é, da isonomia e da equidade. Em outras palavras, o legislador, na mesma Constituição, positiva o direito ao livre credo, mas parte da premissa de que todos são iguais perante o Estado (princípio de igualdade, art. 2 da Constituição de 1988). Assim, tem-se a contradição de se tentar construir um Estado laico, enquanto a maioria das leis modernas, incluindo as brasileiras, foi inspirada na doutrina cristã de Santo Agostinho – Skinner (1999), em *As fundações do pensamento político moderno*, descreve isso historicamente.

Em seu artigo *Da diferença perigosa ao perigo da diferença da igualdade*, a socióloga e historiadora Cauet (2005, p. 403) fala sobre a igualdade totalizadora, no sentido de que “[...] a política da igualdade potencializa a violência de várias formas: eliminando todo e qualquer outro, o diferente, o sujo, o impuro, o anormal, o doente, enfim tudo o que causa estranheza, perigo, que lembra sujeira e desordem”. Isso porque para que haja ordem, toda a forma de desordem deve ser banida, com isso deve ser banido todo o diferente, o heterogêneo. A autora reforça que o apego à ordem e ao homogêneo faz referência ao disciplinar e, por relação, ao belo, ao harmonioso, levantando repulsa a seu traço antagônico: a sujeira, a impureza o perigo, isto é, tudo o que é diferente dos padrões estabelecidos.

Essa relação é digna de reflexão, haja vista que enseja um pensamento binário em que as oposições são marcadas e o direito de escolha está entre um ou outro, entre isto ou aquilo, inevitavelmente levando ao maniqueísmo. Conforme Cauer (2005, p. 4003), “[...] a lógica da exclusão foi a base para a construção de termos como ‘classe’, ‘raça’, ‘gênero’, entre outros, que serviam à identificação dos sujeitos”, prevaletes na modernidade. Porém, segundo ela, a contemporaneidade conta com o rompimento das classificações binárias, de modo que as identidades sociais sofrem uma espécie de depuração, resultante do estreitamento cultural pelo qual o mundo passa em razão da globalização, bem como do jogo que se dá entre o local e o global.

É oportuno, pois, questionar: em uma sociedade altamente intolerante (BOFF, 2015) como a qual se vive, em que há desrespeito religioso, intolerância de credo, mortes motivadas por religião; um mundo em que diversificados tipos de preconceito reúnem pessoas afins em páginas virtuais, prontas para disseminar suas perspectivas de mundo como únicas, impondo-se sobre tudo o que a elas não se assemelha é possível dizer que se observa uma “depuração” das marcas binárias que categorizam o que é ou não aceitável socialmente? Parece todo o contrário, a veiculação de fatos sociais motivados por ódio e intolerância deixa ver que os discursos dessa natureza agrupam pessoas que requerem uma cisão entre elas e o *outro*, entre sua perspectiva e a *outra*, a não tolerada, entre sua verdade e qualquer *outra* que a ela se oponha.

O ódio via racismo, por exemplo, também como a ironia, tem suas entranhas no desbalanceamento que reside na ideia de superioridade. Mira y López (1993) menciona que guerras foram iniciadas por crenças de soberania racial. Explica ainda que o racismo teve seu teor inflado pelo veneno dos tempos de escravidão, em que os negros odiavam seus feitores brancos por todo cárcere e submissão vividos; e os brancos odiavam os negros por sua alforria. O ódio histórico ascende também no mestiço que leva consigo os extremos, porque é duplamente semelhante e duplamente não idêntico a ambas de suas descendências. O racismo pode, ainda, revelar-se em lutas geográficas entre vizinhos regionais que acreditam ser oriundos de diversa origem. Assim, orientados pela crença de ideais de procedência, alimentam o ódio intranacional que dá lugar às chamadas guerras civis. A intolerância de raça, o xenofobismo, a defesa do purismo cultural são dimensões sociais que deixam ver discursos intolerantes e de ódio.

Talvez a ideia de hierarquia e racismo não seja uma boa analogia, uma vez que nessa relação o racismo não se percebe somente pelo olhar de quem está em cima em virtude do olhar de quem está abaixo, mas pelo não reconhecimento do outro como um

igual, um ser humano em sua dignidade (abrindo precedente para discussão jurídica, inclusive). A analogia vai se vendo enfraquecida também porque o racismo está em todas as classes sociais. Assim, mais oportuno é pensar não em hierarquia de classe, mas na sensação de ver-se superior, ver-se melhor que outrem por razões que sejam satisfatórias a quem realiza tal comparação – a ideia de bem e mal, por exemplo, marca a cisão entre o universo de valor do *eu* e do *outro*: é positivo tudo o que beneficia quem julga; é negativo quem dele difere ou a ele se opõe, criando um jogo de valoração relativizado, que visa à aderência por iguais e à aniquilação ao diferente. Sem respaldo, nem motivação; é uma percepção subjetiva do *eu* em relação ao *outro*. Como se vive em sociedade, essas valorações vão sendo compartilhadas entre pessoas afins e eis que nascem os preconceitos praticados em certos grupos.

A edificação de clichês e de estereótipos sociais está fundida na fixação de generalizações, simplificações e imagens fixadas, que tendem a categorizar para excluir porque estão baseadas em uma relação do *nós* contra *eles*, em uma dinâmica que contraste aqueles que estão em determinado grupo contra os que estão fora (ATKINSON; HILGARD, 1979). Rotulando, criam-se pré-construídos que limitam porque selecionam, de antemão, certos discursos (e não outros) que estão vinculados a crenças sociais, que foram se construindo ao longo do tempo e, por sua vez, fazem emergir uma série de pré-conceitos, que – por serem generalizações e simplificações que categorizam coisas, pessoas e situações – criam preconceitos. Como são generalizações, os estereótipos carregam falsas imagens, distorções, traços falsos, exagero, bem como atribuições imaginativas, isto é, uma ideia do que se pensa que é – em relação ao que é ou às possíveis realizações do que possa vir a ser.

Cortez (2018) comenta que o agrupamento, a identificação ou filiação a certo grupo cria em essência cisão social porque o grupo em si tem uma identidade, que ajuda na formação da identidade do sujeito, que lhe apresenta narrativas pessoais e de mundo, mostrando a ele os traços que o definem em relação aos outros. Grupos constroem ideais, demarcam espaços, discursos e comportamentos; classificam tanto aos que se associam ao conjunto quanto aos não pertencentes, já que passam a ser rotulados como não iguais.

Certamente existem grupos plurais, que congregam e dialogam; e há também os de perfil purista, que separam e obstam a união. Nesse cenário, então, é possível pensar que facilmente há polarização e homogeneização, bem como a ideia de confronto entre *eu* e *outros não eu* – em maior ou menos grau, a depender da tolerância de cada grupo.



Em casos de extremismo, pode ainda ocorrer promoção de ataque, ideais de purismo baseadas no contraste superioridade/inferioridade.

O humorismo, por exemplo, alimenta-se das diferenças grupais para, muitas vezes, dissipar racismo, xenofobia, misandria. A manifestação desses recursos via humor possui salvo-conduto e a presunção de inocência ou de riso pelo riso a partir de questões que fazem parte da sociedade. Porém, o que realmente está em pauta é o tensionamento dos juízos de valor entre o *nós* e o *eles*. O humorismo se edifica nessa relação de rebaixamento que o *nós* exerce sobre o *eles* (o grupo que está fora, que é o grupo alvo da ridicularização).

Se inerente à acepção de grupo está a de classificação e categorização, esse processo cria ideias pré-concebidas sobre tudo aquilo que se difere do grupo a qual se pertence. Assim, há uma opinião sobre o *outro*, podendo haver estereotipização. Como apontam Amossy e Herschberg-Pierrot (2010), o estereótipo está relacionado à pré-construídos porque designa especificados tipos de construção sintática capazes de acionar sentidos cristalizados, entranhados já na memória discursiva de uma determinada sociedade. Ao acessar essa rede de discursos, o sujeito reclama para si a adesão do grupo ao qual ele faz parte, entrando em uma rede confortável porque o assegura em um conjunto, resguarda-o, para que ele possa agir contra grupos outros. Ele se vê meio a uma identidade coletiva para atacar outras identidades coletivas. Assim, o estereótipo na visão das autoras tanto é marcador do grupo de vínculo quando do que é alvo de ataque.

Nesses termos, o indivíduo apaga suas particularidades para adentrar a um grupo; e apaga as especificidades de seu alvo para também o enxergar como generalizado e fragmentado na ideia de coletivo. Ocorre que essa percepção deixa margem para concluir que há, por um lado, a ideia de afirmação na generalização que cria adesão, isto é, uma espécie de estereotipação positiva, em que são buscadas vozes consonantes entre pares; e há, por outro lado, uma ideia de negação na generalização que cria aniquilação, porque coloca o outro em estereótipos que, por si, já possuem agrupamentos negativos, de camadas de sentido valorados negativamente na sociedade ao longo da história.

A questão do ódio e de seus desdobramentos está vinculada a clichês e a estereótipos. Mira y López (1993) explica que no campo da política o ódio materializa-se de diferentes modos. A hostilidade existe entre grupos antagônicos como conservadores e liberais, reacionários e progressistas, direitistas e esquerdistas, aqueles

que defendem a classe dominante, existente a partir do capitalismo financeiro, e aqueles que angariam o poder para causas em torno da distribuição igualitária de renda. Há ainda as discussões totalitaristas, tais como o comunismo, o socialismo e o fascismo, e as democráticas. Segundo Mira y López (1993), esse maniqueísmo existe desde sempre e foi motivo de grandes manifestações coletivas nas revoluções ao longo da história.

Daí o cenário político ser uma esfera encharcada de violência, haja vista seu caráter dual, sobretudo a partir do século XX, quando a corrente de ódio alcança duas condições humanas, o sentir-se oprimido e o desejar oprimir. Para o médico e sociólogo cubano, essas duas possibilidades são as verdadeiras caracterizadoras da dualidade geradora do ódio no âmbito político. Para ele, independentemente de vínculo a esse ou àquele partido, a essa ou àquela posição política, a essa ou àquela ideologia com que se vê o social, todos podem ser perpassados pelo sentir-se oprimido ou o desejar oprimir.

Mira y López (1993) explica que também no âmbito político impera a lei do ódio, pois, justamente, a razão para odiar está proporcionalmente relacionada ao fato de que o semelhante humano tenha a ousadia de não ser idêntico ideologicamente. O autor menciona, inclusive, que o ódio na política pode, paradoxalmente, unir. Esse é o caso de partidos pequenos que se articulam devido ao ódio de concorrentes dos polos extremos. Acrescenta-se o fato de odiadores juntarem-se em razão da afinidade dos alvos odiados. Esse jogo também coloca em questão estereótipos e imagens coletivas de representação, haja vista que se está observando esboços de perfil: estereótipos para odiador e odiado.

O ódio político – paralelamente ao religioso – pode invocar para si o direito de odiar em razão de uma causa maior. Nas divergências políticas, pode-se recorrer ao argumento que Mira y López (1993, p. 134-135) chama de “sagrado prestígio da Pátria”, isto é, fazer crer que seu oponente (o ser odiado) seja traidor do país, disseminando uma carga virulenta de ódio, capaz de corroer as distintas esferas políticas, podendo, inclusive, garantir aos Poderes Públicos meios para assegurar a Justiça a partir de divisões repressoras como é o caso do F.B.I, das Brigadas Especiais, dos Comandos de táticas especiais existentes nos regimes das Polícias.

Em outro âmbito, o ódio na esfera profissional, segundo o autor cubano, divide-se em três: ódio entre ricos e pobres, ódio de velhos contra jovens e ódio de adeptos contra não adeptos. Mira y López (1993) isenta-se da análise dos dois primeiros por considerá-la de ordem geral, quem sabe, porque o ódio entre ricos e pobres tenha suas raízes também no ódio político, a partir das lutas de classe, garantidoras de tensão conhecida historicamente. Sobre o ódio dos velhos para com os jovens, talvez o autor

dele tenha se liberado porque esse esteja enredado nas questões de superioridade frente às condições de substituição do jovem, devido a toda valoração cultural Ocidental que prestigia a vitalidade, o frescor e a possibilidade de moldar o jovem conforme a oportunidade. A ideia de velho como inútil, vacante, não atualizável, vicioso é pressuposto social que poderia explicar o sentimento de rivalidade que dá lugar ao ódio nesse aspecto.

No que tange ao ódio do apto contra o inapto profissional, a relação é complexa porque, para o autor, o apto deveria sentir compaixão pelo não apto. Porém, devido a questões sociais, muitas vezes, o não apto ocupa postos trabalhistas superiores, fazendo surgir no apto uma vulnerabilidade em relação ao *eu*, uma inferioridade que gera em si ódio por seu oponente profissional. Essa desigualdade pode ter entre suas causas questões como: conquistas profissionais não estão obrigatoriamente relacionadas com mérito; muitas vezes não há certificações que meçam, periodicamente, a capacidade necessária para se ocupar o lugar que determinado ser ocupa; outra questão é que existe uma rivalidade entre os profissionais aptos, geradora de conflitos hierárquicos, isto é, em razão de dissabores podem optar por alguém inapto a um profissional de igual valor, a fim de que se tenha somente um superior em dada esfera. O ódio do inapto para com o apto, segundo Mira y Lopéz (1993), pode ser mais intenso porque não deriva somente da consideração acerca das posições alcançadas, do prestígio de certo profissional, mas da irremediável superioridade técnica que separa os dois.

O autor de *Los Cuatro gigantes del alma* menciona que naturalmente há ódios primitivos ou adquiridos por experiência ou por associação, mas não diretamente observados em razão de certos objetos, pessoas ou situações. Os ódios profissionais não motivados ou pelo menos não explicáveis de modo racional estão nessa categoria. São uma espécie de antipatia gratuita, não surgida de ofensas nem danos.

O ódio na esfera familiar move-se inter ou intrafamiliares. Nesse tipo de ódio, há motivações variadas, tais como sociais, políticas, culturais ou econômicas. Cada família, no caso em que se cruzem rivais, age como um único indivíduo para acatar até que haja um vencedor da batalha. Já nos ódios intrafamiliares estão em jogo a obrigatoriedade de aceitação imposta pelos laços sanguíneos.

Socialmente existe o juízo de valor de que a família deve ser unida, que se deve ter respeito, inclusive, hierárquico aos mais velhos. O sociólogo e médico psiquiatra explica que as famílias funcionam a partir de um regime absolutista em que um único membro tem o poder de ditar as regras. Para o autor, nas famílias há uma luta que se

equipara à de tribos primitivas, em que cada componente ambiciona o poder de ser o chefe.

Sobre esse tópico, cita-se Bourdieu (1996, p. 130), especificamente o texto *Razões práticas: sobre a teoria das ações*. Ele discute sobre as condições da formação familiar, entendendo que são nada convencionais, haja vista que, para que exista o que se chama de família, é necessário que haja condições sociais não universais e não distribuídas de maneira uniforme. Conforme o autor, a “[...] família em sua distribuição legítima é um privilégio instituído como norma universal”. Privilégio porque, segundo ele, há vantagens simbólicas que levam a uma série de acomodações em padrões sociais estabelecidos: ser como se deve, pertencente a um todo, a uma linhagem, estar dentro da norma, portanto, ter o privilégio de um estatuto simbólico.

Conforme Viana (1945), o grupo familiar é um prolífero gerador de ódios, tanto dissimulados quanto explícitos porque o convívio desperta tensões, cujos laços sanguíneos e afetivos não são capazes de represar. Em suas palavras: “As relações humanas, dentro do lar ou nas suas «áreas» circunvizinhas processam-se sob variadíssimas formas, e, a cada uma delas, correspondem também variadas possibilidades de ódio”.

Como essa vantagem de pertencimento é o maior fator, concretamente, de acúmulo e de transmissão de outros privilégios simbólicos de todo o tipo, tais como cultura e economia, a família tem o papel de manutenção social, tanto do ponto de vista biológico de reprodução quanto do ponto de vista das relações interpessoais. Ocorre que esse traço uno teoricamente visto como universal não o é em razão de que há famílias de todas as configurações e, inclusive na mesma família, pode haver quem não reaja positivamente ao ambiente de dominação, no sentido de ter de aceitar uma visão una, a fim de que se resguarde o caráter que constitui aquele grupo (BOURDIEU, 1996). Assim, é possível pensar que a tensão domiciliar oriunda da não conformidade em relação às imposições de cada grupo possa ser um dos motivos de ira familiar que desaguará em diversificados ódios.

Em *Catamnesis dos ódios*, Mira y López (1993, p. 145) explica que há diferentes maneiras para a saída do ódio que se sente. Desprezo, vingança, ressentimento, perdão conciliatório, formas de domesticar a ira, difusão e metamorfose da ira e ira contra o mau humor são algumas delas. Para o autor, o desprezo é a etapa de superação do ódio em que há a destruição de modo imaginário do valor em relação àquilo que é odiado. Na

vingança, o ser trata de mostrar-se superior a fim de causar dano ou algum tipo de sofrimento, fazendo com que alguém pague “na mesma moeda”; às vezes, esse agir pode ser inconsciente. Para complementar essa questão do ódio via vingança, apresenta-se Viana (1945, p. 207, grifo do autor), que menciona que a ideia de devolver na mesma proporção aparece em Aristóteles, que definiu o ódio como “[...] o *desejo de «pagar»*, em moeda idêntica, o mal que nos fizeram”. Segundo o Viana, Sêneca considerou o ódio “[...] uma *emoção anímica violenta*, que voluntária ou involuntariamente, nos leva à vingança”.

Na perspectiva de Mira y López (1993, p. 147), vingar-se é uma tentativa de retornar ao equilíbrio tensional que precedeu o momento de inimizade e antipatia a partir de uma série de atos que restaurem a ferida por meio do amor próprio. Nesses termos, o ódio é o que impulsiona o projeto de vingança como forma de consolação. De modo geral, o que o ser ferido procura é encontrar poder no ódio. Assim, “[...] objeto, ideia ou pessoa, o odiado representa sempre uma força ou poder”<sup>23</sup>. Isso significa dizer que o odiado lhe autoriza motivo para vingar-se. Nesses termos, quem odeia não projeta vingança por ser mau em essência, mas porque o instigam o objeto, a ideia ou a pessoa odiada.

Uma forma comum de descarga do ódio é a verbal, via maldições destinadas ao odiado. Esses desejos de maldizer podem estar, frequentemente, associados a signos religiosos em construções languageiras do tipo “Permita Deus que...”; “Eu creio na justiça divina e sei que Fulano irá pagar”. Pode ainda ocorrer em valorações intrínsecas a formas linguísticas que remetem à justiça, tais como: “Eu hei de ter justiça!”, “Que se faça justiça em meu nome”, “Que seja feita justiça”, “Fulano há de pagar por isso”. Essas formas fixadas no horizonte língua deixam ver dimensões axiológicas em que o odiador entende-se respaldado religiosa ou juridicamente, isto é, não é ele – sujeito no mundo – que deseja vingança, mas Deus (ou o que lhe seja digno de fé) que assegura a ele justiça pelo mal vivido. O direito constitucional, por exemplo, assegura por meio de suas leis que a reparação requerida faça jus aos prejuízos. Segundo Viana (1945), o ódio perpassa a língua e se mantém presente ao longo do tempo por meio de provérbios e ditos populares.

O exposto conduz à percepção de que o ódio pode estar escondido em qualquer discurso de linguagem, inclusive a linguagem ritualizada do direito ou, nesse caso, na

---

<sup>23</sup> Tradução para o trecho em espanhol: “[...] objeto, idea o persona, lo odiado representa siempre una fuerza o poder”.

linguagem religiosa, pois os fiéis, muitas vezes, apesar de defenderem a fraternidade ao próximo, podem vir a odiar os hereges, dizendo/desejando que Deus responsabilizar-se-á por dar-lhes o que é justo – confundindo, nesses termos, justiça com vingança.

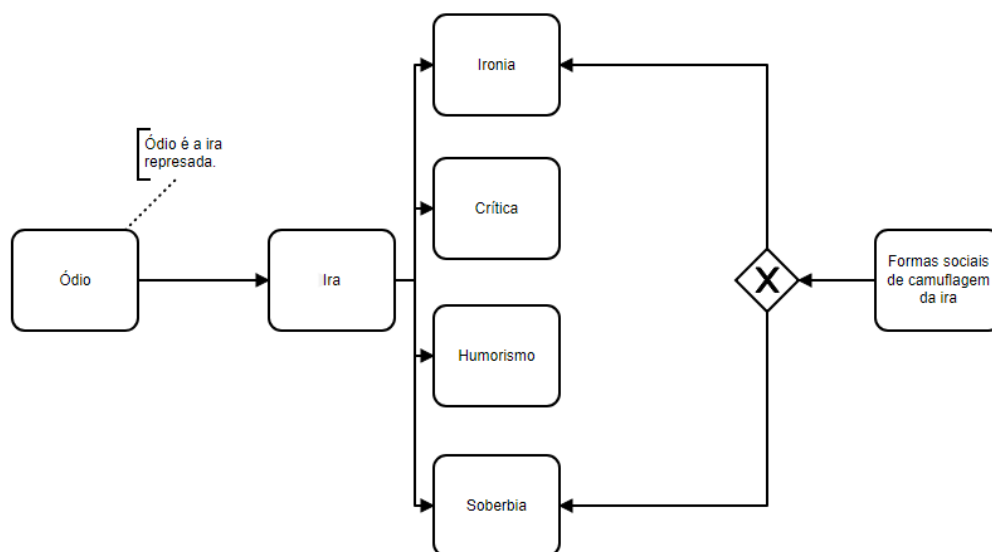
Paralelamente, pode-se mencionar que muitos discursos de ódio, em charges, na mídia ou disseminados pelo senso comum, propagam o que seus autores justificam como justiça, enunciando que, por exemplo, seu opositor deve pagar 30 anos por tal crime porque isso é justo; que certa pessoa deve sofrer as consequências de seus atos porque isso é justo; que se deve pagar na “mesma moeda” porque é justo. Em todos esses casos, vê-se justiça confundida com vingança. No mais das vezes, justamente esse sentimento de vingança pode dar forma ao ódio e a seus desdobramentos, como o são as nuances de intolerância.

Quando o desejo de vingança não é por algum motivo concretizado, Mira y López (1993, p. 148-149) diz que há duas vias: ressentimento ou o perdão conciliatório. Não permitida de vingar-se, a pessoa alimenta em seu íntimo um duplo ódio porque seu ódio é direcionado tanto ao odiado quanto a si própria, entrando em um ciclo de autoindução de um odiar permanente, isto é, de um agir ressentido. Em outros casos, é possível concluir que a melhor vingança é não se vingar, o que poupa ao odiador todos os riscos que a vingança implica, tais como, sofrer retaliações, sentir-se vulnerável frente ao odiado. Para o autor cubano, “devolver mal com bem” pode ser uma estratégia não de benevolência, mas um ato de mostrar-se superior ao odiado.

O perdão conciliatório, para o autor, marca a felicidade de mostrar ao odiado que esse não o intimida mais. Pode advir do desejo de encontrar tranquilidade futura para si. Se for sincera, a atitude de conciliação pode desencadear sentimentos opostos aos sentidos anteriormente. Isso porque o odiador tende a valorizar o odiado. Assim, o sentimento de apreço trazido à luz com a ida da violência pode chegar a tornar-se afeto (MIRA Y LOPEZ, 1993).

Tendo em conta tudo o que foi apresentado, resumidamente, segundo Mira y Lopez (1993), o ódio é o produto resultante da ira não expressada, não descarregada ou vivida de alguma maneira. No diagrama que segue, tem-se visualmente essa relação.

Figura 1: Diagrama das ideias de Mira y López sobre o ódio (1993)



Fonte: A autora

Conforme se viu, se o ódio, para Mira y López (1993), é a ira não manifesta, as formas de camuflagem da ira são também as do ódio. Este ponto precisamente é importante para as análises que se desenvolvem no capítulo 4, já que as charges com contornos intolerantes apresentam algumas dessas formas de dissimulação.

Tendo em vista o exposto, cabe expandir as considerações sobre o ódio com Viana (1900-1977), para quem esse sentimento somente pode ser entendido desde uma perspectiva psicossocial, a fim de que seja possível tanto ver sua face explícita e agressiva quanto seu lado sutil, mascarado e disfarçado. Em seu estudo, *A psicologia do ódio*, o autor (1945) menciona que o ódio está disseminado ao longo do tempo, nos mais diferentes âmbitos sociais, aparecendo seja no dia a dia ou em diferentes obras artísticas, literárias, religiosas. Segundo ele, o ódio está presente na Mitologia, na Bíblia, aparece em fábulas, em lendas; está na língua, em ditos e provérbios. Faz parte da história do homem, de sua natureza.

Viana (1945, p. 133) explica que “[...] o ódio aproxima e reúne os que mais odeiam, e tanto mais fortemente quanto maior e mais entranhado for o seu ódio”. Como definição de ódio o autor explica que é um sentimento intermitente, que pode ser definido como:

[...] energia que, mercê de sucessivas acumulações afectivas, leva alguém a experimentar *repulsa* por [...] pessoa ou por qualquer objeto, fazendo surgir, nesse alguém, o *desejo* de causar dano à

pessoa odiada ou de *destruir ou afastar*, para longe, o objeto detestado.

A definição de ódio apresentada por Viana (1945) aplica-se às diferentes manifestações desse sentimento, que pode ser exteriorizado via riso sarcástico, desprezo, rancor, cólera, ameaças, insultos, agressões e vinganças, inclusive se manifestando de modo mímico, gesticulante ou ruminante; via anátema, maldição, blasfêmia, insultos, injúrias, indo desde ação direta, violenta e brutal a puramente verbalista, polida ou velada.

Diferentemente de Mira y López (1993), Viana (1945) não entende que o ódio esteja relacionado à ira, pois, para ele, o ódio é duradouro e a ira não passa de um furor breve. Baseado em Madureira (1943 *apud* VIANA, 1945), Viana explica que a ira é um desejo de vingança que explode momentaneamente em gestos, palavras, expressões de maldizer e ações contra alguém ou contra aquilo que é gerador de ira. Se a ira é esse estouro, ela é uma descarga, é, pois, inesperada; enquanto o ódio é nutrido, cultivado e alimentado na relação que se dá entre odiador e pessoa ou coisa odiada, daí o autor afirmar que há ódio sem ira e com premeditação.

Para entender o funcionamento do discurso do ódio – mais especificamente aquele presente em *charges com tonalidade intolerante* –, não basta apenas conhecer sua natureza, tampouco como se apresentam suas raízes. É necessário entender os processos sociais que deixam entrever explícita ou implicitamente suas sombras no âmbito de certos discursos.

Foram arrolados argumentos que caracterizam diferentes perspectivas do que pode ser um discurso de ódio. Um pouco também foi visto sobre seus possíveis desdobramentos, a intolerância é um deles. Certamente não é tarefa simples entender as diferentes manifestações discursivas tonalizadas pelos sentimentos em questão. Essa problemática ganha densidade quando se está frente ao discurso chargístico, pois como delinear os limites do que é liberdade de expressão e discurso de ódio? Quais os limites de liberdade de expressão e discurso intolerante? Como discernir o que é crítica manifesta verbo-visualmente na charge de um discurso que incita conduta reprovável daquele que apenas intimida ou provoca?

Aquilo que o ódio ou a intolerância projetam em termos de sentido, de modo geral, pode ser visto no que López-Muñoz e Capponi (2017, p. 10) caracterizam como *discurso intimidatório*. Para os autores, esse tipo de discurso configura um fenômeno complexo, haja vista sua carga de ameaça, ódio ou discriminação. Trata-se de:



[...] uma prática discursiva formalmente ampla e heterogênea, caracterizada pela intenção de potencializar as tensões existentes entre determinados grupos sociais ou demográficos, através de estratégias que abarcam desde reafirmação identitária de pertencimento ao grupo dominante até a geração de insegurança ou de medo no grupo dominado, mais do que como uma mera forma de expressão da violência verbal entre indivíduos<sup>24</sup>.

Essa prática discursiva a qual se referem os autores é, também para eles, tecida em uma complexa malha formada por elementos linguísticos, discursivos e pragmáticos, que se atualiza quando da enunciação entre sujeitos concretos. Estão, portanto, incrustados no âmago das relações humanas e desse lugar devem ser analisados a fim de entender a camada sócio-histórica que os reveste.

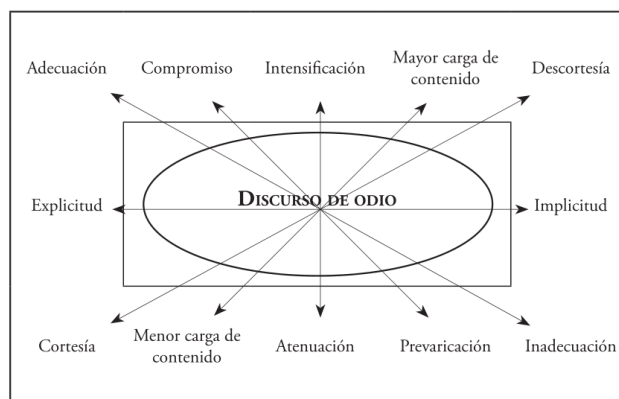
Conforme os autores (2017, p. 11), o ódio é uma emoção complexa, atravessada, portanto, por matizes, expressados via linguagem por mais de 50 palavras que a esse sentimento se relacionam. Em sua perspectiva, a palavra que representaria a possibilidade de reunião de tudo o que o ódio pode vir a expressar é: hostilidade. Assim sendo, discorrem sobre o fato de o ódio ser compreendido como um espectro largo de aversão ao desconhecido, ao diferente. Nesses termos, apresentam que o ódio pode ser manifestado desde discursos preconceituosos e intolerantes generalizados até ataques pessoais direcionados.

Fernández Smith (2017) explica que os discursos intimidatórios são práticas discursivas nas quais se pode ver uma teia de relações gramaticais, lexicais, pragmáticas e sociodiscursivas, que são a manifestação de uma materialidade. Potencialmente dirigida ao público geral quando se encontra nas comunicações públicas, estando pronta a atingir quem nelas se veja. O autor menciona que intenção e aceitabilidade seriam critérios implicados na interpretação desses discursos, já que a relação entre autor-destinatário terá lados explícitos e implícitos na elaboração daquilo que se quer comunicar para um alguém projetado na enunciação em que terá lugar o discurso intimidatório. Tais relações são por Fernández Smith explanadas na elaboração que consta na figura 3:

**Figura 2:** Elementos envolvidos na edificação do discurso de ódio

---

<sup>24</sup> Tradução minha para o trecho original em espanhol: “[...] una práctica discursiva formalmente amplia y heterogénea caracterizada por la intención de potenciar las tensiones existentes entre determinados grupos sociales o demográficos, a través de estrategias que abarcan desde la reafirmación identitaria de pertenencia al grupo dominante hasta la generación de inseguridad o de miedo en el grupo dominado, más que como una mera forma de expresión de la violencia verbal entre individuos”.



Fonte: Fernández Smith (2017)

De acordo com López-Muñoz (2016)<sup>25</sup>, “[...] os discursos de ódio são mais do que uma mera forma de expressão. São práticas discursivas caracterizadas pela intenção de gerar um estado de insegurança e medo em determinados grupos sociais”. A partir disso, pode-se elucubrar que discurso de ódio é – nos parâmetros do que o termo *discurso* significa no âmbito desta tese – uma enunciação direcionada a alguém com o propósito de atacar. Como todo discurso está circunscrito em uma sociedade, justamente porque oriundo da coletividade, tal discurso edifica-se na relação valorativa de contraste entre maioria e minoria, superioridade e inferioridade, um *eu* e um *tu*, em que é objetivado o ataque, a ofensa, o dano, em maior ou menor grau. Assim, discurso de ódio é aquele que visa ao ataque, mobilizando para tanto qualquer forma de juízo de valor negativo, via preconceito culturalmente identificado ou sob a forma de diferentes graus de incitação ao que é socialmente reprovável – tal como o são a injúria, o escárnio, a palavra difamatória, vingativa, iracunda.

Batista (2018, p. 37) explica que o discurso de ódio ou, em suas palavras, as *manifestações odiosas* são “[...] todas as formas de expressão que estimulem, promovem ou justifiquem o ódio com base na intolerância. É, ainda, a discriminação contra pessoas que partilham de uma característica identitária comum, como a cor da pele, o gênero, a opção sexual, a nacionalidade, a religião”. Segundo ela, o discurso de ódio se define pela disseminação de ideias odiosas, que incentivam ou promovem a violência e hostilizam minorias.

Discorrer sobre ódio e intolerância implica entender a lógica do direito, do Estado e da sociedade. Dar limites para o que é conduta reprovável e o que é liberdade

<sup>25</sup> Entrevista concedida ao *Arco: jornalismo científico e cultural*. Disponível em: <[http://coral.ufsm.br/arco/Digital/Noticia.php?Id\\_Noticia=378](http://coral.ufsm.br/arco/Digital/Noticia.php?Id_Noticia=378)>. Acesso em: 13 dez. 2016.

de expressão depende dessa relação. Ela também é elo para outras indagações, tais como: o que é a dignidade humana? O que é crime? Por conseguinte, o que são crimes de ódio? Como entender quais os limites da liberdade de expressão?

Pela Constituição Federal Brasileira, de 1988, todos têm o direito à liberdade de expressão, isto é, o direito de manifestar publicamente suas ideias e suas convicções. É um direito fundamental, o que significa dizer que é um direito básico, individual, social, político e jurídico previsto constitucionalmente, estando, dessa maneira, baseado nos direitos humanos, garantidores da vida, da liberdade e da igualdade, conforme artigo 5º, IV e IX:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.  
(BRASIL, Constituição Federal de 1988)

Como se pode ver, o direito à liberdade de expressão é positivado pela Constituição brasileira em seu artigo quinto. Esse direito diz respeito à autonomia particular. É um direito que opera sob o escopo dos direitos da personalidade, isto é, o conjunto dos bens jurídicos em que se discute a individualização do ser humano. Nesses termos, são direitos assegurados desde o nascimento do sujeito, portanto, registrados como cláusula pétrea, ou seja, uma determinação não passível de mudança – nem mesmo por emenda à Constituição –, conforme Constituição Federal, em seu artigo 60, parágrafo quarto, inciso IV.

Dallari (2005, p. 150-151) explica que, em um governo democrático, o Estado deve preservar as liberdades, garantindo a prerrogativa de que o cidadão possa gozar de seu direito de ser livre à medida que não interfira no direito de liberdade alheio. Como o direito à liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado na Constituição brasileira, seu reconhecimento e valência são imprescindíveis em um sistema de regime democrático, a fim de que seja possível expor vontades individuais e coletivas. A liberdade de expressão, assim, configura-se como um mecanismo democrático de participação popular bastante eficiente. Nas palavras de Sen (2015, p. 400), “[...] a

liberdade de expressão é aceita não apenas como um direito legal, mas também como um princípio básico da vida pública”.

A liberdade de expressão figura entre as liberdades civis que garantem a livre expressão, um direito digno de celebração no rol das conquistas humanas após anos de censura e regimes autoritários pelo mundo. No que tange às liberdades civis, entre outros direitos, estão a liberdade de pensamento ou consciência, na qual o cidadão possui o direito livre de pensar, concluir, decidir e imaginar sobre quaisquer temas, sem que lhe seja imposta censura, essa liberdade consta no tratado que versa sobre os Direitos Humanos; liberdade religiosa, isto é, o direito de o cidadão escolher seu credo ou a não opção de credo, incluindo-se a liberdade para não seguir a religião oficial do Estado; liberdade de associação ou reunião, diz respeito à possibilidade de coligar-se livremente, desde que para fins pacíficos, conforme postula a Carta Magna brasileira, de 1824.

No caso do Brasil, o Estado se diz laico e preserva o direito de escolha religiosa, mas várias disposições legais contidas na lei constitucional e infraconstitucionais foram retiradas da doutrina cristã de Augustinho. Conforme Skinner (1996, p. 136), as definições de Estado justo e igualitário, a noção de moral, entendida como referente ao foro íntimo da pessoa, são algumas delas.

Em seus estudos, Batista (2018, p. 44; 54) apresenta que o perfil constitucional brasileiro é a favor da liberdade de expressão, opondo-se, portanto, a qualquer forma de censura. Nesse sentido, “[...] há precedentes dos Tribunais pátrios que corroboram essa premissa, inclusive com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual não cabe ao Estado, por qualquer de seus órgãos, definir previamente o que pode e o que não pode ser dito por indivíduos”. E continua: frente à inexistência precisa de uma divisa entre liberdade de expressão e discurso de ódio, “[...] o órgão ministerial defende que esses limites devem ser automaticamente impostos no momento em que há violação dos direitos fundamentais”.

Apesar disso, Batista (2018, p. 55) comenta que “[...] a fronteira entre a liberdade de expressão e o discurso do ódio traduz-se em impasse ainda não solucionado e pouco problematizado”. Em seu estudo, são arrolados tanto autores que defendem a plena liberdade de expressão – inclusive considerando a intolerância como um ato legítimo de liberdade –; quanto autores que discorrem sobre a necessidade da existência de leis que barrem o discurso de ódio. Em sua apreciação, ela conclui que é

válido suportar qualquer que seja o conteúdo dos discursos veiculados a fim de que se preservem as garantias de liberdade de expressão.

O direito à liberdade de expressão, porém, não é absoluto, válido em quaisquer circunstâncias porque, esse direito está na Constituição combinado com outros direitos fundamentais, que garantem a liberdade, mas também a vida, a igualdade. Assim, o direito à liberdade de cada indivíduo acaba quando começa a liberdade de outro. Ademais, existem valores sociais que regulam os direitos individuais. Ideias preconceituosas ou que promovam violência e discriminação ou que incitam ao crime, por exemplo, são passíveis de censura sob a forma judicial, estão entre eles os chamados *crimes de ódio*, isto é, crimes sociais cujas motivações estão nas relações culturais e sociais de rejeição, intolerância, discriminação e violência ou atentam contra a vida.

Essa parcial liberdade se explica em razão de a lei, positivada nos artigos da Constituição – maior normatização do Estado Democrático de Direito –, no Código Penal, nas Leis Especiais, como o são as Leis, e em outros Códigos, serem uma maneira de coerção que visa à resolução dos conflitos sociais. Aquilo que está capitulado em lei é o dizer do Estado para a sociedade, no que diz respeito às formas de conduta desejáveis ou reprováveis para o bom andamento da coletividade.

O papel de normatizar as condutas permitidas ou proibidas pelo ordenamento jurídico, isto é, perante o Estado, é reservado ao legislador constitucional e infraconstitucional por meio da Lei Geral, o Código Penal brasileiro, e algumas Leis Especiais, tais como a lei que discorre sobre crimes de tortura, meio ambiente, tráfico de drogas. Como a Constituição Federal está no topo da hierarquia institucional, nenhuma das normatizações pode violar os direitos positivos protegidos pela lei maior, a Constituição. Nesses termos, por exemplo, não seria possível o Código Penal estabelecer crime determinado juízo de fé, em razão de que a Constituição, em seu artigo terceiro, preza que um dos objetivos fundamentais da República é, conforme inciso IV, “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Além disso, o artigo quinto, inciso VI, apresenta que “[...] é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Assim sendo, não pode haver impedimento à liberdade de credo.

Entender os direitos fundamentais dos quais todo o cidadão brasileiro goza é uma das necessidades para discorrer sobre a problemática do ódio. O Código Penal

brasileiro institui, em seu artigo primeiro, que “[...] não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. Isso significa dizer que, para que alguma conduta seja considerada crime, é necessário que esteja previamente disposta na lei. Além disso, deve ser essa conduta repudiável isenta do princípio de insignificância (também chamado bagatela), isto é, deve ser uma atitude tipificada como crime, mas cujo efeito concreto é irrelevante no sentido de lesionar a sociedade de modo geral.

Há menção desse princípio em outras disposições, esse é o caso do princípio da legalidade ou da reserva legal, presentes na Lei Geral, que está também disposto no art. 5, inciso II, da Constituição Federal (CF), expressamente também mencionado no art. 37 da CF, e no art. 5, inciso XXXIX da CF. Consta também no art. 9 do Pacto São José da Costa Rica, em que o Brasil é signatário desse tratado internacional e, por isso, é obrigado a obedecer a suas disposições legais.

Repousando o olhar no porquê desse princípio, diz-se que a sua razão de existir é porque não se pode punir ninguém sem a descrição de uma conduta proibida por lei, isto é, sem uma forma dogmática tipificada. Tanto que se pode ler no princípio que não há crime sem delito. Por que isso? Porque não há crime sem uma forma dogmática, não há crime sem forma positivada e anterior à prática de uma ação.

Entre os tipos penais, aqueles que têm forma legal reprovável, dogmaticamente capitulada em lei, definem crime. Nesses termos, o chamado crime de ódio é um gênero que abarca muitas formas proibidas socialmente e, por isso, dignas de punição pela Lei Geral. De modo amplo, o crime de ódio é aquele que incita violência direcionada a um determinado grupo social. Há tipos penais em que há forma dogmática e que autorizam ou exigem que os sujeitos ajam de uma determinada maneira, são os tipos penais permissivos. Ou seja, tanto os tipos penais proibitivos (que proíbem uma conduta) como aqueles tipos penais permissivos (que permitem ou exigem uma conduta) são crimes. Por outro lado, também há crimes não por comissão (permitem ou condenam uma ação como tipos permissivos e/ou tipos proibitivos), mas por omissão ou crimes omissivos, isto é, pois pune a falta de ação. Eles são divididos em omissos próprios (omissão de socorro, 135 Código Penal-CP) e crime omissivo impróprio (art. 3, parágrafo 2 do CP).

Como se viu, de modo a analisar mais especificamente o que pode caracterizar o discurso de ódio – e assim chegar a uma aceção mais precisa da caracterização desse tipo de discurso –, faz-se oportuna a compreensão das lógicas de percepção quanto a esse conceito, tanto para o direito quanto para a filosofia e a sociologia. Primeiramente,

é necessário mencionar, para tanto, que direito, sociedade e Estado têm modos diferentes de funcionamento.

Discorrer sobre as questões filosóficas apresentadas faz-se necessário porque nesta tese está-se buscando uma interface entre áreas, a fim de entender o complexo fenômeno que é a linguagem – especificamente aquela materializada em discursos com tonalidade intolerante.

Tendo em vista tais considerações, é importante entender os desdobramentos do ódio, mas não especificamente o discurso de ódio desde um ponto de vista histórico, em termos de compreender a questão histórica do preconceito propriamente dito, mas entender como ele se torna a legitimação de um determinado discurso de linguagem que, para o direito, pode ou não ser considerado crime, isto é, dependendo de haver ou não uma forma dogmática positivada em lei e das circunstâncias a serem valoradas no caso concreto.

O direito, especificamente na perspectiva hermenêutica, possibilitará entender quais são os contornos de uma linguagem com tonalidade de ódio; quais as combinações linguísticas viabilizam discurso de ódio e, em última instância, o que pode ou não ser entendido como discurso de ódio. Para tanto, como averiguar o que é o discurso de ódio implica discorrer sobre preconceito e crime, esse estudo também é oportuno para delinear o que pode ser discurso de ódio ou discurso intolerante, ou seja, o ataque no âmbito da linguagem, e crime de ódio, isto é, uma conduta reprovável digna de pena. Assim, é necessário compreender as formas de violência simbólica utilizadas pelo Estado, já que o Estado define o que é crime por lei, via forma dogmática – as explicações dessa seara usam o conceito de crime e de pena de Durkheim (*A divisão do trabalho social*, 1893; *Regras do método sociológico*, 1895).

Crime, perante o ordenamento jurídico-penal, é a prática de uma ação ou omissão típica, antijurídica e culpável (conceito formal de crime, a prática de um fato típico, antijurídico e culpável). Para haver crime, a conduta praticada pelo indivíduo precisa preencher esses três pressupostos dogmáticos: é preciso que a conduta seja descrita por lei como crime (tipicidade), que seja contrária ao direito e, portanto, ilícita (antijurídica) e que seja censurável perante a sociedade (culpável).

Lorenzini (2016, p. 100-104) especifica que olhar o direito penal a partir de uma abordagem hermenêutica significa questionar os modos de interpretação dos tipos penais, a fim de perceber as nuances jurídico-valorativas implicadas nos casos sobre os quais se enfoca o olhar. Além disso, o autor destaca que, visando à análise de qualquer

discurso, com a finalidade de compreender as condutas transportadas para a construção dos tipos penais, nenhum sujeito pode estar isoladamente imerso em si, sem conexão com o mundo à sua volta e o impacto das normas jurídicas como um dos mecanismos de controle social, pois, nessa mesma lógica, não pode se dar de forma autônoma, sem o auxílio de outras ciências que ampliem seu excedente de visão.

Em suas considerações, Lorenzini (2016) sublinha a necessidade de romper com o alcance dos ideais positivistas que veem a problemática do direito como um axioma, uma formulação matemática, cuja solução está em seu próprio seio. No que tange ao direito penal, Bitencourt (2012, p. 29) explica que essa especificidade se divide em duas categorias dignas de atenção: o direito penal subjetivo e o direito penal objetivo. O primeiro caracteriza o *ius puniendi*, isto é, o poder de punir do Estado, controlado pelo conjunto de normas que compõe o ordenamento jurídico vigente, o direito penal objetivo. A forma de regularizar as ações dos indivíduos em sociedade é poder do Estado, operando nas formas do *dever ser* e não *do ser*. Ocorre, pois, a necessidade do seguinte questionamento: o que é o *dever ser* se não o socialmente vigente? Como julgar tal questão sem o auxílio de uma combinação de ciências que dialogam? Essas elucubrações demonstram mais uma vez o porquê de a escolha da interface se dar com a vertente moderna do direito.

Estritamente, o que é o *dever ser* para o direito? Seria o social descrito pelas categorias axiomáticas, é essa compreensão que não se pode mais aceitar na modernidade. Esse sistema axiomático ou matemático é justamente o direito penal, enquanto um sistema de valorações teleológicas, ser construído apenas utilizando uma definição formal de crime expressado como uma ação ou omissão típica, antijurídica e culpável. Essa formulação positiva impede a reflexão teleológica de outras linguagens que auxiliam a busca por uma unidade sistemática da teoria do crime e para além do direito positivo tradicional.

Desde uma perspectiva hermenêutica, estar imerso é “*ser-em*”; ser-no-mundo – para usar nomenclaturas de Heidegger –, é ser em diálogo, em (inter)ação, uma vez que valoração e conhecimento são possíveis em um meio plúrimo. Analisar, pois, um discurso é vê-lo desde sua relação com o todo no qual está inserido. A exemplo dos discursos de ódio em questão nesta tese, para a sua problematização, há de se ter em conta os contornos sociais nos quais ele emerge. Se os sujeitos não estão isolados no mundo, tampouco os discursos o estão.



Quando é colocada a tarefa de analisar determinado discurso, recortes são elaborados frente à perspectiva de mundo na qual se encontra teórico e filosoficamente vinculado o pesquisador. Essa opção faz necessária uma série de demarcações conceituais que deixam claro o ponto de onde as problemáticas que se deseja pesquisar nascem, bem como em quais paradigmas as análises estão ancoradas. Assim, sublinha-se que o ser é entendido como social, cuja constituição individual advém da pluralidade do mundo que o circunscreve. Nesse entendimento, a linguagem também é uma demanda das relações sociais, é um fenômeno social – para usar termo bakhtiniano –, que deixa ver valorações das mais diversas. Nessa lógica, se o direito moderno requer coerência com as demandas sociais próprias de cada tempo, nesta tese que visa à análise da atmosfera intolerante em charges, é preciso passar pelo questionamento do que é liberdade de expressão. O que é esse direito constitucional? Como discerni-lo do ato de exteriorizar ódio?

Como se viu, questões que requerem o conceito de liberdade de expressão são nebulosas porque há defensores de uma liberdade total e há quem entenda que a liberdade individual não pode ferir direitos fundamentais coletivos, o que reserva tarefa complexa no momento de julgar casos concretos. Será a intenção o marcador da linha tênue entre discurso de ódio e liberdade de expressão? Socialmente, em uma época em que há valência do sistema democrático, das liberdades civis, como afirmar que aquele sujeito, livre para expressar-se, o faz em enunciação iracunda, que denigre, viola, insulta. Qual é a lógica social que faz ver o que é ou não um discurso de ódio? Que linguagem (jurídica, filosófica, econômica, etc.) deve-se utilizar para ver o que é ou não um discurso de ódio?

O mesmo traço social que define o que é ou não corrosivo para as relações interpessoais aponta o que o controle social formalizado originador do que é o direito enquanto área de atuação que visa àquilo que é adequado ao indivíduo, tendo em consideração sua inserção na coletividade. Como considerar o certo e o errado frente às mudanças sociais? Em um país de dimensões continentais como é o caso do Brasil, como definir conceitos que estejam adequados a questões culturais, regionais antes de serem aplicadas as normas.

Em resposta a esses questionamentos, diz-se que o direito positivo é oriundo das demandas humanas, culturais e históricas de cada tempo (QUEIROZ, 2007, on-line). A sociedade em suas especificidades é a fonte do direito, das necessidades sociais advêm as leis, normativas para regulamentação social; a doutrina, isto é, a interpretação que

resulta do conjunto de especialistas na área jurídica; e a jurisprudência, que consiste no resultado das decisões judiciais em um mesmo sentido, levando, eventualmente, a reformulações de conceitos ou abrindo precedentes para novos entendimentos sobre o direito em si.

Nesses termos, toma relevância pensar sobre preconceito. O que define ato preconceituoso? Nesse questionamento, Gadamer (1999) parece oportuno. Quando é pelo autor mencionada a relação entre interpretação livre e arbitrária, haja vista que, no momento em que é imposta a experiência subjetiva do *eu* sobre o *tu*, há, entende-se nesta tese, a formação de um discurso de dominação. Preconceito, nesses termos, seria qualquer exame sem julgamento, amparado apenas em uma valoração pré-concebida, que toma como parâmetro de valência somente as experiências desde um e somente um ponto de vista – o do *eu*. Tornar-se a si o parâmetro verdade para todas as coisas é exercer julgamentos pré-concebidos sobre o mundo. É ser arbitrário. É generalizar as experiências pessoais, de modo a tornar-se intolerante, justamente por impor pré-concepções a outrem, por acreditar que a sua perspectiva é a única válida.

Quem sabe o ódio caracterize-se na tensão negativa existente entre pontos de vista, em que há um movimento de aniquilação, em que apenas um pode soar como verdadeiro. Nessa lógica, poder-se-ia questionar o princípio da igualdade, uma vez que a própria definição de igualdade é nebulosa. O que é igualdade? Essa problemática soma-se à anteriormente apresentada, a saber, a dificuldade de definir o que é liberdade de expressão. Aniquilação do *outro* sobre o *eu*, do *tu* sobre o *eu*, do outro sobre o meu olhar como única verdade discursiva.

É inegável que os direitos e liberdades civis foram um ganho histórico digno de reconhecimento. A Constituição de 1988 os protege e o judiciário desfruta da independência para fazer valer o que está posto. A imprensa é livre, os artistas são livres, as pessoas são livres – pelo menos em teoria pelo que está posto na Constituição. Isso porque se está de acordo com Foucault (1970) quando menciona a relação entre poder, discurso e saber, indicando que existem mecanismos externos e internos de controle e delimitação do discurso, que exprimem o que pode e não pode ser dito, sublinhando que não se é livre para dizer o que se quer. A posição social, o tempo histórico, as identidades sociais e discursivas limitam os discursos produzidos, encaixando os sujeitos em nichos que permitem visões, dizeres, posicionamentos, ao mesmo tempo que cerceiam outros.

Ocorre que, como ventila Sarmiento (2006), justamente nessa época de liberdades é oportuno ter a ciência dos limites do que seja liberdade de expressão, por exemplo, a fim de que não sejam comprometidos outros direitos fundamentais tão importantes, tal qual é o caso do direito à privacidade, à honra. Tudo para assegurar que juízes e legisladores possam sopesar os princípios constitucionais. De acordo com o autor, a questão dos limites da liberdade de expressão veio à tona:

[...] sob os holofotes da mídia em todo o mundo, tendo em vista os graves incidentes que se seguiram à publicação de charges de Maomé em um jornal dinamarquês (ano de 2005)<sup>26</sup>. Para alguns, tratou-se de legítimo exercício da liberdade de expressão sobre questão de máximo interesse público: o recrudescimento de conflitos em razão do fundamentalismo religioso. Outros já sustentam que as caricaturas, além de representarem uma gratuita ofensa à religião islâmica – que, como se sabe, não permite representações pictóricas do seu Profeta –, também incitaram ao preconceito contra os árabes, ao caracterizá-los, de forma estereotipada, como terroristas (SARMENTO, 2006, on-line.).

O exemplo apresentado por Sarmiento leva, por um lado, ao entendimento de que a questão da liberdade de expressão está atravessada por aqueles que acreditam que qualquer tema deve estar sujeito à livre exposição de ideias; por outro lado, há argumentos direcionados para a não aceitação de emissões intolerantes porque violam princípios necessários à coletividade, no sentido de ferir direitos humanos conquistados ao longo da história. Fato é que a proteção ou não da liberdade de expressão via manifestações de ódio por etnia, religião, gênero, condição física ou mental orientação sexual ou quaisquer outros traços das chamadas minorias é um tema polêmico. Por outro ângulo, medidas que regulem a liberdade de expressão devem ser vigiadas rigorosamente pela sociedade, a fim de se afastar de imposições ortodoxas.

Sarmiento (2006), evocando Stuart Mill e Holmes, fala acerca do livre mercado de ideias, argumentando que uma possibilidade de problematizar a questão do discurso de ódio é pró-liberdade de expressão caso se coloque em voga o exercício da tolerância independentemente de o sujeito concordar ou não com as ideias veiculadas. Proibir quaisquer discursos por julgá-los errados é correr para encontrar uma vontade de verdade (FOUCAULT, 1970) respectiva de cada tempo e de cada sociedade. Assim, melhor o caminho da liberdade total. Porém, faz o autor a ressalva de que não seria esse

---

<sup>26</sup> Segundo o endereço eletrônico de notícias *O Globo*. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/jornal-dinamarques-que-fez-charges-de-maome-tem-seguranca-reforcada-14992891>>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

um cenário de barbárie em que sujeitos livre e mutuamente acusam-se e trocam ofensas, mas um ambiente propício ao debate livre, com argumentos e contra-argumentos, visando-se à discussão igualitária.

Afora o idealizado, é sabido que o discurso de ódio presente na sociedade interfere na discussão harmoniosa, além de incitar o abandono do debate ou a violência como contrapalavra. Nesse sentido, argumentando contrariamente ao discurso de ódio, Sarmento explica que a tolerância é uma virtude necessária em uma sociedade plural. Assim, reconhecer a diferença, aceitá-la e respeitá-la são pressupostos para o bem social. Recorrendo a Popper, Sarmento aborda o paradoxo da tolerância, apresentando a questão: deve-se tolerar um intolerante? Disseminar-se-ão preconceitos livremente? Em relação a esses questionamentos, Sarmento (2006, on-line) advoga que “[...] diante de violações e ameaças de direitos humanos, a resposta correta do Estado não é a tolerância. O seu papel, pelo contrário, é o de buscar evitar as lesões e, caso isto não seja possível, punir os culpados e amparar as vítimas”.

Batista (2018) apresenta a contraposição especificamente existente entre dois filósofos no que diz respeito à liberdade de expressão: Jeremy Waldron e Ronald Dworkin. Segundo a autora, Waldron argumenta que a linha que separa liberdade de expressão de discurso de ódio é a violência. Assim, condutas reprováveis socialmente, violentas ou incitadoras de violência são o limite da liberdade de expressão porque se deve assegurar o bem social, de modo que devem ser barrados juridicamente os discursos de ódio. Em contraposição, Dworkin defende a liberdade plena, aceitando discursos de todas as naturezas, dentre eles o de ódio e o intolerante porque deve haver tolerância com o intolerante em prol da liberdade e da legitimidade da democracia. Seu posicionamento defende que qualquer lei ou sanção jurídica que regule discursos é uma interferência coercitiva que enfraquece a legitimidade democrática. Depois de discorrer sobre ambos os posicionamentos, especificamente em relação a discursos de ódio no âmbito político, Batista (2018, p. 55) defende a visão de Dworkin, “[...] no intuito de proteger o conteúdo do discurso, obtendo, como consequência, o debate democrático”.

Tolerância é a garantia da diversidade (LOCKE, 1980). Partindo desse pressuposto, Souza (2006) expressa que a tolerância é um princípio necessário à garantia das liberdades individuais, a saber, liberdade de culto, credo, expressão e associação. De acordo com Souza, a ideia de tolerância evoca o direito à diferença, isto é, a garantia de respeito ao outro, garantia de viabilizar a existência ao diferente, é o reconhecimento da pluralidade social. Segundo o autor, o termo *tolerância* pode muitas

vezes designar uma atitude antipática dado que ele enseja o dever moral de suportar, permitir, ser condescendente e não genuinamente aceitar e amar o outro, o diferente. Souza (2006, p. 28) explica que “[...] a tolerância não é bela indiferença com o outro, mas, todo o contrário, é um convite para a saída da intolerância, do desinteresse, da apatia”.

Ao mesmo tempo que o autor sublinha que o conceito de tolerância é requerido pela demanda social que explicita o aumento da intolerância, registrada nas bases históricas da humanidade, Souza (2006) – citando Locke – pontua que não é possível tudo tolerar, uma vez que não são dignos de tolerância os intolerantes. Em sua visão, a tolerância é uma agenda mínima, uma pauta obrigatória, sobretudo na educação. Acrescenta-se a esse entendimento o fato de que as noções de tolerância/intolerância são importantíssimas para um trabalho de leitura crítica, em que se possa realizar um movimento de verticalização no pensar sobre os sentidos que cada gênero do discurso projeta.

Segundo Boff (2015), compreender a intolerância implica refletir sobre o caráter complexo e contraditório da realidade, pois ela apresenta o caos e a ordem, luz e sombra, isto é, polos diferentes, mas formadores do mesmo todo: a realidade. Essa contradição que compõe o universo obriga o reconhecimento da diferença. Esse fato deveria levar ao acolhimento de que há muitas verdades, há variedade de seres, há incompatibilidade, dissonância. Se essa dessemelhança é constitutiva do todo, as polaridades não podem ser apagadas, a fim de que não se reconheça apenas uma verdade, o que daria margem à intolerância, que assume um polo, negando, portanto, a outro, eliminando-o, vendo-o como oponente.

No entendimento de Boff (2015), reconhecer as variedades não se trata de aceitar tudo, trata-se de conhecer para escolher, para fazer distinções. Assim, o filósofo e teólogo explica que a tolerância é o exercício para distinguir os dois polos, sabendo distingui-los. A tolerância é por ele (2015; 2017) definida como *passiva* e *ativa*. A primeira se refere a atitudes tolerantes que aceitam a coexistência do diferente, do oposto não porque efetivamente o tolerem, mas por não serem capazes de evitá-lo. O segundo, a tolerância ativa, refere-se ao convívio consciente e respeitoso com o diferente, porque vê nessa relação complementariedade, em que cada qual ocupa seu lugar, dando ao outro a possibilidade de ver o que ele não é capaz de enxergar.

Droit (2017) também apresenta uma ideia de gradação para o conceito de *tolerância*, discorrendo sobre *tolerância forte* e *tolerância fraca*. A *tolerância fraca* está

associada ao perdão, à clemência, à indulgência, no sentido de que aquele que é tolerante possui autoridade para o ser. Nessa situação, quem detém o poder justamente decide as regras do jogo porque é o portador da verdade que o possibilita ser piedoso com os demais. Essa tomada de decisão está salvaguardada pelo poder de veto, passível de que as decisões tomadas sejam revogadas a qualquer momento. Já a *tolerância forte* está associada à liberdade, é instituída por direitos democráticos e constitucionais. Assim sendo, esse tipo de tolerância não requer permissões, nem está atrelada à vontade individual ou de um grupo específico; senão é um valor socialmente partilhado.

Souza (2006, p. 279) comenta que deve ser pensada “[...] a relação entre tolerância, igualdade, liberdade e diferença” e que deve haver uma “[...] fundamentação ético-filosófica de uma educação para a tolerância”. Segundo o autor (2006, p. 284), essa proposição seria capaz de unificar “[...] três diferentes históricas demandas de justiça: (1) a liberdade de pensamento, expressão e associação; (2) a igualdade de acesso a direitos, oportunidades e bens sociais; (3) o direito à diferença e ao pluralismo de identidades e subjetividades”. Somente assim, seria possível uma proposição em que haja tanto apreciação:

[...] do valor absoluto de cada ser humano – único, distinto, singular – como da obrigação moral de, pelo diálogo, construir normas éticas universais para garantir, sem mais, a pluralidade deste mesmo ser humano tão particular. Educar para a tolerância, como já indicado, apontaria para a universalidade das normas morais e para a particularidade de cada ser humano como um ser absolutamente valioso (SOUZA, 2006, p. 289).

Educar para a tolerância impende assumir o ponto da existência da diferença como algo constitutivo da natureza humana. Nesses termos, ainda com Souza (2006, p. 27), o conceito de tolerância surge como resposta contra a intolerância à diferença. “Para além de um jogo de palavras, a bandeira da tolerância é a luta por negar a possibilidade de negar a diferença”. Segundo o autor: tolerar não é ser indiferente, mas valorizar a diferença e a sua não eliminação. Defender “[...] a tolerância é combater a intolerância e, mais do que isso, é também uma tentativa de superar o clima de apatia e acomodação diante da violência racista, sexista, homofóbica e classista presente na sociedade brasileira”.

Neste capítulo se refletiu acerca do discurso de ódio e de seus desdobramentos. Assim, a partir dos autores arrolados, afirma-se que o discurso de ódio é ainda uma pauta passível de discussão. Quanto a sua definição, parece oportuno entendê-lo como uma manifestação de ataque a pessoas ou coisas diferentes do *eu*, que projeta tal

discurso. A intolerância é um dos desdobramentos desse tipo de discurso, já que impende falta de habilidade em reconhecer a diferença como traço constituidor da natureza humana ou falta de vontade em respeitar a diferença; é, pois a falta de disposição de aceitar pontos de vista variados e, sobretudo, destoantes e divergentes daqueles que o *eu* manifesta.

Discurso de ódio e intolerância são, nesses termos, desdobramentos do mesmo fenômeno: o voltar-se contra alguém ou algo visando ao aniquilamento, o não aceitar o diferente, agindo no âmbito da linguagem, no sentido de proferir discursos internos ou externos, verbais ou escritos. Ocorre que parece haver uma gradação da aceitabilidade do *eu* para com o *outro* que tonaliza o fenômeno em si: a intolerância é mais implícita que o discurso de ódio, ela está na tessitura desse discurso, pode estar camuflada em figuras de linguagens, em modos de dizer, em efeitos de sentido do que é dito e nas vozes que o dizer deixa ver na relação espaço-tempo-falante; já o discurso de ódio é explícito, haja vista que seu locutor pode assumir discurso direto, citando odiadores conhecidos; pode fazer de fato ameaças direcionadas; pode diretamente humilhar, intimidar e hostilizar.

À parte, mas relacionado ao discurso de ódio e à intolerância está o crime de ódio, que é uma conduta reprovável juridicamente e passível de punição, implica violação às leis nacionais e é digno de pena. É necessário, então, que, para que haja crime de ódio, exista uma determinada ação concreta que gere violência e prejuízo de natureza jurídica a quem foi alvejado.

Para o âmbito de análise desta tese, fica-se dentre essas definições com o uso de *intolerância*, daí a proposição do conceito *charge com contorno intolerante*. Essa decisão se justifica em razão de a charge apresentar em sua constituição discursos tramados, sentidos nem sempre aparentes e dizeres que ganham certas interpretações quando analisados seus elementos (verbais, visuais, ou verbovisuais) relacionados à tríade espaço-tempo-falante, na arquitetônica que relaciona discursos passados, presentes e futuros, na tensão entre quem disse, como disse, quando disse *versus* objeto do dizer.

Tendo em vista o exposto, passa-se, no capítulo seguinte, à contextualização da pesquisa e aos procedimentos metodológicos, teóricos e de recorte do objeto selecionado para este estudo.

## CAPÍTULO 3 - CONTEXTUALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo discorre-se sobre os procedimentos metodológicos, tanto no que diz respeito ao recorte como às orientações dos vieses de análise escolhidos para contemplar o objeto de pesquisa. Assim, na primeira seção, aborda-se a charge enquanto gênero artístico e enquanto gênero do discurso, de modo a pensar em suas características, bem como em sua função social e discursiva. Em seguida, na segunda seção, explica-se como se deu a origem do recorte, descreve-se, portanto, quais os procedimentos realizados para delimitá-lo. Na terceira seção, abordam-se as orientações metodológicas de cada teoria, em relação aos procedimentos de análise. Ademais, explicita-se como se dá o diálogo entre o mosaico de teorias selecionadas para a apreciação das charges em análise.

### 3.1 DO OBJETO DE PESQUISA: FOCALIZANDO O GÊNERO DISCURSIVO CHARGE

A ilustração, de modo geral, há muito acompanha a imprensa. Antes da fotografia, o desenho era a única forma de acrescentar material visual a um texto, por exemplo. Conforme Arbach (s/a, p. 42):

A palavra ilustração é, ainda hoje, categorizada como complemento visual do texto. O relacionamento do texto com a ilustração é mais que um diálogo complementar entre duas linguagens. Com o passar dos anos a ilustração evoluiu e ganhou autonomia, até tornar-se informação visual com consciência crítica e atuação editorial no contexto dos periódicos. Como o texto, a ilustração por si só é possuidora de linguagem com discurso próprio.

Assim, mais do que um adorno, a linguagem visual configura discursos não verbais tecidos dialogicamente nas tramas sociais nas quais estão circunscritos. É possível que se vejam sozinhos, protagonistas de onde figurem, ou que sejam encontrados junto a outros discursos, na materialidade de algum gênero, integrando-se em diálogo aparente. Nas palavras de Arbach (s/a, p. 43), “[...] quando realizada em sua plenitude artística, a ilustração deixa de ser um utilitário circunstancial para tornar-se obra autônoma, detentora de vida própria”.



Tomando-se os pressupostos do Círculo de Bakhtin (1979), pode-se compreender que a linguagem visual também está organizada em gêneros do discurso, haja vista o fato de ela apresentar *tipos relativamente estáveis de enunciados* [não verbais ou verbo-visuais]. Assim, está organizada em termos de um conteúdo temático, uma estrutura composicional e um estilo, que se bifurca: o estilo do gênero discursivo e o estilo do autor, isto é, o traço que lhe é característico.

Em relação aos gêneros discursivos pertinentes para este trabalho, comenta-se o universo que engloba a caricatura, nomenclatura sobre a qual se encontra a charge. Segundo Rabaça e Barbosa (2001), a caricatura como gênero é o conceito amplo para definir uma forma de arte, que tem como finalidade o humor, manifestado por meio de desenho, pintura, escultura. Assim, na caricatura enquanto linguagem gráfica, encontra-se a charge, o cartum, o desenho de humor e a caricatura, em sentido restrito, que se refere a obras que representam a fisionomia humana com características grotescas ou humorísticas. Em suma, a caricatura pode ser compreendida como tendo duas acepções: a) tipo de traço que pode ser usado em charges, tirinhas, cartuns e quadrinhos, e b) representação exagerada de pessoas ou situações.

É importante centrar por um momento na distinção de cada uma das formas de manifestação caricatural mencionadas, a fim de tanto poder situar a charge quanto contradizer as definições que comumente se encontram em livros e dicionários especializados no tema. Essas informações são baseadas nas acepções apresentadas por Rabaça e Barbosa (2001).

O cartum, de acordo com esses autores, é uma crítica humorística dos comportamentos humanos. De caráter atemporal, o cartum é universal, não está ligado a nenhuma situação específica, a uma época ou a uma personalidade. Já o desenho de humor mantém a natureza humorística por meio do traço do desenhista. A caricatura, em sentido particular, por sua vez, é a exacerbação de características de determinada pessoa; é um retrato caricatural. Cada um desses discursos é uma manifestação artística circunscrita em um tempo e um espaço definidos, possui um propósito enunciativo, um autor que as assina, um tema ao qual se refere e um interlocutor a quem se direciona.

A charge é uma subdivisão da caricatura enquanto gênero artístico, enquanto linguagem gráfica que se constitui como potencialidade de caracterizar, sublinhar a fisionomia, registrar gestos e comportamentos. Assim, na definição apresentada, a caricatura vê-se ampliada da visão de sua origem como traço, retrato ridículo, satírico, exagerado e diferente surgido na Itália na era do Renascimento. Segundo Miani (2012,

p. 40), “[...] a charge pode conter a caricatura (melhor dizendo, retrato caricato) como um de seus traços [...] e tomar para si todas as nuances e os efeitos de sentido que esse traço condensou ao longo do tempo”. Então, o que se tem é que a caricatura pode ser um traço constitutivo da charge.

Em seu livro intitulado *História da caricatura no Brasil*, Lima (1963, p. 07) apresenta, a partir das vozes de diferentes autores, que a caricatura nem sempre é dotada de um caráter cômico, argumentando que seus antecedentes estão nas “[...] fantasias imaginativas dos antigos *grottesche*, nos líricos conceitos de monstros romanescos e nas deformações científicas de Leonardo da Vinci [...]”. Esse autor explica que, a partir do século XVII, o termo caricatura foi adquirindo proximidade com os tons de brincadeira e sátira, por meio da publicação de trabalhos de caricaturistas da época. No século XVIII, foi observado que o conceito de caricatura aproximava-se cada vez mais do cômico, mas deixava, sobretudo, claro sua função caracterizadora, compondo-se como um meio para chegar a fins políticos e morais, mas também como um fim em si mesmo, como obra artística com potencial para caracterizar, de modo a, metafórica e metonimicamente, denunciar, opinar, expressar valores diversos.

A linguagem gráfica caricatural carrega traços da caricatura surgida na França devido às polêmicas do reinado de Luís XVI e de Maria Antonieta (LIMA, 1963, p. 05). Lima pontua, ainda, que esse teor de sátira elevou a caricatura ao estatuto de arma da imprensa e, segundo ele, por seu caráter universal, no sentido de ser de fácil acesso, a “[...] caricatura não fez mais do que acrescer sua alta significação como arte autêntica, não só na análise de costumes políticos e sociais, como na fixação de elementos subsidiários da História e da Sociologia”.

Nessa perspectiva, Lima (1963, p. 06, grifo do autor) ressalta que a caricatura é divulgadora de acontecimentos contemporâneos, de modo que a própria História se obriga, muitas vezes, a “[...] recorrer a uma expressão do grotesco intencional duma *charge* do passado, para a exata compreensão dos homens e das coisas do seu tempo, dando-se-lhe, assim, o mesmo aprêço que a um palimpsesto [...]”. Também ressalta, por meio de muitos exemplos de charges e caricaturas veiculadas em diferentes países, a capacidade desse gênero de dialogar com discursos passados e projetar discursos futuros, como foi o caso das charges de David Low que denunciavam o perigo que representava a ascensão de Hitler ao poder (LIMA, 1963 p. 14). Para argumentar sua posição, o autor apresenta uma citação que convida a pensar dizendo: a missão do cartunista “[...] é alguma coisa de mais alto e decisivo do que refletir aspectos ridículos

ou obter assombrosas semelhanças fisionômicas com a maior graça e simplificação possíveis”.

No contexto histórico brasileiro de crise política no qual esta tese se inscreve, a produção do gênero caricatura – em suas diferentes manifestações, com destaque para a charge – é expressiva. Fervilham diariamente na mídia nacional (seja em plataformas ou em sites oficiais, alternativos ou pessoais) obras de diferentes autores, deixando ver discursos, argumentos, opiniões. Elas são o registro de uma época. Elas são impressões dos tempos vividos. O universo desse tipo de gênero, especialmente no que diz respeito à caricatura e à charge, contempla a:

[...] apreensão de facetas ou instantes que traduzem o ritmo de vida da sociedade, que flagram as expressões mais hilariantes do cotidiano. Sua intenção é representar o real criticando-o. A caricatura reproduz a imagem isolada dos personagens vivos da cena noticiosa. A charge contém a expressão de uma opinião sobre determinado acontecimento. Ambas as espécies só adquirem sentido no espaço jornalístico, porque se nutrem dos símbolos e valores que fluem permanentemente e estão sintonizados com o comportamento coletivo (MELO, 1994, p. 124).

A massa de discursos visuais ou verbo-visuais pode ter, como qualquer discurso, muitas interpretações, tanto na direção dos elementos que os constituem quanto no encontro desses elementos com a experiência do leitor. De qualquer forma, é possível pensar em três situações. A primeira seria entender que a alta produção de discursos visuais ou verbo-visuais ocorre porque são mais palatáveis, já que são comumente relacionados a humor – e há quem pense que sob a guarda do humor tudo é possível. O fato de conter em si a linguagem não verbal também favorece, em um primeiro momento, sua proximidade com o leitor. A segunda é que, por outro lado, esse mesmo tipo de discurso pode ter seu espectro de interpretação alargado justamente porque o não verbal abre a projeção dos sentidos, haja vista que o autor pode – talvez mais facilmente do que em discursos somente verbais – refugiar-se no próprio traço, não assumindo posições taxativas porque pode desvencilhar-se via linguagem visual e via humor.

Parra (2006, p. 165) comenta que “[...] a charge permite que se fuja da ilusão de um texto objetivo e imparcial de boa parte da imprensa, pois o chargista não se preocupa em parecer tendencioso, já que o humor, a ironia e a sátira têm boa aceitação na maioria dos grupos sociais”. Segundo essa autora, isso ocorre porque “[...] muitas vezes a charge é recebida como uma manifestação mais branda e aceitável em relação a uma notícia, matéria assinada ou editorial”.

Ainda sobre a popularização da produção de charges em períodos de crise, uma terceira situação é, em uma linha diferente das outras duas, pensar que o discurso visual ou verbo-visual prolifera-se porque pode ser direto, explícito e agressivo. Esse caráter pode estar afinado com posturas mais escrachadas, cujas projeções de denúncia ou ataque são diretamente expostas. Esse tipo de discurso pode, como efeito de sentido global, ser veículo de promoção de leituras polêmicas. Seja qual for a situação, essa tripla orientação pode engrossar o coro das intolerâncias proliferadas em tempos de crise.

Fonseca, em seu livro *Caricatura: a imagem gráfica do humor*, traça um percurso histórico para mostrar que, ao longo do tempo, a caricatura sempre esteve presente na sociedade, desde a pré-história. No Brasil, surgiu como um gênero relativamente estável que se edificava meio a protestos contra as autoridades da época, a corte portuguesa (FONSECA, 1999, p. 56). Foi no século XIX, porém, que especificamente a charge difundiu-se por meio de opositores e críticos políticos que viram nela uma forma original de expressão. Depois disso, a representação gráfica tornou-se popular e se difundiu ao longo dos tempos, delineando um projeto de discurso que tem a crítica como efeito de sentido instaurado.

De acordo com Nogueira (2016), a caricatura já estava presente no Brasil desde o século XVI, mas sua popularização junto da charge ocorre somente no século XIX, “[...] graças à promulgação do decreto que cria a Imprensa Régia, em 1808”. Nessa condição, o “[...] humor se torna um instrumento de crítica política e social nas páginas de periódicos como *A Lanterna Mágica* (1844-1845), *Diabo Coxo* (1864-1865), *Cabrião* (1866-1867) ou a *Revista Illustrada* (1876-1898)”.

Teixeira (2001) – explicando que a história da charge especificamente no Rio de Janeiro começa no século XIX – destaca que a charge antigamente não tinha o mesmo caráter que apresenta hoje. Antes era, segundo o autor, um discurso cartesiano, em que se fazia comumente uma espécie de retrato ou fotografia da pessoa em questão ou na forma de uma reprodução fidedigna de algum fato. Depois que a caricatura foi acrescentada ao grafismo da linguagem da charge, o traço caricatural passou a compor a charge, e hoje o que se tem, de acordo com o autor, é uma produção amadurecida em termos de forma e conteúdo, revelando-se um produto singular, cujo traço deixa ver costumes sob o olhar crítico de quem observa a sociedade e sobre ela tece juízos de valor.

Para Santos (2015), pensando-se em um contexto internacional, “[...] a charge foi incorporada ao jornalismo por volta de 1830, quando o francês Charles Philipon (1800 - 1861) fundou o jornal humorístico *La Caricature*”. No cenário nacional, a autora explica que a primeira charge data de 1837, com o título *A Campanha e o Sujo*, cuja circulação se deu de modo independente – avulsa, nas ruas do Rio de Janeiro, sem a assinatura do seu autor, o pintor e poeta Manuel Araújo Porto Alegre<sup>27</sup>. Anos depois desse episódio, em 1844, esse autor lança a revista *Lanterna Mágica: periódico plástico-filosófico*, primeira publicação brasileira ilustrada, que passa a veicular caricaturas e charges. Assim, com a publicação, passou-se a saber que o artista já havia produzido inúmeras outras charges que eram vendidas soltas, não vinculadas a nenhum periódico. Santos (2015) explica que nessa Revista foram publicadas charges em todas as suas onze edições. De acordo com a autora (2015, p. 13):

Outras revistas importantes como *Semana Ilustrada*, *Vida Fluminense*, *O Mosquito*, *Comédia Social*, *O Mequetrefe*, e *Don Quixote* trouxeram charges em suas edições. Desde o início de suas produções os cartunistas e os chargistas tinham como objetivo denunciar ou criticar fatos atuais da sociedade produzindo humor, a partir de sua ótica de interesses. O gênero charge (que significa “carregar” em francês, isto é, carregar na sátira) aqui no Brasil se desenvolveu rapidamente a partir do início do século XX, quando o jornalista Barão de Itararé, ajudou a popularizar as charges com sua irreverência. Mas foi nos anos duros da ditadura que alguns dos principais nomes da charge do Brasil surgiram: Ziraldo, Jaguar, Millôr Fernandes, Lan, Chico Caruso, Henfil.

Parra (2006) também discorre sobre a circulação de charges na época da ditadura militar brasileira. Ela menciona que nesse período chargistas e cartunistas denunciavam discrepâncias entre o discurso e as atitudes dos militares dentro do governo. A autora ainda pontua a questão que envolveu a censura de muitos discursos. Nesse sentido, pode-se pensar que a charge naquela época ganhava certa vantagem porque podia afirmar não afirmando ou denunciar não denunciando, fazendo uma espécie de duplo discurso: o aparente e o velado.

A história da caricatura e da charge aparece aproximada ou, até mesmo, confundida pela difícil distinção entre caricatura como gênero (que inclui a charge e outras perspectivas de desenho) e a caricatura em sentido restrito (retrato individual com fim em si). Outra questão que contribui para a mescla dos termos é que muitos autores

---

<sup>27</sup> Informações constantes no perfil do artista. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18773/manuel-de-araujo-porto-alegre>>. Acesso em: 10 de jun. 2018.

os utilizam como equivalentes, enquanto outros acreditam que a charge está contida como um subgênero do gênero maior, que seria a caricatura. Fica-se nesta tese com a última percepção.

Aplicando-se a noção de *gêneros do discurso*, do Círculo de Bakhtin, à charge, pontua-se sua constituição desde a perspectiva do conteúdo temático, construção composicional e estilo, elementos indissolivelmente conectados no todo do enunciado. Veja-se cada um deles, primeiramente em termos teóricos puros para, depois, os transpor para a charge.

Conteúdo temático refere-se ao tópico de apreciação, isto é, refere-se àquilo de que se fala. De acordo com Fiorin (2016), o conteúdo temático não é o assunto especificamente tratado em um gênero do discurso, mas um domínio de sentido que se espalha na arquitetônica de determinada produção. Assim, especificamente na charge, o autor mobiliza assuntos contemporâneos na nuvem flutuante do que há de mais atual, no sentido de estar amarrado aos últimos dizeres, ao que circula e ao que é de conhecimento público e coletivo. Nesses termos, o conteúdo temático da charge é *atualidades*, podendo contemplar quaisquer assuntos da esfera social.

A charge, pois, nasce do diálogo com os fatos sociais, da efervescência das últimas notícias e de um cenário coletivo. A focalização desse diálogo está sob o julgo do traço do chargista, dependendo dele o manejo de elementos para tornar aparente a relação da charge com discursos outros. Quanto mais opaca for essa relação ou quanto menos atual for o diálogo, mais trabalhosa será a construção dos sentidos a partir do projeto de dizer da charge, isto é, de sua constituição enquanto gênero discursivo no rio dos discursos sociais. Além disso, é preciso estar ciente do espectro de circulação desse tema, ou seja, saber se ele foi partilhado socialmente, seja via discursos veiculados em mídias tradicionais, de massa ou alternativas. Isso porque a construção dos sentidos projetados na charge requer a recuperação dos discursos que a motivaram. Nas palavras de Romualdo (2000, p. 21-22), por “[...] focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal”.

A estrutura composicional refere-se à maneira como cada discurso se molda, no sentido da forma que assume para ser reconhecido como um gênero específico e para que a ele se atribuam certas intenções comunicativas. Tendo em vista a atividade social, as funções sociais, o discurso se organiza em cada sociedade sob a forma de tipos relativamente estáveis de enunciado justamente para que seja possível dizer certas coisas sob a moldura de certas formas, antecipando ao interlocutor traços de construção

de sentidos. Essa moldura é, como explica Bakhtin ([1979] 2016), *relativamente estável* porque ela é um fenômeno social, portanto, é móvel, dinâmico, heterogêneo e cambiante.

Cada época, cada esfera discursiva, vai tecer gêneros característicos dos movimentos sociais de seu tempo. De aí vem a importância de entender as funções discursivas dos gêneros, compreendendo suas especificidades, sua moldura no todo de uma determinada atividade, de uma esfera e em relação aos parceiros da comunicação. Não cabe, pois, repousar o olhar exclusivamente nas formas em si. É necessário entender como se estruturam, para que devem ser solicitadas e saber que são suscetíveis às dinâmicas sociais.

Especificamente sobre a charge, para discorrer sobre sua estrutura composicional, é preciso dizer que ela, geralmente, é veiculada em jornais, mas pode também ser publicada em revistas, plataformas, perfis sociais ou sites. Em alguns jornais ela toma a posição de um editorial devido a seu caráter expressivo, pois seu tema pode exprimir a opinião da empresa a qual está vinculada, sem a necessidade de efeito de objetividade ou imparcialidade. A esse respeito, Bond (1974) explica que a charge expõe de uma forma gráfica o ponto de vista do periódico em que figura, já que, para o autor, ela seria uma forma de resumo das percepções do jornal em que aparece. De acordo com ele, a charge tomou esse espaço porque muitas pessoas não têm disposição para ler editoriais escritos.

Com outro posicionamento, Abreu (2001a) explica que algumas charges podem cumprir uma função análoga à de um editorial, sobretudo quando ocupam, de fato, seu espaço no jornal, mas não que elas substituem em essência o editorial. Sua afirmação se desenvolve sob o argumento de que a charge possui espectro alargado, podendo ter diferentes funções em relação aos propósitos comunicativos do editorial.

De acordo com Gargurevich (1982), a charge é um gênero independente que se desenvolve na esfera discursiva do jornal, por isso ela deve ser localizada como um gênero gráfico do jornalismo. No mesmo entendimento, Ferreira (2011) explica que a charge é gênero ([jornalístico] porque a autora não toma o referencial bakhtiniano) opinativo com dois núcleos de interesse. O primeiro seria o informativo, já que a charge se presta a apresentar, à sua maneira, o que está acontecendo na esfera por ela focalizada. O segundo núcleo de interesse seria emitir opinião, já que ela é em si uma reflexão sobre o que ocorre socialmente.

A autora tece suas considerações embasada na divisão proposta por Melo (1975, p. 163). No âmbito jornalístico, então, segundo Melo (1975), há o jornalismo informativo, que noticia os acontecimentos e há também o jornalismo opinativo, que contempla a reflexão sobre os acontecimentos noticiados. No primeiro, estariam os gêneros reportagem, nota, notícia e entrevista. No segundo, resenha, coluna, editorial, comentário, artigo, caricatura, carta, crônica.<sup>28</sup>

Alinhado a esse pensamento, Abreu (2001b) considera o que chama de *charge jornalística* um gênero iconográfico de opinião em que o chargista expressa sua interpretação de algo a partir de recursos psicológicos, retóricos e plásticos, potencializados – em muitas ocasiões – por um texto breve. O autor acrescenta que, em sua perspectiva, o propósito da charge é crítico, podendo às vezes ser editorial. Assim, em termos composicionais gerais, a define como um gênero de expressão, no qual estão implicadas valoração, análise e reflexão, isto é, toda a interpretação de um autor sobre os fatos que lhe chegam. Para ele (2001b), a finalidade ou a função da charge é emitir um juízo de valor, um parecer, uma opinião.

Teixeira (2005) entende que a charge possui um compromisso com o real, apresentando-se como uma interpretação crítica do que está na sociedade desde a perspectiva de um ser também social. O autor sublinha que a charge não é registro do real, mas uma forma de interpretação porque o ressignifica sob o viés de quem assina o traço. Ele afirma que a charge é, em sua essência, uma forma de intervenção política.

Segundo Gawryszewski (2008, p. 14), a charge pode expressar-se para além do seu próprio traço porque pode “[...] desnudar, descobrir, denunciar aos olhos do desenhista toda uma estrutura de dominação”. Para o autor (2008, p. 15), a maioria dos estudos sobre charge apresenta o riso como um de seus objetivos. No entanto, em sua perspectiva, há charges em específico que não podem ser assim entendidas, tal como a charge política, já que ela se apresenta como promotora de reflexões acerca de lutas sociais e demandas do cotidiano. Ele lembra ainda que a charge é constituída sob o escopo da formação de opinião pública justamente por seu caráter de denúncia, de desmascaramento do real. Em suas considerações, pontua que a charge assume o tom do discurso dos veículos nos quais figura, levando ao questionamento em relação à liberdade do artista – entendida por ele como meramente simbólica.

---

<sup>28</sup> Essa, entende-se, é uma classificação com fins teóricos, pois é sabido que nos gêneros estão imbricados efeitos de sentido que se pretendem informativos ou opinativos, mas, por meio da observação dos usos da linguagem, é possível observar que esses efeitos mesclam-se – e a própria organização do discurso como um todo já nega a possibilidade de neutralidade, impedindo uma categorização estanque.



Neste ponto se acrescenta que a própria imagem de autor constituída a partir das identidades discursivas e sociais na arquitetura da obra de cada artista já direciona a participação deste na arquitetura dos veículos de publicação em que atua. É necessário, pois, que haja engajamento entre as entonações do artista e do meio de publicação.

Citando Teixeira (2005), Gawryszewski (2008) discorre que, dentre os efeitos de sentido que a charge produz, pode estar uma valoração positiva ou negativa em relação aos fatos que ela focaliza. Esse juízo de valor vai depender da relação de reciprocidade que o chargista tem com o público. Se, por um lado, há engajamento, a valoração é positiva porque os sentidos projetados na charge encontram sentimentos recíprocos assentados no interlocutor, fazendo com que ele se veja na e por meio da charge. Se, por outro lado, o chargista não tiver apoio coral, o interlocutor valora negativamente a produção porque ela rompe com seus princípios.

Há ainda no ponto de vista do autor uma valoração específica em relação à agressividade inerente à charge, haja vista que é ela que instaura no interlocutor a criticidade. Na trama de discursos com outros autores, Gawryszewski (2008, p. 16) explica que a agressividade contida na charge “[...] acorda e potencializa a agressividade” do leitor e é exatamente isso que funciona como mote da criticidade. Quando não há agressividade na charge, é porque se trata de uma construção temática focalizada desde o ponto de vista do consenso social, quando se compartilham euforias e exaltação, tal como é comum em casos de vitórias, lutos ou “catarse coletiva”.

Nessas apresentações, vê-se a inclinação crítica desse tipo de texto, bem como sua ligação com os discursos que circulam na sociedade. Diante dessas definições, ancorando-se nos pressupostos da teoria bakhtiniana, pode-se dizer que uma das ideias centrais que se coloca neste trabalho é a de que a charge é um discurso que veicula sentidos, ideologias, assim como qualquer outro discurso, embora ela tenha suas particularidades. Sendo assim, requer um conjunto de conhecimentos para que se construa o sentido da enunciação como um todo. Dentro desse requisito, está a necessidade de conhecer as características do gênero em questão para movimentar conhecimentos básicos e específicos para o seu entendimento, haja vista que se compreende que a charge, para ter o efeito de sentido desejado, conta com a condição necessária de que o leitor conheça o discurso com o qual ela dialoga.

Dos autores arrolados, ventila-se a ideia de que a charge contém em si elementos que ridicularizam, que generalizam, sendo, pois, apontadores de riso simples, mas o

humor em si não é o seu fim. Nesta tese, defende-se que o humor é um dos efeitos de sentido da charge, porém seu propósito é trazer para a superfície discursos flutuantes no meio social. Assim, ela é a apreciação de um sujeito no mundo sobre os fatos que lhe chegam e a ele gritam. O chargista, nesse sentido, pontua valorativamente o que é veiculado na mídia (de massa, alternativa) para trazer à luz determinado assunto, aspecto, personalidade, fato.

Entende-se, pois, que a charge é um gênero jornalístico que se constitui a partir dos acontecimentos políticos, sociais que sejam contemporâneos a ela. Dessa forma, na natureza da charge estão presentes discursos, os quais a originaram e com os quais ela dialoga tensamente por meio da crítica – no sentido de que a charge é sempre a apreciação/valoração de um tema por um autor. Para que se compreendam os sentidos da charge, é necessário identificar as diferentes vozes que se entrecruzam no discurso chargístico e, a partir disso, entender quais os efeitos desse encontro de vozes. Dessa forma, charge não é um texto humorístico, charge é um discurso crítico. Alcançar ou não essa criticidade vai depender tanto do projeto de dizer do chargista quanto da leitura que o interlocutor faz desse. Os sentidos podem ser vários, mas devem estar edificados na iminência dos discursos sociais solicitados pela charge, devido ao seu caráter de atualidade e vínculo com o último (fato, notícia, acontecimento).

Toda essa conceituação sobre *charge* é importante porque a construção composicional vai contemplar tanto o que faz de um gênero determinado gênero em termos de suas funções sociais quanto as características estruturais. Viu-se como a charge é entendida, agora se passa a seus aspectos estruturais. É possível que a charge apresente linguagem verbal, não verbal ou verbal e não verbal ao mesmo tempo. A charge é uma ilustração geralmente apresentada em um único quadro ou, no máximo em dois, sendo uma espécie de divisão interna do quadro único sob o qual se desenvolve. Nesse espaço, é centralizado o conteúdo temático sob a perspectiva de um determinado autor. Pode contemplar uma série de recursos gráficos e linguísticos para levar a cabo o seu projeto enunciativo. Pode haver elementos verbais, não verbais, verbo-visuais e, nas charges animadas, verbo-voco-visuais.

Assim, na construção desse gênero discursivo diferentes linguagens podem ser usadas para projetar variados sentidos. Abreu (2001b) explica que a charge apresenta traços característicos, tais como desenho grotesco e exagerado, possibilidade da presença de balões, legendas, inscrições. Para o autor, a charge é por excelência um gênero iconográfico porque a imagem é protagonista.

Ainda no dissertar dos elementos que compõem a charge, no que diz respeito ao entendimento da noção de gênero discursivo, resta falar do estilo. O estilo é um traço constitutivo que se bifurca em dois: o estilo do gênero e o estilo do autor. Poder-se-ia dizer que o estilo da charge é livre dentro dos elementos que marcam a relativa estabilidade da construção composicional. Nas palavras de Bakhtin ([1979] 2016, p. 17): “[...] o estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso”. E segue: “[...] o estilo é indissociável de determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais” ([1979] 2016, p. 18). Isso significa dizer que determinadas unidades temáticas e determinadas construções composicionais solicitam certos estilos, viabilizando, inclusive, o alargamento da expressão do estilo individual do autor.

Conforme Bakhtin ([1979] 2016), essa concatenação de elementos está organicamente relacionada ao todo de determinado gênero, arquitetonicamente pensando no gênero imerso nas questões relativas a seu acabamento: quem é seu autor, qual a imagem de interlocutor, qual a forma de interação entre locutor e interlocutor, qual a trama do discurso que se edifica com os discursos anteriores e os projetados. Em suas palavras:

A relação arquitetonicamente estável e dinamicamente viva do autor com a personagem deve ser compreendida tanto em seu fundamento geral e de princípio quanto nas peculiaridades individuais de que ela se reveste nesse ou naquele autor, nessa ou naquela obra (BAKHTIN, [1920-24] 2011, p. 03).

Assim, viu-se que a charge possui – no cerne de sua estrutura composicional – um marco que enfoca o motivo sobre o qual se edificará a composição temática. Geralmente essa estrutura aparece sob a forma de um quadro, podendo, como se viu, dividir-se em dois. Ela pode apresentar linguagem visual, verbal ou as duas. Pode conter ou não legendas, balões, pequenos textos. O modo como esses elementos se organizam marcam o estilo do gênero em si, por isso está diretamente relacionado à construção composicional.

No estilo do gênero do discurso, há a expressão também do estilo do autor, isto é, há na composição dos discursos o manejo de como o autor se manifesta a partir dos elementos que dispõem em determinado gênero. Isso porque os gêneros do discurso são atos de discurso edificados a partir do agir humano, sempre voltado para a atividade social de inter-relação. Assim, autor é o agente, é quem responde ativamente pelos

enunciados que produz enquanto sujeito histórico circunscrito em um tempo e um espaço definidos, atravessado axiologicamente, tecido dialogicamente.

No caso específico da charge, há flexibilidade para mover os elementos que compõem a construção composicional e fazem com que determinado discurso seja entendido socialmente como sendo uma charge – ainda que na prática haja certa dificuldade na conceituação de *charge* em si, em razão de que o universo dos quadrinhos de modo geral pode apresentar uma expressão social não muito precisa em termos de conceito; de toda forma, mais ou menos se reconhece que a charge não é, por exemplo, uma carta ou uma crônica.

O estilo individual do autor expressa-se no toda da organização de seu discurso, na variedade linguística usada, na sintaxe, nos jogos semânticos, na recorrência ou não de elementos, no traço iconográfico, no juízo de valor, na manutenção/recorrência de personagens, enfim, são as características pessoais impressas na totalidade do gênero. Está-se entendendo *autor* como aquele que faz circular juízos de valor sob uma determinada arquitetônica. Fala-se de uma consciência autoral inerente ao discurso, atravessada por valores, entonações, já-ditos. Nessa perspectiva, Bakhtin ([1979] 2016, p. 10) afirma que autor é o “[...] agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra”.

Assim, ele é responsável por seu todo, em razão de que “[...] cada elemento de uma obra nos é dado na resposta que o autor lhe dá” (BAKHTIN [1920-22] 2011, p. 03), porque o autor é o universo emotivo-volitivo que edifica a arquitetônica criativa por ele posta em ação. É do autor a valoração refletida e refratada que tece o que ele cria. Segundo o pensador russo ([1920-22] 2011, p. 10), autor “[...] é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo do personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta.”. É dele a *índole axiológica*, haja vista que é ele quem aporta o excedente de visão necessário à criação, tendo em vista que ele sai de si para construir o(s) outro(s), sendo capaz de edificar os recursos estéticos, já que ele pode construir valorações muito distintas, justamente por ocupar um espaço extralocalizado, que lhe confere mobilidade.

Em Bakhtin ([1920-22] 2011) vai-se recuperar a distinção de autor-criador e autor-pessoa, importante no que se refere aos propósitos deste trabalho. Autor-criador é aquele descoberto nas entranhas da obra, de modo que, para encontrá-lo, é necessário entender a consciência que confere acabamento a uma dada proposição estética, é dele, como se viu, o tom emotivo-volitivo que colore tal criação. Já o autor-pessoa é o sujeito

na vida, que não tem plena consciência do desenrolar efetivo que se dará na relação entre autor-criador, tema (objeto do dizer) e personagens, mas recorta desde sua própria perspectiva valorações que servirão de trama para o desenvolver de discursos outros. É o sujeito ativo, vivo, responsável e responsivo, atravessado por vozes sociais diversas. É no repertório de discursos sociais que ele vai encontrar fios que serão usados pelo autor-criador. Assim, as vozes do autor-pessoa refletem dialogicamente discursos sociais refratando-os.

Faraco (2008, p. 38) aponta que “[...] no ato artístico especificamente, a realidade vivida (já em si atravessada por diferentes valorações sociais porque a vida se dá num complexo caldo axiológico) é transposta para outro plano axiológico (o plano da obra)”. Assim, em sua perspectiva, no ato estético operam sistemas de valores que criam sistemas de valores. Nesses termos, é o autor-criador, materializado como posição axiológica de um recorte de determinada realidade – já valorada –, que faz essa transposição axiológica, organizando uma arquitetônica e sustentando-a; nela existindo como autor-criador, circunscrito àquele universo. Dessa forma, quem pertence ao ato criativo, quem compõe o objeto estético é o autor-criador, não o autor-pessoa. Nesses termos, impende sublinhar que o autor-criador não é voz decalcada do autor-pessoa; senão uma voz refratada, isto é, atravessada por valorações, já que tem de ser percebida no interior da arquitetônica em que está situada. Ademais, porque o próprio autor-pessoa afasta-se de si para dar existência ao autor-criador.

“O autor-criador nos ajuda a compreender o autor-pessoa” (BAKHTIN, [1920-22] 2011, p. 06). O importante é saber que os dois são centros diferentes, geradores de juízos de valor no desempenho de seus papéis: o autor-pessoa está no mundo, vive a concretude dos atos e eventos, recortando a realidade sócio, histórica e espacialmente para trazer à luz autores-criadores que se tecem meio à arquitetônica das obras nas quais existem, estando atados ao acabamento daquela produção estética. Ocorre que há diferentes graus de composição na relação autor-pessoa/autor-criador: há “[...] as máscaras do autor (as imagens de autor) e o próprio autor (BAKHTIN, [1960, 2011, p. 316). A imagem do autor, essa composição de si, é, por exemplo, uma quando o autor se autodescreve ou autorrevela, sendo, portanto, um *eu-tu*; e outra quando as mesmas ações são realizadas desde a perspectiva de um *tu-outro*, um *não eu*.

Bakhtin ([1960] 2011, p. 316) comenta que o autor está em toda criação, ocorre que nem sempre ele é visto diretamente. O ponto importante dessa questão é que “[...]”

compreender o autor de uma obra significa ver e compreender outra consciência, a consciência do outro e seu mundo, isto é, outro sujeito”.

Essas particularidades dão ao autor, no âmbito da esfera social em que ele se inscreve, uma imagem de autor (BAKTHIN, [1929] 2013, [1960] 2011), sendo possível reconhecê-lo na arquitetônica de sua obra (no seu traço como autor, no conjunto de sua obra), ou ainda, sendo possível reconhecer quando uma produção pontualmente se destoa da arquitetônica desse, no sentido de que se identifica que determinada composição não é coerente com a imagem de autor que fora por ele criada ao longo de sua atuação como chargista, por exemplo.

Nesse momento, entende-se oportuna a aproximação de dois conceitos de Charaudeau (2009) ao que se está discorrendo a respeito dos gêneros discursivos, a saber: os conceitos de identidade social e identidade discursiva. Conforme o autor, a identidade de modo geral é edificada a partir do princípio de alteridade, em que os sujeitos constroem suas identidades pela identificação de tudo o que não são, em um jogo de semelhanças e diferenças que marca o *eu* e o *tu*, o *eu* e o *não eu*. Essa relação deixa ver uma dinâmica de aceitação e rejeição em relação ao outro. De aceitação porque filiar-se é base para criar outros de si mesmo, concatenando o maior número de traços possível. De rejeição porque a existência do *outro* por si é ameaçadora do *eu*, haja vista que a consciência do *outro* faz emergir uma série de questionamentos filosóficos sobre a validade da própria existência.

A identidade, segundo Charaudeau (2009) é complexa. Nesse constructo, o autor identifica o que chama de identidade social e identidade discursiva. A primeira é reconhecida pelos outros, é, portanto, outorgada socialmente, seja por uma filiação biológica (pai e filho) ou profissional (chefe e empregado), seja por relações sociais (marido, esposa), seja aquela advinda de aspectos “[...] psicossociais atribuídos ao sujeito (somos o que dizem que somos)”, seja aquela oriunda de comportamentos (se é o que se deseja ser). Em qualquer um dos casos, está-se falando de algo que é dado ao sujeito, com base em um rol de papéis sociais.

Em outra perspectiva, está a identidade discursiva. Charaudeau (2009) explica que a identidade discursiva é forjada pelo sujeito no sentido das possibilidades que os discursos usados projetam. Essa relação busca responder ao questionamento: “eu estou aqui para falar como?”. Essa problemática enseja estratégias de credibilidade e captação porque é tanto necessário que o auditório se disponha a receber o que é dito por alguém quanto que acredite no discurso projetado, seja em termos de veracidade quanto de

verossimilhança, isto é, se o que é dito é coerente com a imagem de si que o próprio eu lança.

Os conceitos de identidade apresentados por Charaudeau (2009) são importantes para pensar a arquitetura da charge. Isso porque eles deixam ver aspectos relativos ao estilo do autor-chargista, manifestado tanto em uma obra analisada particularmente quanto no todo de sua produção. O gênero charge possui uma forma composicional que serve a um propósito discursivo, que se circunscreve no meio social, reverberando sentidos a partir dos elementos que o constituem, mas também a partir desses elementos em relação com o autor que os assina, o meio em que é veiculado e a relação com os parceiros da comunicação discursiva de modo geral.

Na observação dos elementos que foram pontuados, é necessário não sobrepor seu entendimento à função discursiva da charge, porque ela é norte no arranjo de tudo o que compõe o gênero em si. Além disso, para compreender os sentidos em circulação na charge, faz-se necessário entender a construção composicional desse gênero. É importante conhecer o gênero charge para saber ler o que sua composição apresenta e, assim, atingir uma leitura crítica, conforme aponta Cirne (1972, p. 12-15). Segundo o autor, “[...] interessa uma leitura estrutural que nos encaminhe para a leitura criativa capaz de identificar seu processo e sua ideologia. A verdade é que não se pode ler uma história quadrinizada como se lê um romance”. Talvez por isso muitas vezes o teor crítico da charge não seja percebido, porque falta uma instrumentalização para essa prática leitora.

Depois de focalizado o objeto de pesquisa, passa-se, na subseção que segue, à descrição de como se deu o processo de seleção das duas charges que serão analisadas no capítulo IV.

### **3.1.1 Caminhos para o recorte de pesquisa**

Partindo-se do entendimento de que aquilo “[...] que na vida, na cognição e no ato a que chamamos de objeto definido só adquire determinidade na nossa relação com ele: é nossa relação que define o objeto e sua estrutura e não o contrário” (BAKHTIN, [1920-22] 2011, p. 04), salienta-se que tanto a definição do objeto de pesquisa quanto o recorte desse objeto estão atravessados pelas valorações da pesquisadora. Usam-se critérios científicos, uma metodologia de análise e escolhe-se uma teoria para dar embasamento, mas ao fim e ao cabo todas essas escolhas são perpassadas por juízos de valor do sujeito que focaliza certa proposta de trabalho e não outra.

Assim, nesta seção, discorre-se sobre a motivação para realizar o recorte de pesquisa, apresenta-se sua justificativa. Ademais, explicitam-se os caminhos para a seleção das charges que serão analisadas.

Na França, em 07 de janeiro de 2015, *Charlie Hebdo*, um jornal autointitulado “satírico” [satirique], que publica textos verbais, visuais e verbo-visuais – cujas publicações têm como principal temática o islamismo, sobretudo a figura de Maomé – foi alvo de pessoas que não concordam com sua política editorial. A mídia no mundo todo veiculou diferentes matérias sobre o ocorrido, encarando-o como ataque, ataque terrorista, tragédia, retaliação, massacre.

Artistas, celebridades, chargistas e pessoas comovidas com o sucedido promoveram uma série de manifestações em redes sociais. De um lado, quem se identificou solidariamente com o Jornal promoveu discursos pró-Charlie, a partir da hashtag – expressão comum ao universo da internet, usada para resumir o conteúdo de uma postagem ou para fazer referência a citações de um mesmo tema – *Je suis Charlie* (#jesuisCharlie<sup>29</sup>), em tradução do francês para o português: *Eu sou Charlie*. De outro, houve quem julgou o conteúdo do Jornal como passível de incitar o ódio ou promover a intolerância, tanto por colocar temas religiosos em construção jocosa quanto pela própria retratação em si dos traços de Maomé, uma vez que o islã proíbe qualquer representação do profeta, a fim de que não haja adoração de ídolos.

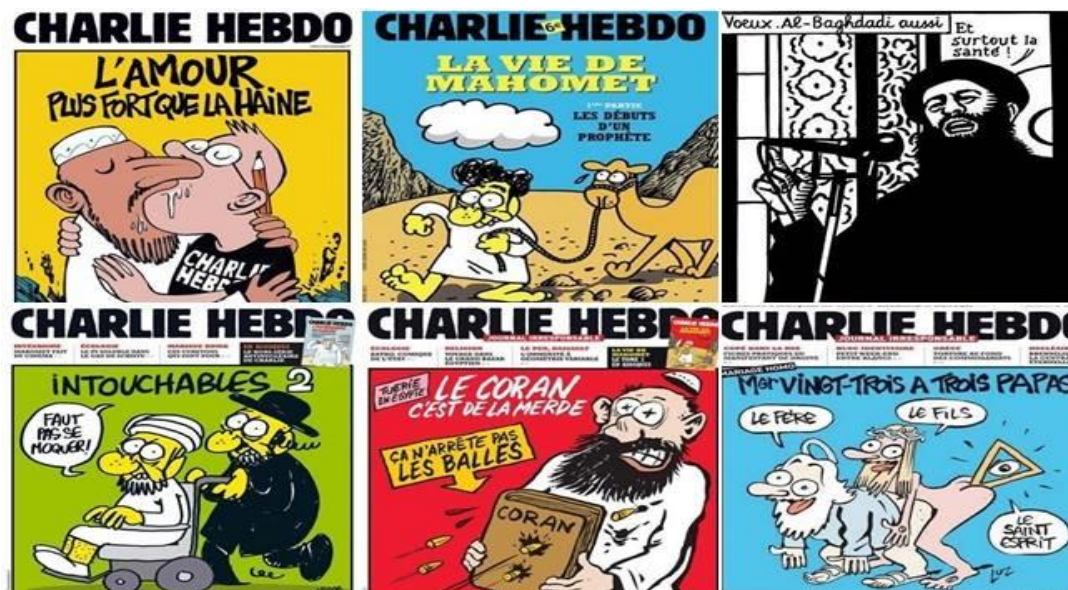
Seja como for, o que se sabe de acordo com o que foi veiculado por diferentes mídias é que sete homens armados assassinaram doze pessoas na sede do jornal *Charlie Hebdo*, além de deixar uma série de outras pessoas feridas. Tudo em razão do conteúdo de suas publicações: imagens satíricas potencialmente ofensivas para muçulmanos. Antes desse fato, o Jornal já havia sido processado; sua página virtual já havia sido invadida por *hackers*; o periódico já tinha sido alvo de inúmeras críticas. A Figura 4 mostra uma compilação de algumas capas do Grupo.

**Figura 3:** Capas Charlie Hebdo

---

<sup>29</sup> A partir de informações disponíveis em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1571762-frase-em-solidariedade-ao-charlie-se-espalha-pela-internet-e-ganha-as-ruas.shtml>>. Acesso em: 06 nov. 2017.





Fonte: Montagem da autora a partir de imagens da internet

Devido à repercussão mundial, o caso *Charlie Hebdo* colocou em pauta a discussão sobre humor e discurso de ódio; quadrinhos e discurso de ódio; charge e discurso de ódio; liberdade de expressão *versus* discurso de ódio. Independentemente da nomenclatura que se use para definir a produção verbo-visual do jornal francês, o que está em questão é o traço humorístico que emoldura os conteúdos veiculados sob a assinatura desse grupo.

Em uma tradução livre, pode-se ler no site<sup>30</sup> que “Charlie é um soco na boca/Contra aqueles que nos impedem de pensar/Contra aqueles que têm medo da imaginação/[...]/Charlie é um jornal que bate, é um jornal que sonha/[...] Charlie não precisa de Deus [...]”<sup>31</sup>. Essa atmosfera discursiva de autointitular-se livre para publicar sem amarras que impeçam o pensar dá a tonalidade das vozes que atravessam os conteúdos veiculados. É como se esse aviso que perpassa a descrição do grupo os autorizasse a ventilar discursos livremente.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://charliehebdo.fr/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

<sup>31</sup> Na íntegra, a descrição original que se pode ler no site do Grupo: “Charlie Hebdo c’est un coup de poing dans la gueule/Contre ceux qui nous empêchent de penser./Contre ceux qui ont peur de l’imagination./Contre ceux qui ne veulent pas qu’on s’amuse./Charlie Hebdo c’est un journal en colère, c’est un journal qui rit./C’est un journal qui cogne, c’est un journal qui rêve./C’est un journal qui engueule, c’est un journal qui cogite./Charlie Hebdo c’est un journal qui n’a rien à perdre car après la vie il n’y a plus rien./Charlie Hebdo n’a pas besoin de Dieu, pas besoin de Wall Street, pas besoin de posséder deux bagnoles et trois téléphones portables pour être heureux./Pour être heureux, Charlie Hebdo dessine, écrit, interviewe, réfléchit et s’amuse de tout ce qui est risible sur terre, de tout ce qui est grotesque dans la vie./C’est-à-dire de presque tout./Parce que la vie est si courte qu’il serait dommage de la passer à pleurnicher sur son sort au lieu d’en rire une bonne fois pour toute. Charlie Hebdo Journal satirique, laïque, politique et joyeux, toutes les semaines en kiosque et tous les jours sur internet”.

Muitas de suas capas trazem o excerto “Jornal irresponsável” (*Journal irresponsable*), reverberando vozes que apontam para a sua capacidade de não se responsabilizar ou não estar obrigado a responder por seus atos. Quem sabe os signos ideológicos que perpassam esse excerto coloquem em voga a representatividade da moldura humorística sobre a qual se edifica o jornal. Quem sabe esses signos ideológicos visem à criticidade que se entrelaça à moldura humorística, satírica, que o próprio grupo assinala para si. Quem sabe esse jogo de palavras seja usado para produzir um efeito de sentido de liberdade para dizer o que se deseja quando ancorado no humor. Quem sabe esse jogo de palavras seja ironicamente usado para assinar a ciência em relação à potencialidade polêmica dos conteúdos veiculados.

*Charlie Hebdo* foi fundado em 1970, originado de outra publicação de seu idealizador, François Cabanna. Com orientação política declarada, o editorial se define como libertário anarquista; um semanário que reflete a pluralidade das ideias de esquerda<sup>32</sup>. Após o ocorrido, o Grupo seguiu com o mesmo teor, engajado em sua proposta de publicar sem amarras. Semanalmente, portanto, continua publicando ilustrações, crônicas, matérias sobre política, economia e questões referentes à sociedade francesa.

Em seu cabeçalho de entrada, é possível navegar nas etiquetas: mundo, França, ecologia, sociedade. Ademais, há no endereço eletrônico <<https://charliehebdo.fr/histoire/>> toda a descrição da história do jornal, da fundação até os dias atuais, incluindo uma seção sobre o dia 07 de janeiro de 2015, em que é narrado o que ocorreu sob o ponto de vista daqueles que sobreviveram. Lê-se que nesse dia, após atirar e matar pessoas que estavam em uma reunião editorial, “[...] terroristas exclamam: ‘Nós vingamos o profeta Muhammad!’”. Ao final da publicação, é declarado pelos responsáveis do semanário: “[...] Movimento de morte, impulso de vida: Charlie Hebdo vai viver”.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Conforme publicação de *Le Courier*. Disponível em <[https://www.lecourrier.ch/charlie\\_hebdo\\_c\\_est\\_la\\_gauche\\_plurielle](https://www.lecourrier.ch/charlie_hebdo_c_est_la_gauche_plurielle)>. Acesso em: 17 nov. 2017.

<sup>33</sup> Tradução livre do original em francês: “Les frères Kouachi, encagoulés et armés de kalachnikovs, débarquent à l’heure de la conférence de rédaction. Ils tirent dans le tas et tuent les dessinateurs Cabu, Charb, Honoré, Tignous et Wolinski, la psychanalyste Elsa Cayat, l’économiste Bernard Maris, le correcteur Mustapha Ourrad, le policier Franck Brinsolaro, qui assurait la protection de Charb, Michel Renaud, le fondateur du festival Rendez-vous du carnet de voyage, invité pour l’occasion, et Frédéric Boisseau, chargé de la maintenance du bâtiment. Ils blessent très grièvement le dessinateur Riss, les journalistes Philippe Lançon et Fabrice Nicolino, ainsi que le webmaster Simon Fieschi. En sortant des locaux et avant d’abattre le gardien de la paix Ahmed Merabet, les terroristes s’écrient: «On a vengé le prophète Mahomet!». La rédaction, ou ce qu’il en reste, est à nouveau hébergée chez Libération, pour

O caso em questão enseja uma reflexão sobre os limites do humor, mais especificamente os limites do humor em gêneros discursivos verbo-visuais. Essa reflexão leva a pensar nas muitas vezes em que um discurso desse gênero resvalou-se de modo defensivo na condição elástica de leitura proporcionada pelo jogo entre os elementos verbais e visuais. Ademais, pode-se trazer à memória as vezes em que circulam discursos dessa natureza e, mediante alguma polêmica, seus autores argumentam pela via do humor, no sentido de fazer crer que o humor é o livre caminho para dizer o que se diz. Para exemplificar com o caso *Charlie Hebdo*, naquela ocasião, foi possível ver midiaticizadas recepções do tipo “mas esse Charlie é um jornal humorístico!”; “quem não entende que se trata de um desenho cômico”. Essa pauta me fez questionar: pode-se, sob o amparo do humor, tudo dizer?

É comum que se entenda socialmente que o humor pode ser uma forma de reflexão, uma vez que desnuda, revela, faz ver a situação. Bakhtin ([1929] 2013, p. 81-82) explica que o riso liberta porque o seu contexto está livre de opressão, porque aparta o medo. Ocorre que, segundo o autor russo, o grotesco romântico trouxe uma apresentação branda do riso, reestruturando-o como humor, ironia ou sarcasmo. Dessa forma, perde seu aspecto alegre e tem seu cunho regenerador e positivo diminuído. Do grotesco também surge o humor de base negativa, que disforma, ridiculariza, é a raiz ultrajante, o cômico em sua forma vulgar, uma categoria baixa do riso (BAKHTIN, [1929] 2013, p. 33; 38). Ao que visa o humor? O humor visa sempre à crítica? Se sim, para a massa social, a relação entre humor e crítica é clara?

Transpondo esses questionamentos para o cenário brasileiro, cabe indagar: os gêneros humorísticos são entendidos socialmente como produções críticas? Como justificar inúmeros casos de polêmicas<sup>34</sup> que envolvem produções autointituladas

---

neuf mois. Pulsion de mort, pulsion de vie: Charlie Hebdo vivra.”. Disponível em <<https://charliehebdo.fr/histoire/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

<sup>34</sup> Para citar algumas, no Brasil, houve o caso do humorista Danilo Gentile que foi amplamente criticado por fazer humor com a temática do holocausto. O comediante Rafinha Bastos foi processado judicialmente, demitido da emissora em que trabalhava e amplamente criticado por diferentes mídias ao fazer piada de cunho sexual em relação a uma grávida e seu bebê. O grupo humorístico “Porta dos Fundos” foi criticado pela Igreja Católica e ameaçado de perder patrocinadores por realizar humor com temática cristã. O programa de televisão “Zorra Total” foi advertido e criticado em redes sociais por fazer piada relacionada aos adventistas. Disponível em: <<https://rd1.com.br/humor-x-limites-relembre-piadas-que-causaram-polemica/>>. Acesso em: 08 maio 2017. O chargista Chico Caruso foi processado em razão de uma charge supostamente ofensiva à classe dos advogados. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/chico-caruso-processado-por-advogados-por-causa-de-charge-19206244>>. Acesso em: 08 maio de 2017. O chargista Maurício Ricardo foi publicamente repudiado e demandado judicialmente pela Federação Brasileira de Penitenciários por uma charge que envolvia essa categoria profissional. Cartunista Duke foi condenado por charge sobre arbitragem em um jogo de

humorísticas? Qual a relação entre humor e liberdade de expressão? Qual a linha tênue entre liberdade de expressão e discurso intolerante? Essa demarcação existe?

Esses questionamentos foram redirecionados especificamente para o objeto de pesquisa *charge*, cujo interesse de investigação acompanha-me desde o mestrado, quando pude analisar o processo de construção discursiva dos sentidos polêmicos, imbricados na produção e recepção do gênero *charge*. A dissertação intitulada *Vozes sociais em confronto: sentidos polêmicos construídos discursivamente na produção e recepção de charges* objetivou a análise dos caminhos de compreensão lançados pelo projeto enunciativo desse gênero discursivo e pelas leituras de seus interlocutores. Um dos resultados obtidos na pesquisa foi o entendimento de que muitos interlocutores não associam *charge* à crítica, por entendê-la como *humor*. A esse entendimento soma-se o juízo de valor de que não é possível usar humor para abordar indiscriminadamente quaisquer temas. Especificamente quando as *charges* dialogavam com tragédias, a recepção era negativa, rechaçando a publicação, o *chargista* e o veículo midiático em que estava alocada a *charge*.

Para mim, a relação entre humor e crítica não é assim tão familiar a muitos leitores. Talvez saber a própria definição de humor que os guia na apreensão dos discursos que acessam pudesse responder às polêmicas que se originam quando da veiculação de certas *charges*. Isso porque a literatura aponta que o humor presta-se à crítica, ao riso, ao desconforto. Bergson (1983) destaca que o riso tem como função coagir, humilhar para corrigir, atacar os costumes, salientar assimetrias. Porém, acena para o fato de que o que é cômico de direito às vezes não o é de fato, no intuito de dizer que a comicidade presta-se a outros fins que não em essência o riso. O autor explica que o risível é uma construção social que está em relação com outros valores sociais, tais como o são as imagens fixas dos clichês e dos estereótipos. Assim, é possível indagar como essas valorações são projetadas nas *charges* e quais as possíveis leituras de seus elementos constitutivos.

Para entender os questionamentos que coloco, estou localizando a discussão nos limites da relação *humor* versus *crítica*, uma combinação que se vale para edificar os sentidos, de diferentes recursos, tais como: ridicularizar, diminuir, satirizar, ironizar. Se realmente toda a produção de humor (em *charges*) visa à crítica, é questão que precisa ser pesquisada. Como disse, em minha dissertação cheguei a análises que apontaram

que, no mais das vezes, o gênero discursivo charge é etiquetado como humor – tanto por figurar em colunas humorísticas de veículos midiáticos quanto por ser considerado, de modo geral, como humorístico nos comentários registrados em diferentes mídias às quais tive acesso quando da pesquisa de mestrado.

Afora as definições acadêmicas, cabe entender o que o humor repercute em termos sociais. Se, como expus na dissertação, a associação entre charge, humor e certos temas deu origem à polêmica, é porque, em uma determinada instância, é entendido socialmente que o humor não pode tudo. Se pela via do humor não se pode abordar qualquer tema sem gerar polêmica, como orquestrar a liberdade do artista, de um grupo e de um veículo de publicar o que lhe convier, e o respeito aos direitos fundamentais assegurados constitucionalmente?

Essas indagações levam a outros questionamentos, tais como: quais os limites do humor em charges? Qual a relação entre liberdade de expressão e produção de conteúdo? Frente a certos discursos, como entender o que é liberdade de expressão e o que toca o discurso intolerante? O que pode ser considerado discurso intolerante? Qual o limite da liberdade de expressão?

A palavra *limite* se repete nas perguntas que me instigam. Porém, é oportuno sublinhar que não desejo encontrar uma fórmula cartesiana que delimite o ponto exato em que acaba a liberdade de expressão e começa o discurso intolerante. Na verdade quero entender contornos sociais de demarcações de sentido expressos ou detectáveis no discurso. É, assim, um pensar discursivo, filosófico, que especula o jurídico para entender o gênero discursivo *charge*, na especificidade de charges com contornos intolerantes. É um pensar que procura a “índole responsiva do sentido” porque o sentido sempre responde a certas perguntas (BAKHTIN, [1970-71], 2011, p. 381).

Levantar questões, para mim, é incitar o diálogo, esse perceber de relações. Conforme Brait e Magalhães (2014), para o Círculo, “[...] o diálogo figura tanto como modo de funcionamento da linguagem quanto como o ponto de vista que instaura um objeto de estudo”. O diálogo em amplo sentido dá, pois, origem ao dialogismo como método, que propicia tanto a análise de fenômenos discursivos quanto estabelece um princípio de construção de conhecimento. Entendendo-o como uma orientação metodológica, as charges escolhidas como objeto de pesquisa são analisadas sempre em relação com o contexto que as circunscreve a fim de que justamente se possam ver os diálogos quando de sua construção, bem como os diálogos que a própria charge forma

com esse contexto histórico. Ademais, o que ela deixa ver quando é vista no universo de criação de seu autor.

Assim, mantendo o foco no objeto *charge*, nesta tese, pretendo, como já apontado, compreender as relações que se estabelecem entre *charge* e os discursos sociais que a possibilitam para edificar os sentidos que dão, em hipótese, tonalidades intolerantes às *charges*. O entendimento dessas questões conduz a pesquisa à revelação do que é *responsividade* no interior dos postulados do Círculo de Bakhtin. Isso circunscreve a discussão em torno da noção de ato, ato ético, dos pensadores russos, noções importantes quando o discurso de ódio está em pauta ou as nuances de intolerância se fazem presentes.

Nesse entender haverá também a compreensão de como se apresenta a *arquitetônica*, porque esse conceito está diretamente relacionado ao de *responsividade*. A *arquitetônica* – ou as formas *arquitetônicas* –, conforme Bakhtin ([1924] 1998), é o que permite ver os valores humanos, a estética, os acontecimentos sociais e históricos. Ela deixa ver um ser que fala algo para outro ser em meio a uma rede de circunstâncias, motivações, juízos de valor, respostas e projeções. A *arquitetônica* é, pois, a tessitura de uma série de fios que compõem os sentidos.

Com Bakhtin ([1970-71] 2011, p. 371), desde essa noção de *arquitetônica*, é possível entender que os sentidos são construções vivas, entrelaçadas, pertencentes – no mínimo – a duas consciências: a de quem promove e a de quem aprecia. Cada qual está atravessada por seu horizonte de valor, por seu repertório, pelos pontos que desde o seu lugar no mundo pode ver, que cada um pode ver. Para ele ([1979], 2016, p. 328), a palavra não pode ser entregue apenas a seu autor, cujos direitos sobre seus discursos são inalienáveis. O interlocutor também tem a parcela que lhe cabe, assim como todos os outros cujas vozes foram impressas no discurso e lá estão em tensão.

Como a pesquisa é baseada na teoria dialógica do discurso, é inevitável não abordar a construção do sentido como *relação*, como *valorização*, como *tensão entre universos de valor*. Assim sendo, observo e analiso o objeto *charge* sempre na relação com os discursos sociais que a fomentam, bem como com os discursos sociais que seus elementos constitutivos projetam como potência de sentido na esfera social em que se edifica.

É, pois, para seguir as orientações metodológicas da perspectiva dialógica de análise que são suscitados os fatos sociais quando da publicação das *charges* selecionadas como material de análise. É nessa perspectiva também que se justifica o

movimento de desdobramento de olhares a partir de uma posição exterior, a fim de entender as possíveis projeções de sentido. Não julgo os artistas que assinam tais discursos. Não condeno ou absolvo as charges que analiso. Quero entender quais potências de sentido podem atravessar essas charges, quais vozes seus elementos verbais, visuais ou verbo-visuais deixam ver. O que há de socialmente construído que me fez entender que as duas charges escolhidas reverberam no todo de seu discurso, por hipótese, tonalidades intolerantes?

Essa organização presta-se a ventilar a problemática que envolve a pauta *liberdade de expressão e discurso intolerante*. Como orienta o Círculo ([entre 1930 e 40] 2011), às ciências humanas, em termos epistemológicos, importa o homem enquanto produtor de textos, enquanto sujeito de um discurso – inclusive a ciência das artes opera com textos (subentendidos). Assim, falo em projeto de discurso, para me referir ao arranjo de combinações proposto a partir da reunião de elementos dispostos na charge. Falo em vozes, para marcar as potencialidades dos sentidos quando na relação dos elementos da charge com os discursos sociais da época.

O autor da charge, pessoa jurídica entendida profissionalmente como chargista; a mídia na qual circula a charge; ou o veículo que a comporta são mencionados nas análises porque são constituintes do todo do sentido, da irrepetibilidade oriunda dessa formação específica de sujeitos históricos e objetos, que interagem em espaços definidos, relevantes para a compreensão do todo. Esses dados ajudam a projetar o mosaico de potencialidades de sentido de um discurso. Isso porque, nas orientações metodológicas do Círculo de Bakhtin ([1929] 2017), lê-se que os gêneros do discurso têm de ser observados e analisados com a maior riqueza de elementos que possam fazer “ver” a situação enunciativa, social e real, que os originou.

### **3.1.2 Procedimentos de seleção do objeto de análise**

Tendo em vista o exposto, esta tese visa a compreender a constituição enunciativa da charge, isto é, sua arquitetônica, a fim de trazer à luz um trabalho científico que discorra sobre tonalidades de intolerância especificamente no gênero discursivo que se convencionou chamar *charge com contorno intolerante*. Para tanto, analisam-se duas charges edificadas a partir de temáticas que podem delinear um projeto de discurso com tonalidades de intolerância.

A compreensão da noção *arquitetônica* é relevante por ainda não ter sido esmiuçada em sua plenitude, especificamente em relação a discursos verbo-visuais. A partir da entrada *arquitetônica bakhtiniana* no banco de teses e dissertações da CAPES, como resultado aparecem 361 teses para a grande área de Letras e Linguística. Nesse recorte entram muitos trabalhos específicos de literatura; a outra parte está pulverizada entre noções gerais de gênero do discurso, letramento, propostas de leitura, revisão e publicidade e propaganda. Nesses casos, *arquitetônica* aparece como um conceito da obra do Grupo, não propriamente configurando uma análise vertical de como essa noção se constitui – claro que a plataforma Sucupira não é um parâmetro universal para medir a originalidade de uma pesquisa, mas é um cômputo importante das produções nacionais, uma relevante base de dados.

Ademais, no que diz respeito à apreensão das noções mencionadas no âmbito de charges que veiculam discursos com tonalidades de intolerância, não foram encontrados registros que contemplem pesquisas científicas nos parâmetros da teoria dialógica do discurso, tampouco na interface que se propõe nesta tese: discurso, filosofia e direito – em pontos específicos, recorre-se a noções oportunas advindas da sociologia.

Tendo em vista tais considerações, foram selecionadas para análise duas *charges com contorno intolerante*, a julgar por seus elementos visuais ou verbo-visuais – frente à tensão das vozes sociais que as atravessam na relação que conta com: o autor que as assina, o veículo em que foram publicadas e no compor das tramas que se estabelecem entre os discursos contemporâneos que dialogam com elas.

Como o aspecto emotivo-volitivo do autor da tese também perpassa sua busca e seleção do objeto de pesquisa, é importante sublinhar que uma vez estabelecido o interesse por investigar o discurso intolerante em charges, há três atitudes: de antemão, ter uma concepção do que é o discurso intolerante, selecionar o escopo de atuação (intolerância em charges) e por ele procurar. Assim, no universo de charges que são produzidas e estão disponibilizadas na internet, o olhar já está definido para a percepção de obras que podem deixar ver intolerância. Certamente as análises dirão se essa suposição inicial que motivou a seleção era verdadeira ou não.

Chegou-se a esse recorte a partir de uma pesquisa na internet com a palavra-chave *charges intolerantes*, a fim de encontrar materiais que deixassem ver leituras inapropriadas ou algum aspecto que envolvesse a pauta *sentidos intolerantes*. Foi percebido que muitas das buscas para a entrada selecionada relacionam-se com as



charges quando do episódio *Charlie Hebdo* e algumas poucas outras charges cuja temática era a intolerância religiosa.

Embora o caso *Charlie Hebdo* tenha sido um motivador para a ideia do recorte de pesquisa, não era o objeto em si, assim que se partiu para palavras-chave já sabidamente atravessadas por discursos intolerantes: *charge machista*; *charge religiosa*; *charge homossexual*. Essa busca também não apresentou resultados satisfatórios, pois ainda muitos deles estavam vinculados ao semanário *Charlie*, em razão de o Grupo publicar sobre temas diversos.

A terceira tentativa foi realizada no buscador Google, sob a entrada *charge x discurso de ódio*. Especificamente na aba *imagens*, foi-se acessando o conteúdo a fim de entender o que se tinha. Muitas das charges que apareceram estavam fazendo menção, via conteúdo verbo-visual, às temáticas que são foco de preconceito. Eram discursos explicitamente denunciante, contra racismo, contra feminicídio, contra homofobia.

Seguiu-se o refinamento, porém selecionando somente a palavra-chave *charge ódio*. Essa busca também mostrou como resultados charges sobre denúncia da promoção de discurso intolerante, sempre relacionada a alguma matéria cujo matiz também era de denúncia. Dando continuidade mais minuciosamente a essa busca, foi percebido que algumas charges não tinham nuances de protesto, seus sentidos se edificavam de modo diferente: minha hipótese inicial é que seus elementos verbo-visuais configuram um discurso com tonalidade intolerante. Esse julgamento de valor surge da tensão desses elementos com os fatos sociais quando da publicação de cada charge.

Tendo em vista esse cenário, por motivos metodológicos etiquei as charges encontradas pelo que convencionei chamar de *charges de denúncia forte* (por seus elementos configurarem protesto sem ataque) e *charges de denúncia fraca* (por seus elementos configurarem protesto com ataque). Assim as estou catalogando porque penso que a existência ou não de ataque leva ao enfraquecimento do argumento que enseja o protesto.

Em outras palavras: quando a charge denuncia sem atacar, ela protesta sendo, portanto, uma charge de denúncia forte. Quando, por outro lado, ela denuncia ao mesmo tempo que ataca, ela é uma charge de denúncia fraca porque se torna intolerante, isto é, seu protesto se enfraquece porque ela ataca, tal como o fizera o alvo de seu protesto. Desse todo, as charges de denúncia fraca foram as escolhidas como material de análise, a fim de que se pudesse, sob o olhar das teorias que embasam o trabalho, entender como

se edifica a arquitetônica desses discursos, em hipótese, intolerantes por projetarem ataque.

Foram selecionadas duas charges. Elas são apresentadas na figura 4 a seguir.

**Figura 4:** As duas charges que são objeto de análise da tese



Fonte: Montagem da Autora

Essa eleição se deu em razão de: a) uma apresentar boa potência de análise no que tange a ser um exemplar de uma construção composicional verbo-visual; e b) a outra uma construção composicional apenas visual. Isso forma um contraste que capta o espectro do gênero em si, viabilizando explorar possibilidades de sentido. Ademais, dentro do conteúdo temático *atualidades*, cada uma se situa em um assunto com capacidade para ser gerador de discursos intolerantes, a saber: política e religião.

Com essa seleção, não pretendo apontar o discurso chargístico, o autor da charge nem o veículo midiático que a incorporou ou que possibilitou a sua veiculação. Não serei taxativa em alvejar os promotores de discurso intolerante. Quero, sim, é compreender a arquitetônica do que pode ser entendido como um possível discurso intolerante. O que tem esse projeto de dizer que destoa esse tipo de charge das outras, das de protesto, por exemplo? Como entender os contornos de discurso intolerante frente ao traço crítico que o gênero carrega? Tornando a busca ainda mais nebulosa, o que marca a promoção do discurso de ódio ou quais os traços de um discurso intolerante? Como ver o que é, na charge, liberdade de expressão e o que é contorno intolerante?

Entendido o procedimento de seleção do objeto de análise, passa-se, a seguir, à descrição da organização das seções de análise, que se dão no capítulo IV.

### 3.1.3 Da organização das análises

No capítulo intitulado *Charges com contornos intolerantes: uma leitura social* é que se dão as análises das duas charges selecionadas. Quanto à sua organização, o capítulo está separado por temática, conforme a seleção das duas charges que aparentemente delineiam discurso intolerante. Assim, têm-se as seções intituladas: a) manutenção de estereótipos, e b) religiosidade em pauta.

Na organização interna de cada seção, primeiramente se discorre sobre a ideia que dá título ao tópico. Em seguida, apresenta-se a charge selecionada. Depois a apreciação de cada charge em si contempla: (a) descrição dos elementos da charge, (b) análise e (c) reflexão sobre os elementos constituintes da charge.

A seguir, apresenta-se como estará disposta cada charge e sua respectiva seção no capítulo das análises. A seção intitulada *Manutenção de estereótipos* traz uma charge de Roque Sponholz, do ano de 2011, conforme mostra a figura 5.

**Figura 5:** Primeira charge a ser analisada



Fonte: Sponholz (2011)

A seção intitulada *Religiosidade em pauta* traz uma charge de Vitor Teixeira, do ano de 2015, apresentada na figura 6.

**Figura 6:** Segunda charge a ser analisada



Fonte: Vitor Teixeira (2015)

Descrita a organização da seção de análises das charges selecionadas, passa-se, no item a seguir, ao comentário das teorias que formam o quadro de referência da tese. Além disso, discorre-se sobre os procedimentos de análise que cada uma aporta.

### 3.2. DAS TEORIAS: PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Esta tese edifica-se em zona fronteira, porque é tecida por fios interdisciplinares, por dizeres de diferentes teorias, por vozes outras que colaboram, cada uma em sua especificidade, com o objeto de análise contemplado neste texto. Investigação de base dialógica, esta tese busca complemento em teorias das humanidades, sob a forma de diálogo benevolente, de cooperação – como diz Bakhtin ([1970-71] 2011, p. 372). Com suas demarcações claras, as áreas são postas em relação a fim de se contemplar as charges em análise. Tudo para deixar ver os discursos visuais e verbo-visuais reverberando seus aspectos culturais, históricos e dialógicos. Para tanto, as charges sempre são apresentadas meio a seu contexto social, recuperando fatos históricos via discursos que circularam na mídia, de modo geral. Isso porque os fenômenos são explicados a partir de uma época, o pesquisador julga desde uma teoria (ou várias), e a partir dela(s) pode ver possibilidades de realização, justamente porque está ancorando-se nos elementos repetíveis e irrepitíveis (BAKHTIN, ([1970-71] 2011, p. 375).

Essa recuperação contextual é importante porque, no entendimento das bases fundamentais desta tese, compreender um discurso implica o estabelecimento de seus limites: quem é o autor; qual o contexto de produção; com quais discursos está em diálogo. Tudo porque, segundo Bakhtin ([1960] 2011), o problema da compreensão de um discurso circunscreve seus limites precisos e essenciais, tais como a alternância dos sujeitos, a capacidade de definição de respostas, a eleição dos estilos e a observação do que eles promovem – desde um ponto de vista linguístico-discursivo-social, haja vista que esse tripé marca a inter-relação semântica provedora de sentidos em uma esfera específica, frente a um autor definido, real e único.

Essas questões se produzem em mim suscitadas pela teoria dialógica do discurso, uma base que me permite entender os discursos escolhidos a partir de sua relação social, no interior de uma cultura específica, frente a fatos pontuais e a certos interlocutores e não outros. Como explica Brait (2012, p. 11-12), na apresentação do livro de Medviédev ([1928] 2012), *O método formal nos estudos literários*, o conhecimento produzido em diálogo intelectual por esses “[...] cientistas/literatos, filólogos, filósofos/professores/artistas” tem como marca o oferecimento de “[...] elementos, em confluência interdisciplinar, para a reflexão *sui generis* sobre a linguagem em uso, artístico ou cotidiano, sobre as relações constitutivas entre linguagem, sujeitos, sociedades, culturas”.

Dentre as possibilidades de referenciais teóricos para contemplar a linguagem em uso, justamente a teoria dialógica do discurso chama-me à análise porque viabiliza entender a linguagem em relação dialético-dialógica com elementos internos e externos à linguística. Dialética porque permite olhar a unidade e a multiplicidade, a singularidade e o genérico, o individual e o coletivo, a parte e o todo, perseguindo a tensão existente nesses contrastes. Dialógica porque obsidra os já-ditos e as projeções na cadeia de discursos sociais a fim de encontrar os sentidos oriundos das relações eu-outro.

Essa possibilidade teórico-metodológica oferecida pelos pressupostos do Círculo abre precedentes para relações de diálogo entre áreas das humanidades. O que me parece muito oportuno em razão de que a atmosfera de questionamentos motivados pela relação *charge* e *discurso intolerante* semelha-se nebulosa quando percebo que, para dar seguimento a seus desdobramentos, faz-se necessário um aporte que contemple um olhar linguístico, via teorias do discurso – minha área de formação e atuação –; filosófico, porque o recorte escolhido suscita uma abordagem ontológica, que entenda o

sujeito (do discurso) no escopo de suas questões existenciais; e desde o ponto de vista do direito, de base hermenêutica – portanto filosófico –, a fim de entender os pressupostos legais que versam sobre os limites entre liberdade de expressão e discurso intolerante. Questionando se esses limites estão tipificados, recorro ao direito para entender como foram construídas socialmente as noções do que é *liberdade de expressão* e *discurso de ódio*.

Procurando localizar a discussão *liberdade de expressão* versus *discurso intolerante* nas bases da filosofia e do direito, o método é a revisão bibliográfica. A partir dessas duas palavras-chave foram campeados autores que abordem o tema, especificamente dentro da perspectiva do direito de base hermenêutica, justamente o ramo do direito que dialoga com a filosofia, por entender que todo julgamento que se incide sobre algo deve conter elementos textuais e extratextuais a fim de que seja possível formar uma compreensão. O método hermenêutico no direito aporta para a área uma visão mais humanística, associada aos fenômenos sociais, contrária ao entendimento do direito como área autônoma e independente de outras ciências – visão essa que não é consonante com o aporte linguístico-sociológico-filosófico desta tese.

Segundo Streck (2010; 2015), aproximar o direito da hermenêutica é uma alternativa ao problema da interpretação subjetiva oriunda de um aporte positivista, em que quem julga baliza seu julgamento no reflexo de suas vontades, agindo, como ele mesmo diz em distintas oportunidades, em uma espécie de “decido conforme minha consciência”. Isso constitui um fazer que chama de *solipsismo judiciário*, isto é, o *eu* e suas emoções são suficientes para julgar.

De acordo com Streck (2010; 2015), é necessário pensar no impacto de entender a interpretação como expressão da vontade, bem como os problemas de conceituar o direito como autônomo, sem um aporte filosófico ou sociológico que viabilize o entendimento de casos concretos. Assim, suas explicitações são contrárias ao direito de matriz positivista, kelsiseniana, que construiu um sistema autônomo e fechado em si mesmo. Com a hermenêutica, “[...] não há mais espaço para qualquer tipo de raciocínios que levam à discricionariedade judicial, justamente pelo fato de ter superado o problema filosófico que aí se instaura, o solipsismo” (STRECK, 2015. p. 109-110).

Com base hermenêutica, a positivação do direito e a preocupação em fundar uma teoria da interpretação surgem para tentar acompanhar a dinâmica social. Trata-se, pois, de uma tentativa porque o social é um movimento vivo, portanto, oscilante, cuja flutuação a positivação do direito não é capaz de acompanhar ou prever – a menos que o

tempo inteiro fossem criadas leis, ementas e formas de inserir novos valores aos dispositivos já criados para a organização social. Assim sendo, é importante saber que a lógica do direito não é a mesma lógica social, ele está sempre aquém, ele é sempre capaz de cobrir uma parte, uma pequena parcela da realidade social que a cada vez percebe. Em todo o caso, o direito de base hermenêutica oferece um panorama do que é entendido socialmente: quais valorações são mais recorrentes; quais foram os acordos valorativos para a análise de casos concretos e assim por diante.

A base hermenêutica no direito relaciona o momento em que uma norma, por exemplo, foi criada, qual o princípio dessa criação e como pode ser transposta aos tempos em que a ela se recorre para algo decidir. No direito, a hermenêutica é um conjunto de métodos para a interpretação de algo que se está julgando. Há modelos cuja regência é a *letra da lei*, isto é, uma interpretação baseada nas construções gramaticais. Sampaio (2003) explica que a ordem das palavras e suas relações gramaticais são relevantes para a construção dos sentidos, por exemplo. Esse procedimento é entendido como o início de um conjunto de métodos que podem ser aplicados: holístico, histórico, social, teleológico.

Se o direito de base hermenêutica é chamado nesta tese é para que seja possível a compreensão do que pode ou não ser liberdade de expressão e o que caracteriza judicialmente um discurso intolerante ou de ódio. A filosofia e a sociologia são evocadas para averiguar 1) o que é o ódio? Quais seus desdobramentos? Como ele se edifica e o que significa em termos sociais? Essas noções sociológicas e filosóficas são solicitadas para entender o sujeito enquanto partícipe de uma comunidade. O método de revisão bibliográfica também é oportuno para averiguar os autores-mestres e como se encontra o estado da arte no caso do assunto que se busca.

Assim sendo, para o aprofundamento das análises, visa-se a uma proposta de diálogo entre áreas das humanidades, no que concerne à busca de noções que auxiliem no esclarecimento de temas como *intolerância* e *liberdade de expressão*, que certamente perpassam a arquitetura de charges que veiculam discursos com contornos intolerantes – e conversam com a noção bakhtiniana *responsividade*. Buscam-se, nesses parâmetros, disciplinas que discorram sobre o discurso de ódio travestido de opinião; autores que pesquisem sobre a linha tênue entre liberdade de expressão e a promoção de discursos de intolerância; o que diz a Constituição brasileira sobre direitos de expressão e quais seus limites, se é que eles estão estabelecidos. Nesses termos, recorre-se ao direito, à filosofia, à sociologia para integrar as análises das charges selecionadas. É

oportuno pontuar que se parte da teoria dialógica – porque ela é a espinha dorsal deste trabalho – e se convidam as referidas áreas ao diálogo de modo a ganhar profundidade nas análises.

A figura 7 apresenta o referencial teórico colocado em diálogo. Nela a teoria base do trabalho parece centralizada e com a coloração preenchida, para representar o núcleo duro, que funciona como pilar da tese.

Figura 7: Diálogo teórico proposto



Fonte: a autora

Na sequência, para complementar a visualização do diálogo teórico, apresenta-se um quadro no qual se pode ver um resumo dos aspectos teórico-metodológicos propostos na tese. Nele se lê o quadro de referência, uma descrição sumária do que se entende pelo paradigma escolhido, indica-se o conceito usado e menciona-se o autor-referência.



Quadro de referência (paradigmas)	Descrição sumária	Conceitos	Autores de referência		
<b>Discurso</b>	Perspectiva que oportuniza observar os fenômenos da linguagem (verbais e não verbais) desde um ponto de vista social.	Discurso	Círculo de Bakhtin		
		Autor	Círculo de Bakhtin		
		Signo ideológico	Círculo de Bakhtin		
		Responsividade	Círculo de Bakhtin		
		Exotopia e empatia	Círculo de Bakhtin		
		Valoração	Círculo de Bakhtin		
		Arquitetônica	Círculo de Bakhtin		
		Gêneros do discurso	Círculo de Bakhtin		
		Identidade social	Charaudeau		
		Identidade discursiva	Charaudeau		
<b>Filosofia</b>	Perspectiva que oportuniza o entendimento de questões gerais relativas à natureza humana.	Ódio	Mira y López Viana		
		Intolerância	Droit Mira y López Souza		
		<b>Direito de base hermenêutica</b>	Perspectiva que oportuniza o entendimento de questões jurídicas, com o apoio de um olhar multidisciplinar na aplicação do caso concreto.	Liberdade de expressão	Constituição brasileira de 1988
				Crime de ódio	Constituição brasileira de 1988 Código Penal

Fonte: a autora

A separação das áreas deu-se metodologicamente em termos didáticos. Assim, na organização da tese, o capítulo um foi destinado à teoria dialógica do discurso. O capítulo dois apresentou o discurso de ódio e seus desdobramentos. É, portanto, nesse capítulo que aparecem em diálogo: o direito de base hermenêutica, a filosofia e a sociologia. Tudo para se entender o que constitui um discurso de ódio e o que é intolerância, tanto em termos sociais quanto jurídicos. As teorias se cruzam propriamente no capítulo quatro, quando as análises são arroladas.

Nas palavras de Bakhtin ([1960] 2011, 319), “[...] o texto é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas”. Nesses

termos, o gênero discursivo *charge* é a materialidade que se analisa nesta tese, é o dado sobre o qual se incide a interface teórica proposta. Sob o mosaico de referências aqui desenhado, a “[...] investigação se torna interrogação e conversa, isto é, diálogo”. Interroga-se a si mesmo para organizar a observação e a experiência de obter respostas, de ver as potencialidades, as possibilidades daquilo que se está investigando. Bakhtin ([1970-71] 2011) explica que sob essa perspectiva se está interessado nas formas concretas do texto, o que de fato marca a vida dessa materialidade: sua inter-relação e interação.

No desenvolvimento da análise, são utilizadas noções bakhtinianas, como gênero do discurso, enunciado, palavra, valoração e vozes sociais, que respaldam a apreciação sobre os discursos selecionados. É oportuno mencionar também que servem de base para edificar a análise as orientações metodológicas apresentadas em *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929] 2017, p. 110), a saber: (a) *não separar a ideologia da realidade material do signo*; (b) *não dissociar o signo das formas concretas de comunicação*; (c) *não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infraestrutura)*. Assim, o discurso é considerado a partir do vínculo com seu contexto sócio-histórico, o que remete à necessidade de as análises serem desenvolvidas a partir dos limites de determinada cultura, de modo a compreender as questões discursivas engendradas às esferas sociais de onde emergem.

Nessa perspectiva, no desenvolvimento da análise, os discursos são considerados a partir da situação de produção e do *horizonte social* em que se inscrevem. Para tanto, apresentam-se os discursos que deram origem a cada uma das charges, visando não só a analisar o funcionamento da produção de sentidos, mas também a levantar possibilidades de compreensão do conflito de vozes que delineiam intolerância ou ódio. Ao final das análises, faz-se um comentário geral acerca dos discursos apresentados. Isso porque, nas palavras de Bakhtin ([1920-24] 2012, p. 58),

Todas as tentativas de alcançar a existência-evento real a partir do interior do mundo teórico são sem esperança; não é possível do interior da cognição em si abrir um caminho no mundo conhecido teoricamente para alcançar o mundo real em sua singularidade e irrepetibilidade. Mas, partindo da ação-ato e não de sua transcrição teórica, há uma abertura voltada para seu conteúdo-sentido, que é inteiramente admitido e incluído desde o interior de tal ato, já que o ato se desenvolve realmente no existir. O mundo como conteúdo do pensamento científico é um mundo particular, autônomo, mas não separado, e sim integrado no evento singular e único do existir através de uma consciência responsável em um ato-ação real.

Apresentados a contextualização e os procedimentos metodológicos, no capítulo seguinte, são realizadas as análises do material selecionado, a partir dos pressupostos que fundamentam esta tese.

## **CAPÍTULO 4 - CHARGES COM CONTORNOS INTOLERANTES: UMA LEITURA SOCIAL**

Neste capítulo, analisa-se o material selecionado, conforme proposta apresentada no capítulo anterior. Está organizado por temática, a partir da seleção de duas charges que aparentemente delineiam discurso intolerante: a) manutenção de estereótipos; e b) religiosidade em pauta.

No que diz respeito à organização de cada seção, primeiro se discorre sobre a ideia que nomeia o tópico. Depois se apresenta a charge. Em seguida, informa-se sobre o seu contexto. Por último, dá-se a análise, sempre compreendendo os elementos constitutivos da charge meio ao seu situar sócio-histórico. Como fechamento deste capítulo, é feito um parecer sobre as charges, no sentido de tecer semelhanças e afastamentos a partir de um olhar dialógico sobre as *charges com tonalidade intolerante*, escolhidas para as análises.

### **4.1 MANUTENÇÃO DE ESTEREÓTIPO**

Nesta subseção, é analisada uma charge cujo projeto de dizer favorece a manutenção de estereótipos sociais negativos. Atravessados por vozes que criam uma imagem social mais ou menos estável, os estereótipos definem e limitam de antemão pessoa, coisa ou situação. Para Amossy e Pierrot (2010), em sua etimologia, a palavra *estereótipo* mantém relação com o termo que lhe dera procedência, uma vez que *estereótipo* é o trabalho feito em chapa de chumbo, que forma uma matriz capaz de originar muitas impressões, mantendo, portanto, o mesmo padrão.

Da origem das artes gráficas, surge a ideia disseminada socialmente para *estereótipo* como uma impressão sólida, um julgamento que se difere sobre algo ou alguém, sobre lugar ou cultura. Essa padronagem cristalizada de julgamentos desagua muitas vezes em uma série de atitudes preconceituosas porque rotula ou oferece uma visão recortada da realidade. Amossy e Pierrot (2010) explicam que os estereótipos geralmente oferecem uma perspectiva nociva por apresentar uma fragmentação pejorativa do real à medida que generaliza e simplifica – por essência.

Socialmente, há muitos estereótipos. Veja-se, por exemplo, as valorações negativas generalizantes que atravessem o universo feminino. A mulher é muitas vezes

alocada em uma rede de pré-construídos que fazem com que sejam acessados discursos anteriormente produzidos e amplamente recorrentes nas mais diferentes esferas sociais: “mulheres são motivadas por suas emoções”; “mulheres são invejosas”; “mulheres competem entre si”; “mulheres preenchem seu tempo com amenidades”; “mulheres são fofoqueiras”, etc. Esse movimento dialético-dialógico de discursos perpetua cristalizações, que dão origem a estereótipos, a generalizações difíceis de serem desconstruídas se não houver um entendimento crítico sobre a sociedade na qual se está inserido.

A primeira charge a ser analisada apresenta-se empapada em discursos que deixam ver pré-construídos na forma de estereótipos atravessados por valorações negativas sobre o universo que registram, mas também deixam ver muito sobre a perspectiva de mundo de seu autor. Veja-se, a seguir, a charge, os elementos que a constituem, o ambiente que a circunscreve e, em seguida, as análises às quais se chega a partir dessa composição.

#### 4.1.1 Charge 1

**Figura 8:** Primeira charge em análise



Fonte: Sponhlz (2011)

A primeira charge focalizada, que desencadeou diferentes discursos-resposta, foi publicada em janeiro de 2011 no endereço eletrônico <[http://sponholz.arq.br/html/index\\_charge\\_34.html](http://sponholz.arq.br/html/index_charge_34.html)>, sendo replicada nos primeiros dias de janeiro por diferentes *sites*<sup>35</sup>. Assinada por Roque Sponholz, arquiteto, cartunista, chargista e caricaturista, a charge, como se pode ver na Figura 8, apresenta elementos verbais e não verbais que dão forma ao discurso. Em um quadro, a charge mostra cinco figuras femininas reunidas, conversando à mesa. Todas comentam sobre a imagem de uma figura feminina estampada na capa de uma revista de celebridades nacionalmente conhecida, a revista *Caras*.

A julgar pelos traços caricaturais presentes na parte não verbal da charge, trata-se da presidente eleita no final de 2010 para início de mandato em 2011 para comandar o governo brasileiro, Dilma Rousseff, e algumas de suas ministras. Essa afirmação é corroborada pela legenda que aparece centralizada na charge e diz: “primeira ‘reunião ministerial’”. Todas as personagens proferem comentários sobre a mulher que aparece na capa da revista. O alvo dos comentários trata-se de Marcela Temer, a esposa do vice-presidente da chapa eleita, Michel Temer. Assim, Dilma e suas ministras tecem comentários ao que seria uma fotografia de Marcela Temer na capa de uma revista.

A charge em questão foi publicada em razão da cerimônia de posse da presidente eleita, Dilma Rousseff, em 2011. Na ocasião, a mídia focalizou a presença da esposa do vice-presidente, Michel Temer, em razão de aquela ter sido uma de suas primeiras aparições oficiais. Na época, muito se falou que a presença de Marcela Temer na cerimônia foi digna de destaque por sua beleza, jovialidade e devido à sua vestimenta. Sob o mote “Marcela Temer rouba a cena”, uma série de matérias foi veiculada, recupera-se mais de 67.000 resultados a partir da entrada “Marcela Temer posse Dilma 2011”. Dentre eles, pode-se ler “Mulher de Temer se destaca em posse de Dilma”; Marcela Temer é assunto nos “trending topics do Twitter brasileiro e o 5º [assunto] mais

---

<sup>35</sup> Sob o título “Coroas da corte”, foi publicada em 04 de jan. de 2011 em <<http://sergioaperon.com.br/2011/01/coroas-da-corte/>>. “Superar estereótipos” em <<http://mariolobato.blogspot.com.br/2011/01/superar-estereotipos-tambem-na-imprensa.html>>, no dia 05 de jan. de 2011. Em <<http://www.viomundo.com.br/blog-da-mulher/e-os-chargistas-nao-tem-nada-mais-a-fazer-do-que-piadas-sexistas.html>>, no dia 05 de jan., sob o título “E os chargistas não têm nada mais a fazer do que piadas sexistas?”. Em <<http://blog.tribunadonorte.com.br/abelhinha/62920>>, no dia 05 de jan. de 2011. Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2011/01/05/superar-estereotipos-tambem-na-imprensa-e-o-primeiro-passo-para-romper-preconceitos/>>, há outras opiniões. “Reunião das varginas”, em <<http://avaranda.blogspot.com.br/2011/01/reuniao-das-varginas.html>>, no dia 04 de jan. de 2011.

citado no Twitter mundial” (*Portal IG*<sup>36</sup>); “Beleza da vice-primeira-dama rouba a cena na posse de Dilma” (*O Globo*<sup>37</sup>); “Vice-primeira-dama rouba cena no Twitter” (*Terra*<sup>38</sup>); “Ex-miss, vice-primeira-dama chama atenção durante a posse” (*Folha*<sup>39</sup>); “Posse de Dilma transforma mulher de Michel Temer em musa do Twitter” (*Estadão*<sup>40</sup>).

Outra parte da mídia, sublinha-se da pequena mídia porque centrada em blogs e colunas de opinião, destacou a discrepância entre o que deveria ter sido uma cobertura de cerimônia de posse e as manchetes que abordaram muitas linhas sobre a vice-primeira-dama. Com a mesma entrada, “Mulher de Temer se destaca em posse de Dilma”, dentre o total de 67.000 resultados, pode-se pinçar as seguintes manchetes: “Superar estereótipos é o primeiro passo para romper preconceitos” (BLOG DO MARIO<sup>41</sup>, 2011; REVISTA FÓRUM<sup>42</sup>, 2011); “Marcela é jovem e Bonita, e daí” (ESCREVA LOLA ESCREVA<sup>43</sup>); “O figurino de Dilma” (AQUELA DEBORAH<sup>44</sup>, 2011); “Reduzir preconceito de gênero não é tarefa fácil para Dilma” (TERRA<sup>45</sup>, 2011); “Chargistas sexistas...” (PORTAL LUIS NASSIF<sup>46</sup>, 2011).

As duas últimas publicações mencionadas, do *Terra* e do *Portal Luis Nassif*, abordam a cena da posse da presidente eleita, Dilma Rousseff, comentando-a sob a perspectiva da publicação especificamente da charge de Sponholz (Fig. 8). A partir dos elementos verbais e visuais, vê-se no discurso chargístico em questão uma cena propagada como imagem social: mulheres reunidas falando sobre algum tema.

Essa imagem toma contornos diferentes quando se soma o fato de as mulheres estarem discorrendo maldosamente sobre a foto de uma mulher que fora amplamente

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/mulher-de-temer-se-destaca-em-posse-de-dilma/n1237905707801.html>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/beleza-da-vice-primeira-dama-rouba-cena-na-posse-da-dilma-2844111>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/vice-primeira-dama-rouba-a-cena-no-twitter,089897730cbda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/01/853778-ex-miss-vice-primeira-dama-chama-atencao-durante-a-posse.shtml>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/radar-politico/posse-de-dilma-transforma-mulher-de-michel-temer-em-musa-do-twitter/>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

<sup>41</sup> Disponível em: <<http://mariolobato.blogspot.com.br/2011/01/superar-estereotipos-tambem-na-imprensa.html>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2011/01/05/superar-estereotipos-tambem-na-imprensa-e-o-primeiro-passo-para-romper-preconceitos/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2011/01/marcela-e-jovem-e-bonita-e-dai.html>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2011/01/marcela-e-jovem-e-bonita-e-dai.html>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/01/05/reduzir-preconceito-de-genero-nao-e-tarefa-facil-para-dilma/>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://blogln.ning.com/profiles/blogs/chargistas-sexistas>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

elogiada na mídia nacional por seus atributos físicos, conforme se pôde ver nas manchetes apresentadas. Do horizonte língua, a escolha do uso do advérbio *maldosamente* aplica-se em razão das falas com alto teor de adjetivação, que conferem atmosfera pejorativa ao referente da apreciação, fotografia de Marcela Temer na capa da *Caras*, tal como se pode ler nas entradas de fala de cada personagem da charge: 1) “Que penteado mais ‘démodé’!!!”; 2) “Nunca vi mulher mais feia em toda a minha vida!!!”; 3) “A Erenice dá de vinte a zero!!!”; 4) “... E aquela blusinha com o ombro exposto?!”; 5) “Ridícula, horrorosa!!!”.

Cada fala é um enunciado carregado de valorações sociais negativas porque suscita os discursos anteriores que envolvem a situação de posse da presidente eleita e os estereótipos de gênero. Essa rede de já-ditos projeta sentidos no conteúdo da cena que foi retratada na charge. A valoração negativa na arquitetura da charge vai se especificando quando se repousa o olhar sobre os adjetivos. Na relação do todo enunciativo em que aparecem, essas palavras constroem conteúdos subjetivos baseados em imagens sociais: em 1) “Que penteado mais ‘démodé’” e 4) “... E aquela blusinha com o ombro exposto?!”, tem-se uma avaliação comportamental a partir do modo de se apresentar: o cabelo e a vestimenta. Em 2) “Nunca vi mulher mais feia em toda a minha vida!!!” e 3) “A Erenice dá de vinte a zero!!!”, tem-se um julgamento da aparência física via comparação interpessoal.

Especificamente, em 3) “A Erenice dá de vinte a zero!!!”, pode-se realizar mais duas leituras. A primeira seria uma relação de pertencimento e não pertencimento de grupo, já que no enunciado “A Erenice dá de vinte a zero!!!” é axiologicamente valorada a percepção *nós* contra *eles*, construindo valorações positivas para aqueles pertencentes ao mesmo grupo e negativas para os não pertencentes. Assim, esse discurso deixa ver na relação dialógica entre a cena da charge e o contexto sócio-histórico de sua composição que Erenice é “melhor” porque pertence ao *nós*, ao mesmo *grupo* de quem profere o discurso, podendo construir sentidos de apoio coral entre os membros do mesmo partido, o PT. Isso leva à segunda questão em torno desse discurso, a saber, a avaliação pessoal acerca de valores morais, uma vez que o nome *Erenice* aponta para a relação entre a presidente Dilma Rousseff e Erenice Guerra, advogada filiada ao PT, considerada pela mídia como braço direito de Dilma. Muitas vezes foi noticiada<sup>47</sup> a aproximação entre essas duas figuras públicas.

<sup>47</sup> “Erenice braço direito de Dilma”, disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/erenice-ex-braco-direito-de-dilma-demitida-por-cao-de-lambancas-da-casa-civil-esta-de-volta-e-continua->



A peculiaridade da escolha do nome *Erenice* na fala da personagem com traços caricaturais da pessoa pública Dilma Rousseff agrega à charge uma valoração pontual porque Erenice Guerra esteve envolvida em denúncias<sup>48</sup> de corrupção, o que, na charge, pode estar sendo focalizado via extensão, isto é, como a presidente tece elogio nomeadamente, destaca predicados da nomeada – Erenice. Por outro lado, ao tecer comentário favorável nomeadamente, Dilma mostra-se em consonância com a pessoa nomeada. Se duas pessoas são afins, pode ser que se julgue uma pelo comportamento da outra, como em uma tentativa de trazer à tona o ditado corrente em português que diz “diga-me com quem andas que te direi quem és”, suscitando nesse ato toda a entoação valorativa que essa expressão no horizonte língua pode edificar como projeções de sentidos.

Em 5) “Ridícula, horrorosa!!!”, pode-se entender uma valoração de escárnio gratuito, porque quando não há argumentos, geralmente, o que se tecem são comentários sobre a pessoa alvo da apreciação. Socialmente, comentários dessa natureza podem também reverberar imaturidade, justamente pelo seu esvaziamento em termos de conteúdo. Essa valoração pode deixar ver mais sobre quem a produz do que sobre a quem está direcionada sua crítica. Assim, o discurso expressado em “Ridícula, horrorosa!!!” aporta à arquitetônica da charge um ambiente hilário, de zombaria, que se volta para as personagens da “reunião ministerial”, e não para o que a personagem loira de rosa diz – note-se que o traço infantil do discurso dessa personagem é corroborado por sua roupa e por sua maquiagem, já que o tom de rosa por ela usado é socialmente entendido como uma cor infantil; e a maquiagem tosca também remete socialmente à uma imagem de maquiagem feita por crianças em brincadeiras, cujo foco seja a pintura no rosto.

O que os enunciados das personagens da charge podem reverberar? Inicialmente, pode-se explorar a questão social de que mulheres costumam observar avaliativamente outras mulheres. De modo geral, essa valoração social dá-se negativamente quando o tema (o objeto) da apreciação é visto como concorrente. Nesses termos, ocorre uma

---

poderosa-ninguem-vaia-ninguem-protesta-ninguem-da-selinho-8230//>; “O esquema Erenice”, disponível em: <[https://istoe.com.br/448524\\_O+ESQUEMA+ERENICE/](https://istoe.com.br/448524_O+ESQUEMA+ERENICE/)>; “Dilma e Erenice sempre juntas”, <disponível em <http://www.psd.org.br/acompanhe/noticias/ex-ministra-da-casa-civil-no-governo-dilma-recebeu-r-25-mi-na-lava-jato/attachment/erenice-guerra-ex-ministra-da-casa-civil-e-dilma-foto-ebc/>>.

Acessos em: 05 de jan. 2018.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://istoe.com.br/erenice-confirma-governo-lula-favoreceu-empiteiras-em-belo-monte/>>. E: <<http://epoca.globo.com/politica/expresso/noticia/2017/05/erenice-guerra-fecha-escritorio-de-advocacia.html>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

espécie de depreciação para a autopromoção do grupo que avalia o concorrente. Nesses casos, desprezo dos atributos físicos, comparação, desprestígio e escárnio imotivado tendem a gerar um efeito catártico: ao tomar o outro como insignificante, a partir de valoração explicitamente negativa, o *eu* ganha contornos superiores. Na charge: o grupo de Dilma desqualifica a vice-primeira-dama para engrandecer-se. Pode-se ver nesse ato uma valoração de soberbia, desencadeada a partir do efeito de sentido *humor*.

Essa relação deixa também ver tensionamento projetado no contraste superioridade/inferioridade. Isso tanto no que diz respeito aos personagens da charge (a presidente e as ministras em relação a Marcela Temer) quanto em relação ao chargista e o alvo de sua crítica, isto é, de sua apreciação: a cena da primeira reunião de Dilma com suas ministras.

A primeira situação é dada na relação presença/ausência e grupo interno/grupo externo. Dilma e as ministras mostram comportamento de adesão, estão unidas no propósito de ridicularizar Marcela, de questionar sua postura, seus atributos. Estão, pois, reunidas para enquadrar Marcela em uma perspectiva daquilo que é contrário ao que elas acham certo, por isso as integrantes do grupo interno são melhores que a fonte do alvo: elas são superiores e tentam rebaixar Marcela, que configura o grupo externo.

O chargista, por sua vez, como autor, tem o poder de construir seu discurso com base em seu universo de valores, focalizando um ponto de vista, o seu. Assim, ele é o autor-pessoa que recorta os fatos sociais para refratá-los em sua perspectiva de autor-criador. Nesses termos, ele é o “dono” do traço, ele é o espectador em posição superior, ele assume uma atitude responsiva de quem é capaz de ver além: de sua eminência criadora, ele é superior para emitir o juízo de valor que quiser, tanto que em sua construção ridiculariza a presidente e suas ministras – claro, isso do ponto de vista da arquetônica que ele como autor-criador origina e da qual faz parte; os sentidos que se edificam pelos *compreendedores* são outros, podendo estar associados ou dissociados do projeto de dizer do chargista.

Assim, pode-se ver nesse ato um autor-criador que ironiza e debocha com essa relação, já que ele próprio cria uma arquetônica do ridículo quando acresce à charge a legenda “primeira ‘reunião ministerial’”, cuja parte *reunião ministerial* aparece entre aspas, um recurso de pontuação usado para dar tom irônico ao que se fala, para minimizar o potencial de sentido do que está escrito, mas elevar aquele que fica subentendido, assinalando que se quer dizer o contrário do que se diz.

Assim, as camadas de sentido que podem ser projetadas são: em um primeiro momento, 1) a arquitetônica da charge ridiculariza Marcela Temer e, em uma segunda leitura, 2) a charge em sua arquitetônica ridiculariza Dilma e suas ministras.

Isso porque a primeira leitura se dá com base nos elementos aparentes da charge. Já a segunda leitura vai ter por base a arquitetônica desse discurso, contando com a imagem do autor e com o veículo de publicação. O autor da charge, que também é o autor do site em que a charge foi veiculada, Sponholz, autodescreve-se como quem luta pela política com “P” maiúsculo, independentemente de mandato ou não<sup>49</sup>. Ele se descreve ainda como crítico ríspido do partido dos Trabalhadores - PT<sup>50</sup> – justamente ao qual Dilma Rousseff é filiada.

Em entrevista<sup>51</sup>, Sponholz declarou que o ex-presidente Lula da Silva era “PresiMente” e que Dilma Rousseff era “uma paranóia”, ao passo que Fernando Henrique Cardoso (do PSD, partido axiologicamente inverso à proposta do PT) seria um exemplo de verdadeiro presidente. Quando questionado sobre o significado da palavra *política*, mencionou “ética”, fazendo tensionar sua imagem de real presidente (FHC) ao conceito de ética e tudo o que ele reverbera. Quando perguntado sobre qual seria a sua referência de cartunista, respondeu “Lula, que pinta e borda com a cara dos brasileiros”. Com base nessas informações, vê-se que Sponholz possui uma imagem de autor altamente vinculada à crítica do PT. Sua identidade discursiva deixa ver essa valoração e sua imagem social lhe é outorgada como “crítico ríspido”<sup>52</sup> do PT. Então, tanto ele se projeta como militante anti-PT em suas obras (identidade discursiva), quanto lhe é concedida essa responsabilidade socialmente (identidade social).

Retornando à análise dos elementos da charge, vê-se que os enunciados estão acompanhados de pontuação expressiva, reforçando o seu conteúdo-sentido e deixando em alarde duas entoações valorativas: a do enunciado em si, atribuída aos personagens, e a do autor-criador, responsável pela veiculação do sentido que se projeta. Três dos quatro comentários possuem ponto de exclamação, o que reforça a adjetivação do conteúdo focalizado, elevando o tom daquilo que é enunciado verbalmente na modalidade escrita.

---

<sup>49</sup> Disponível em <<http://www.tribunadainternet.com.br/autorretrato-de-sponholz/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

<sup>50</sup> Disponível em <<http://ucho.info/2009/07/07/a-cara-de-quem-pinta-o-brasil/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

<sup>51</sup> Disponível em <<http://ucho.info/2009/07/07/a-cara-de-quem-pinta-o-brasil/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

<sup>52</sup> Disponível em <<http://ucho.info/2009/07/07/a-cara-de-quem-pinta-o-brasil/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

A alitissonância aplicada à exaltação do enunciado é ampliada na ênfase que o emprego triplo do ponto de exclamação dá ao que é exclamado, caracterizando intensidade tonal do sentido entreouvido no exposto para além daquela que um ponto de exclamação por si só faria. O enunciado que apresenta a combinação de um ponto de interrogação seguido de um ponto de exclamação representa surpresa acentuada, como aquela característica de quem pergunta e responde ao mesmo tempo, como se questionasse retoricamente sobre algo. A combinação dessa pontuação discursivamente dá ao enunciado ares de descrença (como em enunciados do tipo: “é inacreditável que alguém use tal roupa em uma cerimônia daquelas”).

A observância dos elementos linguísticos é oportuna porque ela mostra que os elementos reiteráveis também são convertidos em sentido quando se analisa o todo do enunciado na emergência do contexto histórico. Assim, diz-se que os arranjos verbais construídos na charge são escolhas “[...] não determinadas pela gramática, mas por considerações puramente estilísticas, isto é, pela eficácia representacional e expressiva dessas formas” (BAKHTIN, [1940] 2013, p. 25). Os elementos verbais e não verbais são arranjados no discurso com um projeto de dizer, a partir do desejo de deixar ver certo sentido, de modo a atingir (quando se pretende ferir), alcançar (quando se quer fazer chegar) um *tu* específico.

Essa arquitetônica é de ataque, em primeira estância à figura da presidente eleita, Dilma Rousseff, e em segunda estância às mulheres de modo geral já que o ataque é edificado com base em um estereótipo de gênero. O sentido (tema) dessa interpretação é tão concreto como a temporalidade dessa charge como discurso circunscrito a um tempo e a um espaço. A significação se integra ao tema, formando com ele um todo valorativo a partir do qual podem ser vistas as entoações expressivas na arquitetônica de toda a charge.

Apresentar as mulheres da forma como foram ilustradas acentua a avaliação que deixam ver o tema e a significação. Elas estão caricaturadas, isto é, na retratação das personagens da charge foi empregado o recurso da linguagem gráfica que potencializa características físicas a fim de formar um retrato ridículo ou exagerado para desqualificar. Esse retrato caricato da presidente e suas ministras se contrapõe à representação de Manuela Temer, que aparece em uma fotografia. Além da diferença de registro – uma caricatura e outra uma exposição luminosa que eterniza um dado momento na fixidez do registro fotográfico, essa imagem ainda estampa a capa de uma revista de distribuição nacional. Nesse jogo é construída uma avaliação que ventila a

apreciação que enuncia: pessoas bonitas saem em capas de revistas e pessoas feias as invejam. Isso eleva Marcela Temer e ridiculariza a presidente e suas ministras.

A oposição fotografia *versus* caricatura também é significativa porque são propostas diferentes formas de retratação. Ambas dependem do olhar de seu autor, mas, de modo geral, socialmente se entende que a primeira registra a beleza tal como o reflexo que se vê no momento enunciativo; a segunda deforma, destaca algum desagrado, apresenta traços hiperbolizados.

Esse contraste se soma às vestimentas das personagens. Marcela Temer aparece elegante e bem vestida na fotografia, como o estava na cerimônia de posse, uma ocasião formal que requer o cumprimento de determinada norma social, portanto uma situação em que há de se atuar conforme seria um padrão socialmente esperado para tal ocasião. Já a presidente e as ministras estão reforçando a avaliação negativa que reverbera o linguístico: uma veste roupa xadrez, em referência visual à estética do que é antigo, *démodé*, fora de moda; a mesma personagem usa um coque baixo, tal como é próprio de pessoas mais velhas (outra referência social para antigo e fora de moda); a que enuncia “ridícula, horrorosa!!!” está vestida de rosa, cor socialmente valorada como uma característica infantil, cuja estampa da blusa a infantiliza ainda mais; sua maquiagem é grotesca, apresenta *blush* em círculo bem marcado nas maçãs do rosto, característico da maquiagem de palhaços ou de crianças que brincam de se pintar. Dilma é representada de vermelho, uma menção ao Partido dos Trabalhadores, talvez daí sua fala evocar Erenice, companheira de partido – note-se que essa relação dialógica com o PT assume traço importante na charge porque reverbera intenção de atingir o grupo. Além disso, Dilma é representada como dentuça, de modo a desqualificá-la, em uma forma de ataque pessoal a partir das características físicas aumentadas, distorcidas ou hiperbolizadas de uma pessoa.

Os elementos reiteráveis, que formam a significação, não são imposições como se o horizonte língua fosse uma espécie de instituição. Como se viu ao longo do primeiro capítulo, o horizonte língua pode ser entendido – tendo por base a teoria dialógica do discurso – como um conjunto de construções sociais relativamente estabilizadas a partir dos diversos usos.

Essa relativa estabilidade se dá em razão da flutuação social que atualiza o próprio horizonte língua – sublinha-se o fato de que as significações são estabilizadas, mas não fixas em termos absolutos e irredutíveis, haja vista que ao longo do tempo vão se somando traços de significação às palavras, isto é, pelos usos, as significações

ganham mais potência: uma mesma palavra, por exemplo, pode projetar diferentes possibilidades de significação porque historicamente ela acumulou esses traços. Tanto é assim que há o movimento de variação existente nas possibilidades de representação de x ou y. Há variedade de formas de registro porque a variedade de qualquer sistema linguístico é oriunda de complexos movimentos de sistemas distintos e concomitantes que se combinam e se alteram dando origem às mudanças.

A maneira de representação das formas estáveis no horizonte língua deu-se socialmente, ao longo do tempo, em que, por exemplo, o adjetivo *ridícula* – presente no enunciado 5 – possibilita fazer uma apreciação valorativa pejorativa de alguém, que se sabe mulher pela marcação de gênero: o morfema **-a**. Por que pejorativa? Porque o uso do adjetivo em questão tomou contornos como *digna de riso*, *de escárnio*, *de insignificância*. Conforme Volóchinov ([1929] 2017, 106-107), as palavras são como indicadores sensíveis das mudanças sociais, haja vista que elas são capazes de fixar as fases transitórias das mudanças sociais. As palavras, comenta o autor, são capazes de lentas acumulações quantitativas, uma vez que fixam as fases “transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam”.

Tomando o dizer do autor russo, entende-se que, a partir de enunciados outros, vão sendo fixados socialmente no sistema linguístico de uma determinada comunidade certos significados que, na aplicação de um contexto específico, sob a inclinação de um autor que se dirige responsivamente a um parceiro da comunicação discursiva, tecem-se sentidos. Esses sentidos, por sua vez, podem pela recorrência do uso levar à fixação de mais traços de significação à determinada palavra. Assim, por exemplo, a partir dos usos sociais que foram feitos da palavra *ridícula*, ela possui suas possibilidades de significar. Ela existe virtualmente no horizonte língua portuguesa com essa potência de significado: risível, insignificante, digna de desprezo, desdém.

Uma vez que há significados mais ou menos estáveis no registro do sistema, quando arranjada em um enunciado, partícipe de um todo, em relação na cadeia da comunicação discursiva, eis o tema, esse sentido “atributo apenas da enunciação completa” (VOLÓCHINOV [1929] 2017, p. 227). Isso implica pensar em tudo o que a palavra *ridícula* ressoa em termos de sentido quando olhada especificamente naquela charge em que foi arranjada, no contexto dos aspectos verbo-visuais em que aparece, meio à situação histórico-social em que figura, sob a assinatura de determinado sujeito concreto e único, deste o lugar em que ocupa como ser em relação com o mundo, frente aos possíveis parceiros da comunicação discursiva aos quais esse autor se dirige e na

arquitetônica de um autor-criador específico. Nesses termos, mais do que significado e um tema, toda palavra entoada também deixa ver uma avaliação (VOLÓCHINOV [1929] 2017, p. 233).

O sentido da totalidade do enunciado é uma composição complexa, advinda de elementos repetíveis e não repetíveis, isto é, recorrentes no sistema linguístico, e novos porque contextuais. Assim, o “[...] tema do enunciado é definido não apenas pelas formas linguísticas que o constituem – palavras, formas morfológicas e sintáticas, sons e entonação –, mas também pelos aspectos extraverbiais”. Volóchinov ([1929] 2017, p. 229-230) expõe que o tema é essa *totalidade de*, sempre vinculada ao todo do enunciado. Justamente por essa razão não pode ser definido apenas pelos aspectos linguístico-gramaticais, mas pelo extraverbal mais estreitamente situacional. Nessa perspectiva, “[...] todo o enunciado é tão concreto quanto o momento histórico ao qual ele pertence”. Salienta o autor: histórico em uma dimensão microscópica, haja vista a concretude do ato enunciativo e dos sujeitos concretos e únicos que o enunciam.

Quando tema, pode-se ver já não mais virtualidade, senão um signo ideológico porque carregado axiologicamente, tanto pelas valorações que deixam ver especificamente aquela forma escolhida [(5) *ridícula*], no sentido de que já houve um movimento de escolha para encontrar uma forma de dizer o que se quer dizer. Outra questão é que o tema já equaciona os acentos de valor oriundos do arranjo verbal e não verbal, os aspectos reiteráveis e não reiteráveis, haja vista o ato concreto no qual se desenvolve a enunciação, via tomada de uma atitude responsiva de sujeitos social e historicamente situados, agindo dialogicamente no mundo em que estão circunscritos.

Em *Questões de estilística no ensino de língua* (1940), Bakhtin aborda a importância de atentar para os recursos gramaticais desde que esses sejam entendidos meio ao contexto do enunciado em que aparecem. Ademais, atenta para a análise dos sentidos possíveis que cada construção compõe, haja vista que dela ecoam certos efeitos de sentido. Nas palavras do autor, “[...] as formas gramaticais não podem ser estudadas sem que se leve em conta seu significado estilístico” (BAKHTIN, [1940] 2013, p. 23). Essa compreensão dos aspectos sistemáticos da língua tem de ocorrer no entendimento do arranjo em que os elementos gramaticais figuram, a fim de que seja possível perceber o caráter axiológico tecido na composição, em razão de que “[...] toda forma gramatical é, ao mesmo tempo, um meio de representação”. Esse entendimento requer que elas sejam analisadas desde “[...] o ponto de vista das suas possibilidades de representação e de expressão” (BAKHTIN, [1940] 2013, p. 24).

Frente ao contexto da charge de Sponholz, poder-se-ia questionar: essa imagem é real? Que tipo de vozes sociais essa imagem ressoa? Por que as mulheres são assim retratadas socialmente? Por que especificamente Dilma Rousseff e as quatro ministras estão sendo assim retratadas em uma charge logo depois da posse? Quais as vozes sociais atravessam a relação entre um grupo de mulheres falando mal de outra mulher e o cargo que essas representam? Qual a crítica amarrada na tessitura desses elementos?

Como qualquer discurso é uma crítica, no sentido de ser uma apreciação, o juízo de valor sobre determinado fato, há a possibilidade de se apreendê-lo de duas maneiras. A primeira é observá-lo como um discurso que reverbera uma cena cotidiana de mulheres reunidas, discorrendo sobre um determinado assunto. Essa leitura já teria alguns problemas em razão de apresentar uma imagem social de mulheres reunidas para maldizer outra mulher, fazendo, assim, ventilar um estereótipo social que existe – porque se identificam vozes na sociedade que reverberam esse tipo de valoração –, mas que por razões advindas das problemáticas que qualquer estereótipo impõe não devem ser cristalizadas: estereótipos são imagens generalizantes, distorcidas, rasas e com algum grau de preconceito. A segunda possibilidade é entender a charge apresentada como um recurso político. Nessa linha, ao que se disse sobre a charge promover a manutenção de um estereótipo social, acrescentar-se-ia o fato de ela ser tecida sobre uma argumentação falha, *ad hominem*, em que se atacam pessoas e não argumentos. A charge ataca Dilma e as ministras pelo fato de serem mulheres; não há argumentos em pauta.

A manutenção de estereótipos sociais na charge faz emergir o baixo nível argumentativo dos debates políticos. Por meio de estereótipos de gênero, o autor promove uma generalização pejorativa de que mulheres, ainda que ocupem cargos de elevada responsabilidade, somente discorrem sobre temas irrelevantes, como é o caso de comentar amenidades de uma revista de entretenimento. Além disso, o projeto da charge deixa ver que as mulheres se definem por uma imagem social de maldizer outras mulheres, suas concorrentes, em um ato de manifestação invejosa contra mulheres mais jovens ou mais idealmente alinhadas com os padrões de beleza de cada tempo. Esse padrão de beleza ligado à jovialidade é imposto socialmente e reforçado na arquitetura da charge, via estereótipos e pré-discursos, pré-construídos, suscitados pela totalidade do discurso dessa charge.

Essa caracterização pejorativa do ser mulher pode dar vazão a discursos machistas ou intolerantes por parte daqueles que não são partidários da presidente eleita



naquela situação quando da veiculação da charge. Nesses termos, a arquitetônica da charge, ao tecer crítica – insiste-se: fazer um julgamento de valor sobre um fato social – sobre Dilma e suas ministras pode fazer emergir atitudes intolerantes como o são o machismo e as questões pejorativas advindas dos estereótipos de gênero. Alguns podem apontar que o traço humorístico da charge desvirtua conclusões mais sérias. Outros podem dizer que não deve haver espaço para a promoção de discursos que ecoem ou possam ecoar intolerância em quaisquer situações. Nesta Tese, está-se de acordo com essa última colocação.

Por todo o exposto, a charge mostra-se com um projeto enunciativo que delinea intolerância, a julgar sua arquitetônica que reverbera tensão entre os elementos verbo-visuais e as vozes sociais que a atravessam. Então, o que se tem é uma charge de denúncia fraca porque, ao dar luz às críticas em relação ao governo de Dilma, o autor da charge o faz via estereótipos sociais, dando a oportunidade de que se construa a imagem de que Dilma não executa bem sua função porque é mulher. Essa interpretação engrossa o caldo dos clichês e estereótipos sociais, não contribuindo com os movimentos de igualdade deste século.

É importante sublinhar que isso se afirma em relação à charge analisada, em que o chargista baseia sua crítica política em estereótipos femininos. Porém, esse contorno intolerante é visto na charge que foi analisada, não na obra do artista como um todo. Isso porque em uma busca pelo perfil do autor, o que se tem são críticas direcionadas a Dilma porque ela é de um partido político que não tem a anuência do autor. Essa valoração de Sponholz para com Dilma é recorrente em sua obra, sempre a desqualificando, diminuindo em relação às suas atitudes políticas. Tal como se pode ver na figura 9, que compila outras charges do autor.

Figura 9: Dilma nas charges de Sponholz



Fonte: Compilado pela autora a partir de imagens da internet

A seguir, passa-se às possibilidades de compreensão da arquitetônica da segunda charge em análise, cujos elementos fazem reverberar posicionamentos que dizem respeito à religião.

#### 4.2 RELIGIOSIDADE EM PAUTA

A religião é um tópico que suscita muita discordância porque cada horizonte religioso tende a projetar sua verdade como sendo o universalmente válido. Dessa maneira, cada religião aporta um sistema de valoração, que edifica os pontos de vista nela fixados, que, na maioria das vezes, tendem a invalidar toda e qualquer narrativa diferente da sua. Se o pluralismo religioso é uma realidade, maior é a chance de que haja intolerância nesse âmbito justamente pela premissa de que cada horizonte social valora a sua maneira como sendo a correta.

Claro, há crenças mais radicais que outras. Há religiões que se harmonizam e outras que se repelem. Daí se tem um maior ou menor grau de intolerância. A cisão entre religiões monoteístas e politeístas é historicamente conhecida, porque crer em um único deus é opostamente inverso a adorar vários. Essa problemática se dá, por exemplo, entre as religiões de matriz africana e as de base cristã.

A Constituição brasileira, em seu artigo 5º, apresenta que o direito à liberdade de crença é inviolável. Assim, há, portanto, o direito fundamental à liberdade de credo, proteção aos locais de culto e às suas liturgias. Essa proteção se estende ao fato de que ninguém pode ser privado de seus direitos por questões de credo. O Código Penal brasileiro, em seu artigo 208, menciona que escárnio público por motivo religioso; desprezo a ato ou símbolo religioso; perturbar ou impedir cerimônia religiosa são considerados ações dignas de pena porque são entendidas como crime pelo ordenamento jurídico brasileiro. A Lei 9.459, de 1997, considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões, caracterizando-a como inafiançável e imprescritível, isto é, sem direito à fiança para ficar em liberdade e, além disso, podendo ser o praticante de tais ações acusado de seus crimes em qualquer período de tempo. A pena consta de reclusão por até três anos e multa<sup>53</sup>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, preconiza em seu artigo 2º a liberdade de direitos de credo e em seu artigo 18º a liberdade de pensamento, de consciência e de religião. A Constituição nacional de 1988 se alinha a essa perspectiva. No Brasil, em 7 de janeiro, comemora-se o Dia da Liberdade de Culto, que rememora a primeira lei criada sobre a liberdade de culto no país, cujo projeto de lei data de 1890<sup>54</sup>. No Brasil ainda há o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa<sup>55</sup>, celebrado em 21 de janeiro – mesmo dia em que se comemora o Dia Mundial da Religião –, via Lei n.º 11.635, de 27 de dezembro de 2007. Essa lei foi proposta em homenagem à Yalorixá<sup>56</sup> Mãe Gilda, do terreiro de Axé Abassá de Ogum, em Salvador – BA, cuja morte se deu por intolerância religiosa.

Neste ponto é oportuno mencionar que se entende nesta tese que crítica religiosa é diferente de intolerância religiosa. A primeira ocorre quando há apreciação valorativa de temas do universo religioso, fomentando debate, discussão e tensionamento de ideias

<sup>53</sup> Conforme informações disponíveis em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9459.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9459.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

<sup>54</sup> Conforme informações disponíveis em: <<https://www.calendarr.com/brasil/dia-da-liberdade-de-cultos/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

<sup>55</sup> Conforme informações constantes em: <<https://www.calendarr.com/brasil/dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa/>>; em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/dia-de-combate-a-intolerancia-religiosa-e-celebrado-a-intolerancia-religiosa-e-celebrado-neste-sabado-21>>; <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11635.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11635.htm)>; e <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2017/01-janeiro/21-de-janeiro-dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

<sup>56</sup> Termo com o qual se designam as chamadas “mães de santo”, isto é, aquelas que nas religiões de matriz africana são as sacerdotisas que conhecem os segredos dos Orixás, são as chefes dos terreiros de santo, são quem mais domina a doutrina e a filosofia do credo.

e pontos e vista. A palavra *crítica* é entendida como apreciação de determinados temas por sujeitos históricos, isto é, é a atitude responsiva ativa de sujeitos frente aos enunciados circundantes no seio social. Já intolerância religiosa possui o traço de não aceitação, de confronto que visa à aniquilação de ideias, objetivando sobreposição de pontos de vista, de anulação do *outro* em relação ao *eu*. Intolerância implica identificação uníssona, a manifestação e a imposição de um único ponto de vista entendido como universalmente válido por quem o sustenta. A intolerância religiosa, por sua gravidade em relação a ser um ataque aos direitos constitucionais, é positivada na forma das Leis nº 7716, de 1989, e 9459, de 1997, dentro do que é entendido como discriminação ou preconceito religioso.

A seguir, analisa-se uma charge cuja apreciação de seus elementos constitutivos meio ao contexto sócio-histórico que a comporta deixa ver intolerância religiosa.

#### 4.1.1 Charge 2

**Figura 10:** Segunda charge em análise



Fonte: Vitor Teixeira (2015)

A charge apresentada é de autoria de Vitor Teixeira. Foi publicada em 2015 no perfil pessoal de sua rede social. Na charge, têm-se apenas elementos visuais, em um jogo de cores: preto, branco e vermelho. Vê-se a silhueta de duas figuras humanas: um homem que, com uma espada, fere uma mulher no peito. Na espada, há sangue que

escorre, originado do ferimento. Há o desenho de um coração vermelho com uma pomba branca no canto direito da blusa que o homem veste; trata-se do símbolo da Igreja Universal do Reino de Deus. Pelo perfil indumentário, a charge apresenta um Gladiador do Altar, um representante de um grupo jovem da Igreja Universal, e uma representante de religião de matriz africana, devido ao uso do asó ou axó<sup>57</sup>, vestes tradicionais dessa religião, popularmente conhecidas pelo vestuário das *baianas*, mulheres que vendem acarajé na Bahia e usam peças características daquelas usadas em terreiros, com destaque para o ojá, um tipo de turbante<sup>58</sup>.

Os Gladiadores do Altar são um grupo de jovens que se iniciam nos ensinamentos da Igreja Universal<sup>59</sup>. Segundo a Instituição (2015)<sup>60</sup>, trata-se de jovens que, embora carreguem consigo a disciplina de militares, são soldados diferenciados porque “[...] lutam em nome da Palavra de Deus”. O projeto *Gladiadores do Altar* integra o grupo intitulado *Força Jovem Universal*, uma espécie de treinamento para ser pastor. Nesse grupo, jovens batizados conforme os preceitos da Igreja recebem orientações semanais para disseminar os princípios teóricos e práticos da congregação, inclusive com aulas de inglês e espanhol para o caso de terem de atuar no exterior, na pregação da palavra de Deus. Para o responsável pelo grupo, o bispo Marcello Brayner, “Deus é o Senhor dos Exércitos. Daí a ideia dos gladiadores, ou seja, servos do seu senhor, servos do Senhor Jesus” (UNIVERSAL, 2015)<sup>61</sup>.

Apesar das explicações dos idealizadores do projeto, o grupo virou alvo de críticas<sup>62</sup> e de denúncias ao Ministério Público por ter sido visto como análogo à

<sup>57</sup> Conforme informações disponíveis em: <<https://ocandomble.com/vocabulario-ketu/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>58</sup> Conforme informações disponíveis em: <<http://soberanayemanja.blogspot.com/2011/04/baiana-vestuario.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>59</sup> Disponível em: <<https://www.universal.org/noticias/conheca-o-novo-projeto-gladiadores-do-altar>>. Acesso em: jul. 2018. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://www.universal.org/noticias/conheca-o-novo-projeto-gladiadores-do-altar>>. Acesso em: jul. 2018. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/qual-o-objetivo-do-exercito-da-igreja-universal>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>62</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/exercito-da-igreja-universal-preocupa-religioses-afro-brasileiras-449.html>>. E: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/03/em-culto-da-universal-jovens-gladiadores-se-dizem-prontos-para-a-batalha-4710883.html>>; <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/24/mpf-ba-vai-abrir-inquerito-para-investigar-gladiadores-do-altar-da-iurd.htm>>; <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-05/polemico-exercito-da-igreja-universal-gladiadores-do-altar-chega-ao-rio.html>>; <<https://www.revistaforum.com.br/2015/03/03/gladiadores-do-altar-praticas-como-essa-contribuem-para-o-recrudescimento-do-fundamentalismo/>>; <<https://jornalggn.com.br/noticia/qual-o-objetivo-do-exercito-da-igreja-universal>>; <<https://oglobo.globo.com/sociedade/religiao/jovens-da-igreja-universal-marcham-se-dizem-prontos-para-batalha-em-culto-15490716>>; <<http://awure.jor.br/home/igreja-universal-pressiona-cartunista-por-charge-no-facebook/>>; <<https://oglobo.globo.com/sociedade/adeptos-de>>

organização militar, bem como por carregar em sua proposta suposta sugestão de intolerância religiosa, devido à ideia de luta em defesa dos preceitos de sua crença.

Os discursos sociais que estão em tensão nessa charge reverberam vozes que focalizam o projeto *Gladiadores do Altar*, da Igreja Universal, e os pedidos de investigação ao Ministério Público, realizados por parte de integrantes de religiões de base africana, conforme matérias publicadas na mídia à época da elaboração da charge. Como exemplo, citam-se as manchetes “Exército da Igreja Universal preocupa religiões afro-brasileiras” (CARTA CAPITAL, 2015)<sup>63</sup>; “Em culto da Universal jovens gladiadores se dizem prontos para a batalha” (GAÚCHA ZH, 2015)<sup>64</sup>; “Gladiadores do altar: práticas como essa contribuem para o recrudescimento do fundamentalismo” (REVISTA FÓRUM, 2015)<sup>65</sup>; “Cartunista é pressionado por Igreja Universal a retirar por charge do facebook” (UOL, 2015)<sup>66</sup>; “Adeptos de umbanda e candomblé pedem inquérito contra Universal e Gladiadores do Altar” (O GLOBO, 2015)<sup>67</sup>; “Líderes de umbanda e candomblé farão ato contra ‘Gladiadores do Altar’, da Universal” (GUIEME.COM.BR, 2015)<sup>68</sup>; “Religiões afro farão ato contra Gladiadores do altar” (O DIA, 2015)<sup>69</sup>.

Esses discursos em tensão dão origem à arquitetura da charge, neste caso, composta exclusivamente de elementos não verbais (a única parte verbal existente é a assinatura do chargista). Em sua apreciação, podem ser vistos elementos visuais que projetam sentidos de ataque na cadeia discursiva que relaciona os discursos anteriores à charge (isto é, a tensão já existente na polarização religiosa) e aqueles por ela projetados (de identificação a refutação, em graus variados, em relação à sua produção e veiculação). Isso porque o conteúdo composicional (*atualidades*) do gênero charge é neste caso específico da obra de Teixeira (2015) edificado via um assunto, *religião*, que

umbanda-candomble-pedem-inquerito-contra-universal-gladiadores-do-altar-15683429>; <<https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/lideres-da-umbanda-e-candomble-farao-ato-contra-gladiadores-do-altar-da-universal.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

<sup>63</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/exercito-da-igreja-universal-preocupa-religoes-afro-brasileiras-449.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/03/em-culto-da-universal-jovens-gladiadores-se-dizem-prontos-para-a-batalha-4710883.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/gladiadores-do-altar-praticas-como-essa-contribuem-para-o-recrudescimento-do-fundamentalismo/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>66</sup> Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2015/03/25/cartunista-e-pressionado-por-igreja-universal-a-retirar-charge-do-facebook.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/adeptos-de-umbanda-candomble-pedem-inquerito-contra-universal-gladiadores-do-altar-15683429>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>68</sup> Disponível em: <<https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/lideres-da-umbanda-e-candomble-farao-ato-contra-gladiadores-do-altar-da-universal.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>69</sup> Disponível em: [https://odia.com.br/religiosesafrocontra\\_gladiadores.html](https://odia.com.br/religiosesafrocontra_gladiadores.html)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

por si já é gerador de embates, haja vista seu histórico social de discursos sobrepostos e contraditórios em razão dos muitos pontos de vista existentes.

A construção composicional da charge escolhida deixa ver a predominância de duas cores, um fundo preto e um relevo em branco; em plano maior, de pé, o homem de camiseta, calça e gálea – capacete com máscara que os gladiadores usavam – disferê golpe de espada na representante da religião afro-brasileira, a julgar por sua indumentária característica: o ojá, espécie de turbante; o axó, vestido tipicamente usado por mulheres no terreiro; e as guias ou fios de conta, usados no pescoço, símbolo do vínculo que cada indivíduo tem com seu Orixá, esses colares também servem para obter proteção<sup>70</sup>. A mulher aparece em plano baixo, caída ou ajoelhada – não é possível especificar –, tem a cabeça levemente inclinada na direção do agressor, a boca entreaberta. Há uma relação de vítima e algoz.

A partir dessa imagem, é possível entender tensões religiosas e de gênero, materializadas tanto nos elementos em si que compõem a arquitetura da charge quanto no contraste entre as cores usadas. Veja-se mais detalhadamente cada uma dessas possibilidades de edificação de sentido.

A arquitetura da charge reverbera discursos com expressiva tensão religiosa porque a charge materializa a cisão histórica entre religiões cristãs – especificamente evangélicas neopetencostais – e as africanas ou afro-brasileiras, devido às diferenças teológicas de cada vertente –, embora no Brasil seja presente o sincretismo entre os elementos dos cultos africanos e católicos. Para Berkendrock (2015)<sup>71</sup>, a diferença maior entre a fé de base cristã e a oriunda das religiões afro-brasileiras é a noção de bem e mal: aquela se edifica na dicotomia entre bem e mal, enquanto essa emprega a noção de equilíbrio ou desequilíbrio. Para cada entendimento, segundo o teólogo, há atitudes decorrentes. A ideia de mal, culmina no entendimento de pecado, o que requer daquele que erra perdão divino via o reconhecimento sincero perante Deus. Já a ideia de equilíbrio leva à intenção de fazer algo quando tudo está desequilibrado, os rituais da umbanda e do candomblé são uma forma de trazer a harmonia, segundo suas crenças.

Como adverte Bakhtin ([1920-24] 2012), a percepção de *bem* e *mal* é já um recorte axiológico da realidade, porque nada é bom ou mau em si, senão pelos olhos de determinado sujeito, situado em um tempo e um espaço definidos. Não há verdades

<sup>70</sup> Disponível em: <<https://ocandomble.com/2008/05/02/fios-de-contas/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

<sup>71</sup> Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/549028-religoes-de-matriz-africana-e-cristianismo-um-dialogo-possivel-entrevista-especial-com-a-volney-j-berkenbrock>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

válidas em si, as verdades existem condicionadas à arquetônica em que figuram – por óbvio, aceitar esse posicionamento também requer que se esteja situado em uma determinada perspectiva, já que, para acolher qualquer juízo como verdadeiro, é necessária uma certa unidade teórica. Tudo o que é válido o é relativo a um ponto de vista, a um horizonte social específico.

Nessa construção, pode-se pensar acerca das implicações de sentido contidas nas próprias noções bem/mal e equilíbrio/desequilíbrio. Socialmente, ambas são dicotomias que tencionam valores opostos: bem se opõe a mal e equilíbrio se opõe a desequilíbrio, formando cada uma um universo de valor próprio do que a arquetônica de seus discursos deixa construir. Esse entendimento leva também a pensar sobre as condições de controle e delimitação do discurso contidas em cada um desses universos de valor: o que pode e o que não pode ser dito no seio de cada dicotomia; quais valores somam-se e quais se anulam. Geram essas cisões intolerância?

Voltaire ([1764] 2000, e-book) argumenta que o conceito de bem é altamente subjetivo, portanto passível de ser moldado de acordo com os juízos de valor que convém a quem emite a valoração. Para ele, “[...] sumo bem é o bem que vos deleita a ponto de polarizar-nos toda a sensibilidade”. Isso porque o entendimento de *bem* se espalha a diferentes campos da atividade humana, tais como a moral, a estética, a ética, fazendo com que o agir em sociedade categorize coisas, pessoas, atitudes e situações a partir dessa noção. A ideia de bem autoriza certa conduta e repele outras, criando verdades, assumindo posições e norteando o que deve ser aceito ou condenado em determinado horizonte social.

Socialmente, há o entendimento maniqueísta de que, ao limitar o que seja o *bem*, automaticamente, matiza-se o que é o *mal*, e passa-se, pois, a colorir diferentes entendimentos com essa perspectiva. No *horizonte língua*, por exemplo, a relação de antonímia entre *bem* e *mal* também reflete os contrastes sociais dos usos porque seleciona cada qual uma gama de outras palavras que se opõem, cujas significações adversativas criam nos usos socialmente localizados sentidos divergentes entre esses dois polos, reforçando a perspectiva de cisão entre ambos.

Essa relação de antonímia faz com que os pontos de referência estejam afastados, mas relacionados porque, para dizer o que é *mal*, há de se ter um conceito de *bem*. Isso em razão de que todos os valores e as relações de conteúdo-sentido são atravessadas pelos centros emotivo-volitivos do *eu* e do *outro*, já que aquilo que é eticamente válido o é desde o interior de uma arquetônica (BAKHTIN, [1920-24]



2016). É no interior de uma dada arquitetônica que também vão se edificar o *eu* e o *outro* e as imagens do eu-para-o-outro e do outro-para-mim, já que a valoração que recorta a realidade também cria uma perspectiva dessa relação, levada a cabo no ato concreto (BAKHTIN, [1920-24] 2011).

Socialmente, *mal* se refere a tudo aquilo que é indesejado e que precisa ser destruído; pode ser entendido como distorção do *bem*, como gerador de sofrimento, como indutor de pecados, vícios e desonras. Em religiões de base cristã, o mal é uma força oposta a Deus, personificada em Lúcifer, e outros anjos caídos, ou no Diabo. Em sendo oposto a Deus, deve ser evitado, desviado, extinguido. Isso porque um é luz e outro é treva; um é o correto e outro, errado. Essa relação antitética reclama a aniquilação porque cada qual forma universos de valor opostos, novamente se tem relações antagônicas. Essas relações funcionam como verdades universais para cada espectro, e a consideração pelo discurso outro não é uma condição porque aceitá-la é validá-la.

A ideia de equilíbrio e desequilíbrio, por sua vez, está socialmente consolidada no signo ideológico *balança*, desdobrando-se nos sentidos de justiça, harmonia e equidade, advindos do tensionamento de duas forças opostas, mas complementares porque são colocadas em relação sob um eixo comum para que haja unidade, estabilidade. O desequilíbrio, pois, ocorre quando há desbalanceamento entre tais forças, situação em que há de se compensar uma das partes para que se tenha a unidade. Essa concepção, a partir da valoração de sopesamento, possui em sua construção a ideia de correlação, já que há de se ter presença entre, pelo menos, duas partes para que haja equilíbrio. Nesses termos, matrizes de sentido que se incluem sob esse juízo de valor estão mais propensas a efeitos de sentido de integração, engajamento, tolerância, pluralidade do que quando se analisa a ideia de *bem* e *mal*, cuja base semântico-discursiva evoca os sentidos de aniquilação, sobreposição, relativização, singularização.

Na charge, o *gladiador do altar* é quem aniquila seu oponente, pois ele é quem lança o golpe que fere e mata. Esse ato deixa ver o juízo de valor de que é dele o ponto de vista que procura a aniquilação. É do *gladiador do altar* a valoração de luta do bem contra o mal, sublinha-se de sua perspectiva axiológica do que seja o *bem*. Poder-se-ia nesse caso fazer a leitura de que o seu *bem* é estar conforme os preceitos da Igreja, *bem* é não adorar ídolos (como o fazem os de matriz afro-brasileira), *bem* é lutar pelos ensinamentos da Igreja. Essa é uma construção de sentidos extremos, mas possíveis

quando apoiados tanto na arquitetônica da charge quanto na arquitetônica social da qual ela faz parte.

Outra situação que o fato de ser o *gladiador do altar* quem fere a representante da religião de matriz afro-brasileira deixa ver é um autor-criador axiologicamente inclinado contra a Igreja Universal, porque, ao atingir o membro da religião oposta, concretizam-se os medos que as vozes sociais dessa parcela da população expressavam na perspectiva criada na relação eu-para-o-outro/outro-para-mim que a veiculação da notícia dos *gladiadores do altar* fez surgir.

Assim, a nuvem dos discursos sociais daqueles de religião de matriz africana – seu coral de apoio – foi materializada pelo autor-criador na retratação do ataque. A arquitetônica dessa charge em análise, então, leva ao entendimento de que o autor-pessoa ao escolher o autor-criador que escolheu recorta a realidade já axiologicamente, refratando um autor-criador que assume um ponto de vista, cria sua arquitetônica estética e ética baseado em discursos do tipo “*sim, eles são capazes de atacar*” ou “*praticantes de religião de matriz afro se sentem ameaçados*”.

Dessa forma, essa charge cria uma compreensão ativa que recupera traços extremistas da arquitetônica do discurso cristão, traços esses que reverberam singularização: verdades universais, deus uno, ideia de bem e mal, certo e errado, anulação. Esse entendimento está calcado, como foi dito, na cisão histórica da doutrina religiosa em si, mas também na ideia que o signo ideológico *gladiador* reverbera. Ela também se edifica com base na preocupação que os adeptos de religiões afro-brasileiras manifestaram, em razão da já intolerância religiosa entre as duas perspectivas representadas na charge. Ocorre que esse ponto de vista reverberado pelo autor-criador traz à tona pré-construídos negativamente valorados em estereótipos, uma vez que pregar um Deus uno é diferente de desejar a aniquilação dos que pensam de outra forma. Da mesma maneira, é um pré-conceito afirmar que um *gladiador do altar* contém em si a agressividade própria dos gladiadores romanos, que lutavam até a morte, de si ou do seu oponente.

Além da tensão religiosa, a charge deixa ver questões de gênero. Isso porque há uma ideia de forte e fraco que se dissipa entre o sexo masculino e feminino e seus papéis ao longo do tempo. O homem está em pé, mostrando-se superior. Ele detém a arma. Ele a golpeia. A dominação da cena é dele. Na imagem, a figura do homem expressa papéis sociais que lhe foram socialmente outorgados, tais como: força, agressividade, poder, domínio, ação.

Conforme se pode ler em Bourdieu (2002), há socialmente dissipada a imagem de dominação do homem. Essa concretização social dá vazão a ideias de poder que se estabelecem nas dicotomias. Ao longo da história, inclusive religiosa, o homem é a figura dominante, ameaçadora, é o centro. A charge coloca em pauta essa tensão ao apresentar o gladiador do altar como representado por uma figura masculina. Em sua justificativa, poder-se-ia expor o argumento de que o pelotão de jovens em treinamento na Igreja Universal é composto unicamente por homens. Esse fato mostra a marca da dominação masculina em uma esfera na qual durante muito tempo teve à frente apenas pastores, haja vista o forte papel masculino na crença: Deus, Jesus, os discípulos, todos os personagens importantes da Bíblia são homens – novamente, o que se tem é uma arquitetura axiologicamente atravessada por juízos de valor determinados.

Atualmente há ordenamento de mulheres em diferentes congregações, porém sua aceitação não é unânime<sup>72</sup>; há quem considere, inclusive, antibíblico<sup>73</sup>. Bandini (2008) explica que na Igreja Universal as mulheres assumem papéis sociais secundários porque há, ainda, poucos casos de liderança feminina. Raramente são pastoras, no mais das vezes são féis, as ditas obreiras, ou esposas de pastores, quando podem exercer na igreja o papel de conselheiras. Talvez por essa configuração o grupo *Gladiadores* seja exclusivamente masculino. Soma-se a isso a ideia de que os gladiadores eram lutadores homens. Para essa questão, poder-se-ia apresentar a existência de indícios de que podem ter existido gladiadoras<sup>74</sup>. Diz-se<sup>75</sup> que as referências às gladiadoras foram banidas pelo imperador Septimius Severus em 200 d.C, mas os poucos vestígios, tais como armas, roupas e estátuas, encontrados indicam que elas existiram.

Se o representante da Igreja Universal é homem porque os Gladiadores são um grupo de jovens formado por homens, uma pergunta que poderia ser levantada no que diz respeito à questão de gênero na charge é: por que a representante da religião de matriz africana é mulher? Desdobramentos poderiam se apresentar sobre a mesma questão: se na religião afro-brasileira há tanto homens quanto mulheres, por que escolher uma mulher para compor a charge? Se os supostos ataques dos Gladiadores do Altar se voltam aos praticantes dessa religião em geral, por que focalizar uma mulher?

---

<sup>72</sup> Disponível em: <<http://voltemosaoevangelho.com/blog/2014/01/ordenacao-feminina-afinal-mulheres-podem-ser-pastoras/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

<sup>73</sup> Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/pastor-antonio-gilberto-mulheres-ministerio-pastoral-antibiblico-45779.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

<sup>74</sup> Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/2012/05/01/46251-estatua-sugere-que-existiram-gladiadoras-em-roma>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

<sup>75</sup> Disponível em: <<https://hypescience.com/mulheres-tambem-foram-gladiadoras/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Nunca se terá certeza sobre os sentidos pretendidos pelo autor a partir do projeto de dizer da charge. Porém, a partir de seus elementos, é possível ventilar a hipótese da tensão de gênero, calcada nas características sociais dos papéis encrustados de estereótipos: homem forte, dotado de poder, habilidoso com armas, frio, calculista, assertivo, agente; mulher fraca, submissa, impotente frente ao homem; dominada, passiva. É como se o autor-criador aproveitasse uma mesma arquitetônica estética e ética para tratar dois assuntos: intolerância religiosa e de gênero.

Tanto a questão da tensão religiosa em si quanto a tensão de gênero deixam ver estereótipos em jogo na arquitetônica da charge. Isso porque há projeções de papéis sociais, de relações que deixam ver cristalização de imagens discursivas fixadas socialmente ao longo do tempo. Essas representações coletivas estão apoiadas em uma rede de pré-construídos que, devido ao seu caráter generalizante, são nocivos. A essas imagens fixadas acoplam-se simplificações reverberadas nas valorações que delas emanam, em uma espécie de metonímia, em que sentidos se projetam por fatias, por fragmentos, isto é, a partir de simplificações e generalizações. Isso leva à compreensão de possibilidades rasas de leitura, em que se vê o signo, mas não se realiza sua compreensão ativa, entendendo-o como signo ideológico (VOLÓCHINOV [1929] 2017), vendo, pois, seus desdobramentos no que diz respeito aos juízos de valor que ele pode conter. Quem lê lugares-comuns pode ficar restrito a eles, não contemplando vozes outras, formadoras de outras considerações.

Por que é importante atentar-se aos estereótipos? Porque do reconhecimento do estereótipo vem o alargamento das possibilidades de projeção dos elementos do discurso analisado. Porque dessa ação surge o desbravamento das relações dialógicas entrelaçadas nos discursos que se analisa: serão as aparentes e suas relações cristalizadas? Serão outros já-ditos? Serão ambos os caminhos?

Como a charge está tramada na relação dialógica dos discursos sociais à época de sua publicação, seus signos ideológicos – nesse caso especificamente imagéticos – deixam entrever os discursos com os quais se relacionam. Como a polêmica se deu por iniciativa das religiões de matriz africana, que dispuseram de medidas legais para solicitar investigação pelos órgãos competentes, os personagens envolvidos são os protagonistas dessa tensão: um representante dos gladiadores do altar e uma referência à cultura religiosa africana. Tendo, então, por base a identificação dos signos ideológicos, e sendo capaz de recuperar os discursos com os quais a charge dialoga para edificar-se enquanto discurso social, vê-se que, a partir do projeto de dizer da charge, entende-se

que foi tomada pelo autor uma atitude responsiva em prol dos discursos veiculados pelos partidários do inquérito contra a Universal.

Essa afirmação está pautada no fato de o gladiador atacar seu oponente. Ademais, a leitura de tudo o que compõe a charge corrobora essa compreensão. Há relevância no uso das cores fortes. A grande área em preto faz referência cultural ao luto, haja vista que na sociedade brasileira a cor preta relaciona-se à perda, à morte, à tensão extrema. Para Bams (2012), o preto também pode remeter à referência oculta, no sentido de que podem estar escondidas tensões negativas. Ainda segundo o psicólogo, há menção de tragédia, desgraça, dor e renúncia no manejo dessa cor. O predomínio do preto na charge traz, pois, à tona a disparidade histórica entre as religiões, mas pontualmente a discordância em torno dos discursos veiculados à época. Deixa ver o luta pela intolerância religiosa.

Heller (2008), cujos estudos envolvem sociedade e a psicologia das cores, explica que o preto carrega sentidos de poder, violência e morte. Para a autora, o preto é a cor na qual tudo acaba: a carne podre, as plantas putrefatas, os dentes cariados, tudo que está em decomposição passa por uma fase em que o preto é predominante. Ademais, em suas considerações, arrola que o preto reverte qualquer significado positivo em negativo; marca o bem e o mal porque é o cisma da dicotomia dia e noite (HELLER, 2008, p. 10). Preto é a cor do sujo, do impuro. Heller menciona uma série de expressões linguísticas que envolvem a negritude da sujidade, como em “mãos pretas”, “pés pretos”, “orelhas pretas”, casos em que, ao colocar o adjetivo *preto* ao lado de todos esses substantivos, é formada uma imagem cultural de sujeira, de situação não ideal. Socialmente há outras valorações para a cor preta, mas para a análise desta charge em específico, essas valorações foram as pinçadas.

A atmosfera negativa da cor preta é empregada para projetar sentidos diversificados, como quando alguém tece comentários de escárnio sobre outrem, diz-se que essa pessoa *denigre* a alguém, isto é, fala de alguém de modo a obscurecer sua imagem, tornar negro algum aspecto seu, manchar a sua honra, criar mácula. A quem convém rir de assuntos inapropriados, é costume dizer que possui um humor negro. Um dia ruim é um dia negro. Popularmente gatos negros são sinal de mau agouro. O corvo, pássaro dos maus presságios, é preto (HELLER, 2008, p. 130-33). Assim, na charge que se analisa a cor preta entra em relação dialógica com discursos cuja arquitetônica é de perigo em razão de uma tragédia iminente. Está, pois, ligada a aspectos negativos, o que

pode construir leituras sobre o traço axiológico em relação à tensão negativa gerada pelo projeto *gladiadores do altar*.

Tendo em consideração a cor preta como um signo ideológico porque está empapada de valorações sociais que a fazem projetar os sentidos presentes em determinada sociedade, na charge entende-se que essa cor pode tanto anunciar a tragédia que a criação do grupo jovem da Universal enseja, quanto a própria tensão resultante dos conflitos entre as religiões, em que pode haver aniquilação e morte.

Farina (2006) apresenta que as cores impressionam, expressam e constroem, elas provocam emoções e são capazes de ter valor como símbolo, viabilizando a constituição de uma linguagem própria. Pode-se transpor esse saber para esta tese e afirmar que as cores da charge em análise assumem caráter de signo ideológico, tanto porque projetam valorações quanto porque são usadas para fazer surgir – de maneira consciente ou não – uma atitude responsiva em um interlocutor projetado. A charge em questão – totalmente não verbal – torna-se uma palavra-imagem no jogo dos recursos visuais e nas projeções de sentido que ele oferece.

Se na teoria dialógica do discurso a palavra é uma espécie de resumo valorativo porque ela é capaz de concatenar verbal e extraverbal, nessa charge, a composição visual é protagonista, sendo as cores geradoras da valoração, que se dá entre aquilo que é mostrado e o que pode ser subentendido, isto é, o horizonte espacial e semântico implicado nos signos ideológicos, apreciados pelo *compreendedor* (BAKHTIN [1950-52] 2016) na relação concreta entre ele e o objeto de sua compreensão, esta charge.

Farina (2006) explica que as cores são signos culturais que deixam ver uma série de acentos psicológicos. Dadas as devidas proporções, transpondo-se essa percepção para o universo dos pressupostos da teoria dialógica do discurso, é possível dizer que a cor é um signo ideológico justamente por refletir e refratar valorações que se somaram a suas definições ao longo do percurso sócio-histórico de uma dada comunidade. A cor expressa sensorialmente juízos de valor que projetam sentidos no contexto em que surgem. As próprias definições de cores frias e quentes, fortes, suaves, intensas já formam entonações específicas sobre o espectro de sentidos que podem projetar.

Nas possibilidades de significação das cores, há uma dinâmica social que necessita do apoio coral para que haja a compreensão ativa dos sentidos projetados nos contextos em que as cores são usadas. Esse apoio coral é necessário para que seja possível interpretar os atravessamentos entoacionais que a utilização das cores sugere. Pensando em termos de gêneros discursivos, as cores funcionam como assinaturas

muitas vezes porque há artistas que trabalham com certa paleta de cores, de modo que já se o reconheça por esse aspecto. Ainda nesse entendimento, as cores formam uma estrutura composicional que relaciona forma e conteúdo para criar sentidos, isto é, para criar temas. Elas dão profundidade, criam contrastes, viabilizam sensações e movimentos. Elas significam, refletem e refratam. Entonom posições valorativas.

Afora a intenção do autor da charge, fato é que a arquitetônica de seu discurso chargístico deixa ver signos ideológicos. Em termos de leitura, é possível que a composição dos sentidos que aqui se coloca seja alcançada por aquele que entenda a charge no todo discursivo do qual ela faz parte, bem como a leia de modo a encontrar sentidos distribuídos nos elementos que a compõem, tanto por sua reunião (seu arranjo nessa charge, sob a assinatura desse chargista, sob a sombra do tempo em que ela foi veiculada, na trama dos discursos que a edificaram) quanto pela projeção de sentidos advinda do tocar dos fios discursivos que foram construindo socialmente via o significar das cores e seu tensionamento com os perfis que se vê na cena da charge.

A silhueta criada entre o preto e as figuras em branco dá um dos maiores contrastes em termos de cores. Em termos bakhtinianos, essa configuração, entendida como um signo ideológico, cria justamente a tensão do embate social ao qual a charge faz referência. Vê-se que é o gladiador do altar que disfere um golpe de espada na representante africana. Ele a fere. Isso marca a entonação pró-matriz africana; marca a atitude responsiva de ataque dos gladiadores da Universal aos religiosos oponentes porque os discursos de cada uma das congregações são opostos: um monoteísta e outro politeísta. Essa percepção cria confrontos na esfera religiosa.

Hume (2005, p. 76) menciona que o politeísmo é caracterizado por cultos idólatras, enquanto o monoteísmo é totalmente avesso a essa prática porque seu Deus (único) é a perfeição que não necessita de objetos para ser adorado. Essa divergência de percepção cria uma tensão de combate, em que as congregações “[...] descarregam umas contra as outras aquele zelo e rancor sagrados, que constituem as mais furiosas e implacáveis de todas as paixões”. Para o autor, aqueles que são politeístas tendem à inclusão, haja vista o seu entendimento de que muitas são as formas sagradas. Já o monoteísmo assume uma única verdade sacra, tocando o viés da intolerância. Nas palavras do autor: “A intolerância de quase todas as religiões que têm mantido a unidade de Deus é tão notável quanto o princípio contrário das politeístas” (HUME, 2005, p. 78).

Se o contraste do preto e do branco marca valorativamente a tensão religiosa, o vermelho do sangue na espada cria sentido de vínculo ao ser o mesmo tom que colore o símbolo da Igreja Universal, que emblema a camiseta do gladiador: um coração vermelho com uma pomba branca dentro, voando com as asas abertas. A relação já está explícita porque é o gladiador que fere a religiosa africana, mas essa valoração é acentuada quando se percebe o signo ideológico criado com a aplicação do vermelho. Poder-se-ia entender que o mesmo tom que colore o coração, símbolo de vida e “preenchimento do Espírito Santo” (LUZ DA VERDADE, 2013)<sup>76</sup>, fere, deixa sangrar seu opositor, fazendo-o pagar com seu sangue. O sangue é o signo ideológico da morte, do efeito de sentido de aniquilação.

A atitude responsiva do autor da charge frente aos discursos sociais que lhe eram contemporâneos, depois de observados os sentidos possíveis na trama dos elementos da charge, é notável: sua arquitetônica condena a iniciativa dos *gladiadores do altar*, proposta pela Universal. Sua crítica, isto é, sua atitude responsiva em relação aos discursos sociais que lhe circunscrevem, é denunciar aquele que aparece como protagonista da ação: a condenação é feita a quem pratica a ação, quem está assumindo o papel ativo na cena da charge.

Nessa compreensão que se fez dos elementos constitutivos da charge, até este ponto, faz-se uma declaração e um questionamento. Defende-se que a charge é um gênero discursivo crítico, no sentido de que ela é a apreciação valorativa de um sujeito aos discursos que lhe são contemporâneos. Se o projeto de dizer dessa charge de Vitor Teixeira era denunciar a intolerância presente na formação do grupo jovem da Igreja Universal, cujo medo sentiram os praticantes de religiões afro-brasileiras, esse é um dos sentidos projetados. Ocorre que, como é próprio do movimento dialógico de relação entre discursos, a charge se coloca nessa cadeia como um Jano bifronte (BAKHTIN [1920-24] 2012), tanto está em relação com já-ditos quanto ela passa a ser promotora de outras atitudes responsivas.

Assim, o questionamento que se coloca nesta tese é: a partir de sua arquitetônica, a charge de Vitor Teixeira não se torna também ela um discurso intolerante? Se a crítica do chargista é a tensão religiosa de neopentecostais e afro-brasileiros, sua charge não acentua ainda mais a intolerância religiosa? Além disso, não estaria também projetando estereótipos de gênero e, nesse ato, promovendo intolerância?

---

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://ahluzdaverdade.blogspot.com.br/2013/07/qual-o-significado-do-simbolo-da-igreja.html>>. Acesso em: 03 set. 2018.



Entende-se que a arquitetônica dessa charge projeta intolerância por cruzar a linha tênue entre defesa e ataque, haja vista que, para defender aos afropraticantes, o chargista focaliza uma generalização em relação aos gladiadores do altar, entendendo esse grupo apenas do ponto de vista dos discursos que emanam historicamente *gladiadores* como combatentes, lutadores sanguinários, cujo objetivo era a aniquilação do oponente. Assim, os contornos da charge estão reverberando uma valoração de intolerância religiosa, capaz de incitar ódio sobre uma cisão já projetada por todos os discursos sociais que reverberam as diferenças entre crenças mono e politeístas. Assim, a arquitetônica da charge vai contra os discursos legais da Constituição Federal, que versam sobre a liberdade de credo.

A análise torna-se complexa quando o argumento da Constituição Federal quanto à liberdade de credo choca-se com a possibilidade de argumentar em prol da liberdade de expressão do artista. Como ficam esses direitos fundamentais garantidos pela Carta Magna? Frente a esse questionamento, e por entender que a charge reverbera tonalidades intolerantes, é que se recorre a explicações quanto aos diferentes níveis de vozes que a charge de Teixeira deixa ver.

Em princípio, entende-se que a charge é de denúncia por conta da atitude responsiva de intolerância da Universal na proposição do projeto dos *gladiadores do altar*. Em um segundo momento, vê-se que essa valoração de denúncia que atravessa a charge é fraca, uma vez que, ao protestar, também projeta ataque, promovendo intolerância, daí a possibilidade de etiquetar essa obra como sendo uma *charge de denúncia fraca*. O que leva a concluir que sua arquitetônica (seus elementos constitutivos e seu diálogo com discursos anteriores e projetados) assume contornos intolerantes.

A apreciação realizada vale para a charge em análise, mas pode ganhar mais nuances quando o olhar se volta para o perfil profissional do chargista. Sua obra é perpassada por tensionamentos inerentes à posição de polaridade assumida por ele. Conforme se pode ver na figura que segue, muitas produções do artista são edificadas na cisão entre seu posicionamento político e tudo aquilo que se difere dele.

**Figura 11:** Obras do chargista Vitor Teixeira



Fonte: compilação da autora a partir de imagens da internet

Vitor Teixeira autodescreve-se como alguém que se dedica a “[...] interpretar o cenário de autoritarismo e censura no qual vivemos”<sup>77</sup>, bem como se define como alguém que está “[...] testando os novos e sombrios limites da liberdade de expressão”<sup>78</sup>. O autor questiona: “Seja com aspecto panfletário ou escrotizando geral, a seguinte dúvida me persegue: até onde podemos ir com as piadas nessa ditadura ‘soft’?”<sup>79</sup>.

Assim, suas obras projetam uma identidade discursiva que se coloca no limite da tensão da liberdade da artista e daquilo que é possível dizer. Em entrevista, Vitor explica que começou “[...] a produzir material politizado e a enviar para os meios de comunicação alternativos, coletivos, movimentos sociais e blogueiros”<sup>80</sup>. Na mesma ocasião, o chargista explicou que seu trabalho visa a dar “[...] apoio às minorias, aos direitos humanos e oprimidos pelo sistema: negros, índios, mulheres, LGBT, sem teto, etc”<sup>81</sup>. Em sua defesa, alega: “Se sou ofensivo às vezes é por tentar dar voz a um

<sup>77</sup> Disponível em <<https://apoia.se/vitorteixeira>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>78</sup> Disponível em <<https://www.vitorteixeircartoons.com/blog>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>79</sup> Disponível em <<https://apoia.se/vitorteixeira>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>80</sup> Disponível em <[http://lounge.obviousmag.org/manifesto\\_da\\_artes/2014/05/vitor-teixeira-o-ilustrador-de-esquerda-e-seus-desenhos-politizados.htm](http://lounge.obviousmag.org/manifesto_da_artes/2014/05/vitor-teixeira-o-ilustrador-de-esquerda-e-seus-desenhos-politizados.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>81</sup> Disponível em: <[http://lounge.obviousmag.org/manifesto\\_da\\_artes/2014/05/vitor-teixeira-o-ilustrador-de-esquerda-e-seus-desenhos-politizados.html](http://lounge.obviousmag.org/manifesto_da_artes/2014/05/vitor-teixeira-o-ilustrador-de-esquerda-e-seus-desenhos-politizados.html)>. Acesso em: 11 ago. 2018.

discurso anti-hegemônico. Nas minhas charges, é possível identificar claramente quem é o alvo da crítica”<sup>82</sup>

Assim, a compreensão que se fez da charge ganha respaldo na identidade discursiva projetada pelo autor-pessoa, porque é possível formar o sentido de que a charge denuncia um fato social, mas isso não isenta o entendimento de que ela pode também projetar intolerância. A identidade social que é outorgada ao chargista também vai ao encontro dessa imagem, haja vista que ele é reconhecido como um artista “[...] provocativo, incendiário, colaborador de causas”<sup>83</sup>, como “[...] um militante político [...] um guerrilheiro do traço”<sup>84</sup>, como alguém que fez “Arte ideológica e, sobretudo, coerente ao discurso à esquerda que se propõe a manifestar”<sup>85</sup>, um artista cujas produções estão situadas no âmbito do político-social e das lutas por uma sociedade “justa e democrática”<sup>86</sup>.

Especificamente em relação à charge em análise, segundo a revista *Galileu* (2015)<sup>87</sup>, “[...] em resposta à charge, a Universal enviou uma notificação extrajudicial pedindo que a página do Facebook do ilustrador fosse retirada do ar ‘sob pena de dano irreparável ou de difícil reparação’. Graças a um acordo, Vitor Teixeira manteve a página e apagou somente a imagem”. À *Galileu* (2015)<sup>88</sup>, concedeu uma entrevista para falar sobre a “censura” que viveu. Para o artista, o fato de ele ter deletado a charge frente ao processo judicial sofrido foi em razão de tentar minimizar os danos à sua liberdade de publicação, já que se ele perdesse o direito de manter seu perfil ativo, perderia também um importante canal de divulgação de sua obra. Da entrevista, recorta-se o trecho que segue, o qual demonstra duas respostas de Vitor ao entrevistador (negritadas no original):

**Na reportagem de capa GALILEU de abril, o jornalista Fábio Marton, autor de *Ímpio: O Evangelho de um Ateu*, que é um dos entrevistados, diz que para entender os evangélicos é preciso entender sua relação com as religiões de origem africana. Ele diz**

<sup>82</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/olavo-barros/traco-e-furia-a-arte-politica-de-vitor-teixeira\\_a\\_21683765/](https://www.huffpostbrasil.com/olavo-barros/traco-e-furia-a-arte-politica-de-vitor-teixeira_a_21683765/)>. Acesso em: 11 ago. 2018.

<sup>83</sup> Disponível em <[http://lounge.obviousmag.org/manifesto\\_da\\_artes/2014/05/vitor-teixeira-o-ilustrador-de-esquerda-e-seus-desenhos-politizados.html](http://lounge.obviousmag.org/manifesto_da_artes/2014/05/vitor-teixeira-o-ilustrador-de-esquerda-e-seus-desenhos-politizados.html)>. Acesso em: 16 ago. 2018.

<sup>84</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/olavo-barros/traco-e-furia-a-arte-politica-de-vitor-teixeira\\_a\\_21683765/](https://www.huffpostbrasil.com/olavo-barros/traco-e-furia-a-arte-politica-de-vitor-teixeira_a_21683765/)>. Acesso em: 16 ago. 2018.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> Disponível em: <[http://lounge.obviousmag.org/manifesto\\_da\\_artes/2014/05/vitor-teixeira-o-ilustrador-de-esquerda-e-seus-desenhos-politizados.html](http://lounge.obviousmag.org/manifesto_da_artes/2014/05/vitor-teixeira-o-ilustrador-de-esquerda-e-seus-desenhos-politizados.html)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>87</sup> Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2015/03/o-ilustrador-vitor-teixeira-fala-sobre-polemica-charge-da-igreja-universal.html>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>88</sup> Idem.

**que os evangélicos consideram os orixás como demônios, e acreditam mais nisso do que em Deus. Acha que tem a ver com a sua charge?**

Acho que a gente precisa ter cuidado em falar de evangélicos ou os fiéis, nunca quis desmerecer a crença de ninguém. A minha crítica não foi nem à Universal como corporação, mas, sim, à iniciativa que é mostrada no vídeo. Eu tenho uma grande simpatia pelos evangélicos, por causa dos trabalhos que eles fazem em regiões periféricas e a ressocialização de ex-detentos. Da mesma forma, eu também tenho simpatia pelas igrejas de matriz africana. Mas depois de você ver uma série de cultos que coloca os santos em xeque, ou aquele livro do Edir Macedo que foi proibido de circular pelo Ministério Público [Orixás, Caboclos e Guias, deuses ou demônios?], você fica imaginando como os candomblecistas ou os umbandistas veem esse vídeo [dos Gladiadores do Altar]. É lógico que eles vão se sentir ofendidos ou preocupados.

**E você não achou que a ilustração pudesse ser ofensiva para os fiéis da Universal também?**

Não sei se ofensiva, minha intenção era jogar luz nesse assunto da maneira que eu posso, que é caricaturando a situação. É óbvio que não teve nenhuma situação como foi retratada na charge, mas meu trabalho é lúdico, trabalho no campo das ideias, com a criatividade. É um exercício do que pode vir a acontecer.

Ainda na mesma entrevista, o chargista mencionou que “[...] tem de engrossar o coro da liberdade de expressão”<sup>89</sup> porque não está agindo em causa própria, senão em nome de toda uma categoria. Porém, segundo ele, essa postura não tem nada a ver com o fato de ser desrespeitoso. Em suas palavras: registro “[...] meu respeito total a todos os tipos de crença, não compartilho a questão de que a fé é alienante, eu sou completamente a favor dela”.

Na mesma edição, a *Galileu*<sup>90</sup>, na sequência da entrevista com o chargista, reproduziu a nota que foi enviada pela Universal à edição da revista. Transcreve-se na íntegra tal nota.

A Igreja Universal do Reino de Deus notificou extrajudicialmente o cartunista, alertando-o que a publicação incitava o ódio contra as religiões de matriz africana e contra a própria Universal.

O autor produziu e publicou uma ilustração acusando a Universal de assassinar, ou de pretender matar praticantes de religiões de matriz africana. Incitar o ódio é crime. Acusar falsamente de cometer um crime também é crime. No estado de direito, a liberdade de expressão não autoriza ou legitima absurdos como tal imagem horrenda, veiculada de modo irresponsável.

---

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> Idem.

Se o próprio chargista apagou a postagem — certamente por reconhecer o erro que cometeu — é absurdo falar-se em 'censura'. A Universal respeita e defende as liberdades constitucionais de crença, de culto e de opinião, mas jamais aceitará calada ataques delinquentes de preconceito e rancor. Não se trata de um 'estratégia', mas de entender que viver em uma democracia implica em acatar direitos e responsabilidades. Isto vale para a Universal, vale para o cartunista. Casos semelhantes terão tratamento igual perante a Justiça. (REVISTA GALILEU, 2015, on-line).

Conhecer os posicionamentos dos envolvidos quando da publicação da charge em análise amplia a apreciação sobre esse discurso, pois permite, conforme Volóchinov ([1929] 2017), encontrar o contexto que lhe é correspondente. Esse movimento faz com que se somem camadas aos já responsivos discursos que se aprecia.

Como nesta tese não se está julgando propriamente a pessoa física – o chargista Vitor Teixeira –, a base para a compreensão ativa pauta-se nos elementos que constituem os discursos que são analisados, sempre na relação com o contexto histórico e social. Assim, é possível tanto ponderar sobre a identidade social quanto sobre a identidade discursiva do autor, levantando, pois, possibilidades de sentido. Nesse cenário, sublinha-se que a projeção de sentidos tem base nos elementos constitutivos do discurso, na esfera de circulação, na imagem de autor, mas também tenta cogitar as relações que podem ser feitas pelo leitor.

A charge em análise foi etiquetada como sendo com contorno intolerante porque seus elementos – tendo por base os argumentos arrolados nesta tese – assim podem deixar ver. Frisa-se: *podem* deixar ver. Outras compreensões ativas de outros leitores podem ver diferentes projeções.

Depois de apresentadas as duas charges, comenta-se sua análise, na subseção que segue, pontuando aproximações e distanciamentos entre elas.

#### 4.3 DAS CHARGES FOCALIZADAS

No que diz respeito ao conteúdo temático *atualidades*, as charges analisadas edificam-se em torno de dois assuntos polêmicos: política e religião. Isso porque sabidamente eles reverberam discursos tensos, pois são âmbitos discursivos de embates sociais históricos. Em ambos há juízos de valor que balizam a relação de alteridade entre o *eu* e o *tu*, sobretudo a partir das imagens que cada um cria na dinâmica do eu-para-o-outro e do outro-para-mim.

As tensões também existem porque é comum que cada participante da interação discursiva assuma o seu centro de valor como juízo unicamente válido, entrando em ruptura com o *outro*. Nos casos extremos, essa passa a criar uma discrepância tão grande que podem ser manifestados posicionamentos intolerantes ou de ódio quando um deseja, de fato, o aniquilamento do outro, a fim de que haja a manutenção da sua verdade, tida como única e universalmente aceita. As charges em questão não chegam a esse extremo.

A intolerância se revelou pela via do escárnio, desenvolvendo-se por meio da ironia e do sarcasmo, no caso da primeira charge analisada. Nela o autor-criador construiu uma arquitetônica do ridículo, de modo a expressar uma valoração de desaprovação frente aos fatos que eram refletidos e refratados na charge construída. Essa valoração pôde ser vista na pontualidade da charge analisada, mas foi, ao mesmo tempo, reiterada pela arquitetônica do autor-pessoa, isto é, o conjunto de sua obra também deixava ver juízos de valor da mesma natureza sendo manifestados em relação ao mesmo objeto de apreciação (a política do PT) focalizado na charge que se analisou. Assim, o contorno intolerante dessa charge não está na manifestação política em si, mas na maneira como ela é explicitada, via estereotipização e via ataques de gênero.

A segunda charge analisada tinha materializado em sua arquitetônica o medo na forma de ataque. Como se viu, o autor-criador assumiu o ponto de vista presente nos discursos sociais que entenderam a proposta específica da Igreja Universal, os gladiadores do altar, como uma “caça às bruxas”, como uma perseguição. A arquitetônica que esse autor-criador configura deixa ver essa relação de *perseguição/aniquilação, medo/ataque*. Nesses termos, ajuíza-se que os contornos intolerantes se desenham quando, para defender uns, passa-se a agredir outros, criando uma atmosfera de vítima e algoz, que contribui para projetar vozes intolerantes que incitam ao apontamento de apenas um ponto de vista como o correto.

Nas duas charges o que se vê são contornos intolerantes porque são possibilidades de sentido que podem ser edificados. Não se vê discurso de ódio, nem crime de ódio porque nem são veiculados chamamentos à violência, não são diretamente incitados explicitamente atos violentos, tampouco são cometidos tais atos em nome da charge – pelo menos não foram encontradas notícias relacionadas a essa questão. Esses contornos se mostram na leitura profunda das charges, isto é, não estão aparentes. Eles estão no tecer dos fios dialógicos que compõem toda a arquitetônica da charge em si, da obra do artista, do autor-pessoa, meio à tensão dos discursos sociais

com os quais a charge se coloca em relação na cadeia dos discursos contemporâneos a ela, quando de sua produção.

Do ponto de vista da construção composicional, as charges apresentam configuração bem diferente porque uma comporta a modalidade de linguagem verbo-visual e a outra apenas visual, exigindo do leitor a mobilização de diferentes recursos de compreensão para levar a cabo a produção dos sentidos. Essa diferença de modalidade de linguagem leva também ao fato de a primeira poder encontrar significados apoiados mais explicitamente no horizonte língua, construindo sentidos a partir das combinações entre imagem e partes verbais, deixando ver construções linguísticas como a ironia, recurso que proporciona mais uma vez que o autor “diga sem dizer”.

Todos os enunciados que a charge apresenta, bem como a sua expressiva pontuação também contribuem para que se refine o que é dito, deixando que a cena fale por si. Assim sendo, sublinha-se que esse traço verbo-visual, ademais, oportuniza um apagamento do autor-pessoa e um protagonismo do autor-criador, haja vista os dizeres estarem sendo entoados pelos personagens, eles estão naquela arquitetônica falando como “pessoas reais” que são naquela situação. Nesses termos, em uma leitura ingênua, a própria legenda que existe na charge pode funcionar como uma voz distante que orienta a leitura dos sentidos ali veiculados. Uma voz meio sem dono explícito, no contexto nebuloso que o humor presente via ironia cria como juízo de valor na arquitetônica dessa charge de Sponholz.

Em contraste, a charge de Vitor Teixeira opera com a modalidade visual apenas. Isso já complexifica por si só as relações de significação e tema, porque o leitor precisa ver na imagem referências linguísticas existentes como significado no horizonte língua e como sentido na arquitetônica em que figuram. Quem sabe daí o teor de agressividade ser mais evidente, justamente porque a amplitude do visual pode, paradoxalmente, limitar o que é dito. Pensando-se, por exemplo, na alusão ao dito popular em língua portuguesa “uma imagem vale mais do que mil palavras”, a imagem mostra, dá o que está posto, sem muita chance para explicações e elucubrações, como seria de se imaginar as tantas argumentações que o linguístico viabiliza construir.

Talvez por isso essa produção tenha reverberado as possibilidades de o chargista ser processado judicialmente por calúnia e difamação, bem como ter sofrido processo para tirar do ar dita charge. Isso porque o conteúdo-sentido é mais direto do que em uma charge verbo-visual, capaz de escorregar pelos sentidos produzidos via linguístico.

Claro, isso tudo em uma primeira leitura, pois, como se viu na análise é possível discorrer largamente pelas possibilidades de criação de sentidos em um discurso apenas visual. Ocorre que isso requer do leitor um processo mais complexo de leitura, de deixar que a imagem o conduza às valorações sociais, aos jogos de sentido, à identificação de pontos de vista.

As duas charges compartilham o traço *estereótipo* em suas arquitetônicas. Isso pode construir seus contornos de sentido intolerantes, já que lidar com estereótipos suscita generalização e simplificação, uma possibilidade alta para evocar pré-construções, imagens sociais fixas, capazes de disseminar preconceitos. Outra questão é que os estereótipos, ao dialogarem com modelos passados cristalizados socialmente, projetam mais vozes generalizantes, engrossando axiologicamente certas construções sociais, delimitando e conceituando situações, objetos e pessoas.

Ambas as charges apresentam relações dialógicas antagônicas entre os personagens que figuram em sua arquitetura. Na obra de Sponholz, viram-se os contrastes feio/bonito, jovem/velha e, até mesmo, um implícito naquela cena: o contraste homem/mulher, já que eram mulheres na política reproduzindo estereótipos femininos negativos de 1) discutir amenidades; 2) falar mal umas das outras; 3) preocuparem-se com questões estéticas e relativas à beleza. Teria o autor-criador edificado a mesma arquitetura caso o foco da apreciação fossem políticos homens? Talvez não, os estereótipos e os contrastes seriam outros. Já, na charge de Teixeira, viram-se as relações antagônicas de *bem /mal; certo/errado; monoteísta/politeísta*.

Ainda na descrição das similitudes entre as charges, diz-se que as duas apresentam o traço *pertencimento e não pertencimento a um grupo social*. Esse aspecto aumenta o apoio coral tanto no que diz respeito à arquitetura construída pelo autor-criador quanto nos processos de recepção social da charge. Sempre um ataque é feito no interior de processos de adesão ou refutação a determinado grupo, isto é, a partir de aproximações ou afastamentos que se dão em relação ao centro de valor, edificado por determinado horizonte social, o qual cada grupo compartilha.

As duas charges usam o apelo argumentativo das cores. Isso implica significados que se combinam para projetar sentidos compartilhados socialmente. No caso da charge de Teixeira, as cores têm protagonismo porque junto às formas visuais são a única linguagem da charge. Na de Sponholz, as cores corroboram o verbal ou se relacionam dialogicamente com ele para construir sentidos.



Ambas as charges apresentam em sua construção composicional figuras humanas. Porém, os efeitos de sentido que reverberam são diferentes.

Na primeira charge analisada, as figuras humanas foram retratadas via caricatura e fotografia, fazendo com que o interlocutor reconhecesse a quais figuras públicas elas faziam referência no seio social em que aquela charge está circunscrita. Além disso, usou outros recursos de identificação: a) citou um nome próprio (Erenice); b) colocou uma caricatura de Dilma como centralizadora na cena, sublinhando que tanto essa era a personagem principal como era a figura mais conhecida, para salvaguardar-se no caso de as outras não serem identificadas ou, ainda, para justamente identificar as outras depois do reconhecimento de Dilma; há também c) o adjetivo *ministerial*, que acrescenta outra referência sobre o assunto da charge e indica quem são as personagens daquela arquitetura. Todos esses recursos se combinam na arquitetura da charge, deixando ver a valoração de seu autor-criador.

A segunda charge, por sua vez, utiliza figuras humanas via um recurso de expressar somente a silhueta, um tipo de desenho que esboça um perfil. Não se identificam rostos, o reconhecimento do assunto da charge se dá pela indumentária, é, pois, simbólico. Isso constrói o sentido de que não está em questão nenhuma pessoa nomeadamente, mas uma instituição, um grupo representativo e um horizonte social específico.

Assim, de um lado, tem-se a gálea do gladiador e o signo ideológico visual característico da Igreja Universal, identificando um grupo; do outro, tem-se o turbante e as vestes da baiana, caracterizando o outro. A valoração do autor-criador se mostra na arquitetura como um todo, mas é sublinhada na ação (qual personagem fere e qual é ferido) e no enfoque dado à cena. Tudo porque a linguagem visual é o único recurso usado pelo autor-criador.

Feito o comentário sobre as charges analisadas, a seguir, expressam-se as considerações finais que visam a dar o acabamento desta tese.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese investigaram-se quais relações se estabelecem entre as charges e os discursos sociais que com elas dialogam, a fim de problematizar a possibilidade de entender contornos de intolerância tonalizando seus elementos constitutivos. Como discorrer sobre intolerância pressupõe um olhar social para os discursos e seus efeitos de sentido, teoricamente, construiu-se uma interface entre discurso, direito hermenêutico e filosofia para levar a cabo as análises.

O objetivo geral da tese foi compreender a constituição discursiva da charge com contornos intolerantes, isto é, compreender sua arquitetônica. Nesse recorte, o problema de pesquisa que se buscou discutir pode ser expresso da seguinte maneira: considerando a perspectiva da teoria dialógica do discurso acerca do que é um gênero discursivo, como se constitui discursivamente o gênero charge com contorno intolerante? Desse questionamento inicial, outros desdobramentos igualmente nortearam a pesquisa, tais como: a) em relação a charges cujo projeto enunciativo delineia intolerância, como ocorre a tensão entre os elementos verbo-visuais ou visuais e as vozes sociais que as atravessam?; b) qual é, em essência, o objetivo da charge; c) qual a diferença entre discurso intolerante e discurso de ódio? Como concatenar liberdade de expressão do artista e o reverberar de discursos intolerantes?

Nestas considerações, pondera-se que a arquitetônica da *charge com contorno intolerante* se baseia no conceito *charge de denúncia fraca*, pensado no momento da seleção do objeto de pesquisa e corroborado no decorrer das análises. Essa nomenclatura foi proposta porque a arquitetônica da charge deixava ver, na tensão com os discursos sociais contemporâneos à elaboração dessa, protesto com ataque. Isso significa dizer que, ao serem tecidas críticas em relação aos temas escolhidos, eram produzidos também sentidos de ataque. Essa leitura, como se viu, diferenciava-se das charges de denúncia forte, ou seja, aquelas em que seus elementos construía sentidos de protesto, mas sem atacar.

Assim, a tese que se defendeu neste trabalho é a de que a arquitetônica de certas charges conduz à intolerância. A discussão traçada ao longo do texto mostrou que especificamente essas charges contém em sua constituição o que foi chamado de *denúncia fraca* (uma crítica com ataque), isso gera intolerância, levando, portanto, ao entendimento do que se chamou de *charges com contorno intolerante*.

Nesses termos, o conceito *arquitetônica*, da teoria dialógica do discurso, foi imprescindível nas discussões arroladas, uma vez que as relações de sentido se dão sob ela, toda a dinâmica da atividade que se analisa está sob sua alçada. Analisando a arquitetura é possível encontrar o dado – porque se observa algo que já está posto: pense-se na charge, ela já foi publicada, já está no rio da comunicação discursiva – e também ver algo a ser realizado, já que o momento é de construção dos sentidos pelo *compreendedor*, pelo interlocutor, que vai aportar suas relações dialógicas ao que interpreta e compreende. Dessa forma, as possibilidades de sentidos, a tensão entre os elementos verbo-visuais ou visuais e as vozes sociais que os atravessam é vista na charge a partir de sua arquitetura, quando é possível realizar uma compreensão ativa do discurso no todo de seu acabamento.

Sobre o questionamento em relação ao objetivo da charge, viu-se que muitos referenciais apresentam que ela é um gênero humorístico que visa à crítica. Não se está de acordo com tal definição, pois nesta tese charge é entendida como um gênero crítico que faz circular opiniões, juízos de valor e valorações sobre o mundo. Ela é, como qualquer discurso, a atitude responsiva de um autor sobre a sociedade que lhe circunscreve. Em sua constituição, podem ser projetados muitos efeitos de sentido, o humor é apenas um deles.

Nessa perspectiva, é necessário pontuar que nesta tese a palavra *crítica* trata-se de apreciação, avaliação. Assim, o objetivo da charge é a crítica porque ela é o juízo de valor recortado de um todo social, isto é, ela é a percepção de um dado autor sobre os discursos sociais, em um processo de criação que reflete tal recorte, refratando-o no olhar de um autor-criador circunscrito à arquitetura de sua própria criação.

Pensa-se que essa definição ampla consegue abarcar a variedade de assuntos (objetos) contemplados nas charges – justamente porque o humor é um efeito de sentido presente em algumas charges com determinados temas, mas não em todas. Já a crítica, na acepção que se valora neste texto, está sempre na trama desse discurso, haja vista que ele nasce como uma atitude responsiva na cadeia dialógica dos discursos sociais. Nas duas charges analisadas, por exemplo, em apenas uma o humor estava presente via ironia – ou melhor, o *humorismo* era que estava presente. Isso porque, como menciona Mira y López (1993, p. 119), humorismo é essa espécie de humor de riso opaco, que se diferencia do “bom humor” porque recorre a estereótipos e cisões sociais para tentar camuflar no riso acusador e preconceituoso o que se deseja dizer.

O conceito de *responsividade*, da teoria dialógica do discurso, permite fazer essa afirmação: a charge é um gênero crítico porque é a tomada de decisão de um autor sobre assuntos variados dentro do conteúdo temático *atualidades*, palavra ampla encontrada no horizonte língua para representar a contemporaneidade do gênero charge, para marcar seu caráter imediato, iminente em relação às notícias que lhe são contemporâneas.

A noção *arquitetônica* também viabiliza essa afirmação porque se está compreendendo o gênero charge na relação de seu acabamento, no todo do discurso e no todo da vida, no enxergar dos elementos constitutivos da charge na relação com as identidades sociais e discursivas de seu autor, em relação ao meio no qual tal obra circula, no tensionar dos discursos com os quais ela dialoga.

Assim, as análises levam a concluir que o gênero charge não é humorístico. Charge é crítica porque é a atitude responsiva de um autor frente aos discursos que lhe são contemporâneos. Entende-se a necessidade de discorrer sobre essa consideração porque ela é limitante do ponto de vista da compreensão dos elementos discursivos e também porque se quer insistir que o entendimento de charge apenas como um gênero de humor pode levar à falsa impressão de que, se charge é humor, tudo bem ser intolerante, afinal, não se está falando de um texto sério.

Essa compreensão também faz pensar sobre a problemática da liberdade de expressão. Pode o artista tudo dizer? A democracia permite o exercício da livre expressão, ao mesmo tempo, enseja o respeito aos demais e as suas liberdades. O presidente da Comissão de Liberdade da OAB, discorrendo sobre direito de expressão e sua relação com charges, explica que ninguém está imune às responsabilidades civis e penais oriundas, por ventura, de seus dizeres.

Em sua opinião, é preciso, porém, estar “[...] atento ao limiar da violação do direito de outrem que previne e esvazia pretensões dos censores e amantes do silêncio opressor”. E continua: “[...] Decerto, o crítico e o criticado, nessa roda-gigante da vida, mudam de posição a todo instante, evidenciando a necessidade de se ter prudência por parte desses atores no exercício de suas funções”<sup>91</sup>.

Somando-se a essa perspectiva o que foi arrolado sobre o ódio e os seus desdobramentos. O ódio é um sentimento que pode manifestar-se de diferentes formas, a intolerância seria uma delas. Quanto a sua definição, parece oportuno entendê-lo como

---

<sup>91</sup> Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/direito-a-liberdade-de-expressao-nas-charges/95433/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

uma manifestação de ataque a pessoas ou coisas diferentes do *eu*, que projeta tal discurso. A intolerância é um dos desdobramentos desse tipo de discurso, já que impende falta de habilidade em reconhecer a diferença como traço constituidor da natureza humana ou falta de vontade para respeitar a diferença; é, pois a falta de disposição para aceitar pontos de vista variados e, sobretudo, destoantes e divergentes daqueles que o *eu* manifesta.

Partindo-se do referencial trabalhado, diz-se que *discurso de ódio* seria um chamamento explícito à violência simbólica ou real, seria toda a forma de valoração preconceituosa aparente e direta, passível, inclusive, de medidas punitivas judicialmente em algum enquadramento de dano a quem se sente ameaçado ou atingido. Já o *discurso intolerante* é da natureza do implícito, está camuflado em jogos de linguagem, tramas de dizeres, construções linguísticas. Não está aparente na superfície do discurso. É um contorno que pode acompanhar qualquer discurso, mas à sua sombra sempre será o desvio do tipo “não foi isso que eu quis dizer”; “você entendeu mal”, fazendo crer que há uma discrepância na construção do sentido, não intolerância.

De qualquer sorte, viu-se que não são conceitos de definição simples porque são fenômenos sociais relacionados. Além disso, eles requerem sim uma parametrização social que diga o que é axiologicamente entendido como *discurso de ódio* ou *discurso intolerante* já que lidam com questões psicológicas, éticas e morais humanas, variáveis de cultura para cultura, de época para época, sendo, portanto, conceitos sócio-historicamente localizados.

Tais definições ainda estão em construção dado às demandas sociais e em razão das próprias flutuações que os fatos sociais que motivam tais usos têm. Infelizmente, vivem-se tempos de crises, que abrem as nuances desses tipos de discurso. Daí que a meu ver o mais importante é a problematização de questões dessa natureza do que a definição de conceitos em si ou de enquadramentos em si, pensando-se, por exemplo, em quando ocorre ou como é um discurso de ódio ou um discurso intolerante.

Não, penso que a relevância de discussões como as levadas a cabo nesta tese está em lançar luz sobre a capacidade leitora para enxergar possibilidades de sentido. Quanto mais profunda for a leitura, quanto mais elementos o *compreendedor* relacionar para alcançar camadas de sentido, mais habilidoso linguística e discursivamente ele está para as práticas sociais, porque ele será capaz de ver atos e eventos atravessados axiologicamente, intenções, argumentos, pontos de vista, e não apenas frases. Assim,

ele terá, por exemplo, criticidade para ver contornos de intolerância e posicionar-se em relação a eles.

Viu-se que ao lado do discurso de ódio e do discurso intolerante há o crime de ódio. Esse último está sob a ideia de que há de se ter uma definição do que seja crime de ódio e uma pena que lhe seja correspondente. Há ainda a necessidade de que aqueles que se sentem agredidos prestem queixa formal para iniciar as tratativas judiciais. Depende ainda de o legislador enquadrar a denúncia em um dos crimes já tipificados pelo Código Penal.

Não se viu crime de ódio nas charges analisadas. O que se viu são contornos que podem dar espaço para leituras que incitam intolerância, dando anuência a atitudes responsivas de intolerância. Não há como saber as verdadeiras intenções dos autores – tanto porque o sentido não está somente neles quanto pelo fato de que proferir abertamente discursos de ódio pode acarretar em sanções penais –, o que é possível é ler os elementos da charge na relação com a imagem de autor e o contexto histórico e social de sua produção. Como foi dito, o contorno intolerante está no fato de que a charge, ao denunciar, também ataca. Por essa postura é que se pode ver intolerância.

O tema da liberdade de expressão é caro ao direito, ao discurso e à filosofia porque envolve questões subjetivas e limiares difíceis de traçar – sobretudo frente à possibilidade de cair em censura, acordando vozes do passado não desejosas. De toda forma, repousar o olhar sobre o que se considerou chamar *charge com contorno intolerante* abre espaço para a reflexão tanto pontualmente em relação ao gênero quanto socialmente em relação aos discursos sociais. Os tempos são de crise. Há muita intolerância. Então parece oportuno colocar em pauta uma agenda que problematize as formas de dizer, suas vozes, seus efeitos de sentido e sua situação social.

Neste trabalho, pontuou-se que a charge é crítica. Sendo a atitude responsiva de um autor, ela pode ter diversificados efeitos de sentido. Como o sentido não é somente de responsabilidade do projeto de dizer do chargista, via elementos constituintes da charge, o leitor pode entender de diversificadas maneiras a charge que lê. A esse respeito, argumentou-se que as análises deixam ver uma possibilidade de leitura pautada no referencial teórico escolhido. Outros olhos, outras metodologias, outros procedimentos de recorte poderiam ver outras linhas dialógicas de sentidos.

As duas charges arroladas apresentam pontos em comum, a saber, o universo da temática dos estereótipos, a problemática de gênero e o contorno intolerante. Isso leva a generalizações, por conseguinte, pode reforçar o coro dos discursos intolerantes.

Verificaram-se dois momentos: uma possibilidade de leitura baseada nos elementos constitutivos do gênero discursivo charge, e outra mais profunda, em que a própria charge projeta sentidos de intolerância enquanto um todo discursivo que reverbera juízos de valor.

Com as discussões, espera-se ter apresentado uma opção metodológica para compreender a charge, sobretudo no que tange à criticidade que esse gênero veicula. Para isso, os elementos constitutivos da charge devem ser abordados na relação com sua face social, de modo a perceber suas implicações culturais, bem como suas projeções discursivas. Quanto mais se pensar sobre as relações existentes entre tudo aquilo que constitui a charge, em tensão com as situações sociais que a motivam, mais se conhecerá sobre seu funcionamento.

Nesse processo, ler discursos implica observá-los junto aos discursos que estão em seu horizonte, formando sua orientação dialógica, constituindo-a e construindo com ela o que Bakhtin ([1930-36] 2015) chama de interpretação/compreensão concreta ativa. Assim, quanto mais elementos forem concatenados no processo de compreensão mais possibilidades de sentido se pode ver na arquitetura que se analisa. Dessa forma, não separar o discurso focalizado de sua arquitetura social é condição para parte da leitura, a fim de entender o que seu entorno leva a ver em termos de sentidos; como a charge forma-se enquanto gênero próprio de uma cadeia ininterrupta de dizeres; que caminhos tensionam possibilidades de construção de sentidos em dados contextos, tempos e no entonar de certos sujeitos.

Nesta conclusão, é necessário dar o acabamento que uma tese requer. Porém, está-se consciente de que o trabalho de pensar a *charge com contorno intolerante* não se finda aqui. Como se disse, a pauta dos discursos intolerantes é necessária na sociedade em que este texto se circunscreve. Assim, atitudes responsivas que se coloquem em diálogo com este texto podem construir novas perspectivas e chegar a outras conclusões, dando diversificados acabamentos para a problemática abordada nesta tese.

Nesses termos, este último parágrafo marca o ponto final que indica a alternância dos sujeitos, já que conclui o dito e passa a palavra ao *outro*. Este texto agora integra a ininterrupta cadeia dos discursos sociais. Que o diálogo aconteça, que se tencionem contrapalavras e pontos de vista.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, Carlos (2001a). Periodismo iconográfico. La caricatura: historia y definiciones. In: *Revista Latina de Comunicación Social*, 38. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/2001/latina38feb/124abreu6.htm>>.

\_\_\_\_\_. (2001b). Periodismo Iconográfico. Hacia una definición de caricatura. In: *Revista Latina de Comunicación Social*, 40. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/2001/latina38feb/124abreu6.htm>>. Acesso em: 12 set. 2018.

AMOSSY, Ruth; HERSCHBERG-PIERROT, Anne. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. *O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico*. São Paulo: USP/SP. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-22072009-182433/pt-br.php>>. Acesso em: 20 set. 2018.

ATKINSON, Richard; HILGARD, Ernest. *Introdução à psicologia*. São Paulo: Cengage do Brasil, 1979.

BAJTÍN, M; VOLOSHINOV, V. ¿Qué es el lenguaje? In: SILVESTRI, A; BLANCK, G. *Bajtín y Vigoski: la organización de la enunciación*. Barcelona: Antropos, 1993.

BAJTÍN, Mijaíl. *Las fronteras del discurso*. Trad. Luisa Borovsky. 1. ed. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance [1924]*. Trad. Aurora F. Bernardini et. al. 4. ed. São Paulo: UNESP, Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. *Para uma filosofia do ato [1920/1924]*. Trad. aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

\_\_\_\_\_. *O autor e a personagem*. [1920-24]. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal* Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.

\_\_\_\_\_. *O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas [1960]*. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011b.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos de 1970 - 1971*. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011c.

\_\_\_\_\_. *Metodologia ciências humanas [19-]*. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011d.



\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal* [1979]. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011e.

\_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. [1929]. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

\_\_\_\_\_. Teoria do romance I [1930-36]. Trad. Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: 34, 2015a.

\_\_\_\_\_. Dialogo I (1950-54). In: \_\_\_\_\_. *Os gêneros do discurso*. Trad. Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016a.

\_\_\_\_\_. Dialogo I (1950-54). In: \_\_\_\_\_. *Os gêneros do discurso*. Trad. Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016b.

\_\_\_\_\_. *Os gêneros do discurso* [1979]. Trad. Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016c.

\_\_\_\_\_. O discurso da ilustração. In: A IMAGEM como instrumento de comunicação. Disponível em: <[http://www.jorgearbach.com.br/pdf/tese/2.1\\_o\\_discurso\\_da\\_ilustracao.pdf](http://www.jorgearbach.com.br/pdf/tese/2.1_o_discurso_da_ilustracao.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2018.

BAPTISTA DA SILVA, Ovídio Araújo. *Processo e Ideologia*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: dialogismo e construção de sentido*. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2005.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito Penal*. vol. 5. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Trad. Fernando de Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAIT, Beth; MAGALHÃES, Anderson Salvaterra (orgs). Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. IN: *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2008.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. (1928). Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. *Dialogismo: teoria e(m) prática*. São Paulo: Terracota, 2014.

BUBNOVA, Tatiana. Prólogo. In: BAJTÍN, Mijaíl. *Yo también soy: fragmentos del outro*. 1.ed. Buenos Aires: EGodot Argentina, 2015.

CAMÕES, Luiz de. *Obras Completas I*. São Paulo: Sá da Costa, 1946.

CAUER, Ruth M Chittó. Da diferença perigosa ao perigo da igualdade: reflexões em torno do paradoxo moderno. In: *Civitas*. Revista de Ciências Sociais. v. 5, n.2, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/10>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Identité sociale et identité discursive. Un jeu de miroir fondateur de l'activité langagière. In: *Identités sociales et discursives du sujet parlant*. Paris: L'Harmattan, 2009. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identite-sociale-et-identite,217.html>>. Acesso em: maio 2018.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CÓDIGO PENAL. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em 22 jun. 2017.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 22 jun. 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DEZERTO, Felipe Barbosa. Da Linguística Formal à Análise do Discurso: um breve percurso teórico. In: *Veredas on-line – ANÁLISE DO DISCURSO – 2/2010*, p.64-79. Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-05.pdf>>. Acesso em jun. 2018.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Projeto de pesquisa: A constitutiva e tensa relação com o discurso do outro: questões de pesquisa e de formação na contemporaneidade (2014).

\_\_\_\_\_. Discurso, mídia e produção de sentidos: questões de leitura e de formação na contemporaneidade. *Desenredo* (PPGL/UPF), v. 11, p. 418-438, 2015.

DROIT, Roger. *Tolerância*. Trad. Patrícia Reuillard. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DURKHAIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.
- FERNÁNDEZ SMITH, Gérard. Instrumentos lingüísticos de los discursos de odio en la prensa digital. In: *Fragmentum*, n. 50, Jul./Dez. 2017. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM. ISSN 2179-2194 (on-line); 1519-9894 (impresso) Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/28800>>. Acesso em: jun. 2018.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2016.
- FONSECA, J da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. In: *Revista Domínios da Imagem*, n. 02, maio de 2008, Universidade Estadual de Londrina, 2008.
- GONÇALVES, T. M. *Vozes sociais em confronto: Sentidos polêmicos construídos discursivamente na produção e recepção de charges*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015b. Disponível em <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7160/1/000466609-Texto%2bCompleto-0.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. Entrecruzamento de vozes: a complexidade do discurso chargístico. p. 92-109. In: *Ciências e Letras*. n. 57, ano. 2015a. Homenagem a Mikhail Bakhtin. Disponível em <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/295/229>>. Acesso em: 05 dez. 2016.
- HELLER, Eva. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: GG Brasil, 2008.
- HUME, David. *História natural da religião*. São Paulo: UNESP, 2005.
- KIERKEGAARD, Søren. *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LIMA, H. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963.
- LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância*, Coleção Os pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LÓPEZ-MUÑOZ, Juan Manuel, et al. *La circulation des discours*. Laval: Éditions Nota Bene, 2009.

LÓPEZ-MUÑOZ, J. M. Les territoires du discours: circulation, exclusion et espaces virtuels (l' e-territorialité). In: *Exterritorialité, enonciation, discours: approche interdisciplinaire*. Berne: Pter Lang, 2010.

\_\_\_\_\_; CAPPONI, Paola. Los discursos intimidatorios: ¿de dónde vienen y adónde van? In: *Fragmentum*, n. 50, Jul./Dez. 2017. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM. ISSN 2179-2194 (online); 1519-9894 (impresso) Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/19450>>. Acesso em: jun. 2018.

LORENZINI, T. *Princípios do merecimento de pena e da necessidade de pena como fundamento da punibilidade e seus reflexos na interpretação e aplicação do art. 59 do Código Penal*. 2016. 179f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Escola de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MELO, J. M. (1994). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. rev. e amp. Campos de Jordão: Mantiqueira, 2003.

MIANI, R. A. (2010). Iconografia na imprensa alternativa do Brasil no final do século XX: a presença da caricatura no jornal “Brasil Agora”. In: *Revista Patrimônio e Memória*. Assis, 6 (1), 54-79.

MIRA Y LÓPEZ, Emilio. *Los cuatro gigantes del alma*. Buenos Aires: Ediciones Lidium, 1993.

\_\_\_\_\_. Charge: uma prática discursiva e ideológica. In: 9<sup>a</sup> *Arte*. 1(1), 37-48. São Paulo, (2012, jan./jun.).

NOGUEIRA, Natania A. Silva. A História Política do Brasil por Meio da Charge (1950 – 1964) (Dossiê História em Quadrinhos: Criação, Estudos da Linguagem e usos na Educação). *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 16, n. 02, p. 205-222 de 469, número especial., 2016. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: out. 2018.

PAVEAU, Marie-Anne. Quelles données entre l'esprit et le discours? Du préconstruit au prédiscours. In: *HAL: L'analyse du discours. Notions et problèmes*, Les éditions Sahar, pp.19-37, 2011. <hal-00596737>. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00596737>. Acesso em: maio 2018.

\_\_\_\_\_. Mais où est donc le sens? Pour une linguistique symétrique. In: *HAL: Res per nomen* 2, May 2009, Reims, France. pp. 21-31, 2009. <hal-00477257>. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00477257>>. Acesso em: maio 2018.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto, 2011.

QUEIROZ, Paulo de Souza. **O que é o Direito?** Publicado em 23 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.pauloqueiroz.net/o-que-e-o-direito/> <[http://sites.unifra.br/Portals/1/Cerezer\\_Flores\\_Zanardi\\_06.pdf](http://sites.unifra.br/Portals/1/Cerezer_Flores_Zanardi_06.pdf)>. Acesso em: ago. 2017.

RABAÇA, Alberto, BARBOSA, Carlos. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REALE, Giovanni. *História da filosofia: filosofia pagã antiga*. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Rosemere Sntunes dos. Charge e liberdade de expressão. In: Revista Memória e Linguagens Culturais, ano 4, N. 8, 2015 - ISSN 2358-1581. Disponível em: <[http://www.unilasalle.edu.br/public/media/4/files/2\\_ROSE.pdf](http://www.unilasalle.edu.br/public/media/4/files/2_ROSE.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2018.

SARMENTO, Daniel. *Liberdade de expressão e o discurso de ódio*. Disponível em: <<http://www.dsarmento.adv.br/content/3-publicacoes/18-a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech/a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech-daniel-sarmento.pdf>>. Acesso em: 15 ago. de 2016.

\_\_\_\_\_. *A liberdade de expressão e o problema do "hate speech"* (2006). Disponível em: <<http://www.dsarmento.adv.br/content/3-publicacoes/19-a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech/a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech-daniel-sarmento.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SCHOPENHAUER, Arthur. (1818), *O mundo como vontade e como representação*. Tomo II. Tradução de Eduardo Ribeiro da Fonseca. Curitiba: Ed. da UFPR, 2014.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

PARRA, Marina Gimenez. Palavra POVO: uma visão bakhtiniana sobre as charges políticas de 2006. In: *Veredas Bakhtinianas de objetos a sujeitos*. Coletânea. São Paulo: Pedro & João, 2006.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Marcelo Gustavo Andrade de. *Tolerar é pouco? Por uma filosofia da educação a partir do conceito de tolerância*. 2006. 315 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. (2009). O Círculo de Bakhtin e a lingüística: o abstrato e o concreto na constituição do sentido. *Revista Desenredo*, 1(2). Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/489>>. Acesso em: jan: 2018.

VENTURINI, Maria Cleci; SCHERER, Amanda Eloína. O discurso do/sobre ódio no contexto brasileiro: nosso compromisso político com o dizer. In: **Fragmentum**, n. 50, Jul./Dez. 2017. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM. ISSN 2179-2194 (online); 1519-9894 (impresso) Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/19800>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

VIANA, Mario Gonçalves. *Psicologia do ódio*. Lisboa: Porto, 1945.

VOLÓCHINOV, Valentin. Palavra na vida e a palavra na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica (1926). In. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. São Carlos: Pedro & João, 2011f.

\_\_\_\_\_. A construção da enunciação (1930). In. *A construção da Enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

\_\_\_\_\_. Que é a linguagem? (1930). In. *A construção da Enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. (1929). Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1. ed. São Paulo: 37, 2017.

VOLTAIRE (François-Marie Arouet). Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. Dicionário de filosofia. A OBRA-PRIMA DE CADA AUTOR/SERIE OURO - vol. 6. 2002.